

Denise Mattos Monteiro

EUROPA, FRANÇA E CEARÁ

ORIGENS DO CAPITAL ESTRANGEIRO NO BRASIL



EDITORA
Imprensa
Universitária
da UFC



COLEÇÃO
Alagadiço Novo



**Presidente da República**

Luiz Inácio Lula da Silva

Ministro da Educação

Camilo Sobreira de Santana

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ – UFC****Reitor**

Prof. José Cândido Lustosa Bittencourt de Albuquerque

Vice-Reitor

Prof. José Glauco Lobo Filho

Pró-Reitor de Planejamento e Administração

Prof. Almir Bittencourt da Silva

**EDITORA IMPRENSA UNIVERSITÁRIA DA UFC****Diretor**

Joaquim Melo de Albuquerque

CONSELHO EDITORIAL DA UFC**Presidente**

Prof. Paulo Elpídio de Menezes Neto

Conselheiros

Joaquim Melo de Albuquerque

José Edmar da Silva Ribeiro

Felipe Ferreira da Silva

Maria Pinheiro Pessoa de Andrade

Prof.^a Ana Fátima Carvalho Fernandes

Prof. Guilherme Diniz Irffi

Prof. Paulo Rogério Faustino Matos

Prof.^a Sueli Maria de Araújo Cavalcante

Denise Mattos Monteiro

EUROPA,
FRANÇA E CEARÁ
Origens do capital
estrangeiro no Brasil

2ª edição



Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil

Copyright © 2023 by Denise Mattos Monteiro

Todos os direitos reservados

IMPRESSO NO BRASIL / PRINTED IN BRAZIL

Editora Imprensa Universitária da UFC

Av. da Universidade, 2932, fundos – Benfica – Fortaleza – Ceará

1ª edição: EDUFRN / HUCITEC, 1995

Coordenação editorial

Ivanaldo Maciel de Lima

Revisão de texto

Antídio Oliveira

Normalização bibliográfica

Perpétua Socorro T. Guimarães

Diagramação

Adilton Lima Ribeiro

Capa

Val Macedo

Editora filiada à

Associação Brasileira
das Editoras Universitárias

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Editora Imprensa Universitária da UFC – Universidade Federal do Ceará

M 775 E Monteiro, Denise Mattos

Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil.

2ª edição / Denise Mattos Monteiro. - Fortaleza: Editora Imprensa

Universitária da UFC, 2023.

9.803 kb.: il.; PDF

ISBN: 978-85-7485-431-1

(Coleção Alagadiço Novo, n. 1)

1. Economia 2. Capitalismo - história 3. Capital estrangeiro- Brasil
I. Título.

CDD: 330

Bibliotecária: Perpétua Socorro Tavares Guimarães-CRB 3 801-98

Sumário

7	Prefácio à 2ª edição
16	Lista de abreviaturas
17	Nota da autora
19	Introdução
	Parte I
35	A expansão comercial francesa no Brasil no século XIX
37	França: crescimento industrial e comércio exterior
63	Comércio e diplomacia: a urdidura francesa sobre o mercado brasileiro
83	Consumo e concorrência: perspectivas e possibilidades das relações comerciais
111	Caminhos da expansão comercial francesa no Brasil

	Parte II
145	Uma casa comercial francesa no Nordeste: a <i>Boris Frères</i> no Ceará (1872-1930)
147	Produção e comércio no Ceará: a estruturação do espaço agroexportador na província
181	Paris-Fortaleza: a fundação e o estabelecimento da Casa <i>Boris Frères</i>
205	Os anos 1870: a primeira década de atuação da casa no mercado cearense
249	Tempos de consolidação e expansão (1880-1930): um mercado conquistado
277	Conclusão
283	Fontes
289	Referências
303	Anexos
311	Sobre a autora

Prefácio à 2ª edição

Como o enlace entre o ontem e o hoje sempre nos acompanha, em busca de um amanhã compensador, o peso da temporalidade nos marca e nos faz lembrar o que parecia perdido no túnel do tempo. Assim, vamos à busca desse tempo não perdido, nem esquecido.

Ao receber o convite da autora, Denise Monteiro, professora Associada IV, aposentada, do Departamento de História, da Graduação e Pós-Graduação, da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN), para elaborar o Prefácio da 2ª edição desta valiosa obra, sinto-me levado a rememorar aqueles anos vividos, em meados da última década do século passado, quando o campo de estudos dos profissionais da História era outro, um pouco diferente do atual, carimbado pela marca da influência do pensamento historiográfico francês em nossa formação.

Desde 1976, entre nós, foi anunciada uma “Nova História”, assim subdividida: “Novos problemas”; “Novas abordagens”; “Novos objetos”,¹ com temas, antes não valorizados, como “o inconsciente”, “o mito”, “as mentalidades”, “o corpo” e até “a cozinha”... Todavia, é verdade que duas

¹ Cf. publicações sob a direção de Jacques Le Goff e Pierre Nora, pela editora Francisco Alves, no Rio de Janeiro a partir de 1976.

linhas se cruzavam nos cursos de pós-graduação em História, à época concentrados no eixo Sudeste/Sul, capitaneados pela Universidade de São Paulo (USP): a “História Econômica” e a “História Social,” mesmo sem a marginalização da História Política. Mas a novidade era trilhar nos rastros da “história marxista” considerada uma “história [ainda] em construção”. E o “quantitativo” passou a ser valorizado, tanto na Europa, quanto nos Estados Unidos, com os “usos e/ou abusos” de fontes voltadas aos números, aos chamados procedimentos de contagem. Nos “modelos e métodos” adotados, além da desafiante “História Comparada”, o emprego dos “métodos quantitativos” e do “microscópico social”² passaram a se projetar. Assim, “a história nova, herdeira da escola dos Annales” pode ser sintetizada com o seguinte título, “nem Jesus, nem Mao, nem Toynbee. Um pouco de Marx e o mais possível de ciência”.³

Nessa trilha, as disciplinas História Econômica Geral e Formação Econômica do Brasil I e II, obrigatórias nos cursos de Economia, também eram ofertadas, como optativas, nos cursos de História, Geografia e até mesmo Serviço Social. Refiro-me a minha experiência, na UFPB/Campus João Pessoa/PB, 1976 – 1984. Já nas universidades estaduais cearenses: Universidade Regional do Cariri – Urca, Universidade Vale do Acaraú – UVA e Universidade Estadual do Ceará – Uece, tínhamos no curso de Economia da primeira e nos cursos de história de todas elas apenas a disciplina História Econômica Geral. Os livros básicos eram “Formação Econômica do Brasil”, de Celso Furtado, o “criador da Sude-ne”, sempre “em busca de um novo modelo”, para o combate à pobreza ante as temidas “raízes da globalização”. Essa rota foi seguida por seus discípulos, como o “Chico” de Oliveira in “Elegia para uma re(li)gião”,⁴ mas o livro mais referenciado em sala de aula era a “Formação Econô-

² Vide BURKE, Peter. *História e Teoria Social*. São Paulo: Editora da UNESP, 2002.

³ Cf. BOURDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Fórum da História. Publicações Europa – América, 1983.

⁴ OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*. Sudene, NE. Planejamento de conflitos de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981 (Estudos Sobre o Nordeste, 1).

mica do Brasil”, de Caio Prado Junior.⁵ Uma obra em linguagem simples, direta, sem nenhum rodeio teórico.

Hoje, mesmo em publicações mais recentes, como “As doze lições sobre a História”, de Antoine Prost, na Coleção História & Historiografia, de 2012, a História Econômica não mais figura como predileta entre os temas estudados. Dos doze capítulos apresentados, um deles é dedicado à História Social, mas nenhum especificamente à História Econômica. O declínio do paradigma do marxismo deixou à margem os outrora consagrados conceitos de “classe”, “luta de classes”, que, na verdade, pertenciam “à história e à economia burguesas”, segundo o próprio Marx, e a História Social passou a se debruçar mais sobre campos de análise menos amplos, gerando a consagrada “*micro-storia*”⁶ italiana, baseada no cruzamento de uma real pluralidade de fontes, voltadas ao significados das práticas sociais, das identidades e das relações, além das simples trajetórias individuais. No cenário cotidiano, há “várias paisagens da História”.⁷

Se, mesmo no quadro europeu, a História Econômica já não tem tanta relevância, em nosso país, mais ainda, ela passou a ser desconsiderada como uma disciplina básica ou de suporte complementar à formação do(a) futuro(a) historiador(a). Na verdade, ela nem consta em grande parte dos currículos, dos cursos de História, apenas permanece sendo ofertada, no rol das disciplinas básicas, introdutórias, dos cursos de Ciências Sociais, de Serviço Social e Geografia, pelo menos na nossa Universidade, Uece, *campus* Fortaleza.

Por isso, uma indagação permanece viva ao longo dos últimos anos: afinal, se a história econômica foi e é reconhecida como importante

⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. *História Econômica do Brasil* 13. ed. São Paulo: Brasiliense, 1970. Para melhor compreensão do papel desempenhado por ele, considero fundamental a consulta a esta valiosa produção: PRADO JÚNIOR, Caio: *legado de um saber-fazer histórico* / organização Antonio Gilberto R. Nogueira, Adelaide Gonçalves. – 1. ed. São Paulo: Hucitec, 2013.

⁶ Como exemplo, cf. Giovanni Levi. *A herança imaterial*. Trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000.

⁷ Cf. GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História*: como os historiadores mapeiam o passado. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

campo de pesquisa, a nível internacional, por que ela foi retirada da lista de oferta de disciplinas básicas, em grande parte dos cursos de História? À primeira vista, é deveras estranho, mas, em um país chamado Brasil, mais valorizadas são as inovações temáticas e metodológicas, advindas da Europa, com destaque para as matrizes França e Inglaterra, sem menosprezar as decisivas participações da historiografia italiana ou alemã.

Gilberto Freyre, em sua consagrada obra “Ingleses no Brasil”, destacara a “britanização” da sociedade brasileira. Mais tarde, o lançamento de duas produções da História nos permitiu compreender e melhor explicar o sentido de tal processo, com a “Preeminência inglesa no Brasil”,⁸ registrada a partir da primeira metade do século XIX, complementada com a ação decisiva a partir do “início da modernização no Brasil 1850-1914”.⁹ Vejam como essa visão historiográfica, vinda de fora, da Inglaterra e dos Estados Unidos, nos foi marcante e significativa para a compreensão do nosso trajeto histórico. Assim se observa uma particularidade na nossa história local: enquanto o decantado “processo modernizador”,¹⁰ registrado em todo o país, era dominado pelo capital proveniente da Inglaterra, o caso do Ceará foi bem mais específico, uma vez que tal europeização aqui registrada, a partir da segunda metade do século XIX, processou-se por meio de uma modernização apoiada no capital francês, uma vez que os *Boris Frères*, de origem judaica, dominavam o comércio local e marítimo.¹¹ Aí está a originalidade do estudo da nossa professora Denise, tão bem definido pelo título da sua tese: “Europa, França e Ceará”.

⁸ Cf. MANCHESTER, Alan K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

⁹ GRAHAM, Richard. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil. 1850 – 1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

¹⁰ *Vide* a diferença entre o “processo modernizador”, apoiado no capital britânico e “o processo civilizador” de Norbert Elias. Rio de Janeiro: Zahar, 1994, v. 2 / capítulo um: “Da sociogênese dos conceitos de ‘Civilização’ e ‘Cultura’”, p. 21-50.

¹¹ Segundo Denise, os judeus não possuíam nome de família, antes da Revolução Francesa, que lhes deu a possibilidade de cidadania, permitindo a eles a escolha de um nome, “... tendo, então, aí surgido, provavelmente, o nome BORIS”.

Como enfatizamos, as novas tendências interpretativas ainda permanecem atreladas aos modelos temáticos metodológicos eurocêntricos, aos quais muito devemos, dadas as possibilidades de abertura de novas vias de pesquisa, libertas da fôrma positivista, que ainda hoje dá sinais de sobrevivência, aqui e ali, e mesmo no meio universitário onde a busca de “verdades históricas” pesa forte. Mas não sejamos incisivos, a força do pensamento historiográfico francês é rico e plural e nos permite perceber as dimensões da real imbricação entre “História e Ciências Sociais”.¹² Mas voltando “ao pão nosso de cada dia acadêmico”, as indagações são múltiplas e entrecruzadas e mesmo com o desabrochar valioso da História Cultural, hoje tão cultivada, por que a História Econômica vem desaparecendo do rol das produções acadêmicas e das pesquisas, pelo menos aqui e agora, nos nossos cursos de História?

O valor da História Cultural, no meu entender, é que ela nos remete a um novo campo, além do racionalismo, onde as “sensibilidades e as sociabilidades”, como costume repetir aos nossos alunos, revelam-nos aspectos antes não considerados, no estudo da História, deixando fluir os sentimentos e aspirações de um “inconsciente individual e coletivo”,¹³ cada vez mais associado ao real valor da transdisciplinaridade, alimentada pela dimensão da Antropologia, que fez ressurgir o sentido da narrativa, como um conceito básico da História, não nos moldes do eterno legado positivista, mas revelando uma outra possibilidade de reconstruir o passado, que parecia soterrado pelo peso das estruturas econômicas. Assim, a cultura popular encontrou seu canal de escoamento.¹⁴

¹² Esse é o nome de uma obra que considero imprescindível a uma real compreensão dessa “virada histórica” tão significativa. DOSSE, François. *História e ciências sociais*. Bauru, SP: Edusc, 2004. “Ego – História”, “História e Psicanálise” “geo-história”, “a oposição História/Memória” “Michel Certeau e a História” e “a tragédia do cotidiano”.

¹³ Vide JUNG, C. G. *O Eu e o Inconsciente*. 8. ed. Petrópolis: Vozes, 1987. Obras Completas de C. G. Jung, v. 7, t. 2.

¹⁴ Cf. “Estruturalismo e História”: debates e combate (dos anos 50 aos anos 70) in BORDÉ, Guy e MARTIN, Hervé. *As Escolas Históricas*. Publicações Europa – América, 1983, p. 177-197.

Não estou a lamentar um passado já morto, ante as novas trilhas, que se entrecruzam, no campo historiográfico da atualidade, repito, aqui e lá fora, pois também estou nelas envolvido, com uma patente satisfação. Para tanto, basta lembrar as minhas últimas produções, geradas no modelo herdado da minha supervisora no estágio de pós-doutorado, na Faculdade de Arquitetura, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRS). Falo da Professora Sandra Jatahy Pesavento, que partiu, mas ainda hoje sinto a sua presença, no cotidiano das minhas leituras, como se ela ainda me acompanhasse nas trilhas da História Urbana, tão bem por ela contada, acerca do “imaginário da(s) Cidade(s)” e outras revelações no campo da História Urbana, contadas com base na “dialética da história”, sim, mas envolta no cotidiano, nas peculiaridades do dia a dia, não só de um passado distante, mas da chamada “história imediata”.

O certo é que, rememorando o meu trajeto profissional, vejo-me à sombra de uma “metamorfose”, talvez não “kafkiana”, mas provavelmente transformada naquela “metamorfose ambulante”, de Raul Seixas, que nos faz girar na rotatividade contínua da temporalidade, nem sempre bem-vinda, nem sempre bem compreendida. O importante é não esquecer que há “diversas paisagens da história”.¹⁵ Cabe a cada um de nós optar por aquela que lhe parecer mais conveniente.

Assim, o jovem moldado em uma fôrma positivista nacionalista, depois, foi tragado pela onda revolucionária da “dialética”, mais “tupini-quim” do que “marxiana”, aquela cantada e badalada, nos corredores das universidades, onde nem sempre era permitido referenciar pensadores comunistas, em virtude da carga pesada do velho modelo de Ensino Superior na Faculdade de Filosofia do Ceará (Fafice). Falo dos anos sessenta, quando da consolidação das universidades federais, sobretudo no Nordeste e em especial no nosso estado. E a valorização dogmatizada do fator econômico, de acordo com a estruturação dos badalados “modos de produção”, quando o fator econômico sempre figurava como o determinante de tudo que ocorria, fosse em qualquer espaço, fosse lo-

¹⁵ GADDIS, John Lewis. *Paisagens da História: como os historiadores mapeiam o passado*. Rio de Janeiro: Campus, 2003.

cal/regional ou internacional. E assim eram iniciadas minhas aulas de História Econômica Geral: da definição do “Modo de Produção Asiático”, seguido pelo “Modo de Produção Escravista” = “Modo de Produção Feudal” até a explosão do “Modo de Produção Capitalista”. Apesar de o “cálculo das probabilidades ser uma pilhéria”, os números e gráficos, como “as palavras e as coisas” são expressivas e merecem ser (re)consideradas e postas em prática, dependendo das circunstâncias e conveniências surgidas ou sugeridas. Além, bem mais além dessas limitações, entra o valor da subjetividade, tão bem demonstrada nesta obra agora reeditada, da nossa Denise.

Mergulhar no mar nem sempre sereno da(s) história(s) que merece(m) ser contada(s) ou recontada(s) não deve ser uma imposição de um determinado modelo em voga, trazido “de lá para cá”, que menospreze o anteriormente reconhecido como valioso. As verdades, fora das crenças religiosas, são voláteis e fluidas, descobertas ou geradas pelas circunstâncias de uma determinada temporalidade, sempre passageira. Por isso, válidas são as novas propostas de estudar história – refiro-me às nuances advindas com a história cultural e por meio do uso da história oral, quando novos personagens entram em cena e novas fontes passam a ser reconhecidas, como a literatura, o teatro ou o próprio mundo das imagens. Tudo isso nos leva a novas falas e indagações, por intermédio dos entrevistadores e entrevistados nas práticas da história oral, uma opção metodológica transdisciplinar. Mas a História Econômica ainda existe e não merece ser esquecida ou colocada a reboque dessas novas tendências.

No decorrer da (re)leitura das páginas do livro que nos foi encaminhado, mesmo se tratando de uma obra, apoiada em dados, tabelas e gráficos, além de dois mapas, altamente significativos, a leitura se torna amena, graças às notas explicativas ou indicativas não estarem postadas entre parênteses, com datas e páginas, mas postas em notas colocadas ao longo do texto corrido, o que torna a leitura mais atrativa e não tão truncada com aquele vai e vem do leitor que tem que ir e vir das indicações às referências bibliográficas apresentadas.

Uma extensa lista de figuras (38 no total) diz respeito às trocas comerciais entre a França e o Brasil, por meio dos portos do Rio de Janeiro.

ro, do Recife e de Salvador, mais especialmente do porto de Fortaleza, onde os Irmãos Boris operavam seu comércio, ligando a Matriz de Paris e a filial de Fortaleza. Além disso, as fotografias incluídas no livro não são apenas adornos complementares, mas o sentido de cada uma delas nos faz melhor compreender o enredo apresentado.

O livro é dividido em duas partes. A primeira acerca da “Expansão comercial francesa no Brasil no século XIX” e a segunda “Uma casa comercial francesa no Nordeste: a Boris Frères no Ceará (1872-1930)”.

A extensa relação de fontes, tanto manuscritas, como impressas, envolvendo “Archives Départementales de Paris” e os do “Ministère des Affaires Étrangères” (Paris), “Archives Nationales/Paris”, “Arquivo Público do Ceará”, “Bibliothèque Historique de La Ville de Paris” nos dão uma real dimensão da abrangência comercial desses portos. A rica bibliografia indicada, ao final, permite ao leitor uma melhor compreensão acerca do período estudado.

Por isso, bem-aventurados(as) os(as) leitores(as) desta reedição, que nos fala da significação do eterno enlace, não apenas referente a uma “Europa, França e Bahia”, mas a uma “Europa, França e Ceará”, quando o investimento francês tinha um significado especial, entre nós, no Ceará Provincial, ante o peso da libra esterlina, a moeda forte do século XIX. Se há “Um outro Nordeste”, tão bem definido por Djacir Menezes, além daquele de “Casa Grande e Senzala”, de Gilberto Freyre”, havia também uma “Europa, França e Ceará”, além da outra “Europa, França e Bahia”, muito além da História Econômica aqui apresentada não radicalizada em determinados conceitos, nem tão pouco essencialmente quantificada.

O certo é que a História Econômica é sagrada e por isso merece ser preservada. Para tanto, vamos deixar fluir a narrativa da nossa Denise Monteiro, que tão bem soube navegar nesse turbulento oceano retratado em “Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil”. A primeira edição, datada de 1995, foi uma publicação da Editora da UFRN e da Editora da Hucitec, de São Paulo.

A História Urbana, baseada em uma análise econômica, aqui bem contada, acerca de uma modernização sem mudanças, é mais uma daquelas histórias não naufragadas nos modismos tão em voga na época da globalização, quando uma “modernidade em crise”¹⁶ vem gerando “A grande degeneração”. “A decadência do mundo ocidental”.¹⁷

FORTALEZA, 13 DE DEZEMBRO DE 2022

GISAFRAN NAZARENO MOTA JUCÁ

PROFESSOR TITULAR DO CURSO DE HISTÓRIA DA UECE
PROFESSOR DA PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO DA UFC –
LINHA TEMÁTICA: HISTÓRIA E EDUCAÇÃO COMPARADA
PROFESSOR APOSENTADO DO DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA DA UFC
MEMBRO EFETIVO DO INSTITUTO (HISTÓRICO, GEOGRÁFICO E
ANTROPOLÓGICO) DO CEARÁ

¹⁶ Cf. BAUMAN, Zygmunt e BORDONI, Carlos. Modernidade em Crise. In ____ *Estado de Crise*. 1. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 2016, p. 70-135.

¹⁷ FERGUSON, Niall. *A grande degeneração: a decadência do mundo ocidental*. São Paulo: Planeta, 2013.

Lista de abreviaturas

AMAE – *Archives du Ministère des Affaires Étrangères*

AN – *Archives Nationales*

ADP – *Archives Départementales de Paris*

ABF – *Arquivo Boris Frères*

Nota da autora

Este livro constituiu originalmente tese de doutorado defendida na área de História Econômica, do Departamento de História da Universidade de São Paulo, em 1992. Decorridas três décadas, o balanço da bibliografia sobre o tema e a pertinente crítica historiográfica constante da “Introdução” devem ser consideradas em sua dimensão temporal. É possível afirmar, entretanto, que na historiografia brasileira o crescente interesse por temas da chamada História Cultural, em detrimento de áreas como a História Econômica, não implicou mudanças significativas no nosso conhecimento sobre as origens do capital estrangeiro no Brasil, no decorrer desse tempo.

Registre-se ainda que o apoio do CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico) permitiu o trabalho de um ano de pesquisas em arquivos franceses. A necessária tradução para o português de toda a documentação consultada e utilizada na tese/livro foi de minha autoria.

Introdução

O Brasil, nascido da expansão marítimo-comercial europeia, esteve integrado, desde o início do processo colonizador, à expansão capitalista mundial. Assim, as relações entre a economia interna e a economia internacional sempre foram estritamente imbricadas e, embora a formação econômico-social brasileira, enquanto tal, guarde suas especificidades, o país constitui parte de um processo bem mais amplo que deve ser compreendido na sua totalidade/especificidade.

Neste sentido, a presença econômica estrangeira no Brasil tem constituído objeto de nossa produção intelectual. No conjunto da bibliografia brasileira, entretanto, ao tema do capital estrangeiro dedicam-se poucos estudos específicos, sendo ele abordado mais de forma secundária, ou diluída, em estudos mais abrangentes.¹ Neste último caso, podem

¹ Os estudos específicos foram publicados, sobretudo, na década de 1870 e são deles representativos: Magalhães (1977); Vidal (1980); Lima (1980); Castro (1979); Saes; Szmrecsányi (1987); Szmrecsányi (1986); Saes (1990); Diniz (1981); Somogyi (1990); Bandeira (1978); Valla (1978); Barreto (1977); Petratti (1979); Chiarizia (1979) e Melo (1978). São representativos de estudos que tratam do tema de forma mais secundária ou diluída: Prado Júnior (1984); Singer (1975); Oliveira (1975); Dowbor

ser incluídos todos os trabalhos que têm por tema nossa economia na República Velha, os quais, por força da importância dos investimentos externos no contexto cafeicultura/industrialização, que nuclearizam tais trabalhos, incluem referências ao capital estrangeiro.

É na produção de outras áreas de conhecimento, que não a História, que se encontra a preocupação mais recente com o capital estrangeiro enquanto objeto de estudos, sobretudo em Economia.

Na área de História Econômica do Brasil, a pesquisa bibliográfica demonstra que o tema em questão não tem sido abordado, e isto se dá na razão inversa de sua importância para o conhecimento e a interpretação da realidade brasileira. O quadro é tanto mais preocupante para os historiadores quanto se observa que os temas de História Econômica têm sido tratados nos últimos anos, principalmente, por economistas, aos quais devemos muito pelo avanço do conhecimento sobre o assunto.

Em artigo fundamental e indispensável para o tema do capital estrangeiro, Saes e Szmrecsányi (1985) fazem um balanço sobre a produção existente e propõem hipóteses de trabalho e fontes possíveis para a pesquisa. Segundo eles, as ideias formuladas por diferentes autores têm sido conduzidas, sobretudo, por posturas e discussões teóricas, sem base empírica.

O principal problema a ser investigado refere-se à influência exercida por seus empréstimos e investimentos [do capital estrangeiro] sobre os estilos de desenvolvimento dos países que os recebem. A investigação em pauta pressupõe uma análise mais geral das formas de inserção dos países periféricos na economia mundial –, ou seja, dos seus graus de integração na divisão internacional do trabalho. Essa análise, todavia, apesar de necessária, não é suficiente em si. *Ela requer uma complementação e uma fundamentação que só a pesquisa empírica específica*

(1977); Carone (1978); Saes (1981); Saes (1986a); Saes (1986b); Silva (1981) e Mello (1983). Observe-se que existem, ainda, alguns outros trabalhos, de cunho mais político, como Prado Júnior (1945); Moura (1960) e Branco (1975).

é capaz de lhe fornecer. No estudo de caso do Brasil, a referida pesquisa empírica ajudará a esclarecer e a qualificar o papel desempenhado pelo capital estrangeiro na integração e no desenvolvimento de sua economia nacional (SAES; SZMRECSÁNYI, 1985, p. 197, *grifo nosso*).²

A afirmação dos autores aponta, inequivocamente, para um tipo de pesquisa que deveria ser objeto do trabalho de historiadores, o que não tem ocorrido.

Observa-se que a produção existente sobre capital estrangeiro se caracteriza pela predominância de estudos sobre o capital financeiro. Essa incidência se explica, por um lado, pela importância estrutural para o desenvolvimento capitalista mundial da etapa inaugurada com a transição para a época dos grandes monopólios e do imperialismo; por outro lado, pelas mudanças ocorridas no Brasil, nesse período, que marcaram a transição capitalista no país. Em termos quantitativos, nos anos que se estenderam entre 1870 e a Primeira Guerra Mundial, sem dúvida, esteve concentrado o maior volume de capital estrangeiro investido no Brasil até então.

Como resultado dessa tendência existente nas pesquisas sobre o tema, o período 1870-1930 é privilegiado na atenção recebida, por força da considerada hegemonia do capital financeiro nesses anos. Assim, indiretamente, reforça-se a nuclearização dos estudos sobre a economia brasileira no binômio cafeicultura/industrialização, que absorveram, de forma preferencial, os investimentos externos, pouco se sabendo sobre a evolução econômica das outras regiões do país no século XIX.

Castro (1979) analisa o processo de implantação das empresas de capital estrangeiro no país, no período de 1860 a 1913, considera que, nesse processo, os investimentos externos ocorreram nos setores de serviços básicos de infraestrutura (ferrovias, bancos, companhias de segu-

² Note-se que esses dois autores foram, basicamente, os únicos que publicaram sobre o tema no decorrer dos anos 1980.

ros, de gás e de navegação, serviços de comunicações, energia elétrica e portos), nos serviços financeiros, no comércio de importação-exportação, na indústria de transformação, na mineração e na agropecuária. Referindo-se ao período 1876-1885, caracterizado como de predominância das inversões de capital nas estradas de ferro, ela afirma:

[...] as ferrovias, as empresas de obras públicas, o comércio importador-exportador e a agroindústria do açúcar explicam 90% do total das entradas. A Inglaterra é responsável por 88% do investimento, a França por 10% e os demais por apenas 2% (CASTRO, 1979, p. 41).

Segundo a autora, as ferrovias representaram 60% do investimento de capital nesse período, a agroindústria, 10,6% e o comércio importador-exportador, 10%. Embora não tenha sido dada a porcentagem referente às empresas de obras públicas, é possível inferir que a elas coube cerca de 9,4% do total.

Diante desse quadro, podemos, pois, indagar: se o comércio importador-exportador, especificamente, representava a presença do capital estrangeiro em pequena porcentagem num período de hegemonia do capital financeiro, o que teria representado no longo período que se estendeu da abertura dos portos brasileiros ao último quartel do século XIX?

Foram as casas de importação-exportação de origem europeia, no Brasil do século XIX, uma forma de concretização do capital estrangeiro na “fase do capitalismo concorrencial [de]predomínio do capital industrial e de exportação de mercadorias” (SAES; SZMRECSÁNYI, 1985, p. 196). Elas viabilizaram os primeiros passos da integração do Brasil – pós-abertura dos portos, numa nação politicamente independente – no mercado internacional, por elas transitando as mercadorias compradas e vendidas, dando escoamento às matérias-primas para esse mercado e distribuindo os produtos industrializados dele advindos.

Na historiografia brasileira, ou em diferentes trabalhos sobre a história do Brasil, produzidos no país ou no exterior, sobretudo aqueles que dizem respeito à história econômica, encontram-se referências às casas de comércio europeias no Brasil do século XIX, ou seja, ao capital mercantil estrangeiro. Essas referências podem ser classificadas em duas linhas de abordagem.

Esses estudos versam, por um lado, sobre a preponderância inglesa que se estabeleceu com o fim do regime colonial. Analisa-se o significado da vinda da corte portuguesa para o Brasil, a abertura dos portos em 1808, o reconhecimento da independência e os tratados de comércio firmados com a Inglaterra.³ Deles, representativa é a afirmação de Prado Júnior (1984, p. 136-137):

Não é apenas tal categoria da população [os artesãos] que será atingida assim de cheio pela concorrência estrangeira. O comércio também sofrerá; quase só ingleses a princípio, franceses e outros logo depois, tornar-se-ão senhores absolutos deste ramo de atividades. Aos ingleses caberão sobretudo o grande comércio, as transações financeiras; aos franceses, o negócio de luxo e de modas [...].

O resultado de tudo isto observar-se-á na eclosão e desenvolvimento de uma crescente animosidade contra o estrangeiro [...]. É o caso em particular dos ingleses, mais numerosos e de espírito mercantil mais acentuado, e que cedo se tornam verdadeiros árbitros da vida econômica do país. Além do comércio que lhes caberá nos seus setores mais importantes, serão deles as primeiras grandes empresas e iniciativas, como na mineração; e são deles ainda os empréstimos públicos que teriam tamanho papel na evolução econômica do Brasil. É em grande parte em função dos interesses comerciais ingleses que se disporá a nova economia brasileira.

³ Veja-se: Prado Júnior (1984); Pantaleão (1976); Pinto (1984); Iglesias (1972) e Manchester (1973). Dentre esses trabalhos, merece atenção especial o de Pantaleão, que se aprofunda numa rara e minuciosa descrição sobre as condições de comércio das primeiras casas inglesas estabelecidas no país, no período que se estende de 1808 a 1815.

Incluem-se aqui alguns trabalhos que, tratando das relações internacionais do país do século XIX, sobretudo do comércio exterior brasileiro, trazem alguma menção às casas comerciais.⁴

Os estudos que enfocam economicamente a presença estrangeira versam ainda, por outro lado, sobre a economia cafeeira, seja quando se referem à imigração, seja quando se referem à comercialização externa do café.⁵

Encontramos, assim, menções aos comerciantes estrangeiros em Carone (1978, p. 37-38), quando se refere aos exportadores de café:

O exportador é o representante das grandes firmas estrangeiras. A sua penetração no comércio de café conta com a oposição de ensacadores e comissários, mas a sua influência nunca é ameaçada, e somente se consolida com o tempo [...].

Os americanos, maiores interessados, lideram este comércio [...].

Numa estatística que abrange 70 casas exportadoras e resume suas atividades de 1895 a 1907, vemos assinalados 19 ou 20 nomes brasileiros, sendo os demais americanos, alemães, franceses, ingleses, etc. [...] Esta realidade mostra que o controle externo do produto não pertence ao país produtor e que a massa imensa de dinheiro e lucros está sob domínio estrangeiro.

Trabalhando com o enfoque econômico, dois autores merecem relevo por serem aqueles que mais se detiveram sobre o tema, com posturas teóricas distintas e mesmo antagônicas.

Alves (1984) tem como objeto de análise a evolução da casa comercial em Mato Grosso num largo período que se estendeu, aproximadamente, do começo do século XIX a 1929, embora seu corte temporal se

⁴ Veja-se, por exemplo: Campos (1974) e Graham (1974). O primeiro desses dois autores traz informações sobre casas de comércio alemãs, especialmente uma dedicada aos negócios da importação-exportação, na província de Sergipe.

⁵ Prado Júnior (1984); Canabrava (1974); Costa (1985); Carone (1978) e Moraes (1988).

concentre entre os anos de 1870 à crise dos anos 1920. Referencia-se, teoricamente, à transição capitalista da etapa concorrencial para a etapa monopolista, em nível mundial, observando as mudanças que se operaram nas casas comerciais naquela província/estado, em função desse processo.

Sendo um texto extremamente rico do ponto de vista das questões teórico- metodológicas que suscita, carece, entretanto, de pesquisa empírica mais bem fundamentada, que lhe sirva de apoio, o que talvez se justifique pelo fato de constituir um ensaio, como o autor o define. Há ainda a considerar que, a partir de seu referencial, que dilui a importância das especificidades do capitalismo no Brasil, Alves trabalha sobre as casas comerciais de forma genérica e não particularmente sobre as casas de capital estrangeiro.

Graham (1973) é citação indispensável pelos novos elementos que incorporou aos estudos existentes. Traçando um vasto painel da participação da Grã-Bretanha na economia brasileira de 1850 a 1914, o autor considera as casas de comércio estrangeiras – no caso, inglesas – como uma das formas da presença britânica, ou contribuição, como ele interpreta, no “complexo exportação-importação”. Algumas casas comerciais são, assim, mencionadas por ele no âmbito do comércio anglo-brasileiro e vistas no interior da rede de relações que então se estabeleceu entre esse comércio e outros tipos de investimentos britânicos.

A segunda linha de abordagem das referências aos comerciantes estrangeiros pode ser observada naqueles trabalhos que dão destaque à “presença estrangeira”, principalmente inglesa e francesa, sob o ponto de vista da influência cultural e, em alguns casos, mesmo moral, que ela teria exercido sobre a ex-colônia portuguesa, no sentido de um certo “refinamento” que, deduz-se, ela estaria a carecer.⁶

⁶ Veja-se Pinho (1972); Reis (1972) e Freyre (1977). Freyre (1977), apesar de fazer um estudo sobre os ingleses do ponto de vista de sua influência cultural, traz uma série de informações sobre casas comerciais, especialmente no capítulo II da obra citada, que tem como apoio documental os anúncios de jornais brasileiros da primeira metade do século XIX.

É assim que vemos, por exemplo, Pinho (1972) afirmar, ao descrever as transformações sociais da Bahia, no período de 1808 a 1856, e a “contribuição das três raças”, que a população livre foi:

[...] acrescida de elementos estrangeiros, até então pouco numerosos, especialmente ingleses, franceses, alemães, italianos e espanhóis, com alguma dosagem semita [...], comerciantes e caixeiros [...]. Multiplicavam-se as lojas e também as oficinas...

Tal afluxo de europeus não portugueses teve sensíveis influências, não só no medrar de recentes estirpes de novos apelidos, como ainda nos costumes e na cultura locais.

Chegam e esgalham descendências muitas vezes ilustres [...]

Chegam também, não tão numerosos, os licenciados e os diplomados [...]

Alguns imigrantes cultos são, segundo a tradição, exilados políticos [...]

São ainda dessa época alguns estrangeiros cujos apelidos são lembrados nas cerimônias e nos catálogos familiares [...]
(PINHO, 1972, p. 290-291).

Concentrando-se a atenção na primeira linha de abordagem, observa-se que são raros os estudos específicos sobre casas de comércio estrangeiras no Brasil do século passado e que as esparsas referências a elas se restringem, em sua grande maioria, ao período logo posterior a 1808, para reaparecerem depois, ao fechar-se o século XIX, existindo, portanto, um grande hiato. Além disso, essas referências dizem respeito, principalmente, à região Sudeste, uma vez que envolvem, mais particu-

larmente, as áreas mais de perto nuclearizadas pelos portos do Rio de Janeiro e Santos.⁷

Considerando-se a importância das casas dedicadas aos negócios da importação-exportação no âmbito da economia cafeeira, pelo controle da maior parte dos lucros aí gerados – tal como estudado por Carone qual teria sido sua atuação e os efeitos dessa atuação em outras áreas do país?

A resposta a essa questão implica na necessidade de pesquisas que esclareçam os mecanismos de atuação dessas casas comerciais, desvendando as atividades que exerceram no Brasil.

O grande problema que se coloca para a realização de pesquisas sobre esse tema reside, certamente, na dificuldade de localização e trabalho com as fontes. Sobretudo acervos documentais de empresas estrangeiras que atuaram ou atuam no Brasil, que poderiam constituir fontes privilegiadas, são “desconhecidos” ou não estão acessíveis aos pesquisadores brasileiros. Arquivos como o da Light são casos raros a possibilitarem a investigação histórica.

À dificuldade de trabalho com arquivos privados de antigas casas comerciais estrangeiras, soma-se o fato, mencionado por Castro (1979, p. 46), de que raras casas comerciais eram sociedades anônimas e assim, em sua grande maioria, não constam sequer numa das poucas fontes oficiais, impressas e sistematizadas, existentes para a pesquisa.⁸

A existência e disponibilidade de um arquivo ímpar pelo seu conteúdo e datação constituiu o nosso ponto inicial. Trata-se do Arquivo da *Boris Frères*, casa comercial importadora-exportadora, de origem fran-

⁷ Note-se que o estudo de Moraes (1988) sobre a firma Theodor Wille, já citado, embora tenha por tema uma casa de comércio estrangeira, que esteve entre as maiores exportadoras de café de Santos, na segunda metade do século XIX, constituiu, em essência, um estudo sobre agentes comerciais-financeiros na economia cafeeira. A propósito da escassez de estudos sobre casas comerciais, vejamos as colocações de Mattoso (1992), em relação à Bahia.

⁸ Cf. também Brasil (1947).

cesa, fundada em Fortaleza, em 1872.⁹ Esse acervo documental – sob a guarda do Arquivo Público do Ceará – é constituído, essencialmente, pela correspondência dirigida à Casa por comerciantes de Fortaleza e de outras vilas/cidades da província/estado, a partir da década de 1870.

O primeiro objetivo consistiu, assim, em analisar, tendo por base essa correspondência, as relações estabelecidas pela Casa Boris no contexto da economia cearense. Tratava-se, entretanto, de uma casa comercial que atuava como filial de uma matriz francesa, o que tornava indispensável obter dados sobre esta última, de forma a identificar sua origem, ou seja, seu processo de fundação, sua organização e expansão.

A pesquisa daí oriunda, em arquivos e bibliotecas franceses, redimensionou o objetivo inicial. Foi possível perceber que aquela casa comercial específica só poderia ser devidamente compreendida a partir de sua inserção na ampla teia das relações comerciais entre a França e o Brasil, relações essas que tiveram grande desenvolvimento a partir de meados do século XIX.

Pouco se tem escrito sobre o tema do “comércio franco-brasileiro”, tanto no Brasil quanto na França. Neste sentido, os trabalhos de Schneider (1973) e Ribeiro (1990), mas sobretudo o primeiro deles, constituem mesmo bem-vindas exceções. Schneider centra sua análise na questão da política econômica protecionista francesa e seus efeitos sobre as trocas comerciais entre Brasil e França. As poucas referências feitas pelo autor sobre algumas casas de comércio adquirem enorme importância na medida em que são raros os estudos sobre esses estabelecimentos franceses no estrangeiro, no século XIX. O texto de Ribeiro tem por tema a presença comercial da França na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, sob o ângulo das condições e dificuldades existentes para o desenvolvimento do comércio exterior francês nessa área do continente sul-americano. Note-se, em relação a esses dois trabalhos, que ambos têm por corte temporal de análise a primeira metade do século XIX.

⁹ Note-se que sua herdeira – a Boris Frères & Cia. Ltda. subsiste até hoje, em Fortaleza, embora atuando no ramo de navegação e seguros.

A quase inexistência de estudos na França sobre as relações comerciais franco-brasileiras deve ser atribuída ao fato de que lá, como no Brasil, tem-se privilegiado a presença econômica francesa em nosso país sob a forma do capital financeiro. Assim, é às exportações de capital, especialmente no período de 1870 em diante, que vários autores dedicam suas pesquisas.¹⁰

Consideramos que, a partir de meados do século XIX, houve uma expansão comercial francesa para o Brasil que deve ser entendida no marco da Divisão Internacional do Trabalho, que então se estruturava. Nesse processo, as casas comerciais importadoras-exportadoras francesas tiveram uma importância fundamental, ao materializarem essa expansão. A casa *Boris Frères*, em particular, foi uma expressão dessa importância. Devido, por um lado, às especificidades do espaço em que atuou e, por outro, à sua própria estruturação como casa comercial estrangeira, pôde estabelecer sua hegemonia nesse mesmo espaço.

Partindo de uma opção metodológica – a de que é impossível conhecer o particular sem conhecer o geral com o qual aquele se articula –, analisamos a expansão comercial francesa para o Brasil de forma global e, num segundo momento, fazemos um estudo de um caso específico e concreto: o da casa comercial *Boris Frères*. Nesse estudo de caso, avaliamos a presença e as articulações de uma casa comercial europeia, no caso francesa, numa economia de base agrária, no Nordeste da segunda metade do século XIX. A identificação dos interesses da *Boris Frères* no Ceará, as formas de efetivação desses interesses numa região específica, isto é, seus mecanismos de atuação, e os efeitos dessa atuação sobre a economia cearense são aquilo que mais de perto nos interessa.

O corte cronológico utilizado acompanhou esse desdobramento do trabalho, ou seja, essa passagem do geral para o particular, do global para o específico. Assim sendo, se, em um primeiro momento, abar-

¹⁰ São exemplos disso: Preteceille (1963); Quinn (1977); Ravagni (1977); Mauro (1983) e Mauro (1977). Veja-se ainda: Cameron (1955), que constitui um texto de análise mais global, onde o Brasil está presente.

camos o tema tendo por referência, sobretudo, a segunda metade do século XIX, em um segundo momento, refizemos esse corte em função da atividade, no Ceará, da casa comercial estudada. Dessa forma, ele foi restabelecido entre os anos de 1870 a 1930, que marcaram, respectivamente, o início da atuação da *Boris Frères* no mercado cearense e o encerramento dos seus negócios de importação e exportação na província.

As principais fontes pesquisadas dividem-se, basicamente, em dois grupos. Um é aquele que permitiu o estudo da expansão comercial francesa para o Brasil, constituído, essencialmente, pela documentação guardada nos *Archives du Ministère des Affaires Étrangères* e nos *Archives Nationales*, na França. O primeiro arquiva, entre outros documentos, a correspondência consular e comercial, que inclui os relatórios enviados pelo cônsul francês em Pernambuco – sob cuja jurisdição estava a província do Ceará – ao Ministério. Observe-se que essa documentação ganha uma importância especial devido ao fato de que a família Boris representou os interesses consulares franceses no Ceará durante décadas. O acervo existente nos *Archives Nationales* complementa essa mesma correspondência, na medida em que sua série sobre comércio e indústria engloba diversas províncias brasileiras e inclui as cartas trocadas entre os ministérios franceses envolvidos naquela expansão. A riqueza de informações aí existentes, sobre o Brasil, permitiu a elaboração de tabelas com dados quantitativos que são, em geral, bastante escassos nos relatórios de presidentes de província.

O outro grupo de fontes tornou possível o estudo particular da casa comercial que é objeto de análise. Inicialmente, devemos registrar os documentos relativos à fundação da “*Société Boris Frères*”, existentes nos *Archives Départementales de Paris*. As informações aí guardadas foram complementadas com depoimentos de membros da família, coletados na França. Tais depoimentos, que incluíram a cessão de uma árvore genealógica, foram fundamentais, sobretudo devido a uma grande dificuldade com que nos deparamos para a pesquisa: a inexistência do arquivo da casa matriz francesa, desaparecido no início dos anos de

1940, no contexto do sequestro dos bens de judeus. Esse fato reforçou, indiretamente, uma opção já feita – a de centrar a análise na atuação da casa comercial-filial, no âmbito da economia cearense.

Essa opção havia sido ditada por dois motivos, um de natureza prática e outro de natureza metodológica, que se conjugaram: por um lado, a existência de uma documentação rara, ou seja, a correspondência comercial dirigida por comerciantes do Ceará à Casa Boris; por outro lado, a preferência por um estudo de caráter empírico sobre a presença econômica estrangeira, privilegiando a análise de sua atuação interna, num espaço específico.

Dessa correspondência comercial, foram lidas e analisadas 691 cartas, referentes à década de 1870 e àquelas vilas/cidades mais importantes comercialmente, ou seja, à própria capital, Aracati, Sobral e Icó. Tendo em vista o foco de análise escolhido, essa correspondência foi complementada pela coleção de “Fallas e Relatórios dos presidentes de província do Ceará”, pela documentação do 1º e 2º cartórios de Fortaleza e por relatórios consulares, além da bibliografia existente. Essa complementação foi tanto mais necessária quanto aquela correspondência, como fonte histórica, apresentou um problema de difícil solução para a pesquisa: não englobando também a “resposta” da *Boris Frères* às cartas dos comerciantes, revelou-se “unilateral”, o que exigiu um esforço redobrado de interpretação.

Em relação ao conjunto do material consultado, a bibliografia encontrada na França, especialmente na *Bibliothèque Nationale* e na *Bibliothèque Historique de la Ville de Paris*, forneceu elementos indispensáveis para o tema.

O trabalho, acompanhando o próprio caminho metodológico escolhido, está dividido em duas partes. A primeira, desvendando um processo econômico mais amplo, tem por título “A expansão comercial francesa no Brasil no século XIX”, dividindo-se em quatro capítulos. O que inicia o estudo aborda a questão do comércio exterior francês no quadro global da economia francesa, tendo por eixo o problema do en-

frentamento da concorrência pela conquista de mercados externos para a França.

Estabelecidos os marcos básicos desse processo, avaliamos especificamente a posição do Brasil no contexto dos interesses comerciais franceses. Assim, no capítulo 2, examinamos a montagem de uma rede de informações sobre o mercado brasileiro tendo por base a representação consular. No capítulo 3, analisamos o conjunto das informações, assim produzidas, sobre as perspectivas e as possibilidades existentes para esses interesses. O capítulo 4, fechando a primeira parte do trabalho, traça ainda que em linhas gerais, mas de forma mais concreta, aqueles que foram efetivamente os caminhos da expansão comercial francesa no Brasil, na segunda metade do século XIX.

Cabe aqui observar que a riqueza da documentação sobre o Brasil, localizada e pesquisada na França, permitiu que muitas vezes fossem feitas “duas leituras” das mesmas fontes. Isto ocorreu, especialmente, na elaboração dos capítulos 2 e 3, que têm por base a mesma documentação, lida sob ângulos diferentes. Observe-se ainda, a este propósito, que as informações contidas nos relatórios consulares, frutos do interesse comercial francês no país, permitem uma série de dados sobre a produção e o comércio no Brasil.

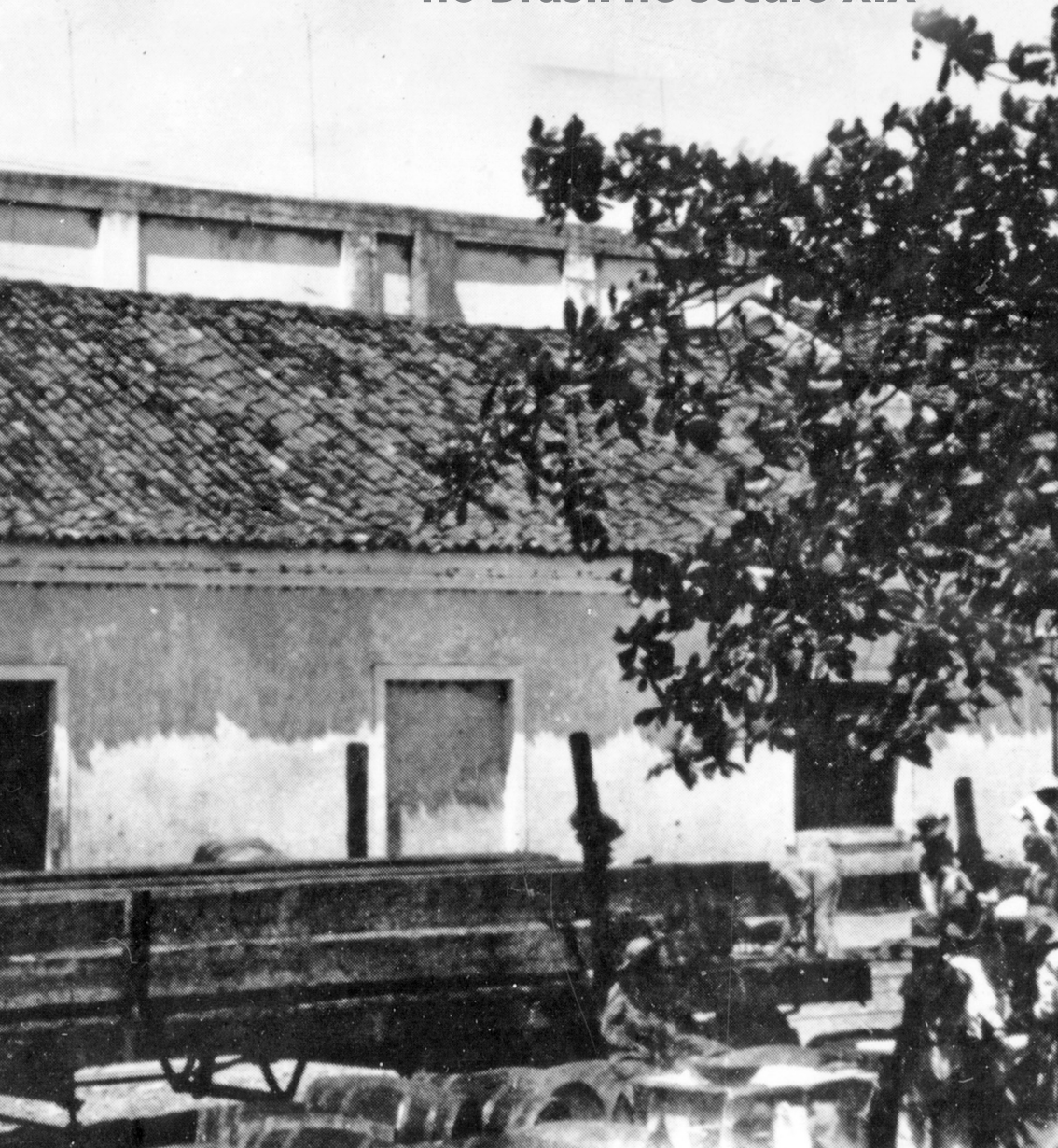
A partir desse quadro, introdutório ao tema mais específico, estudamos a atividade de uma casa comercial francesa no país. A parte II tem assim por título “Uma casa comercial francesa no Nordeste: a *Boris Frères* no Ceará (1872-1930)”. Essa abordagem implica, inicialmente, na necessidade de conhecermos esse espaço-tempo que os Boris iriam encontrar. Dessa forma, o capítulo 5 aborda a evolução da economia cearense no decorrer do século XIX, em especial, o contexto dos anos 60/ 70, que consolidaram sua integração à Divisão Internacional do Trabalho. O capítulo 6 trata do processo de instalação da Casa Boris sob o eixo externo, ou seja, do impulso francês para os mercados exteriores. No capítulo 7, avaliamos, detidamente, as relações estabelecidas pela *Boris Frères*, na primeira década de sua atuação, no mercado cearen-

se, relações essas que lançaram as bases de sua presença comercial na província. O capítulo final, que abrange os anos de 80 a 1930, analisa o processo de consolidação, expansão e posterior declínio dessa casa importadora-exportadora.



Parte I

A expansão comercial francesa no Brasil no século XIX



Autrefois, les Bourgeois de Paris étaient nobles et portaient des armoiries. Aujourd'hui, leur noblesse n'est pas écrite sur un parchemin que le temps ronge et détruit; elle est inscrite en caractères ineffaçables sur le registre des bienfaiteurs de l'humanité. Il suffit, pour s'en convaincre, de jeter les yeux sur l'immense population d'ouvriers et d'employés qui vivent du travail que ne cessent de leur fournir les manufactures, les usines et les maisons de commerce. Nous ajouterons que les Bourgeois de Paris exportent dans les deux hémisphères, non-seulement des marchandises et les produits de l'industrie, mais encore la civilisation, le progrès et, par suite, les éléments d'une aisance jusqu'alors inconnue.

(Annuaire des notables commerçants de la ville de Paris, 1861)

França: crescimento industrial e comércio exterior

A expansão comercial francesa no Brasil, no século XIX, foi um processo histórico articulado à evolução da própria economia francesa como um todo, mas especialmente à evolução da indústria e do comércio exterior na França no século citado.

A periodização da história econômica desse país nos cem anos que se estenderam de 1815 – o da paz na Europa após as guerras napoleônicas – a 1914 – assinalando o início da Primeira Guerra Mundial anos esses que podem ser considerados por muitos historiadores como o mais correto balizamento cronológico do século XIX, tem apresentado dificuldades para a historiografia francesa. Segundo Beltran e Griset (1988, p. 7 e 9), “toda periodização da história econômica da França implica em escolhas susceptíveis de serem contestadas” e “a interpretação [do crescimento da França no correr do século XIX] suscita a formulação de hipóteses diferentes e mesmo divergentes”.

Para o historiador cujo objetivo e interesse estão circunscritos a um dos polos extremos do comércio exterior francês – no caso, o Brasil – e que, portanto, aproxima-se de forma indireta da história econômica da França, as dificuldades são ainda maiores.

Contudo, é possível considerar que existe um certo consenso na historiografia francesa de que a periodização referida comportaria três fases distintas: 1815-1860, 1860-década de 1890 e dos anos 1890 a 1914. Essas fases são caracterizadas, respectivamente, como tendo correspondido a um crescimento, seguido de uma desaceleração ou estagnação, conforme diferentes historiadores, e a uma retomada desse crescimento.

As divergências existentes dizem respeito em essência à caracterização mais correta da segunda fase – de 1860 à década de 90 ou seja, à natureza e à datação da “crise” desses anos, e à determinação cronológica do início da terceira fase – dos anos 1890 a 1914, variando as interpretações segundo o referencial da análise, tomado de diferentes aspectos da economia francesa, como preços, comércio exterior, produção industrial etc.¹ De fato, trata-se de uma caracterização problemática, pois, embora se fale em “desaceleração” ou “estagnação”, são inegáveis alguns sinais da expansão.

Apesar das divergências, uma questão de fundo parece permear os estudos sobre a história econômica da França no século XIX. Essa questão reside na busca da(s) razão(ões) pela(s) qual(ais) esse país foi suplantado por outras nações industriais no correr de um longo processo que se iniciou na segunda metade do século XIX e se afirmou no XX. Em outras palavras, essa questão consiste em por que a França teria perdido a corrida pela melhor posição no mercado mundial. Sobre isso dizem Beltran e Griset (1988, p. 11):

[...] A história econômica da França implica igualmente certas escolhas em termos de problemáticas. Por trás de numerosos encaminhamentos históricos se desenha a pesquisa sobre um sucesso ou a constatação de um fracasso. Uma larga parte da historiografia francesa parece ter sido marcada pela comparação com o vizinho, o concorrente e, por vezes, o inimigo: a Alemanha. A evolução recente das pesquisas históricas, consagradas às verdadeiras características do crescimento francês, desvincula-se com

¹ Veja-se, por exemplo, Labrousse (1976), especialmente o item 1.3 “Lectures et esquisses d’une périodisation” e ainda Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985).

dificuldade dessa perspectiva. A crise dos anos 1970-1980, pelas questões que levanta sobre o futuro econômico da Europa, reintroduziu com efeito a problemática da competição.

Centrando-se a atenção na presença do capital mercantil francês no Brasil, no século XIX, deve ser observado inicialmente em que momento da conjuntura econômica francesa teve início a expansão comercial em direção ao mercado brasileiro e, em seguida, como evoluiu essa conjuntura no quadro dos problemas colocados pela concorrência entre diferentes potências pelo controle de mercados, como o do Brasil. O interesse está, dessa forma, referenciado à posição ocupada pela França nas correntes do comércio internacional – especialmente para a América Latina.

Assim como existe um certo consenso sobre uma periodização “básica” para a história econômica da França no século XIX, existe um espaço de não divergência na historiografia francesa: é aquele que diz respeito ao crescimento havido nesse país no chamado Segundo Império, mas especialmente nos anos 1850.² Essa constatação é fundamental para o objetivo que temos em mente, porque são exatamente esses anos que marcam o começo da expansão comercial francesa para o Brasil.

De início vale assinalar o grande desenvolvimento do sistema de transportes então ocorrido e que teve um papel fundamental na formação de um mercado nacional unificado, especialmente a expansão do transporte ferroviário a partir da década de 1850. A esse respeito, diz Léon (1976b, p. 290-297):

² O “2º Império” na França teve sua origem em 1848 quando Luís Napoleão Bonaparte foi eleito para a presidência da República Francesa. Em 1851, através de um golpe de estado, com a dissolução da Câmara e uma nova constituição, Luís Napoleão Bonaparte preparou a instauração do Império referendado por um plebiscito que o consagrou Napoleão III em 1852, e que se sustentaria até 1870, ano da guerra franco-prussiana. A análise de todo esse processo, do ponto de vista político-ideológico e social está na clássica obra de Karl Marx, “O 18 de brumário de Luís Bonaparte”, com diferentes traduções e edições em língua portuguesa.

E o crescimento do tráfico ferroviário que dá ao movimento do tráfico interior, e por consequência, à dinâmica do mercado, toda a sua força ascendente. Desde os anos 1850, ele é extremamente rápido. Em 1857, o tráfico ferroviário ultrapassa largamente o fluvial [...] e em 1866 excede o tráfico das estradas [...]. De 1851 a 1861, o tráfico global ferroviário de mercadorias [teve um aumento] de 724,4%; de 1861 a 1869 ele aumenta em 64,7% [...] O movimento diminui em seguida, mas em quantidades absolutas a progressão é impressionante [...] No total, de 1851 a 1876, o tráfico ferroviário teve um aumento de 1.590% [...]. A estrada de ferro representa 11% dos transportes em 1851; passando para 63% desde 1876. [...] O volume do tráfico ferroviário [em toneladas transportadas] havia quase quadruplicado num espaço de trinta anos [1851 a 1882], e o movimento aparecia sem medida de comparação com aquele do período precedente [anterior a 1850]. [...] O deslocamento de homens caminhava lado a lado com aquele das mercadorias [...] graças à via férrea, a França tinha largamente entrado na era dos deslocamentos em massa e a amplitude do movimento parecia bem dar conta deste alargamento extraordinário, de natureza tanto qualitativa quanto quantitativa, da qual se aproveitava um mercado nacional enfim e verdadeiramente unificado.

Sob o ponto de vista do desenvolvimento da navegação francesa, também ocorreram mudanças no período do 2º Império. Embora, até a virada do século XIX, os navios a vela tenham tido mais importância no movimento marítimo do que os navios a vapor, foi em 1860 que a França inaugurou sua navegação transatlântica utilizando este tipo de energia, o que foi feito em direção à América.³

Acompanhando a extensão das vias de transporte, a rede telegráfica estendeu-se a partir de 1851.

A telegrafia cobria então a Europa e punha em comunicação os dois mundos por cabo; na França ela transmitia em 1869 mais

³ Segundo Levasseur (1912, p. 401), foi somente ao iniciar-se o século XX que houve um aumento crescente no número e tonelagem dos vapores em relação aos veleiros, tendo a tonelagem mais do que quadruplicado: “O poder das máquinas dos navios a vapor que era de 60.000 cavalos em 1869 [passou] a 350.000 em 1890”.

de 4 milhões de despachos por conta de particulares. A comunicação instantânea do pensamento, acompanhando o transporte rápido das pessoas e das coisas, operava uma revolução no grande comércio. O correio, cujo serviço recebeu diversos melhoramentos notáveis, transportava três vezes mais cartas e impressos em 1865 que em 1847. Com tais condições, o comércio exterior não podia deixar de crescer (LEVASSEUR, 1912, p. 278-279).

O novo sistema para concessão, pelo Estado, da construção de estradas de ferro a companhias privadas permitia a estas emitir títulos sem fundo real, garantindo ao Estado parte do capital. As companhias então lançaram mão do mercado de ações. Assim, grandes grupos financeiros e bancários – como os Rothschild e os Péreire – associados também a setores industriais, ao investirem na construção da malha ferroviária francesa, passaram efetivamente a controlá-la. Esse processo de concentração de capitais gerou, no mercado financeiro, uma grande especulação com títulos.

Segundo Levasseur (1912, p. 257), os anos de 1852 a 1856 foram “a idade de ouro da Bolsa”. O eixo do mercado de capitais na Europa, que, desde o começo do século, estivera em Londres, transferiu-se para Paris, de tal forma que “trabalhava-se muito, especulava-se muito também e em condições vantajosas, porque as mercadorias e os títulos valiam quase sempre mais no dia seguinte do que na véspera”.

Analisando a participação francesa no crescimento do comércio europeu em meados do século, Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985) consideram que, entre as “vantagens” da França perante seus concorrentes, uma estava ligada à expansão do setor ferroviário. Dizem os autores:

[...] os meios industriais e financeiros de que o país se dotou para criar sua rede ferroviária lhe permitiram, depois de 1856, investir largamente no estrangeiro para construir as primeiras estradas de ferro mediterrânicas, abrir o canal de Suez, valorizar o Egito, cuja produção algodoeira era indispensável uma vez interrompido o fornecimento americano, durante a guerra civil, mas também para desenvolver novos mercados de exportação. Daí decorre que as vendas efetuadas aos países onde os principais investimentos tinham sido realizados (a Espanha, a Itália,

a Turquia e o Egito) atingiram mais de meio bilhão de francos em média em 1863-1865, um quinto da cifra dos negócios realizados nos mercados exteriores, contra 14,7% em 1853-1855; e os bens de equipamento figuraram pela primeira vez entre os produtos exportados, 62% dos fornecimentos de material ferroviário, durante este período, tendo sido reservado a esses quatro países. Um novo setor foi, portanto, aberto à exportação (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 44).

Os bancos e sociedades financeiras foram favorecidos por medidas legais como a lei de 1867 que, regulando as condições de formação e de existência de diferentes tipos de sociedades reunindo capital de investidores, “as isentou da autorização governamental [e assim] facilitou a criação e o funcionamento não apenas dos estabelecimentos de crédito, mas também de sociedades comerciais de todos os gêneros”. Acrescenta-se a isto o fato de que “o hábito de depositar em bancos fundos de caixa e de fazer pagamentos por mandatos começava, embora muito lentamente, a se vulgarizar na França e por uma grande massa de capitais à disposição do crédito” (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 258-259).⁴

Nos anos de 1850 e 1860, que nos interessam particularmente, a indústria francesa incorporava uma série de descobertas e inovações técnico-científicas fundamentais, embora houvesse, do ponto de vista de sua propagação e adoção, uma diversidade, segundo a região e o setor industrial. Sobre isso diz Léon (1976c, p. 475-501):

No decorrer do nosso período [1789-1880, estudado pelo autor] são muitas as inovações do ‘tipo global’, que, pela cadeia de inovações secundárias que elas implicam, têm o papel principal. É certo que elas exerceram uma influência particularmente decisiva a partir dos anos 1860; a descoberta e a difusão de procedimen-

⁴ Daumard (1974) analisa a origem, o montante e a natureza dos capitais investidos no estrangeiro, que foram captados entre poupadores e capitalistas franceses. Segundo Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985, p. 20-21), nos decênios de 1850 e 1860 o montante dos investimentos de capital no estrangeiro absorveu um quarto da poupança disponível.

tos fundamentais da produção do aço, o desenvolvimento de ‘la houille blanche’ ou a aparição da eletrometalurgia criam, por elas mesmas, complexos de inovações tecnológicas, que introduzem a industrialização da França em vias totalmente novas [...]

Desde o 2º Império, a máquina a vapor moderna está constituída; ela se presta a todos os tipos de usos industriais e torna-se o instrumento propulsor por excelência [...]

[...] Os procedimentos de técnicas siderúrgicas de base desde o 2º Império beneficiam-se de transformações revolucionárias [...]. Esta ‘revolução do aço’ iria permitir a substituição do ferro por um metal de alto valor industrial [...] e também o produzir em massa. Foram essencialmente os progressos das estradas de ferro e sua demanda crescente de trilhos que, na matéria, orientarão a inovação [...]. Desde o começo dos anos 1860, uma parte importante da siderurgia francesa [adota o processo Bessemer [...] que permitia produzir massivamente e rápido aços de alta qualidade].

Desde os anos 1870 e o começo do decênio seguinte, começa uma segunda ‘revolução técnica’, que dominava a jovem força da eletricidade, saída diretamente de ‘la houille blanche’ [...]

[...] a química propriamente dita, neste período final dos anos 1860-1880, saindo da era dos tateamentos e incertezas, lançava-se em vias novas, de uma extrema fecundidade [...]⁵

A difusão das inovações técnicas, com suas possíveis aplicações industriais, pode ser medida, ainda que aproximativamente, pelo número

⁵ Bernal (1976, p. 612), analisando as etapas da evolução do processo da fabricação do aço, no período de 1850 a 1880, diz: “Em conjunto, estes três processos inauguram a idade do aço, primeiro completando rapidamente a substituição de madeira como material estrutural na engenharia, depois substituindo o ferro fundido da manufatura de rails, navios e canhões. Aço barato iria ser a base sobre a qual se construiria o imperialismo dos fins do século XIX, com a sua ênfase no comércio oceânico, na exploração das colônias tropicais pelo desenvolvimento dos caminhos-de-ferro e dos portos, e com os seus preparativos cada vez mais dispendiosos para a guerra terrestre e naval”.

de patentes de invenção então concedidas. Segundo Levasseur (1912, p. 257), “sob o reinado de Luís Felipe [1830-1848] esse número não tinha ultrapassado 2.937, sob o Império [1851-1870] se elevou a 6.193”. Bairoch (1976, p. 227) aponta para o período de 1840-42 a 1858-60 um crescimento de 5% ao ano nesse número.

É nesse contexto que devem ser compreendidas as Exposições Nacionais e Internacionais, sobretudo estas últimas, ocorridas em Paris e Londres, entre 1850 e 1900. Gérault (1901, p. 61) resume bastante seus objetivos ao dizer:

A primeira vantagem e a mais importante que se tira das exposições, segundo seus defensores, consiste em um crescimento formidável de nosso comércio exterior. As exposições são um meio prático oferecido aos industriais de revelar os progressos que atingiram e de afirmar sua superioridade. [...] As exposições oferecem um meio de propaganda excelente: bem mais que os prospectos, bem mais que os anúncios, mais mesmo que os viajantes de comércio, elas* são capazes de agir sobre o espírito da clientela possível e de produzir uma profunda impressão sobre o comprador do estrangeiro, que é posto em contato com o produto, permitindo-lhe examinar e comparar os produtos que ele ignorava e ignoraria sempre sem elas. Eis aí a tese.

A França realizou sua primeira Exposição Universal em 1855, em Paris, a qual, segundo o autor citado acima, teria sido a única efetivamente a ter reflexos positivos sobre os índices do comércio exterior. Para Levasseur (1912, p. 376), a possibilidade do transporte de grandes massas, inaugurado com a era dos trens e vapores, “tornou possível essas grandes exibições na segunda metade do século XIX” e assim, por exemplo, “a Exposição Universal de 1867 contou com 52.280 expositores e aproximadamente 14 milhões de visitantes”. Seguiram-se, em Paris, as Exposições de 1878, 1889 e 1900.⁶

⁶ Para uma compreensão mais ampla do significado dessas Exposições, no quadro da “modernidade industrial” das “sociedades produtoras de mercadorias”, veja-se Hardman (1988), especialmente o cap. 2 (“Exposições Universais. Breve itinerário do exibicionismo burguês”).

O desenvolvimento industrial se caracterizou pela predominância do setor têxtil até 1870. Alicerçado na produção de tecidos de algodão, seda e lã, esse setor primou pela especialização de produtos de qualidade. Tendo sido o elemento motor do crescimento industrial durante toda a primeira metade do século XIX, foi o mais rápido na adoção das inovações tecnológicas. Segundo Léon (1976c), os mecanismos de fiação, movidos a vapor e construídos em metal, ocuparam o lugar das brocas em número crescente, passando de 216 em 1827 para 600 nos anos 1870. A rapidez da rotação das brocas, que era de 3.000 turnos/minuto em 1836, atingiu 7.000 turnos em 1876. Paralelamente, os teares mecânicos, que eram 5.000 em 1834, passam para 85.000 em 1875, embora coexistissem nesse ano com 80.000 manuais, “cujo desaparecimento será definitivo somente a partir de 1895” (LÉON, 1976c, p. 484-496). O consumo de algodão pelas indústrias francesas cresceu em 94% no período compreendido entre 1855 e 1884 (LÉON, 1976b, p. 297).

A partir do 2º Império, a indústria metalúrgica começou a ocupar um papel preponderante, constituindo a base para o crescimento das indústrias de bens de equipamento. Entre 1859 e 1869, a produção de aço pulou de 23.117 para 110.224 toneladas (LEVASSEUR, 1912, p. 311). A França, porém, dependia da importação do carvão mineral, necessário a esse ramo industrial, principalmente levando-se em conta o grande crescimento do consumo dessa matéria-prima que, entre 1847 e 1873, teve um aumento global de 251,3% (LÉON, 1976b, p. 297). No primeiro desses anos, 1847, a produção nacional deixou de cobrir 2 milhões de toneladas necessárias ao consumo nacional, e, em 1880, devido ao crescimento industrial, essa cifra chegou a 9 milhões (LÉON, 1976e, p. 554).

Com relação às estruturas industriais, observa-se que, no setor têxtil, até os anos 1860, predominou a dispersão em empresas de pequeno e médio porte. Mas, a partir de então, começaram a se fazer sentir mudanças no sentido da concentração industrial, sobretudo no ramo têxtil-algodoeiro. Esse processo foi acompanhado por uma polarização geográfica crescente da atividade industrial na França que, a partir do decênio 1860-70, tornou as regiões Norte e Nordeste crescentemente

preponderantes sobre as demais (LÉON, 1976d, p. 503-541, e LÉON, 1976e, p. 543-580).

As unidades produtivas de tipo artesanal subsistiram na indústria no decorrer do século XIX, uma vez que a tendência à concentração não eliminou a existência de inúmeros “ateliers” que produziam ferramentas, utensílios domésticos, artigos de moda, etc. Assim, a coexistência de uma tendência à concentração em setores-chave, com uma dispersão em pequenas unidades produtivas, colocando no mercado uma grande diversidade de produtos de consumo corrente, constituiu um traço característico do setor industrial francês na segunda metade do século XIX.

“Em 1851, a pequena indústria compreendia ainda 1,5 milhões de ‘mestres’ e 2,8 milhões de trabalhadores, enquanto que a grande indústria tinha reunido 124.000 patrões e 1,3 milhões de operários, e em 1881, a situação tinha pouco evoluído” (LÉON, 1976d, p. 519). Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985), apontando para a resistência no tempo dessa estrutura industrial, afirmam que “em 1906, contava-se ainda com mais de um milhão de estabelecimentos industriais com menos de 50 operários (sobre um total de 1,16 milhões), com 2,9 milhões de operários, ou seja, a metade do efetivo global” (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 64).

No período 1875-1884, a produção de têxteis representava 16,1% do total da produção industrial, as indústrias alimentícias, 15,6% e as de vestimenta, 16,8%, enquanto que a indústria carbonífera representava apenas 1,7%, a metalurgia pesada e diferenciada, 10,1%, e as indústrias químicas, 2,1% (LÉON, 1976a, p. 614).⁷

Associado ao incremento da atividade industrial, verificou-se, a partir do 2º Império, um processo de urbanização progressiva. “[Esta], em rápido progresso nos anos 1850-1880, faz da cidade um centro de atração, de trabalho, de distribuição sem igual; ela engendra a constituição de mercados regionais e inter-regionais; ela aparece nesse movimento como [um fator] dominante” (LÉON, 1976b, p. 281).

⁷ Léon cita dados de T. J. Markovitch.

Assim, a partir de meados do século, ocorre um aumento contínuo da população urbana. Segundo Armengaud (1976, p. 223-224), a população rural, que representava 75,6% da população total em 1846, passou a representar 64,0% em 1886 e “este movimento de despovoação rural que antes de 1846 não se tinha quase manifestado a não ser em algumas regiões, e em escala local, estendeu-se progressivamente para a maior parte do território”.

Observando-se esse processo com relação à distribuição por setores de atividade, verifica-se que, em 1851 (segundo o recenseamento então feito), o número de habitantes vivendo da agricultura representava 56,8% do total da população, enquanto que à indústria e ao comércio cabiam 20,6%. Já o recenseamento de 1886 revelou que da agricultura viviam 46,6%, cabendo 35,6% à indústria e ao comércio (ARMENGAUD, 1976, p. 221).⁸

Nesse processo urbano-industrial, “os trabalhadores estrangeiros [sobretudo italianos, espanhóis, alemães, belgas e suíços] trouxeram uma contribuição insubstituível ao funcionamento da economia francesa” (ARMENGAUD, 1976, p. 211), uma vez que o fraco crescimento demográfico na França, devido sobretudo às baixas taxas de natalidade, colocava a necessidade de mão de obra estrangeira.⁹

Embora todas as principais cidades francesas tenham tido um considerável aumento populacional, foi especialmente Paris, favorecida pela incorporação de comunas vizinhas, que aumentou seu contingente, pas-

⁸ Note-se que, até os anos 1880, a agricultura teve um peso importante na repartição da população ativa e na economia como um todo. Sua evolução no século XIX, apesar das variações regionais e das crises, pode ser caracterizada, de modo geral, por um crescimento e diversificação da produção, pela difusão de novas técnicas agrícolas, pela utilização mais racional do solo e por uma ampliação das áreas cultivadas. Ao lado da introdução de “novas culturas”, como a batata e a beterraba, tiveram grande desenvolvimento culturas como a da videira. Entre 1852 e 1882, a produção agrícola cresceu em 80%. Os mercados urbanos e vias/meios de transporte em expansão tiveram aí um papel fundamental. Cf. Lévy-Leboyer; Bourguignon (1985).

⁹ Deve-se observar que esse mesmo fraco crescimento demográfico explica a diferença da França, em relação a países como a Alemanha e a Itália por exemplo, quanto à imigração massiva para os países novos, sobretudo na América.

sando sua população de 945.721 habitantes em 1846, para 2.345.000 em 1886 (ARMENGAUD, 1976, p. 231). As chamadas “indústrias parisienses”, empregando parte dessa população, forneciam, nos anos 1864-1868, um quarto dos artigos manufaturados vendidos nos mercados estrangeiros. Assim, 17% da confecção parisiense se destinava a esses mercados, 22-26% dos artigos de Paris, 45% das máquinas, mais de 50% dos móveis e produtos de arte (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 49).

Nos centros urbanos, a atividade comercial também crescia, acompanhando “as novas formas de concentração industrial e os modernos meios de transporte”. Formas tradicionais de comércio, como os mercados centrais de vilas e cidades e as grandes feiras periódicas deram lugar a novos ou renovados agentes comerciais que passaram a servir de intermediários entre industriais e consumidores (industriais e fornecedores de matérias-primas, comerciantes e industriais, etc.). Entre 1850 e 1884, o número de registros de profissões comerciais na França passou de 1.473.000 para 1.923.000 (LÉON, 1976b, p. 282). É nesse contexto que ganham importância o “comissário de mercadorias” e os “representantes ou viajantes do comércio”. A esse propósito diz Léon (1976b, p. 288):

Enquanto a indústria antiga fabricava antes de vender, se embarcando com grandes estoques, geradores de fortes imobilizações, a indústria nova regula sua produção segundo o impulso das encomendas, transmitidas diariamente pelos viajantes [de comércio], liberando assim uma parte do capital e encontrando uma solução parcial ao problema primordial da circulação do capital.

O comércio de varejo também passava por transformações importantes que iriam, no decorrer do tempo, mudar a situação até então existente, de predomínio de pequenas, numerosas, dispersas e ineficientes “boutiques”. Surgem os grandes magazines, que se desenvolvem sob o Segundo Império. De acordo com Léon (1976b, p. 288-290),

[...] sem dúvida, eles são concernentes à Capital: mas seu exemplo será logo seguido, e, desde antes de 1860, eles irradiaram [suas atividades] para a província, graças a seus sistemas de

correspondência [...] Eles se apresentam também como grandes empresas capitalistas, às vezes apoiadas por poderosos grupos financeiros [...] Desde os anos de 1870 [os novos métodos adotados por essas empresas comerciais] transformavam a distribuição, introduzindo os meios e os métodos do grande capitalismo num setor até então artesanal.

Todo esse impulso tomado pela economia francesa no Segundo Império, mas especialmente o impulso industrial, manifestou-se na evolução de seu comércio exterior. A intensificação da produção de mercadorias exigia mercados cada vez mais amplos.¹⁰

Léon (1976c) relaciona o desenvolvimento tecnológico da França à expansão de seu comércio exterior ao dizer:

Nesta evolução progressiva que vai, em alguns decênios, transformar o panorama tecnológico [...] o papel desempenhado pelas condições econômicas se revela, senão exclusiva, no mínimo essencial.

Certamente, no decorrer do período 1815-1880, o comércio exterior da França conheceu um desenvolvimento considerável; o crescimento não é, talvez, mais do que recuperação, até aproximadamente 1830; ele se afirma de 1830 a 1860, se consolida a partir de 1870, favorecido pelo reforço e as primeiras extensões de um novo império colonial, pela aquisição de mercados consideráveis e longínquos, da América Latina ao Médio-Oriente e ao Extremo-Oriente, provocando um apelo indiscutível à sua produção industrial (LÉON, 1976c, p. 478).

O autor, entretanto, ao comparar as conquistas do comércio exterior da França às de outra potência econômica – a Inglaterra, considera que esse apelo à produção industrial não deve ser “superestimado”. Para tanto, considera a diferença existente entre a natureza das exportações

¹⁰ Bairoch (1976, p. 7) afirma, em relação ao século XIX, que “[este] é o século no qual o papel desempenhado pelo comércio exterior foi o mais determinante para a economia europeia de toda a história econômica”.

britânicas e a das francesas, nas quais os produtos de luxo têm um papel fundamental, como veremos. O que nos parece, porém, que não deve ser esquecido é o fato de que novos mercados adquiridos não significam apenas espaço para colocação de manufaturados, mas também espaço fornecedor de matérias-primas. A predominância de um ou outro é definida no correr do processo e em função das áreas conectadas.

Devemos aqui lembrar que, a partir da década de 1840, a França lançou as bases para o estabelecimento de vastas áreas de domínio e exploração, constituídas por colônias e protetorados na África e na Ásia. Alguns passos importantes na formação de seu Império Colonial foram, por exemplo, a anexação do Gabão, em 1843-44; a construção do Canal de Suez, no Egito, entre 1859-1869 (citada acima por Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985), ao apontarem a relação entre o crescimento do comércio exterior e a expansão do setor ferroviário); a conversão do Camboja em protetorado francês em 1863; a anexação da parte oriental (1862) e ocidental (1867) da Conchinchina (atual sul do Vietnã); as expedições francesas ao Senegal que, a partir da década de 1850, originam a sua colonização, etc.¹¹

Sob o Segundo Império, o comércio exterior francês atingiu índices nunca antes alcançados e, segundo Levasseur (1912, p. 310 e 331) “nenhuma nação, excetuada a Bélgica, estendeu mais suas relações exteriores que a França, durante esse período”.

¹¹ Ao iniciar-se o século XX, num longo processo que envolveu conflitos entre as potências europeias, na chamada “partilha da África”, coube à França: a África Ocidental Francesa, a África Equatorial Francesa, o Marrocos e Madagascar. A África Ocidental Francesa era constituída pelos seguintes atuais países: Argélia, Mauritânia, Senegal, Costa do Marfim, Benin, Mali, Burkina, Niger e Guiné. A África Equatorial Francesa compreendia os atuais Chad, República Centro-Africana, Gabão e Congo. No Sudeste Asiático, a Indochina Francesa englobava as colônias que hoje constituem o Vietnã, o Laos e Camboja. Segundo Andrade (1991, p. 44), “Nos primeiros anos do século XX, os franceses dominavam o segundo império colonial do mundo, atendendo à expansão de suas indústrias e de seu comércio [...], possuindo terras em vários continentes e latitudes, algumas delas bastante ricas em minérios, a França dispunha de matérias-primas para desenvolver os vários setores industriais e para manter a expansão de numerosas empresas”.

Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985), para quem o período de 1860-1886 constituiu na França aqueles de sua integração na rede do comércio internacional, afirmam que “em trinta anos, de 1846 a 1875, as exportações de bens e de serviços foram multiplicadas por cinco, e seu montante, em valores correntes, passou de 0,9 a 4,5 bilhões de francos, ou seja, de 6,2% a 20,6% do produto nacional” (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 43).

A evolução do comércio exterior francês, a partir do término do Segundo Império até o final do século XIX, é avaliada por Levasseur (1912) como tendo sido constituída por três períodos distintos.¹² O primeiro, de 1871 a 1881, ter-se-ia caracterizado pelo crescimento desse comércio – após a Guerra Franco-Prussiana e apesar da crise de 1873 – apoiado, sobretudo, num aumento das importações de matérias-primas.¹³ O segundo, de 1881 a 1895, corresponderia a uma estagnação, ou mesmo decréscimo. Sobre esse período, influíram uma nova crise geral, no começo do decênio de 1880 – com queda nos preços e estagnação nas indústrias –, que atingiu alguns países europeus e também os Estados Unidos, mas principalmente o retorno progressivo a uma política protecionista na França.¹⁴ O terceiro período, a partir de 1896, teria sido

¹² Cf. especialmente o livro VI, cap. XI, da obra de Levasseur (1912).

¹³ A Guerra Franco-Prussiana de 1870 a 1871, causada pelo temor na França suscitado pela unificação e pelo expansionismo alemães, teve como uma de suas consequências para a França a perda da região da Alsácia-Lorena, importante tanto por sua produção industrial como mineral. Este acontecimento estaria mais tarde entre as origens da Primeira Guerra Mundial. A crise de 1873 na França, foi causada pelo ritmo intenso da atividade industrial-comercial, gerando uma grande especulação financeira, na fase de recuperação do pós-guerra.

¹⁴ A política alfândegária francesa caracterizou-se no seu conjunto, no século XIX, pelo protecionismo. Merecem menção, entretanto: 1) o chamado período de vitória da corrente liberal, de curta duração, inaugurado com o Tratado de 1860 com a Inglaterra, ao qual se seguiram tratados com outras nações no sentido de amenizar as restrições colocadas por altas taxas de importação. Essas medidas visavam facilitar a entrada de matérias-primas, mas, ao possibilitar também a concorrência de manufaturas estrangeiras com manufaturas francesas, levantou a resistência dos industriais franceses. A estes, juntaram-se no correr do processo os produtores agrícolas também insatisfeitos com a concorrência estrangeira; 2) o retorno ao protecionismo a partir da Tarifa de 1881, que culminou com a Tarifa de 1892 (Tarifa Méline). A Fran-

mercado por um crescimento do comércio exterior, acompanhando uma fase de prosperidade geral dos mercados.

Tomadas em seu conjunto e no correr de todo o século XIX, as importações francesas caracterizaram-se, essencialmente, pelas matérias-primas necessárias à indústria (o algodão, o carvão, a lã, a seda bruta, as peles, a madeira) e pelos produtos alimentícios (açúcar, cereais, carnes, cacau, café). As exportações, por seu turno, estiveram baseadas nas manufaturas compostas pelos tecidos, os objetos de luxo e decoração (os chamados “artigos de Paris”) e os vinhos.

Tabela 1 – Estrutura do comércio exterior francês, por tipos de mercadorias, em milhões de francos

DECÊNIOS	IMPORTAÇÕES			EXPORTAÇÕES		
	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	MATÉRIAS-PRIMAS	MANUFATURAS	PRODUTOS ALIMENTÍCIOS	MATÉRIAS-PRIMAS	MANUFATURAS
1827-1836	90,9	186,4	4,6	89	3,3	300,6
1837-1846	115,3	344,0	8,9	91	6,2	448,6
1847-1856	227,5	509,0	11,7	205	18,4	748,0
1857-1866	380,0	1.137,0	46,0	450	103,6	1.303,0
1867-1876	647,0	1.591,0	167,2	604	240,0	1.559,0
1877-1886	1.223,3	1.635,0	240,9	591	318,0	1.529,0
1887-1896	899,4	1.577,0	202,0	558	321,0	1.538,0

Fonte: Broder (1976, p. 343-344).

Pela Tabela 1, podemos observar a primazia das importações de matérias-primas, assim como o lugar ocupado pelos manufaturados nas exportações francesas. Notável é o “salto” ocorrido no decênio 1857-1866, quando o valor das matérias-primas importadas é maior do que

ça seguia então uma tendência geral para o protecionismo, tanto da Europa como dos Estados Unidos. Para um histórico e análise do protecionismo x liberalismo na Europa, veja-se Bairoch (1986b).

a soma dos três decênios anteriores reunidos e o valor das manufaturas exportadas ultrapassa o total dos dois decênios anteriores.¹⁵

Com relação aos principais países com os quais a França estabeleceu suas relações comerciais, constata-se um predomínio da própria Europa (Grã-Bretanha, Alemanha, Bélgica, Suíça, Itália, Espanha, Rússia). No continente americano, os Estados Unidos foram o principal parceiro, sobretudo como fornecedor de algodão para a indústria têxtil, e no conjunto vinha logo após a Inglaterra em importância.¹⁶ A Tabela 2 apresenta em porcentagem a participação relativa de áreas do mundo no comércio exterior francês.¹⁷

¹⁵ Deve ser observado que as tabelas originais de Broder (1976, p. 343-344) são muito mais ricas e abrangentes, uma vez que apresentam dados para tipos específicos de mercadorias. Contentamo-nos aqui em extrair os dados referentes aos subtotais.

¹⁶ Segundo Bairoch (1976, p. 81), “a América do Norte foi, durante todo o século XIX, o principal parceiro comercial da Europa”.

¹⁷ É necessário observar o que diz o autor da tabela (BRODER, 1976, p. 322) sobre o assim denominado “Resto do Mundo”: “O resto do mundo pode, na nossa escala, dificilmente ser fracionado. Uma vez deduzida a parte do Império, no qual a Argélia tem um papel essencial, o resto é de pouca importância unitária. Nas exportações, o declínio relativo é devido tanto à ausência de vendas de bens de equipamento quanto à negligência dos mercados longínquos por parte dos exportadores e industriais franceses. Tanto para os tecidos como para os bens de consumo correntes (quinhilarias, artigos de cozinha), a França é ausente dos mercados asiáticos e do hemisfério sul (Austrália, África Meridional) [...] O crescimento das importações se explica mais simplesmente. Além do algodão oriental que ascende a nosso mercado graças à Guerra Civil Americana (oriundo do Egito, das Índias e do Império Otomano), é necessário considerar as compras crescentes de seda asiática, de lã e de peles do hemisfério Sul”. Conforme fica claro pelas colocações do autor, os mercados constituídos pelas colônias e protetorados franceses não estão aí incluídos. A respeito da participação do continente africano e asiático no comércio exterior francês Bairoch (1976, p. 222-223), diz: “[A Ásia] absorve ainda 1% das exportações francesas até 1890 e um pouco mais de 2% de 1900 a 1910, mas fornece proporções crescentes das importações: 4% de 1830 a 1860, 10% em 1890 e 12% em 1910. As trocas com a África são mais equilibradas, a parte desse continente passa de alguns 5-7% das trocas até 1890 a 11-12% em 1910. Globalmente as regiões qualificadas hoje de Terceiro-Mundo representaram para a França um escoamento relativamente estável absorvendo aproximadamente 21-23% de suas exportações. Por outro lado, as compras provenientes do Terceiro-Mundo progrediram em termos relativos bastante rapidamente, passando de 21-23% em 1830-1840 a 34% em 1910”.

Tabela 2 – Repartição geográfica do comércio francês, em porcentagem

DECÊNIOS	IMPORTAÇÕES %			EXPORTAÇÕES %		
	EUROPA	AMÉRICA	RESTO DO MUNDO	EUROPA	AMÉRICA	RESTO DO MUNDO
1827-1836	70	20	10	64	19	17
1837-1856	68	19	13	65	19	16
1857-1876	72	14	14	76	13	11
1877-1896	65	16	19	74	13	13

Fonte: Broder (1976, p. 321).

O que ressalta dessa tabela é que, do ponto de vista das importações francesas – onde predomina, como vimos acima, a compra de matérias-primas – a parte relativa aos continentes africano, asiático e à Oceania é a que apresenta um crescimento ininterrupto. Já do ponto de vista das exportações, é a parte da Europa que apresenta um crescimento regular entre os compradores da França. Segundo Broder (1976, p. 321-322),

esta proporção passa de dois terços no começo do século para três quartos no seu fim [e esta evolução] está em relação direta com a natureza das exportações que se dirigem às camadas mais favorecidas de consumidores, [as quais] se existem além-mar (e singularmente na América Latina), estão em expansão quantitativa apenas na Europa e nos Estados Unidos.¹⁸

O mesmo autor, comparando números relativos ao comércio exterior da França, Reino Unido, Estados Unidos, Espanha, Itália e Alemanha, considera que há um declínio francês no que diz respeito às im-

¹⁸ Em relação especificamente ao continente americano, diz o autor: “[Na América] decrescem tanto as exportações (-6% de 19% e 13%) quanto as importações (-4% de 20% a 16%). [Nas entradas na França] este fenômeno se explica pela baixa das importações de açúcar tanto antilhano quanto cubano e pela reorientação parcial das compras de algodão em decorrência da Guerra de Secessão. [A retomada do crescimento das importações na França no último decênio – 1887-1896 – se devem] às compras crescentes de lã e em menor medida de carne argentinas. Nas exportações a baixa é particularmente devida aos efeitos da Guerra de Secessão e ao protecionismo reforçado dos Estados Unidos que tem por consequência a queda das vendas dos tecidos franceses, particularmente as sedas” (BRODER, 1976, p. 321-322).

portações após 1880, e com referência às exportações após 1860. Mas, segundo ele, “o mais claro, o mais revelador dos problemas do comércio exterior francês é a virada dos anos 1890-1900 que vê tanto os Estados Unidos quanto a Alemanha nos ultrapassarem [aos franceses] na classificação entre as potências exportadoras” (BRODER, 1976, p. 312-313).¹⁹

Na Tabela 3 do acirramento da concorrência internacional pela conquista de mercados, “as vendas francesas [que] tinham representado um sexto das vendas mundiais em 1865 [...] não representavam mais do que 8,5% no final dos anos de 1890 (tendo as vendas dos produtos industriais recuado em vinte anos de 22% a menos de 16%)” (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 46).

Essa perda progressiva de posição é atribuída por diferentes autores a fatores ligados às especificidades do desenvolvimento econômico francês no século XIX, comparativamente ao de outras nações que se industrializaram, mas sobretudo à Alemanha.

Assim, um dos principais problemas apontados relaciona-se à estrutura dos tipos de mercadorias que compunham as exportações francesas, referida a características da industrialização. Sobre isso diz Broder (1976, p. 316-318 e 326):

De fato a análise ressalta o papel desempenhado pelos produtos agrícolas pouco ou não elaborados [...] e pelos produtos manufaturados pouco evoluídos. [Constatamos] a grande fraqueza das indústrias indutoras de progresso e o papel esmagador das atividades tradicionais [...]. O fato inquietante e que retém a atenção é a quase ausência das exportações integrando uma técnica avançada [...]. São essas indústrias que são o futuro e que fornecem os grandes serviços públicos fora de nossas fronteiras e além-mar; esses projetos nos quais a França participa largamente no domínio do financiamento. A ausência de avanço no exterior de nossas indústrias metalúrgica, mecânica e química é evidente. Uma vez que a França continua a exportar produtos para os quais – salvo o inimitável, e no entanto imitado pela

¹⁹ Diz ainda o autor: “De fato, além das grandes ilhas de açúcar, um outro espaço comercial escapou à França: O Império espanhol [...]. Os ingleses aí conquistaram posições que seriam ameaçadas no final do século apenas pelos Alemães e os Americanos” (BRODER, 1976, p. 310).

Alemanha, artigos de Paris – a concorrência pode se desenvolver facilmente, o artigo de alta técnica exportando mais valor incorporado e prestígio industrial é ausente de nosso arsenal [...]. Produtos agrícolas, têxteis e artigos de Paris formam o panorama de uma exportação que segue ao longo do século XIX uma trajetória fixada desde a segunda metade do século XVIII. Não podemos aí discernir o menor traço de uma mudança de direção para uma estrutura correspondendo às mutações da economia de países avançados. As exportações francesas são aquelas de uma grande potência comercial certamente, não de um país industrial [...] E portanto sobre uma base estreita que se efetuou o impulso do comércio francês no século XIX [...] O comércio francês dá a impressão de um desenvolvimento mais que de um crescimento. Ele se inchou, não se renovou. [...] Somente as indústrias de bens de consumo conquistaram mercados mas, além disso, em número limitado. [...] A França é, com raras exceções, praticamente ausente dos mercados de equipamento ferroviário e industrial (material têxtil) dos anos 1830-1880. Da mesma forma, dos mercados novos da mecânica, da química e da eletricidade dos anos 1870-1900.

Ainda às vésperas da Primeira Guerra Mundial,

as ferramentas, as máquinas (num sentido largo) e o material de transporte figuravam apenas com 213 milhões de francos em 1913, ou seja, menos de 5% do total das exportações de artigos manufaturados, contra 16% a 20% dos seus concorrentes imediatos. Isto constituía uma lacuna séria, pois a demanda estrangeira incidia precisamente sobre essas categorias de produtos (LÉVY-LEBOYER; BOURGUIGNON, 1985, p. 66).

Para Broder (1976, p. 321), “[...] a ausência de um avanço francês nos mercados de bens de equipamento explica o fraco crescimento [da participação] de países novos [entre os compradores da França] e portanto sua regressão proporcional”.²⁰

²⁰ É importante observar a afirmação de Bairoch (1963, p. 312), ao comparar o desenvolvimento da siderurgia entre as nações industrializadas: “Em definitivo, foi somente após 1870 que a siderurgia francesa se encontrou no nível técnico atingido pela siderurgia inglesa em 1830-1835. No conjunto, a distância entre a França e a Inglaterra pode ser avaliada em 30 a 40 anos”.

Girault (1976, p. 211) aponta o fato de que, mesmo em áreas de grandes investimentos de capital francês, essa lacuna do comércio exterior estava presente. Assim, diz ele em relação à Turquia:

Mesmo num estado como a Turquia, largamente aberta aos produtos estrangeiros, onde ativas Câmaras de Comércio francesas (Constantinopla em 1885, Smirna em 1890) foram criadas e onde o comércio francês pode dispor de notáveis apoios, graças aos investimentos franceses nos portos, nas estradas e nas vias férreas, a ausência da venda de material pesado é sintomática das carências francesas no domínio comercial.

Considerada a questão sob o ponto de vista dos transportes, especialmente do transporte marítimo, a predominância do continente europeu nas trocas comerciais francesas é apontada por Broder (1976, p. 326-332) como um dos fatores que teria levado a França a um “retardamento” na evolução de sua marinha mercante, comparativamente a outras nações. Assim, segundo o autor, em 1892, os veleiros constituíam ainda 45% da tonelagem total. Além disso, segundo o mesmo autor, o desequilíbrio do frete nas entradas e saídas de mercadorias, a favor das entradas, acabou favorecendo a navegação estrangeira nos portos franceses. Esse desequilíbrio desestimulava os armadores da França em termos de lucros: estes não seriam compensadores, visto que os navios enfrentariam muita concorrência para a obtenção de bons fretes de retorno.

Lamentando esse “retardamento” e utilizando a Alemanha como parâmetro, dizia Blondel (1901, p. 60-61):

O desenvolvimento da marinha alemã é uma prova irrecusável do esforço que faz a Alemanha, antigamente Estado terrestre e continental, para se adaptar à evolução econômica contemporânea. Desde agora a tonelagem dos grandes vapores alemães é o dobro dos nossos vapores franceses!

De 1873 a 1895, a tonelagem da navegação internacional alemã cresceu em 124%, e se examinamos o aumento do ponto de vista dos países de destino, constatamos que é sobretudo o comércio com os países de além-mar que cresceu. E assim que o aumento com relação aos Estados Unidos é de 128%, com o México, a

América Central e a América do Sul de 317%, com as índias e o Extremo-Oriente de 480% e com a Austrália de 475%.

O desenvolvimento marítimo da Alemanha e a reputação já adquirida por este país se deve em parte à rapidez de seus navios. E a Alemanha que detém hoje o recorde da velocidade no mundo.²¹

Em trabalho minucioso, no qual faz uma análise comparativa da atividade econômica e financeira da França e da Alemanha entre 1898 e 1914 – rico em detalhes para um estudo dos conflitos interimperialistas, Poidevin (1969) aponta para a “ofensiva comercial alemã” em todo o mundo e a conquista paulatina de mercados outrora franceses, a começar por aqueles vizinhos e mais importantes para a França, constituídos pela própria Europa.

Essa concorrência se estendeu, pois “os dados estatísticos mostram que o comércio francês não conseguiu estacar a concorrência alemã nas regiões do globo onde sua posição era ainda respeitável até 1898” [mas] “se, no conjunto, o comércio francês parece muito seriamente ameaçado pelo progresso da concorrência alemã, existem pelo menos algumas raras regiões do globo onde ele procura reforçar sua posição: no Marrocos e nas colônias e protetorados franceses” (POIDEVIN, 1969, p. 390 e 401).

Na América Latina, a concorrência franco-alemã do final do século XIX redundou em perdas consideráveis para a França.

As estatísticas de importação revelam um declínio das vendas francesas. Esse declínio é muito claro no Chile, na Argentina, no Uruguai; ele é menos consolidado no México. As vendas alemãs progridem no Chile, no México e se mantêm na Argentina e no Uruguai. Em 1898, as vendas alemãs são superiores às vendas francesas na Argentina, no Chile, no Peru, na Bolívia, na Costa Rica, enquanto que a França tem superioridade ainda sobre a Alemanha no México, no Equador e no Uruguai [...] na América Central a superioridade alemã sobre a França se afir-

²¹ A participação de embarcações estrangeiras no movimento comercial dos portos franceses foi sempre bastante intensa no século XIX. Segundo Lévassieur (1912, p. 708), ainda em 1909 a marinha francesa cabia apenas um quarto da tonelagem total, ficando o restante na dependência de marinhas estrangeiras.

ma por toda a parte. Na República Dominicana, a Alemanha vende três vezes mais que a França, na Guatemala cinco vezes mais. No México, as vendas alemãs alcançam e ultrapassam as vendas francesas [...] Na costa do Pacífico, a Alemanha conquistou novos mercados no Chile, no Peru, na Bolívia, enquanto as vendas francesas quase não se desenvolvem (POIDEVIN, 1969, p. 153-154 e 389).

Lévy-Leboyer e Bourguignon (1985), analisando a concorrência internacional, apresentam em números a parte das exportações francesas no comércio internacional entre 1847 e 1913. Comparativamente, o decréscimo da participação francesa e o avanço da participação da região noroeste da Europa (compreendendo a Alemanha, a Bélgica, a Holanda e os países escandinavos) podem ser vistos na Tabela 3.²²

Tabela 3 – Parte das exportações francesas e do nordeste da Europa no comércio internacional, 1847-1913, em porcentagem

%	1847	1865	1873	1887	1897	1907	1913
Parte da França	9,0	15,9	12,6	9,0	7,8	7,2	6,7
Parte do nordeste da Europa	14,0	16,6	19,6	22,1	22,9	23,0	25,3

Fonte: Lévy-Leboyer; Bourguignon (1985, p. 47).

Frente a essa perda progressiva de mercados, ocorreram na França esforços oficiais e privados no sentido da recuperação, pois “o mundo dos negócios começava a se inquietar com a concorrência alemã” (POIDEVIN, 1969, p. 804). Nesse contexto, ocorreu a reorganização da informação comercial. Visando a recuperação do comércio exterior francês, as iniciativas governamentais procuraram estreitar a relação entre agentes de informação e industriais – comerciantes, entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério da Indústria e Comércio.²³

²² A tabela original apresenta um maior número de dados quantitativos, a partir dos quais os autores fizeram o cálculo de porcentagem. Restringimo-nos aqui às porcentagens apresentadas.

²³ São expressões dessa reorganização comercial: – a criação do “Ofício Nacional do Comércio Exterior” em 1898. Centralizando as informações, publicava o “Moniteur Officiel du Commerce”, dentre outros periódicos; – a criação de cargos de “Conselheiro do Comércio Exterior”, no mesmo ano. Eram escolhidos entre industriais e

A partir aproximadamente de 1895, houve uma “retomada do crescimento” no setor industrial, com reflexos nos índices do comércio exterior.

Sob o ponto de vista do avanço industrial, essa retomada é considerada como a “Segunda Industrialização”, caracterizada sobretudo por um novo aceleração da inovação técnica e por um reforço das indústrias de bens de equipamento. “O ritmo de crescimento dos investimentos industriais se manteve em mais de 3,3% ao ano durante todo o período de 1890-94 a 1910-13”, garantindo o progresso técnico. Na siderurgia, na química e na mecânica, os investimentos em material cresceram em 345%, 267% e 387% respectivamente. Todo um conjunto de novas indústrias torna-se paulatinamente o motor do processo industrial. Avançavam a eletrometalurgia, a eletroquímica e a eletromecânica; a indústria automobilística, a aeronáutica e a farmacêutica. É a produção industrial que, a partir de então, “sustenta o progresso da produção como um todo, tendo crescido em 64% entre 1898 e 1913” (BONIN, 1987, p. 286-300).

O comércio exterior voltou a apresentar índices de crescimento. Quanto às exportações, seu “ritmo anual de crescimento triplica, de 0,86%, entre 1875 e 1895, passa para 2,74% entre 1895 e 1913. A produção industrial aumenta [e] 17% de seu total é exportado em 1895 [chegando] a 22% em 1913” (BONIN, 1987, p. 286-300). Foram as exportações de produtos manufaturados que tiveram um crescimento forte e constante após 1898. Já nas importações foram as matérias-primas que apresentaram a mesma tendência. O comércio colonial que, no conjunto do comércio francês, representava, em 1880, 4,8% das importações e 6,3% das exportações, passa para 9,4% e 13%, respectivamente (GIRAULT, 1976, p. 236).

Nesse novo impulso de crescimento das trocas francesas com o exterior, um papel importante coube às exportações de capital, ou como

comerciantes franceses; – a criação da função de adidos comerciais junto aos consulados e embaixadas em 1897 (reconhecida oficialmente em 1908), os quais se encarregaram das chamadas “missões comerciais”, em diferentes países. Cf. Parsy (1920) e Levasseur (1912).

diz Girault (1976, p. 230), “a tendência à expansão do comércio francês durante o período considerado [anos de 1880 a 1913] encontra-se ou completa a tendência similar das possibilidades de exportação de capitais”. Entre 1880 e 1914, as exportações de capital quadruplicaram em valores, o que garantiu que, por todo esse período, a França se mantivesse como o segundo país exportador de capitais do mundo.²⁴

Dessa forma, deve ser ressaltado que, se do ponto de vista da expansão comercial, a França perde progressivamente posição no mercado mundial para outros competidores, ao aproximar-se o final do século, sob o ponto de vista da expansão financeira, esse país chega às vésperas da Primeira Grande Guerra como o segundo maior “banqueiro” do mundo.

Na conquista dessa posição, a produção industrial das mercadorias e o acesso ou controle de áreas onde se desse sua distribuição, pelo comércio exterior – via fornecimento de matérias-primas e consumo dos manufaturados tiveram inegavelmente um papel fundamental. Engendraram etapas seguintes e constituíram, pois, partes inseparáveis de um processo global.

O Brasil foi parte desse processo. Na luta travada entre as potências que se industrializaram, pelas melhores posições no mercado mundial no século XIX, o país ocupou um lugar de importância na América Latina, como um mercado onde se exercia essa competição. Embora a França não tenha tido o mesmo peso que a Inglaterra – e mais tarde os Estados Unidos – no mercado brasileiro, ela constituiu, durante um longo período, a segunda potência em importância nas relações de comércio exterior do Brasil.

O processo da expansão comercial francesa para o país, sobretudo na segunda metade do século XIX, suas perspectivas, possibilidades, seus caminhos e principais agentes são objeto dos capítulos seguintes.

²⁴ Segundo o autor citado, essas exportações de capital, a partir desse período, tenderam a: 1) apresentar crescimento dos investimentos diretos; 2) dirigir-se preferencialmente para áreas distantes no globo e não mais vizinhas; 3) privilegiar determinadas áreas, como por exemplo a América Latina; 4) adotar novas estratégias de investimento no exterior, como a conquista de setores industriais e bancários.

Il n'est point besoin de revenir sur la nécessité d'une documentation parfaite en matière de commerce d'exportation et d'une organisation de propagande pour le développer. Comment y avait-on satisfait? Quels étaient pour notre commerce d'exportation les agents d'information et les services de propagande?

PARSY, P. *Le développement des exportations: l'information commerciale et le crédit à l'exportation en France et à l'étranger*, 1920

Comércio e diplomacia: a urdidura francesa sobre o mercado brasileiro

A abertura dos portos brasileiros em 1808, marcando o final de três séculos de monopólio comercial da metrópole sobre a colônia, constituiu o marco inicial do que viria a ser a expansão comercial francesa no Brasil do século XIX. Mas, “as relações comerciais entre a França e o Brasil [...] só tiveram início depois que foi restabelecida, em 1814, a paz na Europa” (DEVEZA, 1974a, p. 153).

Para o historiador que se debruça sobre a história dessas relações franco-brasileiras, sob o ângulo dos documentos oficiais e da literatura pertinente franceses, o que chama de imediato a atenção é o “conhecimento” produzido sobre o Brasil enquanto mercado, desde as primeiras décadas do século XIX, apesar de sua pouca importância no conjunto do comércio exterior francês. A anciandade dessa produção, sua regularidade, sua quantidade e abrangência e, finalmente, as suas formas são elementos importantes de análise na medida em que, por via desse conhecimento produzido, se deu a aproximação primeira entre industriais e comerciantes franceses e o mercado brasileiro, ao mesmo tempo em que se forjou uma imagem desse mercado.

Era na teia da representação consular francesa que se encontrava a maior e mais sistemática fonte de informações sobre o Brasil.

Essa representação teve sua origem no “tratado de amizade, navegação e comércio, assinado a 8 de janeiro de 1826, [que] confirmava o reconhecimento da independência, regulava a representação diplomática e fixava as bases de transações comerciais de acordo com as cláusulas do tratado britânico” (CAMPOS, 1976, p. 376).

Entretanto, anteriormente mesmo ao estabelecimento de representantes oficiais permanentes do governo francês, extensos e minuciosos relatórios contendo informações as mais variadas sobre o Brasil já existiam na França. O primeiro de que temos notícia, conservado nos *Archives Nationales* de Paris, data de 1823. Intitulado “Informações sobre o Brasil”, era da alçada da Direção do Comércio Exterior, pertencente ao Ministério da Agricultura, do Comércio e Obras Públicas. As informações nele contidas são muito sucintas, dizendo respeito especialmente aos principais gêneros de produção do país, porém de grande abrangência geográfica, englobando 14 províncias, do Pará ao Rio Grande do Sul, incluindo Goiás. Seu autor antevia a essência do interesse comercial francês no Brasil, durante o século XIX. Dizia ele:

O comércio que se faz entre a França e o Brasil pode ser considerado como uma vantagem para nosso país, já que ele troca quase que apenas artigos manufaturados por produtos agrícolas, e que esta troca se opera, podemos dizer exclusivamente, por navios de nossa nação.

O pensamento assim expresso acompanhava as novas teorias econômicas advindas com a Revolução Industrial. A evolução da Teoria das Vantagens Comparativas, no comércio entre diferentes nações, e da Doutrina do Livre Cambismo, desenvolvidas por teóricos como Adam Smith, David Ricardo e John Stuart Mills, desde o último quartel do século XVIII e no decorrer do século XIX – traduziram-se, na realidade dos mercados, numa Divisão Internacional do Trabalho. Nesta, Brasil e França teriam participação com posições diferenciadas.¹

¹ Veja-se a respeito das teorias econômicas liberais e o comércio internacional: Singer (1978) e *Encyclopédie économique* (1984).

A representação consular das diferentes nações – sobretudo daquelas que já haviam ingressado no processo da revolução industrial e precisavam ampliar seus mercados consumidores de manufaturas e fornecedores de matérias-primas – ampliou-se *pari passu* com a vitória do livre-cambismo. Sua importância para as novas relações internacionais parece-nos bem expressa por Gallès (1861), membro do corpo consular francês em diferentes países da América Latina, quando dizia, referindo-se à disputa entre Espanha e França no processo de independência de São Domingo:

Sem dúvida, nós gostaríamos de ver se unir a esta república [Haiti] à parte espanhola de São Domingo [...] entretanto, não é pelo chumbo nem pelo ferro que devemos tentar chegar a esta salutar fusão; nós só a conseguiremos, a nosso ver, com a persuasão, o poder da razão e o apoio de uma diplomacia local (GALLÈS, 1861, p. 21).²

A presença da representação consular francesa no Brasil tendeu a expandir-se territorialmente na razão direta em que se expandiram as próprias relações comerciais entre os dois países e estava intimamente ligada à importância crescente ou decrescente dos mercados regionais e, provavelmente, à perspectiva sobre o futuro comercial de certas áreas para os interesses franceses.

Assim, cidades como Rio de Janeiro, Salvador e Recife foram as primeiras a terem consulados permanentes. A esses consulados ligava-se uma série de “agências consulares” – restritas, na verdade, à pessoa do “agente” – formando uma verdadeira rede coletora de informações. Ao consulado de Recife, por exemplo, em 1876, estavam ligadas as agências existentes no Pará, Maranhão, Piauí e Ceará, mas também agências em pequenas cidades da região amazônica como Cameta, no rio Tocantins, e Santarém, no rio Amazonas.

Muitas agências consulares tinham curta existência, como as do interior do Amazonas anteriormente ao surto da borracha, embora, com o

² Sobre Gallès, veja-se a obra de Deveza (1976), a ele dedicada.

avançar do século XIX, a tendência fosse à regularidade. As grandes distâncias, as dificuldades de transporte, eram fatores que obstaculizavam as comunicações entre agentes consulares e o cônsul da jurisdição. Assim, a morte de um agente consular do interior do Amazonas, deixando vago o cargo, só foi de conhecimento do cônsul de Pernambuco dez anos depois, em 1876. Tendo sido nomeado novo agente, este demitiu-se alegando que “eram nulas as transações comerciais francesas na localidade”.

Entretanto, já na década de 1880, o cônsul de Recife, respondendo a uma circular do Ministério dos Negócios Estrangeiros sobre a necessidade ou não de mudanças na rede da representação diplomática no Brasil, dizia que, se, por um lado, para os interesses franceses o Amazonas e o Pará não justificavam ainda a criação de consulado ou vice-consulado, por outro lado, as agências consulares na região da Amazônia deveriam ter seu número aumentado em função do porto de Manaus, o qual deveria ter “grande importância comercial, marítima e militar, sobretudo devido à borracha”.

Assim como a borracha, o algodão brasileiro determinava a abertura ou fechamento de agências consulares. Ainda em 1876, o cônsul de Pernambuco escrevia ao ministro:

O ancoradouro de Aracati (província do Ceará) ganha desde alguns anos uma certa importância devido ao embarque de algodões provenientes do interior da província e que são dirigidos de preferência a esta localidade de exportação, mais próxima dos lugares de produção, que o porto de Pernambuco. Se este movimento comercial tender a se desenvolver, será talvez necessário nomear para este ancoradouro um agente consular: eu avisarei sobre isso ao Departamento.

Quem eram afinal os agentes consulares?

Sendo muitas vezes um cargo com um certo caráter honorífico, a conceder *status* social àquele que o detinha nesse Brasil do século XIX, muitos brasileiros desempenharam o papel de agentes consulares da França, sobretudo naquelas cidades de menor importância econômica e onde eram escassos ou inexistentes os franceses. Neste sentido, eram

aqueles que tinham um certo destaque na sociedade local – geralmente os comerciantes mais importantes – que assumiam a apresentação.

Entretanto, ao Ministério das Relações Exteriores da França interessava que, de preferência, esses cargos fossem exercidos por franceses e havia mesmo uma certa pressão sobre o Ministério na França, por parte dos interessados, para que os cônsules fossem recrutados exclusivamente entre comerciantes e antigos comerciantes.

Com efeito, foram esses franceses dedicados ao comércio que exerceram preferencialmente a atividade, pelo menos sempre que possível. Comerciantes como Culière, Froidefon, La Roque e Faget foram responsáveis pelo envio de informações à França, relativas à região amazônica, na década de 1870, assim como Renault em Barbacena, Liron em Rio Grande, Bousquet em Paranaguá, De la Martinière em Santa Catarina e tantos outros. Essa preferência esteve, provavelmente, ligada ao fato de que o exercício do cargo por comerciantes dispensava custos de instalação e manutenção de funcionários do Estado, específicos para esse fim, por parte do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Tal prática de representação consular era vigente, e bastante comum na época, para diferentes países.

A província do Ceará é exemplar sobre a questão da expansão da representação consular acompanhando a expansão econômica, assim como sobre o exercício dos cargos de representação por comerciantes franceses. Se, em 1876, havia um único agente consular nessa província, na cidade de Aracati – um comerciante representante da Espanha ao inaugurar-se a República, em 1889, o Ceará contava com cônsules, vice-cônsules e agentes consulares da França, Inglaterra, Alemanha, Estados Unidos, Bélgica, Holanda, Espanha, Itália, Portugal, Rússia, Suécia, Noruega, Áustria, Hungria, Dinamarca. Argentina. Uruguai, Chile, Venezuela, Bolívia, Paraguai e Peru.

A representação consular francesa no Ceará já se fizera presente, pelo menos, desde a década de 1850, tendo exercido o cargo diferentes comerciantes locais. A partir de 1884, a família de comerciantes franceses Boris assumiu essa representação, na qualidade de agentes consulares, e a detiveram até 1925, numa primeira etapa.

A estabilidade da presença dos agentes consulares e, portanto, do próprio fluxo de informações para o Ministério na França consolidou-se na segunda metade do século XIX, uma vez que problemas políticos internos e externos do Brasil, que ocorreram nos primeiros cinquenta anos após a abertura dos portos e a independência, foram sendo ultrapassados pelo que se convencionou chamar de “a política de centralização, pacificação e conciliação do Império”.³

Ainda em 1844, o cônsul francês na Bahia, em relatório ao Ministério sobre observações feitas por ocasião de uma viagem às “províncias do norte”, dizia, referindo-se ao desenvolvimento do comércio direto de Alagoas com o estrangeiro:

Este não poderá ter lugar com sucesso a não ser que o Brasil ganhe a tranquilidade livre das dissensões interinas que o agitam desde sua independência podendo se ocupar com proveito do melhoramento de seus interesses materiais.

Ribeiro (1990), em artigo sobre as condições que a Argentina, o Uruguai e a província do Rio Grande do Sul apresentavam para o comércio francês entre 1800 e 1840, considera que, ao lado das dificuldades de ordem natural, vencidas na segunda metade do século XIX com a organização de vias e meios de transportes, havia as dificuldades de ordem política. Segundo a autora:

Ao lado dessas dificuldades [de ordem natural], a administração interna dos países, principalmente no período posterior à sua emancipação, não parece sempre suficientemente segura para os comerciantes. A instabilidade de seus governos se reflete diretamente sobre o câmbio e as operações alfandegárias. As guerras civis frequentes, seguidas de períodos de anarquia que, várias vezes, cortavam as comunicações entre as diferentes regiões, paralisavam assim seu comércio (RIBEIRO, 1990, p. 160).

³ Cf. Holanda; Campos (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*, tomo II, v. 2, “Dispersão e Unidade” e Faoro (1979).

Entretanto, essas não foram as únicas dificuldades encontradas pela representação consular francesa no seu mister de coletar e enviar informações. Uma das mais frequentes queixas dos cônsules, vice-cônsules e agentes consulares era a falta de um trabalho de estatística confiável e regular nas diferentes províncias do Brasil. Assim, muitas vezes se viam privados de números sobre a produção ou o comércio.

O mesmo cônsul acima citado, referindo-se ainda a Alagoas, dizia:

Eu não conheço nenhum trabalho estatístico sobre esta província; o tamanho da população é mesmo desconhecido e incerto; qual é a parcela de seu solo disponível para a agricultura, qual o valor de seus produtos? Eis aí questões insolúveis.

Quase meio século mais tarde, e desta vez por parte do vice-cônsul na província do Pará, havia queixas sobre o “pouco interesse que [no Brasil] se tem pelo cálculo da probabilidade”.⁴

A afirmativa era válida sobretudo para as províncias mais distantes e menos prósperas do que o Rio de Janeiro e tinha sua razão de ser pelo

⁴ A história da estatística no Brasil está por ser feita. Pelo decreto nº 4676 de 14/1/1871, foi criada, na Corte do Império, uma Diretoria Geral de Estatística. Sua criação, entretanto, estava ligada exclusivamente ao objetivo de proceder-se ao primeiro recenseamento geral do país, que foi realizado em 1872. Pela lei nº 2940, de 31 de outubro de 1879, foi extinta a Diretoria, sendo que os serviços por ela realizados foram anexados à Secretaria de Estado dos Negócios do Império, pelo decreto nº 8341, de 17/12/1881. O segundo recenseamento da população, previsto para 1880, não se concretizou. Com a proclamação da República, a Diretoria Geral de Estatística foi restabelecida pelo decreto nº 113-d, de 2/1/1890, tendo ainda como única razão de ser os recenseamentos populacionais que, a partir desse ano, passaram a ser feitos decenalmente, com exceção de 1910 e 1930. O Instituto Nacional de Estatística foi criado em 1934. Dessa forma, no século XIX, os dados referentes à produção, ao comércio e à navegação eram apenas assistematicamente reunidos, e isso graças à iniciativa de alguns daqueles que, por sua função pública, lidavam com esses mesmos dados, tanto a nível provincial (em geral, nas repartições de alfândega), como a nível central (nos ministérios). Assim, é possível encontrar-se dados divulgados em publicações esporádicas de algumas alfândegas mais importantes, como a do porto do Rio de Janeiro, ou como anexos a relatórios ministeriais. Cf. “Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil. Recenseamento do Brasil, 1920”.

fato de que inexistiam praticamente publicações oficiais no Brasil.⁵ Assim, as fontes fornecedoras de números para os agentes consulares eram, além de funcionários da alfândega, as associações comerciais (quando existiam), os próprios comerciantes e alguns franceses imigrados para o Brasil na condição de técnicos contratados por governos provinciais para a execução de trabalhos públicos que colaboravam com seus compatriotas nessa coleta.

À medida que se aprofundavam as relações comerciais entre o Brasil e a França, e a representação consular francesa ganhava em estabilidade nas principais cidades das províncias brasileiras, os agentes consulares e cônsules passaram a enviar relatórios mais frequentes e detalhados. A eles, cabia apontar aquilo que era necessário para desenvolver essas relações. Na década de 1880, um relatório comercial anual era exigido pelos regulamentos, além de um boletim de informações comerciais, quinzenal ou mensal. Afora essa produção regular, uma série de relatórios específicos eram eventualmente produzidos.

Que tipo de informação era enviado à França?

As informações regulares, portanto, imprescindíveis, diziam respeito ao chamado movimento comercial e marítimo dos principais portos brasileiros, a saber: Rio de Janeiro, Salvador, Recife, Rio Grande, Belém, São Luís, Fortaleza e Santos, este último já na segunda metade do século XIX. Assim, foram inúmeros os quadros de importação-exportação de mercadorias e de entrada e saída dos navios que as carregavam, na navegação de longo curso e de cabotagem, que foram minuciosamente elaborados com as informações então disponíveis.

Mas os boletins englobavam também notícias sobre os meios de transporte existentes, as formas de compra e venda de mercadorias, condições da marinha mercante no Brasil, estado geral da agricultura,

⁵ Na França, o Serviço de Estatística foi criado por Napoleão e, no decorrer do século XIX, teve grande desenvolvimento. Sébastien Bottin, que viveu de 1764 a 1853 e criou o famoso Almanaque que leva seu nome, recebeu em 1833 a premiação pela Sociedade Francesa de Estatística Universal. Um interessante trabalho sobre a estatística no século XIX – centrado na sua evolução em Cuba – e seu papel nas novas relações do comércio internacional é de Friginals (1977).

incluindo notícias sobre plantação e perspectivas de colheitas, problemas climáticos, impostos, concorrência de mercadorias estrangeiras, mercados de consumo regionais para determinadas mercadorias francesas, mercados regionais fornecedores de matérias-primas, preços, câmbio, etc.

Os relatórios específicos, geralmente, respondiam a uma demanda vinda do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Assim, por exemplo, em 1864, no colapso do fornecimento do algodão americano devido à Guerra de Secessão, solicitaram-se ao cônsul de Pernambuco informações sobre a importância, a produção e o futuro do algodão naquela província; em 1886, foi o aprovisionamento de carvão das províncias concernentes ao consulado de Recife o motivo da indagação; em 1888, o Ministério na França pediu informações sobre casas comerciais francesas e estrangeiras que faziam o comércio de “metais, ferros e produtos metálicos diversos” em Pernambuco.

Ao lado de boletins e relatórios pertinentes aos portos mais importantes, outros trabalhos foram redigidos com o objetivo de fornecer elementos sobre províncias menos conhecidas, ou mesmo sobre regiões inteiras, que poderiam interessar ao comércio francês. Com esse intuito, um cônsul escreveu ao Ministro em 1890, referindo-se ao Amazonas:

[Esta região] será forçosamente chamada a desempenhar mais tarde o centro das operações comerciais desta parte do continente americano. [Eu chamo] a atenção dos nossos comerciantes e de nossas companhias de navegação sobre uma região que os ingleses, os alemães e os americanos do norte procuram monopolizar.

Entre a documentação existente nos arquivos franceses, pudemos localizar, com relação especificamente ao Ceará, alguns relatórios, datando o primeiro deles de 1859. Nele, o cônsul de Pernambuco dizia:

Tendo me dado conta há muito tempo que, entre as diferentes províncias compreendidas na circunscrição deste consulado, uma delas, a do Ceará, possuía recursos, que deviam lhe assegurar, num futuro não distante, uma importância comercial,

maior que a de outras províncias, talvez mesmo sob certos ângulos, tornar-se a rival da província de Pernambuco, esforcei-me em pesquisar diversos documentos, que poderiam reforçar ou modificar a opinião que eu havia firmado. Estes documentos, que eu recolhi em fontes seguras, e cuja exatidão não me parece duvidosa, não fizeram mais que a consolidar.

A essa rede de informações interessavam também pareceres que eram passados pelos cônsules sobre a honestidade e solvabilidade não só de franceses, mas também de brasileiros que possuíam casas de comércio e faziam suas compras de mercadorias na França, tornando-se, portanto, credores de negociantes e industriais naquele país.

A confiabilidade da resposta, porém, não era sempre garantida, a julgar por aquela do cônsul de Pernambuco sobre a figura de Autran, comerciante francês no Pará, na década de 1880:

No Brasil – como com todos os sul-americanos – [*sic*] o senso moral difere de tal forma do nosso que é geralmente impossível ser informado com exatidão sobre a honorabilidade dos comerciantes deste país: acontece com frequência que a reputação de um negociante não sofreu nenhum abalo, sem que seja permitido daí inferir que ele é digno de uma estima e de uma confiança ilimitadas.

O fluxo de informações recolhidas no Brasil pela representação consular passava no seu outro extremo, na França, para uma rede de novos agentes, por meio da qual é possível perceber-se a quem se destinavam essas informações recolhidas e o papel que elas deveriam desempenhar na expansão comercial francesa.

O material produzido pelos cônsules no Brasil, na forma de relatórios e boletins e enviados à Direção dos Consulados e Negócios Comerciais do Ministério das Relações Exteriores, eram transmitidos à Direção do Comércio Exterior, órgão do Ministério da Agricultura, Comércio e Trabalhos Públicos. Geralmente, o cônsul de uma jurisdição recolhia junto aos seus agentes consulares os dados necessários e elaborava seu relatório,

o qual, enviado ao Ministro das Relações Exteriores, dava origem a outros relatórios. Os trabalhos de estatística eram especialmente apreciados.

Dessa forma, uma massa de informações encontrava-se disponível no Ministério do Comércio, tanto maior quanto toda esta estrutura montada funcionava para os diferentes países nos quais atuavam os interesses comerciais franceses.

Essa massa de informações era destinada aos industriais, comerciantes e negociantes em geral, objetivo último da própria rede montada, os quais entravam em contato com os Ministérios diretamente ou através de Câmaras de Comércio. Em 1871, por exemplo, o Ministro das Relações Exteriores informava ao Ministro do Comércio que M. Valois embarcaria para o Rio de Janeiro, onde iria assumir o consulado, e indagava da utilidade, antes da partida, de um contato do novo cônsul com as Câmaras de Comércio das praças francesas que tinham relações comerciais com o Brasil. As Câmaras das cidades de Paris, Havre, Rouen, Nantes, Marselha e Bordeaux responderam ao chamado.

Visava-se, especialmente, aprimorar as relações entre a produção de manufaturas francesas e o mercado consumidor brasileiro e a necessidade de matérias-primas na França e a produção brasileira, de forma a garantir um perfeito conhecimento e aproveitamento das possibilidades que o Brasil oferecia. Neste sentido, estreitar os laços, dando-lhes maior racionalidade, principalmente entre industriais e negociantes franceses e as casas de comércio francesas no Brasil, que distribuíam as mercadorias, era uma preocupação constante.

Foi com esse objetivo que o cônsul de Pernambuco elaborou em 1890 uma lista de todos os comerciantes do Ceará, “franceses, brasileiros e estrangeiros”, e de todos os artigos importados e exportados, uma vez que era um “trabalho útil aos importadores e exportadores [franceses] pois isso lhes permitiria fazer diretamente ofertas de compra e venda”.

Sendo os agentes consulares, geralmente, comerciantes franceses, esperava-se deles uma “sensibilidade” mais aguçada, uma observação mais atenta não só das possibilidades, mas também das dificuldades que se apresentavam para a expansão comercial francesa no Brasil. Muitos deles,

neste sentido, enviaram ao Ministério “alguns conselhos que lhe pareciam úteis para serem comunicados aos industriais e comerciantes”.⁶

A troca de amostras também foi bastante comum, não só de matérias-primas do Brasil, como de manufaturas francesas a serem aqui divulgadas. Assim, o presidente do Museu Comercial de Lille, em 1889, tendo tido informações pelo Ministério do Comércio sobre a produção de algodão das províncias do norte do Brasil, através do cônsul em Pernambuco, desejava uma coleção de amostras que “poderia ter utilidade prática para a indústria da região de Lille”. No mesmo ano, o Ministro das Relações Exteriores comunicava ao cônsul de Pernambuco que Emilien Louis, diretor do Comptoirs Industriels Français, queria criar nessa província, com a ajuda de diversos negociantes franceses, um escritório de amostras para a venda de mercadorias do norte do Brasil, devendo o agente consular de Maceió assumir a direção do escritório.

Do Ceará, em 1891, foram extraídas e enviadas amostras de madeiras, especificando-se as árvores, que poderiam interessar ao comércio francês, assim como prometeu-se para breves amostras de madeiras da Amazônia, boas para a indústria francesa de móveis.⁷

A rede de relações estabelecidas a partir da atuação dos cônsules no Brasil e suas observações sobre as necessidades existentes para expandir o comércio francês podem ser claramente percebidas nas articulações havidas para expansão das linhas de navegação francesas no país.

Em 1865, tendo recebido do Ministério das Relações Exteriores um relatório do cônsul no Rio de Janeiro com observações sobre as linhas de vapores que ligavam o Brasil à França e à Inglaterra, o ministro da Agricultura, do Comércio e dos Trabalhos Públicos da França encami-

⁶ Carta do cônsul de Pernambuco ao ministro, de 4 de janeiro de 1885, em que, transmitindo o boletim comercial mensal, enviava observações feitas pelo agente consular do Ceará – um dos membros da família Boris.

⁷ “A Amazônia [...] vegetará, assistindo impotente ao arrebatamento de suas maiores riquezas naturais por concorrentes mais bem aparelhados”, Prado Júnior (1979, p. 216), referindo-se à Amazônia do fim do período colonial. Em 4 de setembro de 1919, pelo decreto n. 13.750, o governo brasileiro autorizou a “Société française pour l’exploitation et le commerce des bois exotiques” a funcionar no Brasil.

nhou-o ao diretor da *Cie. de Messageries Imperiales*, companhia de navegação que atuava no Brasil. O cônsul do Rio de Janeiro sugeria uma nova linha tendo por ligação o porto de Marselha. Diante da resposta da Companhia de que estabeleceria nova linha, desde que o Ministério das Finanças desse seu apoio financeiro à Companhia, o ministro das Relações Exteriores, respaldado pelos interesses da Câmara de Comércio de Marselha, pressionou o ministro das Finanças “em nome do interesse nacional envolvido na questão”, observando que “o retardamento da aprovação poderia ter graves consequências, pois teme-se que a Itália retome antigos projetos e ponha o porto de Gênova em comunicação com a América do Sul”.

Sendo a navegação de primordial importância em uma época em que exclusivamente dos transportes marítimos dependia a comercialização intercontinental de mercadorias, ela mereceu a intermediação dos cônsules, num nível de atuação interna ao Brasil, articulando diretamente os interesses dos produtores e comerciantes brasileiros aos interesses franceses. Foi o que ocorreu, no mesmo ano de 1865, quando a Associação Comercial de Pernambuco solicitou ao Ministério do Comércio francês, por intermédio do cônsul, mudanças no tempo de permanência dos vapores da companhia de navegação *Messageries Imperiales* no porto de Recife. Argumentando que o estabelecimento de uma linha francesa havia sido de grande vantagem, “facilitando a todos os interesses uma rapidez de comunicação também necessária à vida moral das nações como a circulação é para a vida física dos homens”, a Associação Comercial solicitava que o tempo de permanência dos vapores no porto fosse duplicado de seis para doze horas, de forma a permitir o embarque das mercadorias num prazo mais elástico.

Deve-se observar, porém, que, embora a representação consular fosse a medula da rede de informações passadas para os industriais e negociantes franceses, outros agentes atuavam. Assim, em 1859, um comandante naval francês, em passagem pelo Brasil com seu navio, elaborou um relatório – já citado – sobre os “portos da costa setentrional do Brasil”, com observações sobre a produção agrícola, os meios de transportes, o comércio marítimo, a população, a concorrência estrangeira,

as mercadorias importadas e exportadas etc. O relatório, enviado ao Ministro da Marinha, foi encaminhado ao Ministério da Agricultura, Comércio e Obras Públicas.

As informações colhidas pela representação consular tiveram um papel importante na origem de uma literatura voltada para as possibilidades do Brasil como um dos mercados para a expansão comercial francesa, dirigida aos industriais e negociantes.

Na introdução de seu artigo sobre as condições do comércio francês na Argentina, Uruguai e Rio Grande do Sul, já citado, Ribeiro (1990, p. 145-146) afirma que:

O comércio francês na América meridional sempre interessou aos especialistas. Frequentemente, os viajantes franceses que haviam percorrido a América meridional descreviam as possibilidades que esta região oferecia à França como mercado consumidor de seus produtos. Arsène Isabelle, Alfred Brossard e Édouard Gallès são exemplos significativos desses viajantes que, ao longo do século XIX, visitaram esta região e anotaram cuidadosamente suas observações.

A nosso ver, entretanto, embora as observações dos viajantes tenham contribuído para um maior conhecimento do mercado brasileiro, elas são incomparavelmente mais “pobres” que a dos cônsules, no sentido de que, pelo próprio motivo da presença no Brasil de uns e outros, pode-se estabelecer a quantidade, a regularidade e a natureza das informações produzidas. Os viajantes apenas descreviam, enquanto aos cônsules cabia também elaborar análises sobre as possibilidades e os obstáculos. Enfim, a eles coube a geração de toda uma representação francesa do mercado brasileiro.⁸

Pelo que se depreende da obra de Müller (1867), negociante no Havre, publicada pela primeira vez em 1839, sobre mercadorias compradas

⁸ Observamos, porém, que obras de viajantes franceses no Brasil do século XIX, como SERIS (1881) e MARC (1890), que contêm observações sobre a província do Ceará, dentre outras, foram por nós utilizadas, por sua importância como fonte histórica.

e vendidas nos principais mercados do mundo, com preços, taxas de câmbio, valor dos fretes etc., as informações armazenadas nos ministérios pertinentes franceses foram-lhe de grande utilidade. Referindo-se à necessidade de uma reedição do seu livro, revista e ampliada para atender aos apelos dos negociantes, disse o autor, em 1867:

Para ampliar a primeira obra e incluir nela todas as partes do mundo, o concurso dos agentes consulares da França nos países de além-mar me era indispensável. É meu dever reconhecer que sua Excelência o senhor Ministro do Comércio, assim como sua Excelência o senhor Ministro dos Negócios Estrangeiros, sobre a recomendação particular de nossa Câmara de Comércio, quiseram, com o objetivo de uma utilidade pública, acolher minha demanda com uma grande benevolência, e me dar toda a assistência desejável (MÜLLER, 1867, p. 5).

Se em referência a Édouard Gallès, autor ao qual já nos referimos, a relação entre suas obras e as informações colhidas pelos consulados parece clara, uma vez que o próprio autor pertenceu à representação consular francesa, o mesmo não podemos afirmar no que diz respeito a Lyon (1890). Já em referência a Paul Walle, essa relação parece clara. Walle, que esteve no Brasil em missão comercial, publicou trabalhos sobre diferentes regiões do país nos primeiros anos do século XIX. “Sua missão tinha uma razão de ser econômica e prática. Ele devia estudar as fontes de riqueza do Brasil para vulgarizar na França o conhecimento sobre elas e para esclarecer melhor os franceses sobre os interesses que eles podiam criar para si no Brasil” (LEVASSEUR *apud* WALLE, 1910, p. XVIII).⁹

Com relação a obras escritas na França sobre o Brasil como mercado, devemos ainda acrescentar dois livros que, embora tenham sido publicados já no século XX, reportam-se ao século XIX. Este “reportar”, longe

⁹ Walle publicou ainda: *Au Brésil* (1910), *Au pays de l'or noir* (1909) e *Au pays de l'or rouge* (1921), todos em Paris, os dois primeiros tendo como editor Guilmoto e o último Challengel.

de ter uma conotação meramente cronológica, vai além disso, permitindo-nos perceber a linha de continuidade dos interesses franceses que, tendo aqui se estabelecido enquanto capital mercantil, evoluem para o capital financeiro. Referimo-nos às obras de Hanicotte (1909) e Geo (1919), nas quais os autores se dedicam a estudar a situação dos capitais franceses investidos em diferentes setores no Brasil, entre eles o comercial, seus problemas e perspectivas. Os Hanicotte também pertenciam ao corpo consular e estiveram no Brasil em missões comerciais.¹⁰

É importante observar aqui, no contexto do surgimento de uma literatura dedicada às possibilidades de novas áreas do mundo aos interesses franceses, o papel desempenhado pelas

sociedades que se formaram para encorajar as viagens e as colocações [de franceses] no estrangeiro [como] a Sociedade de Geografia que se interessou muito ativamente nas explorações de países novos [devemos lembrar: ‘novos’ para esses interesses], principalmente na África e Asia, e as patrocinou; a Sociedade de Geografia Comercial foi fundada com o objetivo de esclarecer essas questões e divulgar seu conhecimento (LEVASSEUR, 1912, p. 354).¹¹

¹⁰ Por meio de referências em outras obras, pudemos estabelecer a data de publicação da referida obra dos Hanicotte como sendo 1909. Pelo mesmo procedimento, constatamos que a data de publicação da obra de Geo foi 1919.

¹¹ “A Sociedade de Geografia de Paris data de 1821, a de Berlim de 1828, a de Londres de 1830. Mas de 1860 a 1873, sob o impulso de seu presidente, por um momento ministro da Marinha, Chasseloup-Laubart, os efetivos da Sociedade parisiense se sextuplicaram. A primeira cadeira de Geografia é criada em dezembro de 1871, no Collège de France. A geografia entra no currículo escolar em 1872. Na década seguinte, 12 novas Sociedades de Geografia se estabelecem na França e 2 nas colônias francesas. A Sociedade de Geografia Comercial é criada em 1876. A *Revue Géographique* em 1877. A Sociedade de Estudos Marítimos e Coloniais em 1878 [...] Em 1881, uma conferência geográfica reunida em Argel chega à conclusão de que, para permanecer como potência mundial, a França deve fazer a política expansionista [...] Um fenômeno exatamente comparável, porém ainda mais espetacular, se passa na Grã-Bretanha” (DUROSELLE, 1976, p. 229-230). Sobre as relações entre a expansão da geografia como área do saber e a expansão da geografia como área do saber e a expansão econômica dos países industrializados europeus no século XIX, diz Petrone (1979, p. 309-310): “Na Europa a Geografia Moderna emergiu e consolidou-se

Note-se que Alfred Marc, autor de “Le Brésil, excursion à travers ses 20 provinces”, era vice-presidente da 3ª Secção da Sociedade de Geografia Comercial de Paris, ao findar-se o século XIX.

A estrutura consular na sua função de coletar informações sobre mercados para a expansão comercial francesa no século XIX apresentou, entretanto, vários problemas, que foram detectados por aqueles escritores que, nas primeiras décadas do século XX, diante da constatação da perda progressiva de mercados para concorrentes estrangeiros, dedicaram-se a analisar as “razões da perda”.

O primeiro desses problemas decorreu das distâncias existentes entre esses mercados onde agentes e cônsules se encontravam e a França, problema tanto maior quanto o tempo então necessário para a troca de correspondência. Se acrescentarmos a isso as distâncias internas existentes entre a sede de um consulado, como Recife, por exemplo, e a região amazônica sob sua jurisdição, teremos uma ideia da grandeza desse problema. Assim, “ignorados e isolados”, embora o número de representantes fosse grande, a representação francesa teria sido insuficiente.

O segundo problema era a falta de preparação dos candidatos a exercer cargo na representação consular, dito em outras palavras, a falta de instrução comercial. Parsy (1920), analisando a organização da informação comercial e da propaganda econômica na França, apontava a necessidade de estudos comercial-políticos e estágios no Ministério do Comércio como forma de minorar esse problema, enquanto Geo (1919, p. 109) sugeria a forma utilizada para preenchimento dos cargos, ao escrever: “É necessário cônsules e não simplesmente incompetentes, nulidades em matéria comercial; é necessário homens que trabalhem, ativos, inteligentes. Basta de pistolões! Basta de filhos de papai!”

no seio da Revolução Burguesa e das mudanças inerentes à denominada Revolução Industrial. Multiplicaram-se as Sociedades de Geografia ou de interesse geográfico nascidas ao sabor e a serviço da expansão política e particularmente econômica europeia [...] O cientista não raro foi um explorador de terras ‘exóticas’, frequentemente financiado pelas Sociedades referidas ou mesmo por organismos oficiais, em muitos casos tendo tido, na prática, a função de ‘batedor’ que precedeu o negociante ou a empresa, e esta a presença política do Estado”. Para uma bibliografia mais recente sobre o tema, consulte-se Moraes (1988).

Exercendo as funções sob essas condições, os cônsules tendiam a ser instáveis nos seus postos, e, quando subiam na carreira, a propensão era para abandoná-los, contrariando a necessidade de tempo para conhecer bem “a língua de um país, seus recursos, seus gostos, seus hábitos, suas necessidades, etc.” (PARSY, p. 13).

O terceiro problema era o da falta de um verdadeiro conhecimento pelo cônsul de toda a área sob sua jurisdição, uma vez que, não destinando o Ministério verbas para essas viagens, os cônsules raramente a visitavam. A mais grave consequência desse fato para os interesses franceses era a falta de base, e, portanto, de confiabilidade dos relatórios assim elaborados. A esse propósito Parsy (1920, p. 143) escreveu:

[O cônsul] vive num círculo estreito, ele toma das anotações da estatística oficial e das folhas locais os elementos de seus relatórios. E talvez porque não se pode aí encontrar nenhum traço de opiniões fundadas sobre a observação pessoal, que esses documentos são raramente consultados [...] ele não sabe nada, ou pouca coisa sobre a atividade comercial e industrial de sua circunscrição que ele, aliás, não visitou. Este estudo da região deveria constituir, para o cônsul, uma obrigação, prevista aliás no orçamento, sob a forma de um mínimo de verbas para viagens regulares para cada consulado e para cada ano.

Para o autor, os cônsules deveriam ainda ser obrigados a fazer viagens periódicas à França, onde, além de prestar contas de seus serviços, pôr-se-iam em contato com os comerciantes e industriais franceses com interesse particular na região da jurisdição consular. Observe-se que, com esse objetivo, surgiram as chamadas “missões comerciais”, já no final do século XIX, portanto anteriormente à obra de Paul Parsy.

O quarto problema decorria do fato de que, sendo muitos agentes consulares também comerciantes, a chegada a “sua área” de novos comerciantes franceses, como ele, colocava muitas vezes a questão da concorrência. Esse problema, se mínimo, no começo da expansão comercial francesa no Brasil pós-abertura dos portos, tendeu a agravar-se com o aumento do número de comerciantes. Dessa forma, via-se com-

prometida uma das funções consulares, que seria a de servir de ponto de apoio para a penetração do capital mercantil francês em diferentes mercados. Escreveu Geo (1919, p. 107), analisando as condições do comércio da França:

Quanto à cortesia, à urbanidade de nossos cônsules, ela iguala sua incompetência. Quando um representante do comércio desembarca em uma cidade qualquer da América do Sul, seu primeiro gesto é dirigir-se ao consulado para aí inscrever-se. Muito naturalmente, ele manifesta o desejo de ser informado sobre as condições do mercado, sobre a situação da praça, sobre a possibilidade de vendas dos artigos que ele representa e sobre a situação de tal ou tal casa comercial concorrente. A resposta do cônsul é invariavelmente a mesma: “nós não possuímos nenhum documento de natureza a lhe interessar”.

Essas dificuldades para a completa eficiência da estrutura consular, que foram motivo de uma reorganização da informação comercial na França na década de 1890, através do Ministério das Relações Exteriores e do Ministério da Indústria e Comércio, não impediram, entretanto, que as informações fossem produzidas. O contraste entre as perspectivas do mercado brasileiro, assim geradas, e as possibilidades realmente existentes para os interesses comerciais é o que veremos a seguir.

Le Brésil, Messieurs, n'est point une colonie de sauvages, comme l'ont écrit quelques esprits légers; c'est un empire colossal, parfaitement constitué au point de vue politique, administratif et commercial.

[...] Quel pays !... Quel avenir !...

GALLÈS, E. *Considérations générales sur le commerce de la France avec l'Empire du Brésil, les États de la Plata et la République d'Haïti*, 1861.

Consumo e concorrência: perspectivas e possibilidades das relações comerciais

Na estrutura consular montada *pari passu* com a expansão comercial francesa do século XIX, aos agentes de informação espalhados pelos diversos mercados do mundo cabia essencialmente indicar possibilidades e obstáculos para o fornecimento de matérias-primas à França e para o consumo de suas manufaturas e produtos industrializados, assim como apontar as medidas necessárias nessa direção.

No caso particular do mercado brasileiro, como vimos no capítulo anterior, a “produção de conhecimento” pela estrutura consular foi extremamente abundante e não poderia ser de outra forma, considerando as potencialidades desse mercado para a expansão comercial de diferentes potências, após a queda das barreiras do sistema colonial no país.

Gallès (1861), com a respeitabilidade de quem, como membro do corpo consular francês, conhecia vários países da América Latina, declarou em 1861, diante do Congresso Científico da França, após fornecer dados estatísticos sobre o Brasil:

Se eu vos faço atravessar sucintamente, senhores, a aridez de certas estatísticas, é porque este preâmbulo era necessário para vos munir contra o prejuízo e as ideias preconcebidas, a fim de

vos colocar em posição de melhor apreciar a importância que devemos atribuir a ver crescer o círculo de nossas relações com esse império imenso (GALLÈS, 1861, p. 7).

Se a função dos agentes consulares e cônsules permaneceu a mesma durante o decorrer do século XIX, o mesmo não podemos dizer sobre o conteúdo dos relatórios enviados. Embora esse conteúdo girasse em torno de determinados tipos de informações regulamentares, seu enfoque variou em função das mudanças que ocorreram no mercado mundial e no mercado brasileiro, a ele articulado. Foram, assim, geradas certas perspectivas que se desdobraram durante o século XIX.

No primeiro relatório sobre o Brasil, disponível para a pesquisa e já citado anteriormente, redigido em 1823, as províncias brasileiras são apenas listadas com “notícias” sobre suas possibilidades em termos de produção agrícola e mineral. Há um interesse maior pelos tipos de matérias-primas que diferentes regiões brasileiras poderiam oferecer do que pelo grau de consumo que essas mesmas regiões ofertariam às manufaturas francesas. Seu autor observa a respeito do desenvolvimento da agricultura:

A agricultura no Brasil está ainda na infância. Mesmo o arado não é conhecido a não ser por um pequeno número de cultivadores e é usado apenas nas planícies do Rio Grande do Sul. Nas outras províncias, os mais belos vales restam incultos, enquanto se abatem florestas para aí semear o milho, o feijão, o arroz; plantar a cana-de-açúcar e cultivar o algodão.

À medida que avançou o século XIX, houve um aprofundamento desse conhecimento sobre o Brasil, sobretudo com relação às potencialidades de diferentes regiões para os interesses franceses, já agora não somente em termos de ofertas de matérias-primas, mas principalmente de consumo das mercadorias francesas, acompanhando o crescimento industrial da França, impulsionado a partir da década de 1850, no Segundo Império. Esse conhecimento, entretanto, passou a ser permanentemente norteado pelo problema da concorrência exercida por outras potências

que igualmente visavam e atuavam no mercado brasileiro, destacando-se inicialmente a Inglaterra que, desde o tratado de 1810, saíra na frente em busca de prerrogativas especiais de acesso a esse mercado.¹

A importância dessa luta pode ser inferida do crescimento do comércio internacional naquele período, sobre o qual diz Bairoch (1986b, p. 280):

A expansão das trocas é muito rápida no século XIX. O volume das exportações mundiais por habitante é multiplicado por 25 entre 1800 e 1913 (com um aumento anual de 3%). Trata-se evidentemente duma evolução sem precedentes: é provável que o volume das exportações mundiais por habitante nunca anteriormente tenha triplicado ou quadruplicado no decorrer de um século.

As exportações francesas para o Brasil, como de resto para diferente mercados mundiais, caracterizavam-se desde o início da abertura dos portos pelos artigos de luxo, as chamadas “novidades e modas”, tanto em mobiliário como em vestimentas. Já nos primeiros navios a aportarem no Rio de Janeiro, 7/8 de suas cargas eram constituídos por esses artigos.

Sobre os efeitos cultural-ideológicos desse processo no conjunto da América Latina, diz Stein (1977, p. 117):

[Os] comerciantes estrangeiros representavam os padrões considerados superiores e mais cultos pelas elites criollas, traziam a essa elite, há tanto isolada, o efeito de demonstração constituído pelos padrões de vida, vestimenta, mobiliário e cozinha. A copiosa literatura produzida por viajantes, ao início do século

¹ Ao tratado de 1810 com a Inglaterra, que lhe concedia tarifas preferenciais de importação, sucederam-se: o tratado de 1826 com a França, pelo qual suas mercadorias passaram a pagar tarifas iguais às da Inglaterra; um novo tratado com a Inglaterra, em 1827 – em que se garantia a esta que nenhuma outra nação seria mais privilegiada – e, finalmente, a lei brasileira de 24 de setembro de 1828, que estabelecia taxa de importação igual (15%) para todas as mercadorias de qualquer nação. Sobre os tratados de comércio, cf. Luz (1975), especialmente o cap. I (“O mercantilismo colonial e sua superação, 1808-1880”) e Deveza (1974a).

XIX, testemunha o seu senso de superioridade e estupefação face às estranhas tradições, costumes, instituições e atitudes das novas nações latino-americanas. Em seu aqodamento por imitar as formas exteriores dos padrões de vida estrangeiros, encontramos um sentimento de atraso e inferioridade, a deferência anteriormente concedida aos peninsulares e agora transferida a outros povos da Europa ocidental e Estados Unidos.

No decorrer do século XIX, à medida que esse tipo de mercadoria afirmou-se, os relatórios consulares passaram a insistir permanentemente nos problemas que existiam para a expansão do comércio francês no Brasil, assentados, por um lado, nas características dessas mercadorias e, por outro, na especificidade do mercado consumidor. Estavam colocadas a questão do trabalho escravo e a da competição entre as potências imperialistas.

Observa-se nos relatórios consulares uma preocupação constante, em termos estatísticos, com o envio para a França de números referentes à população brasileira e de informações sobre a sua composição. No relatório de 1823, já mencionado, este tema constitui um item à parte, com discriminação daquela parte da população livre e da escrava, incluindo os “índios civilizados”.

Os “números” sobre população estavam intimamente ligados à questão do consumo, existindo cálculos a esse respeito, como demonstra, por exemplo, um relatório de 1844, em que o cônsul francês na Bahia, comparando o grau de desenvolvimento desta província com a de Pernambuco, informa ao Ministério:

A abundância de capitais em Pernambuco relativamente aos que dispõe a Bahia é fácil de provar; basta comparar os números do consumo respectivo de cada habitante das duas províncias: a Bahia, de fato, com 750.000 habitantes, consome apenas 27 milhões de produtos estrangeiros, ou seja, 36 francos por ano e por indivíduo, enquanto que Pernambuco, província povoada somente por 300.000 almas, consome por ano 26 milhões de produtos ou 87 francos por cabeça; é mais do que o dobro do que cabe anualmente a cada habitante da Bahia.

Acrescentava o cônsul, referindo-se à província do Maranhão:

De acordo com o último recenseamento, a população oficial desta vila [sic] sendo de 25.532 almas, das quais 11.840 livres – isto é, de vida leve, pois no Brasil a riqueza caminha junto com a liberdade – nós vemos como é fraca a porcentagem anual que cabe a cada indivíduo para o consumo em gêneros de necessidade absoluta [sic], quanto aos escravos, o interesse de seus senhores é lhes garantir a existência e sua alimentação, composta unicamente de carne seca e de farinha de mandioca, é fornecida pelo solo do país. Como essa miséria deve ser ainda maior no interior da província!

A presença do trabalho escravo e a miséria de parte da população livre determinavam assim a possibilidade de consumo das mercadorias francesas. É nesse sentido, e somente nesse sentido, que deve ser entendida a posição dos interesses franceses no Brasil, expressa pelos cônsules, com respeito à abolição da escravidão e à questão da imigração estrangeira, ou seja, a questão da constituição de um mercado de trabalho livre no Brasil.

Comentando as pressões inglesas para a abolição do tráfico negreiro no Brasil, dizia um cônsul em 1844:

O fim do tráfico será sem dúvida um momento crítico para o Brasil, mas os resultados prováveis em geral para o próprio Brasil serão salutares [...] O problema de uma população condensada possível no Brasil é um dos maiores obstáculos ao seu desenvolvimento e é irremediável enquanto durar a escravidão: pois, sob esse regime, os grandes proprietários (e não há outros, por assim dizer, no Brasil), se recusam invariavelmente a dividir suas terras. Mas que apareça uma ordem nova das coisas que os obrigue a admitir trabalhadores brancos, pequenos proprietários, em volta deles e que os capitais que escorrem hoje para a costa da África venham estender sua ação fecundante sobre essa exploração agrícola dividida e, em poucos anos, a saudável impulsão, a qual já obedece o Rio de Janeiro, se estenderá a todo o Império.

Condenava-se particularmente o governo brasileiro por não ter tomado “medidas econômicas sábias” antes de “renunciar ao comércio da costa da África e se proibir o tráfico de escravos”, de forma a não ter sua produção abalada pela falta de braços. Que medidas eram essas senão a substituição por “colonos livres”?²

A introdução de trabalhadores imigrantes era apontada como solução para diferentes províncias do país, o Ceará, por exemplo, onde se acreditava que a produção de cera de carnaúba “sob mãos hábeis secundadas por uma tropa de trabalhadores europeus poderia tornar-se uma fonte de riquezas”.

A constatação de que só um mercado de trabalhadores livres no Brasil, livres para comprar mercadorias manufaturadas, convinha aos interesses da expansão comercial francesa, aparecia muitas vezes associada à uma condenação do trabalho escravo, como um trabalho “inferior”, com base em pressupostos etnocentristas e determinismos geográficos.

Gallès, representante do corpo consular francês, já citado, declarou no Congresso Científico da França, referindo-se à esperança de que o governo brasileiro incentivasse a entrada de trabalhadores estrangeiros:

[...] nós não duvidamos que os *coolis* da China virão substituir um dia, com vantagem, o trabalho efeminado e indolente dos escravos, os quais, nascidos sob o sol abrasador da África, conservam no Brasil sua natureza primitiva, tão débil, tão fraca e tão tristemente doentia (GALLÈS, 1861, p. 8).³

² Para o tema do fim do tráfico de escravos no Brasil sob a pressão inglesa, ver Costa (1982).

³ Sobre o processo de substituição do trabalhador africano escravo pelo trabalhador imigrante, cf. Costa (1985). Os “coolis” eram trabalhadores indianos e chineses cuja “importação” para resolver os problemas da falta de mão de obra no Brasil, sobretudo a partir da extinção do tráfico, chegou a ser cogitada no país, por volta de meados do século XIX, conforme Beiguelman (1981, p. 8), e, ainda, Costa (1982). Ainda em relação ao mesmo processo, diz Panikkar (1969, p. 186): “A atitude geral dos europeus em relação à China e aos chineses é ilustrada pelo desenvolvimento do ‘comércio dos porcos’. Desde 1847, os trabalhadores chineses eram ilegalmente deportados para as colônias – apesar de todos os protestos do governo imperial – para substituir os escravos nas minas, nas propriedades e nas plantações [...]. As possessões portuguesas e espanholas, a Austrália e a Califórnia eram os principais clientes”.

Acreditava assim Gallès (1861, p. 10) que “havendo cabeças para dirigir e braços suficientes para agir, a província de Goiás [por exemplo], sozinha, produziria no Brasil riquezas incalculáveis”, graças “aos mais belos e os mais ricos diamantes do mundo”.

Dessa forma, quanto mais cedo se resolvesse o problema crucial da substituição do trabalho escravo pelo livre e a produção brasileira crescesse, mais seriam satisfeitos os interesses comerciais franceses no Brasil.

Nos relatórios consulares, à medida que avançava o século XIX, verificava-se uma preocupação maior com a importação pelo Brasil dos manufaturados franceses do que com a exportação de matérias-primas brasileiras para a França, embora esta também ocorresse em números significativos. O fato é compreensível, considerando-se que o abastecimento de matérias-primas para a França passou a estar assegurado, em parte, por suas próprias colônias. Assim, a questão das exportações brasileiras, quando discutida, aparecia frequentemente relacionada à ideia de que somente um país, cuja produção cresce, constitui um bom “parceiro” comercial, isto é, um bom consumidor.

Lamentava-se um cônsul, em 1844, de que a maioria das províncias não produzia o bastante para poder pagar o consumo necessário. E dizia:

[...] as necessidades do Brasil aumentando gradualmente, em razão do crescimento de sua população, e o luxo aí se desenvolvendo em decorrência de um contato mais ativo com os estrangeiros e de relações mais frequentes com a Europa, nossas mercadorias – produzidas por nosso solo e nossa indústria – se vendem melhor, e cada ano em maior quantidade. Logo, é de nosso interesse, para que o aumento progressivo de nossas importações continue, que a produção do Brasil cresça, uma vez que ela implica, necessariamente, o crescimento do consumo.

Nesse sentido, no decorrer do século, todas as conjunturas que implicaram em crises da produção no Brasil foram acompanhadas de perto. Referindo-se à economia cearense, o cônsul de Pernambuco, ao comentar a queda da colheita de café na Serra do Baturité, “distrito que [era]

nos anos de boa colheita, o maior consumidor de artigos de importação”, acrescentava que essa queda nos anos de 1883-1884 estendia-se ao algodão, ao açúcar e à borracha (de mangabeira), cujos preços haviam caído na Europa e Estados Unidos e dizia:

Nós compreendemos que os principais produtos da província escasseando e sofrendo, ao mesmo tempo, uma baixa momentânea [no mercado mundial], o dinheiro tornou-se raro, as rendas públicas e privadas diminuíram e, com elas, o consumo de produtos estrangeiros. Também, apesar da redução de suas encomendas no exterior, as casas de importação viram-se sobrecarregadas com um estoque relativamente elevado. Devemos juntar a isso que a abolição completa, mas brusca da escravidão, comprometeu muitas fortunas, que o déficit permanente das rendas provinciais é um perigo para o crédito, que a baixa considerável do câmbio nas praças estrangeiras encareceu em 10% todos os artigos de importação, e que, finalmente, a crise econômica e financeira que assola o Brasil é mais sensível no Ceará que está ainda sob o efeito do desastre ocasionado pela seca dos anos 1876 a 1880.

Apresentavam-se, pois, problemas para o consumo das mercadorias francesas no Brasil, problemas esses de origem estrutural, como o era a inexistência de um mercado de trabalho livre e as vicissitudes de uma economia cuja produção dependia totalmente das condições do mercado externo. Apesar disso, a exportação dos artigos franceses para o país continuou, por todo o século XIX, assentada nos artigos de luxo, conforme podemos observar na Tabela 4.

Tabela 4 – Principais mercadorias importadas da França pelo Brasil, em ordem de importância, nos decênios de 1847-1856 e 1887-1896, comparativamente

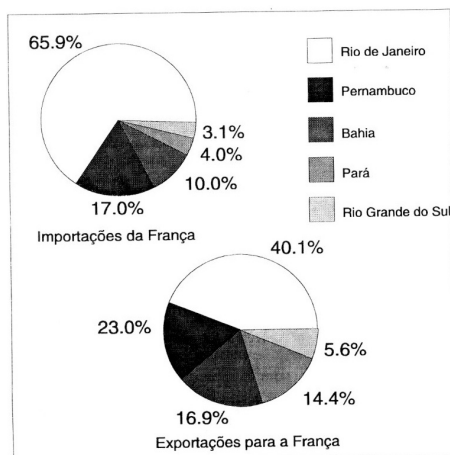
ORDEM	DECÊNIOS	
	1847-1856	1887-1896
1º	tecidos (algodão, seda, lã)	objetos de decoração em metal / bijuterias
2º	couros trabalhados	couros trabalhados
3º	papelaria / livros	vestuário
4º	artigos de armarinho	objeto de decoração em tecidos

5º	vidraçaria e cristais	manteiga
6º	vinhos	bibelôs
7º	manteiga	artigos de armarinho
8º	perfumaria	vinhos

Fonte: *Tableau Décennal du Commerce de la France, 1847 à 1856, première partie*, p. 44 a 45; 1887 à 1896, premier volume, p. CXXXIX à CXLIX.

Dessa forma, o grande mercado para a França, em termos regionais, era constituído sobretudo pelo Rio de Janeiro, seguindo-se as principais cidades como Recife e Salvador e, em termos sociais, por aquelas camadas mais ricas dessas cidades. O Gráfico 1, ainda que diga respeito apenas ao ano de 1871-1872, ilustra a importância dessas três cidades portuárias no comércio franco-brasileiro, uma vez que, reunidas, respondiam por 91,9% das importações da França e por 79,8% das exportações para esse país.

Gráfico 1 – Participação das principais províncias brasileiras no movimento da importação/exportação Brasil-França no exercício 1871-72, em porcentagem sobre os valores em contos de réis



Fonte: AN, *série* 12, *carton* 7062, correspondência da legação da República Francesa no Brasil, Direção dos Consulados e Negócios Comerciais, ao Min. dos Negócios Estrangeiros de 10 de outubro de 1880.

Em meados do século XIX, no auge das exportações francesas para o Brasil, o consumo crescente desses artigos pelo mercado do Rio de Janeiro era motivo de regozijo na França, a julgar pelas palavras do ministro dos Negócios Estrangeiros que, comentando o grande aumento das importações francesas pelo Brasil, no ano de 1852, dizia: “a superioridade de nossos objetos de luxo, e a fabricação cuidadosa de nossos produtos de consumo usual, tendem a lhes assegurar uma saída cada vez mais vantajosa no mercado do Rio”.

Com o passar do tempo, os interesses franceses no Brasil deram-se conta de que a persistência numa exportação baseada nesse tipo de mercadoria implicava, necessariamente, numa restrição em termos de penetração em mercados mais amplos, tanto do ponto de vista regional, como das classes sociais no país. Assim, trinta anos depois, já no último quartel do século, as avaliações produzidas pelo mesmo Ministério diziam:

Nosso comércio apresentando ordinariamente produtos superiores, de um trabalho fino, elegante, artístico e de preço elevado, conservou a clientela das classes ricas e é por essa razão que os números de nossa exportação para o Rio de Janeiro se manteve. [...] Mas, para a massa da população americana, composta de gente cujos recursos são mais limitados, o gosto pouco formado e que não são sempre capazes de apreciar a superioridade de uma obra [*sic*], é necessário obter produtos que possam se vender a baixo preço.

Observamos, portanto, em relação a problemas de consumo para a expansão comercial francesa no Brasil no século XIX, que, à inexistência de um mercado de trabalhadores livres para consumir – o que independia diretamente das posições francesas a respeito somou-se a permanência nas características dos artigos que compunham a pauta das importações brasileiras da França.

A esses problemas vieram juntar-se aqueles oriundos do acirramento na disputa pelo mercado brasileiro entre diferentes potências, ou seja, a concorrência estrangeira que se estabelecera com o fim do sistema

colonial, sobre o qual diz Luz (1975, p. 48), ao analisar a evolução da indústria brasileira nesse processo:

O progresso técnico invadia, pois, a arcaica estrutura econômica do Brasil, ameaçando destruí-la. Do ponto de vista comercial, efetuava-se uma verdadeira conquista de nossos mercados consumidores. Era como se um novo tratado de 1810 tivesse sido assinado, firmando a capitulação de nossa independência econômica.

Até a entrada em vigor da lei brasileira de 1828, que equiparava todas as nações exportadoras de manufaturas para o Brasil em termos de taxas de importação, os interesses comerciais franceses foram, a esse nível, obstaculizados pela concorrência inglesa.

Coerentemente com a postura “liberal” em relação à questão do trabalho escravo/trabalho livre, esses interesses manifestaram-se a favor do liberalismo em termos de política alfandegária e fiscal no Brasil, o que se traduziu numa defesa da “igualdade entre as nações” no acesso ao mercado brasileiro.

No contexto da decretação da tarifa Alves Branco (1844) e da expiração do tratado de 1827 com a Inglaterra, dizia o cônsul francês, no Rio de Janeiro, que a tendência, no Brasil, onde cresciam as “repugnâncias anti-inglesas”, era pela impopularidade de qualquer tratado comercial e que “o regime [então] atual de igualdade de tratamento comercial para todo o mundo [...] era defendido pela opinião dos homens esclarecidos e negociantes sábios de todas as nações”. Acrescentava que “a França, depois da expiração das cláusulas comerciais de seu tratado [1826] não insistiu em negociar novas, pois ela sempre esperou, em atitude prudente e com concessões de reserva a fazer, de maneira a poder delas se servir, para ganhar os favores especiais que o Brasil poderia acordar aos outros, no caso dele mudar sua política”.

A partir da lei de 1828, o principal problema para os interesses franceses passou a ser a tendência existente na política tarifária brasileira a elevar essas taxas, o que se expressou concretamente com a tarifa Alves

Branco, que estabeleceu taxas de 30% para a maior parte dos artigos importados, chegando a 60% para aqueles similares produzidos no país. Rompia-se, assim, segundo Prado Júnior (1984, p. 170-171), “o respeito que havia pelos primeiros tratados comerciais do país e o regime de ampla liberdade nele estabelecido, abrindo um precedente que permitirá utilizar mais tarde as tarifas alfandegárias como medida de amparo à produção nacional [...], depois de 1860 [...] os direitos serão elevados para um nível médio de 50%”.⁴

A nova política alfandegária brasileira, de caráter protecionista, inaugurada com a tarifa de 1844, embora tenha causado transtornos no mercado – uma vez que anteriormente mesmo à sua decretação as mercadorias chegaram ao Brasil em grande abundância, acumulando estoques “na espera do que deveria acontecer” – era entendida como um “embaraço particular” que duraria “até o momento em que o equilíbrio entre as necessidades e as existências de mercadorias na praça seria restabelecido, levando a uma subida nos preços de venda”.⁵

À crença no papel regulador do mercado, juntava-se a ideia de que “a melhor política comercial do Brasil seria talvez não ter nenhuma”, já que “seus produtos, mesmo imperfeitos, [achavam] abundantemente quem os [comprasse]”.

Essa joia do pensamento liberal, entretanto, não encontrava correspondência na dura realidade de mercados dominados pela concorrência, sobretudo daqueles que, como o Brasil, com uma economia assentada na produção de matérias-primas para o mercado externo, estavam sujeitos às oscilações desse mercado.

O liberalismo preconizado pelos interesses franceses no Brasil e para nele serem aplicados não era, porém, válido quando se tratava da defesa da produção nacional francesa.

Schneider (1973), em seu artigo sobre o comércio franco-brasileiro entre 1815 e 1848, mostra como, após o estabelecimento da paz na Fran-

⁴ Para uma melhor compreensão da política alfandegária brasileira no século XIX, cf. Luz (1975) e Devesa (1974b, p. 60-84).

⁵ Relatório do cônsul francês no Rio de Janeiro, supracitado (AN).

ça, com o fim das guerras napoleônicas, o comércio exterior francês foi refeito assentado na restauração do sistema colonial e numa política ferrenhamente protecionista. Graças ao sistema aduaneiro, então posto em prática, os dois principais produtos brasileiros – açúcar e café – não eram consumidos na própria França, mas sim daí reexportados para outros mercados.

Esta tendência consolidou-se posteriormente, e a França, no dizer de Broder (1976, p. 335), “ao longo de todo o século, foi resolutamente protecionista. [Podendo-se] mesmo falar de proteção generalizada (1820-1852), moderada (1852-1881) e seletiva (1882...)”.⁶

A decretação da tarifa Alves Branco, ao encarecer as importações, estimulou o surgimento de algumas fábricas no país, dando origem ao que é considerado por alguns autores o segundo surto da indústria no Brasil. Alimentado ainda pela liberação de capitais com o fim do tráfico negreiro em 1850, esse surto fez surgir algumas fábricas, principalmente na Bahia, em Pernambuco, no Rio de Janeiro, em Minas Gerais e no Maranhão. Embora a maioria dessas fábricas tenha desaparecido, incapazes que eram de enfrentar a concorrência estrangeira e sem o apoio de uma política industrial interna, algumas sobreviveram fragilmente até a década de 1880, quando se iniciou efetivamente um processo de industrialização no Brasil.⁷

⁶ Apesar de todos os discursos liberais em contrário, a tendência protecionista, deve-se observar, foi comum a todos aqueles países industrializados que concorriam entre si pelo controle comercial do mercado brasileiro. Segundo Bairoch (1986b, p. 281), “em matéria de comércio internacional, é o liberalismo que constitui o acidente, ou os acidentes, e o protecionismo a norma. Isto foi o que se verificou, em todo o caso, nos primeiros dois séculos e meio do processo de desenvolvimento econômico dos países industrializados; digamos, grosso modo, de 1700 a 1950”.

⁷ Na historiografia brasileira, embora haja divergência quanto ao balizamento cronológico existe uma certa concordância de que, na história da indústria no Brasil, houve um primeiro surto com a vinda de D. João VI e um segundo surto no contexto da Tarifa Alves Branco e da extinção do tráfico, que liberou capitais antes nele empregados. Para alguns autores, a década de 1880 deu início a um processo irreversível de industrialização, enquanto para outros teria havido ainda um terceiro surto, antes desse processo, no final da década de 1860, causado pelo salto da produção algodoeira nacional – com a Guerra de Secessão nos EUA – e pela política monetária e fiscal do Brasil na conjun-

A existência de algumas incipientes fábricas nacionais no século XIX, protegidas esporádica, indireta e debilmente por medidas protecionistas, causava preocupações aos interesses comerciais franceses no Brasil. Eram constantes as “queixas” nos relatórios consulares sobre o prejuízo daí advindo.

Referindo-se às importações francesas pelo porto de Fortaleza em 1883-84, o cônsul em Pernambuco assinalava um aumento da entrada de “crinas, pêlos e cabelos”, mas considerava que “este aumento é pouco importante relativamente aos progressos realizados pelas fábricas do sul do Brasil que são protegidas por direitos enormes” e acrescentava: “nós podemos lutar, mas nos é difícil esperar um crescimento dos negócios”.

Muitas vezes, os próprios comerciantes franceses dirigiam queixas à administração provincial das alfândegas, as quais, segundo outro cônsul de Pernambuco, “aplica[vam] muito arbitrariamente e sem discernimento suficiente a tarifa cujos direitos pesa[vam] tão fortemente sobre o comércio estrangeiro”.

Todos os protestos, porém, não impediram evidentemente o crescimento paulatino das fábricas no Brasil, sobretudo das têxteis. Se estas eram apenas duas em 1850, já somavam 9 em 1866, “chegando a 44 estabelecimentos em 1881, totalizando então 62.528 fusos, 1.994 teares e empregando mais de 3.000 operários” (SIMONSEN, 1973, p. 14-15).

Na década de 1890, respondendo a um questionário sobre as causas da diminuição do comércio francês no Brasil – enviado a 60 *chefs de maison* da colônia francesa em São Paulo, pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros um comerciante previu:

A confecção estrangeira vai desaparecer pouco a pouco, em razão dos direitos proibitivos que a atingem. Ela será substituída pela confecção nacional. Este fato é lastimável, pois este artigo vinha, em grande parte, de nossos *ateliers*.⁸

tura da Guerra do Paraguai. Consulte-se, por exemplo: Simonsen (1973); Luz (1975); Carone (1978); Prado Júnior (1984); Stein (1979); Cohn (1984); Mello (1983).

⁸ “Ao fim da Primeira Guerra, a indústria têxtil nacional fornecia de 75 a 85% dos tecidos de algodão consumidos no país. Em 1920, ao contrário do que ocorria em outros

A crítica às iniciativas de caráter protecionista no Brasil, por parte dos interesses franceses, de extração “liberal”, estendeu-se às taxas de exportação. Propunham a abolição dessas taxas como uma “imperiosa necessidade” para um “país novo como o Brasil”, cujos produtos chegavam ao litoral já encarecidos pelo custo do transporte, na ausência de boas estradas. Essa crítica está muito bem resumida nas palavras do cônsul na Bahia, em 1844:

Não é incrível, de fato, que num país puramente agrícola como o Brasil, e cuja única riqueza consiste nos produtos de seu solo, estes tenham taxas de exportação de 12 a 15% de seu valor? perseguido, quase vencido, pela concorrência nascida do prodigioso desenvolvimento que teve a agricultura no mundo inteiro, graças à paz geral e ao crescimento que vive a Europa há 30 anos, o Brasil vê a cada dia seus produtos na eminência de serem excluídos, por rivais nascidos ontem, dos mercados estrangeiros onde eles tinham quase o monopólio há alguns anos; e, no entanto, nessas circunstâncias que seriam lições de experiências no lugar de favorecer o escoamento de sua produção por uma exportação livre de direitos, como fazem os Estados Unidos, por exemplo, seus governantes se obstinam a perseguir o comércio estrangeiro, que eles acusam de enriquecer às custas de seu país, e para atingi-lo gravam a exportação de seus produtos com direitos quase proibitivos, onde, em boa lógica, o montante deduzido do preço da compra acaba sempre por recair sobre o produtor brasileiro, verdadeiro prêmio oferecido, assim, livremente e pelo próprio Brasil, à concorrência estrangeira.

A condenação de toda e qualquer medida governamental brasileira de caráter “protecionista” ou “nacionalista” é, pois, uma constante no século XIX, seja no período imperial ou já no republicano. A lei de nacionalização do comércio de cabotagem, aprovada pelo Congresso Nacional em 1892, por exemplo, provocou manifestações que se pautaram

países latino-americanos, os tecidos importados de consumo corrente já haviam sido praticamente excluídos do mercado brasileiro, e só os produtos de melhor qualidade podiam competir com os tecidos de fabricação nacional” (STEIN, 1979, p. 109).

pela ideia de que “o tempo de dispensar completamente a concorrência estrangeira ainda não havia chegado” e de que “o Brasil carecia mais de homens que de material”. Alertava um cônsul que “a grande preocupação do país no momento, sobretudo depois que a influência dos norte-americanos cresceu, [era] de ver aplicada a máxima O Brasil para os brasileiros” e acrescentava que “a insistência que os homens de Estado [mostravam] em todas as circunstâncias, em perseguir esta ideia, [deveria] ser uma advertência para o comércio estrangeiro”.⁹

Assim como para os problemas de consumo, para os problemas da concorrência as dificuldades que se antepunham ao comércio das mercadorias francesas no Brasil estiveram também relacionadas às características dessas mercadorias.

Sobre a concorrência, diz Manchester (1973, p. 265-266) que

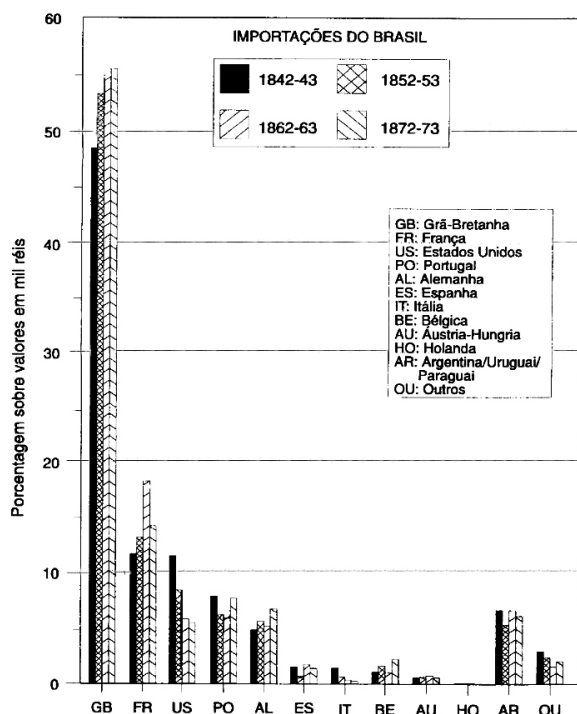
a preeminência da Grã-Bretanha nos mercados, nos investimentos e na navegação brasileira era já um fato consumado, quando a colônia se tornou um império independente [...] Mas a concorrência começou imediatamente. Pois coincidindo com seu reconhecimento da independência do império, a França, os Estados Unidos e as Cidades Hanseáticas, a Holanda e a Suécia iniciaram uma longa luta que finalmente devia resultar na rivalidade bem-sucedida contra a posição favorecida da Grã-Bretanha.

Pelas Gráficos 2 e 3, podemos observar, por um período de trinta anos, que se estendeu de 1842 a 1873, as diferentes posições ocupadas pelos principais países no comércio exterior brasileiro, tanto no que diz respeito à importação quanto à exportação.¹⁰

⁹ Na menção aos norte-americanos, referia-se o autor à Doutrina Monroe, enunciada em 1823 pelo presidente americano no contexto dos movimentos de independência na América Latina. Por essa doutrina, condenava-se qualquer pretensão futura de intervenção europeia nas questões americanas com a máxima “A América para os americanos”. Deve-se observar que os Estados Unidos foram o primeiro país a reconhecer a independência do Brasil, em 1824.

¹⁰ Em relação aos dados apresentados nos dois gráficos, deve-se observar que eles nos permitem uma visão apenas aproximada do comércio exterior brasileiro no período, o que se deve basicamente a dois fatores: o primeiro deles refere-se à escassez e precariedade do trabalho de estatística no país, no século XIX; o segundo diz respeito ao fato de

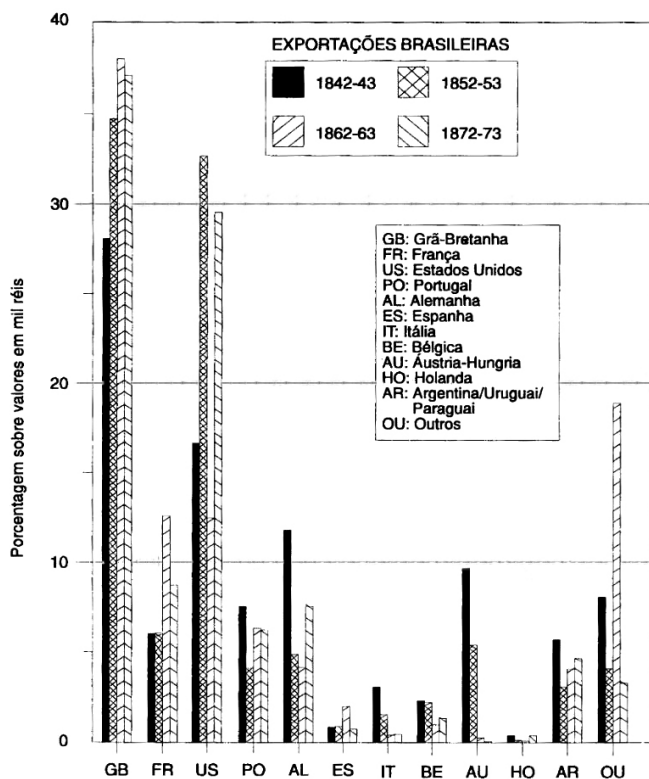
Gráfico 2 – Comércio exterior brasileiro: porcentagem da participação de diferentes países no total das importações no Brasil



Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, p. 111.

que esses dados, coligidos a partir de enquetes nas alfândegas, tinham por base a nacionalidade dos navios carregados que entravam ou saíam dos portos, desconhecendo-se, portanto, que muitos navios ingleses, por exemplo, transportavam mercadorias para os portos do norte da Europa. Na publicação intitulada “Annales du commerce extérieur. Brésil. Faits commerciaux, n° 20”, p. 102, em que se encontram alguns dados sobre o comércio exterior brasileiro na década de 1870, seu redator diz, ao comentar a pequena porcentagem das exportações brasileiras para a Holanda: “Um fato notável é a porcentagem mínima da exportação para a Holanda [...] quando sabemos que a Holanda é um dos principais mercados do café brasileiro na Europa. Os carregamentos para [esse país] partem, portanto, sob pavilhão de terceiros e escapam assim à estatística”. Apesar dessas falhas, esses dados não devem ser desprezados para a pesquisa, pois, ainda que não reflitam fidedignamente a realidade, dão uma ideia das grandes linhas do comércio exterior brasileiro na segunda metade do século XIX.

Gráfico 3 – Comércio exterior brasileiro: porcentagem da participação de diferentes países sobre o total das exportações do Brasil



Fonte: Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908, p. 111.

A França, tendo tido acesso ao mercado brasileiro já em posição desprivilegiada em relação à Inglaterra, teve ainda que enfrentar, sem êxito, duas grandes concorrências: a da Alemanha – pós-unificação – e a dos Estados Unidos.

As relações comerciais entre o Brasil e grandes centros mercantis, existentes no território que viria a constituir a Alemanha, eram uma realidade desde a primeira metade do século XIX, quando o porto de Hamburgo recebia o café e o açúcar brasileiros, embora num comér-

cio indireto já que intermediado por navios, sobretudo, ingleses. Foi somente na segunda metade desse século, com o desenvolvimento industrial alemão, impulsionado pelo processo de unificação daquele país na década de 1870, que cresceu o comércio teuto-brasileiro. À produção industrial metalúrgica, têxtil, química somou-se um grande progresso marítimo e a tonelagem da navegação internacional alemã cresceu 124% entre 1873 e 1895.0 Brasil, juntamente com outros países da América do Sul, constituiu um dos mercados para esse crescimento industrial, pelo menos até 1914.¹¹

Os Estados Unidos, por seu turno, nas suas relações comerciais com o Brasil, constituíram-se, inicialmente, num grande importador dos produtos brasileiros, posição que ocupavam desde a década de 1850 e que – encerrada a Guerra de Secessão – consolidou-se, tornando-se esse país o maior comprador estrangeiro do Brasil, destacando-se aí o café e, posteriormente, a borracha. Segundo Barreto (1977, p. 105), “a partir de 1876 as vendas aos Estados Unidos representam mais de 50% do total exportado [pelo Brasil], até atingir um máximo em 1891, com 76%”.

Já as exportações americanas para o mercado brasileiro foram constituídas no século XIX basicamente por produtos de origem agrícola – sobretudo o trigo em grão, a farinha de trigo e o milho. Mas, entre 1870 e 1906, essas exportações “apresentaram-se relativamente baixas, pois raramente ultrapassaram 10% do total importado pelo Brasil”. Foi somente com a Primeira Guerra Mundial que se alterou, e profundamente, esse quadro, e, em 1917, essa porcentagem passou para 45%. Nesse processo, ao lado dos produtos agrícolas, os produtos industrializados constituíram crescentemente parte da pauta das importações brasileiras.¹²

As mercadorias francesas exportadas para o Brasil caracterizaram-se pelos artigos de luxo, aí incluídos os tecidos finos, como as sedas, os artigos de moda, as novidades, móveis, bijuterias, perfumes, porcelanas,

¹¹ Sobre o crescimento industrial alemão e as relações econômicas teuto-brasileiras, cf. Barreto (1977) e Campos (1974).

¹² Veja-se a respeito da penetração dos interesses americanos no Brasil os trabalhos clássicos de Bandeira (1978) e de Valla (1978). Um trabalho mais recente é o artigo de Reis (1990).

objetos de decoração etc. A concorrência levada a efeito – sobretudo pela produção alemã – desses mesmos artigos abalaria a posição francesa.

Um bom exemplo disso é o que se refere à questão da exportação de tecidos da França para o mercado brasileiro do século XIX. Como esses tecidos eram finos e, portanto, consumidos apenas por estreita parcela da população com poder aquisitivo suficiente para comprá-los, outros concorrentes no mercado passaram a imitar os tecidos franceses, adulterando-os com etiquetas falsas. Fabricados com um custo mais baixo, eram vendidos no Brasil a preços altamente competitivos para os tecidos franceses. Nesse sentido, cônsules afirmavam que os tecidos finos de consumo no Rio de Janeiro eram sobretudo franceses, mas acrescentavam:

[...] para os tecidos de grande consumo, isto é, para aqueles que chegam ao Rio para serem expedidos no interior do Brasil, a Alemanha e a Inglaterra nos fazem uma concorrência que tende dia a dia a nos eliminar. O consumidor do interior do Brasil aprecia mais o baixo preço que sua boa qualidade. É assim que a importação de tecidos da França, que há alguns anos se fazia em grande escala, desapareceu quase completamente para dar lugar aos produtos das manufaturas alemãs.

Sob o nome de sedas de Lyon, vende-se nos magazines portugueses e alemães sedas fabricadas em Leipzig ou Berlim, e estes tecidos levam o nome e a marca dos fabricantes de Lyon [...] as mercadorias [que os alemães] expedem aos portos da América do Sul são de qualidade medíocre, mas custam muito pouco.

Em 1875, estando abertas as negociações para a renovação da convenção consular franco-brasileira, de 10 de dezembro de 1860, o Ministro dos Negócios Estrangeiros da França encarregou o cônsul no Rio de Janeiro de solicitar ao gabinete imperial a inserção de uma cláusula, na nova convenção, que garantisse, “reciprocamente”, as marcas de fábrica. Tentava-se uma garantia legal, que já havia sido conseguida pela Inglaterra por ocasião da renovação de sua convenção consular com o Brasil. O ministro, porém, considerava que “infelizmente essas negociações têm encontrado dificuldades devido à pretensão do governo brasileiro de re-

tirar dos cônsules franceses uma parte importante das atribuições que lhes [eram reconhecidas] pela convenção consular anterior, a de 1860”.

A prática da imitação e adulteração de marcas estendeu-se praticamente para todos os artigos importados da França e com maior intensidade, à medida que se desenvolvia a tecnologia da produção desses artigos, ao mesmo tempo que se criavam novos. Assim, já na década de 1880, o cônsul do Rio de Janeiro escrevia ao seu ministro dizendo que “na Inglaterra e nos Estados Unidos inventa-se sem cessar milhares de objetos que se fabrica a baixo preço e cujo emprego se torna imediatamente uma necessidade”.

Lamentavam-se os cônsules do fato de que os industriais e comerciantes franceses não tinham a mesma “perspicácia comercial” que os seus concorrentes em analisar o mercado consumidor e acabavam tentando impor o “gosto francês”. Sugeriam, por isso, que se seguisse o exemplo dos alemães e ingleses, que mantinham “agentes especiais” encarregados de passar informações para seus fabricantes, e diziam que “desta maneira [os industriais e negociantes] seriam instruídos por pessoas experimentadas, interessadas em sua prosperidade e colocadas convenientemente na sociedade [brasileira], as quais se aplicaram a estudar o caráter do país e a satisfazê-lo”.

Apontava-se ainda como uma necessidade que os industriais e comerciantes franceses investissem em propaganda de suas mercadorias. Em 1885, o agente consular do Ceará, enviando ao Ministério, por intermédio do cônsul de Pernambuco, “alguns conselhos”, dizia:

Os fabricantes ingleses, alemães e americanos, de todos os produtos, inundam os países estrangeiros de prospectos, catálogos, preços correntes, ilustrações em língua portuguesa, recursos que os franceses empregam muito raramente para divulgar suas mercadorias.

A concorrência, assim, recrudesceu no mercado brasileiro à medida que avançou o século XIX. Ainda em meados desse século, um representante dos interesses comerciais franceses no Brasil considerava, numa expressão coerentemente liberal para o período, que a concor-

rência era inevitável, que a superioridade comercial em relação a determinadas mercadorias era efêmera e se deslocava frequentemente de mãos e que, portanto, “[a França] deveria se resignar a sofrer também algumas vezes a lei que ela própria havia feito para os outros”.

Ao aproximar-se o fim do século, porém, passaram a avolumar-se os questionários, os levantamentos, os diagnósticos sobre as causas da “decadência” do comércio francês no Brasil, suplantado por nações industriais “mais jovens” como a Alemanha e os Estados Unidos, decadência essa que ocorria não somente no Brasil, mas também em outras áreas nas quais a expansão comercial francesa se fizera presente, especialmente na América do Sul. Foi nesse contexto que tiveram lugar as chamadas “missões comerciais”, como a de Charles Wiener – já citada – que esteve na América do Sul com esse objetivo em 1895/1896, 1907 e 1909, e a de Paul Walle – igualmente citada – também na virada do século.

Num desses questionários/diagnósticos sobre “causas da diminuição” do comércio francês aplicado aos comerciantes franceses de São Paulo em 1896, observa-se que na resposta à pergunta sobre quais seriam as medidas imprescindíveis para reerguer esse comércio, os comerciantes apontaram unanimemente a necessidade da criação de um banco francês no Brasil, que apoiasse suas operações comerciais, o qual

com um capital de 5 a 10 milhões [de francos] poderia ser suficiente para todo o Brasil, com a condição de inspirar confiança pela personalidade de seus fundadores e diretores. A ele se confiariam os depósitos. Segundo os hábitos do Brasil, esses depósitos não [pagavam] taxas e [punham] assim, sem remuneração, à disposição do banco, capitais consideráveis.

Os comerciantes franceses de São Paulo dispuseram-se a sustentar um banco francês fornecendo 50% do capital inicial, assegurando-lhe clientela e recebendo em troca os créditos e o apoio financeiro necessário para as transações comerciais.¹³

¹³ Os primeiros bancos franceses a operar no Brasil foram o *Banque Française du Brésil*, com sede social em Paris, capital de 10 milhões de francos, sob os auspícios

Criadas inicialmente para atender aos apelos e interesses dos comerciantes franceses, por meio de desconto de títulos de comércio, empréstimos, operações de câmbio etc. e livrá-los da dependência da intermediação financeira de outros bancos estrangeiros no Brasil, essas instituições bancárias diversificaram seus investimentos em estradas de ferro, usinas, portos, serviços públicos etc. Isto ocorreu tardiamente em relação aos primeiros bancos ingleses – o *English Bank of Rio de Janeiro* e o *London and Brazilian Bank*, autorizados a funcionar ainda no começo da década de 1870 – e aos bancos alemães – o Banco Alemão Brasileiro com decreto de autorização de 1873 e o *Brasilianische Bank für Deutschland*, de 1888.

Ao analisar-se o comércio da França com o Brasil, no século XIX, o que ressalta, portanto, é que as características das mercadorias de exportação da França foram determinantes para o desempenho desse país nas questões referentes a consumo e concorrência, questões essas que estavam permanentemente em pauta para os interesses estrangeiros no Brasil nesse século e cujas diferentes “soluções”, dadas por interesses concorrentes, determinaram, por sua vez, o desenrolar da luta pelo controle desse mercado nas décadas seguintes, no século seguinte.

Ao contrário da Inglaterra, a França começou a participar tardiamente do aparelhamento das primeiras instalações fabris no Brasil. Foi somente na década de 1880, justamente aquela que marca o início do pro-

do *Comptoir National d'Escompte* e da *Société Générale*, autorizado a funcionar pelo Decreto nº 2423, de 2/1/1897, agências no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos; o *Banque du Crédit Foncier du Brésil et de l'Amérique du Sud*, com sede social em Paris, capital de 100 mil francos, sob os auspícios do *Banque Müller de Paris*, autorizado a funcionar pelo Decreto nº 6593, de 1/8/1907; e o *Banque Française et Italienne pour l'Amérique du Sud*, sede social em Paris, capital de 25 milhões de francos, sob os auspícios do *Banque de Paris et des Pays Bas*, autorizado a funcionar pelo Decreto nº 8169, de 25/8/1910, agências no Rio de Janeiro, São Paulo e Santos. A esses bancos devem ainda ser acrescentados alguns bancos estaduais que, no Brasil, começaram a funcionar com capital francês, como foi o caso, entre outros, do *Banque Hypothécaire et Agricole de l'État de São Paulo* (1909), *Banque Hypothécaire et Agricole de l'État d'Espírito Santo* (1911) e o *Banque de Crédit Foncier et Agricole de l'État de Minas Gerais* (1911). Cf. *Sociedades mercantis autorizadas a funcionar no Brasil (1808-1946)*; Quinn (1977); Hanicotte (1909); Geo (1919).

cesso industrial brasileiro, concentrado na região Sudeste, que máquinas francesas começaram a ser exportadas para o país, mas no contexto do estabelecimento das primeiras usinas de açúcar, de introdução da máquina a vapor no beneficiamento do algodão e de construção das primeiras estradas de ferro do Nordeste, como a E. F. Central de Pernambuco.¹⁴

Assim, em 1888, o agente consular no Ceará, informando ao ministério sobre as importações diretas de mercadorias estrangeiras nessa província, dizia:

A importação [de máquinas e ferramentas] mais que dobrou, de R. 46:0785859 em 1885/1886 ela subiu para R. 120:689/748 em

¹⁴ A E. F. Central de Pernambuco, de iniciativa governamental, cuja construção iniciou-se em 1881, teve seus trilhos, vagões e locomotivas fornecidos pela usina francesa de Fives-Lille, segundo Marc (1890, p. 266). Sobre essa estrada, veja-se: Eisenberg (1977, p. 72). Deve-se observar que, no contexto citado, a concorrência foi também muito acirrada. Em extenso relatório ao Ministério, datado de 28 de maio de 1883, o cônsul no Rio de Janeiro fazia um balanço da situação do comércio francês no Brasil e dizia: “O projeto de criar usinas centrais no Brasil está em vias de realização e eis que a Usina de Fives-Lille já perdeu encomendas em benefício da Bélgica, assim que as pretensões dos fabricantes franceses foram conhecidas. Uma máquina de triplo efeito foi vendida para a província de Santa Catarina, pela usina de Ferlemont, próxima a Louvain, pelo preço aproximado de 1.500.000 fr., incluindo a instalação e o compromisso de renovar durante 2 anos as peças que se deteriorarem. A usina de Fives-Lille pediu por uma máquina igual e sem dar garantias, 1.800.000 fr. Para lutar com sucesso na venda de usinas de açúcar, é necessário não somente que nossos industriais abaxem em larga proporção os seus preços, mas também que tenham agentes sérios, engenheiros que solicitem e recebam encomendas, que supervisionem a fabricação de máquinas na Europa, retornando à América com peças fabricadas e montando eles próprios as usinas que devem ser entregues no dia indicado no contrato. É agindo dessa forma que os construtores ingleses e belgas estabeleceram sua reputação e nos vencem nos países tropicais” (AN). Uma década mais tarde, em 1890, teria início o processo de instalação de usinas de açúcar francesas no Brasil, na região Nordeste, em São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais. Na medida em que implicaram em investimentos de capital diretamente na esfera produtiva, constituiriam parte da nova etapa de inversões de capital estrangeiro no Brasil – a do capital financeiro. Para a relação entre o processo de estabelecimento de usinas e o capital estrangeiro no Nordeste, cf. por exemplo: Andrade (1980) e Rego (1936), que, em seu romance *Usina*, descreve o mesmo processo. Perruci (1978) aborda as usinas francesas nessa região.

1886/1887. As máquinas de costurar peles e as máquinas descaroçadoras de algodão são quase todas americanas. As ferramentas e máquinas a vapor são inglesas [...] As ferramentas e os instrumentos de agricultura franceses não são encomendados pelo Ceará porque eles são geralmente mais caros, no entanto, desde alguns meses, a casa comercial Boris Frères introduziu várias máquinas a vapor francesas que são reconhecidas como melhores que as inglesas, embora sejam consideradas complicadas e mais delicadas que essas.

Ao fechar-se o século XIX, os interesses comerciais franceses no Brasil já tinham como certa a supremacia americana na América do Sul para as décadas que se seguiriam, alijando a Grã-Bretanha da posição privilegiada que até então desfrutara e tirando da França as últimas esperanças que ainda alimentava.

Desde muito cedo, já em 1844, referindo-se às importações dos Estados Unidos pelo Ceará, o cônsul francês na Bahia dizia que era “somente dos americanos, pelo menos [naquele período] que o comércio inglês [deveria] temer uma concorrência perigosa”. Quarenta anos depois, o cônsul em Pernambuco, analisando as exportações da província do Ceará pelo porto de Fortaleza, temia que o terceiro lugar ocupado pela França, entre os países que importavam produtos dessa província – vindo em primeiro lugar a Inglaterra e em segundo a Alemanha –, “seria logo tomado pelos Estados Unidos cujo consumo [absorvia] uma grande parte da borracha [de mangabeira] e dos couros”.¹⁵

Sobre “as concorrências estrangeiras na América do Sul, em geral, e no Brasil meridional, em particular”, foram lapidares as palavras do cônsul francês em São Paulo, em 1895, Georges Ritt, ex-vice-cônsul na Costa Rica e encarregado de missões no Peru, Venezuela e Haiti. Disse ele:

¹⁵ É interessante observar que justamente os Estados Unidos, desprovidos de um império colonial como o da França, e tornando-se, crescentemente, o maior comprador de matérias-primas do Brasil no século XIX, transformar-se-iam num grande exportador para o mercado brasileiro, no século seguinte.

A Inglaterra tem a grande vantagem de ter precedido no mundo as outras nações dos mercados sul-americanos e de ter tomado lugar neles antes delas, do ponto de vista econômico. [...] Mas esta situação privilegiada da Inglaterra, que a competição francesa não conseguiu abalar, parece hoje um pouco comprometida desde que nações novas, como a Alemanha e os Estados Unidos, nascidas pela via industrial, vieram participar no movimento de importação na América do Sul [...] e eis que há 4 ou 5 anos o comércio inglês cessou de progredir, e chegou mesmo a perder terreno em certos pontos como no Haiti, na Venezuela, no México e na América Central [...] por mais que para nós tenha sido prejudicial a concorrência alemã, inquietantes que tenham sido seus progressos, parece que ela nos fez já todo o mal que poderia nos fazer e já realizou em nosso detrimento todas as conquistas que ela poderia esperar. O comércio alemão chegou visivelmente a seu ponto culminante na América do Sul [...] O que deve, em revanche, absorver todas as nossas preocupações, o que merece despertar as nossas mais legítimas apreensões é o desenvolvimento manifesto tomado desde alguns anos pelo comércio norte-americano na maior parte dos países da América do Sul. Mais que qualquer outra, a concorrência norte-americana ameaça desfechar um golpe fatal na nossa situação comercial no Novo Mundo [...] Na conquista econômica que eles empreenderam na América do Sul procederam sabiamente, logicamente, espalhando-se como uma mancha de óleo, começando por absorver os mercados mais próximos do México, Cuba, Haiti, as Antilhas, a América Central, estendendo sem cessar sua esfera de ação [...] pelo tratado de comércio concluído com o Brasil do tempo do célebre Marechal Peixoto, eles procuraram pôr a mão sobre o mais vasto e o mais frutuoso mercado da América do Sul e a transformar assim a primeira das repúblicas latinas em uma espécie de vassalo econômico da Grande Confederação do Norte [...] Os *yankes* fazem propaganda [comercial] até o charlatanismo, entremeando seus hardis comerciais com tiradas líricas sobre o pan-americanismo.¹⁶

¹⁶ O tratado comercial Brasil-Estados Unidos, ao qual se refere o autor, foi assinado em 1891. Por ele, ficavam isentas de taxa de importação os cereais em geral, carnes, óleo de algodão, carvão, ferramentas, máquinas e material de estradas de ferro norte-americanos que entrassem no Brasil, em troca de igual isenção para o açúcar,

Apesar de todas as dificuldades existentes para a expansão comercial francesa no Brasil no século XIX e embora a França nunca tenha chegado a ocupar o primeiro lugar no comércio exterior brasileiro, essa expansão foi uma realidade.

o café e os couros brasileiros comprados pelos Estados Unidos. O Panamericanismo, que teve sua origem mais remota na Doutrina Monroe, difundiu-se por ocasião das chamadas Conferências Panamericanas patrocinadas pelos Estados Unidos a partir de 1889, as quais, com o propósito de assegurar a hegemonia norte-americana no restante da América, procuraram fomentar a “unidade continental”. A partir da política externa agressiva de Theodore Roosevelt, o Panamericanismo se traduziu em intervenções armadas americanas na América Central para garantir essa hegemonia.

*Car en industrie comme en stratégie,
qui n'avance pas recule.*

Vallat, cônsul francês na Bahia,
em relatório ao Ministério, 1844.

Caminhos da expansão comercial francesa no Brasil

A integração do Brasil no comércio internacional, com a abertura dos portos em 1808, estimulava um aumento no número de navios que frequentavam os portos brasileiros e uma diversificação de suas nacionalidades, uma vez desaparecido o monopólio da metrópole portuguesa.

Mas era sobretudo da Inglaterra que partiam as embarcações que, trazendo as mercadorias europeias, possibilitavam também a troca de correspondência entre o Brasil e aquele continente. A supremacia britânica nesse aspecto é atestada pelo fato de que eram esses mesmos navios ingleses que distribuíam nossas matérias-primas em portos importantes na época, como o de Hamburgo, por exemplo, que constituía “o grande entreposto de mercadorias brasileiras na Europa Central” (CAMPOS, 1974, p. 221), da mesma forma que traziam ao Brasil a produção de diferentes centros manufatureiros europeus, mas principalmente os ingleses.

O comércio direto Brasil-França, na primeira metade do século XIX, era feito, sobretudo, pelos portos de Havre e Marselha. Era do Havre – a região mais industrializada e povoada da França – que partia a única

linha francesa de navios a vela então existente para o Brasil (DEVEZA, 1976, p. 78 e 101).¹

A França, entretanto, dependia de embarcações inglesas e de outras nacionalidades para o transporte das mercadorias que circulavam em seus portos. No decênio de 1827 a 1836, dos 996 navios de comércio chegados ao Brasil, vindos da França, apenas 567 eram, de fato, franceses. Um cônsul dizia sobre o porto de São Luís que “a importação efetuada diretamente [da França] em 1842 foi por 5 navios vindos [desse país], com cargas estimadas em 615.000 fr., ao qual se deve somar, para se ter o valor exato das importações da França, 175.000fr. aproximadamente de mercadorias francesas, talvez mesmo suíças, vindas por via da Inglaterra”.

Em relação ao Brasil especificamente, essa dependência substancial de outras marinhas mercantes estaria ligada ao fato de que, devido à “competição dos produtos brasileiros com os coloniais franceses, os navios da França tinham naturalmente dificuldades em encontrar carregamento para as viagens de regresso, o que tornava os transportes muito mais dispendiosos” (DEVEZA, 1976, p. 96). Mas podia haver outras causas, como aponta o mesmo cônsul citado acima, quando dizia, em 1844, referindo-se ao algodão do Maranhão:

A dificuldade de fretes de retorno é infelizmente um grande entrave ao desenvolvimento [das importações francesas pelo porto de São Luís], pois nossos navios são obrigados a procurar carregamento, ordinariamente no Pará, de cacau e outros gêneros de venda menos difícil nos nossos mercados que o algodão do Maranhão; são despesas a mais sobre as despesas primeiras e uma causa de perda de tempo, cujo melhor emprego seria a desejar; se nossos fabricantes o quisessem, nossos armadores não teriam mais este inconveniente a temer nas suas expedições nesta parte do Brasil.²

¹ Ainda sobre portos franceses no comércio franco-brasileiro na primeira metade do século XIX, cf. Schneider (1973).

² Por alguns portos, como o de Belém, a França importava mercadorias que não faziam grande concorrência aos produtos coloniais. Esse era o caso do cacau, da borraça e de diferentes produtos da floresta amazônica, incluindo-se aí as madeiras, que, em 1838-39, atingiram um valor de 160.000 fr, “mas depois da última insurreição

Segundo o cônsul, o pouco interesse francês na importação do algodão do Maranhão devia-se ao fato de que, sendo esse de fibras mais finas do que o de Pernambuco e Paraíba, exigia certas adaptações técnicas nas fábricas de fiação francesas as quais “o espírito de rotina que [predominava] bastante na França os havia impedido de realizar e o que [os franceses] não quiseram fazer as fábricas inglesas fizeram havia muito tempo”.

Os principais portos brasileiros de então, Rio de Janeiro, Salvador e Recife, tinham contatos mais frequentes com a navegação comercial europeia, núcleos polarizadores que eram de escoamento de nossa produção para o mercado externo, constituída sobretudo pelo açúcar, o café, o algodão e os couros, e da distribuição das mercadorias importadas. Comparativamente, os outros portos brasileiros de alguma importância, como Belém e São Luís, no litoral setentrional, Santos e Rio Grande ao sul, mais raramente estabeleciam comércio direto com a Europa. Todos os demais portos dependiam quase que exclusivamente da navegação de cabotagem, que exercia a intermediação necessária das diferentes economias provinciais/regionais com o comércio externo, através daqueles núcleos polarizadores.³

É importante observar, porém, aquilo que foi uma característica das rotas de navegação comercial no Brasil na primeira metade do século XIX e permaneceria no restante do século. Referimo-nos aqui à diferença existente para essas rotas entre o litoral ocidental e o litoral setentrional do país.

Este último, que tinha como principal porto Belém e mais secundariamente São Luís e Fortaleza, era frequentado por embarcações eu-

[a revolta dos Cabanos] as grandes explorações cessaram devido à falta de braços, e com os bandos de índios, empregados no corte das árvores, tendo sido em grande parte dispersados ou destruídos, essa exploração tornou-se nula”.

³ A navegação de cabotagem no Brasil foi reservada às companhias nacionais até 1886. A partir de então, foi autorizada a participação estrangeira nessa atividade, até que o advento da República “renacionalizou” a navegação costeira. Podemos, assim, considerar que a segunda metade do século XIX foi a da presença de companhias de navegação estrangeira no movimento comercial interprovincial do Brasil. Segundo Graham (1973, p. 96), “[...] grande parte do comércio costeiro durante o período 1866-1889 estava também sob o controle britânico”.

ropeias e norte-americanas através, principalmente, de rotas diretas, isto é, aquelas que, vindas da Europa ou Estados Unidos, dirigiam-se diretamente para os portos do norte do Brasil, e daí retornavam para seus portos de origem, sem escalas no litoral ocidental. Em geral, estas escalas ocorriam quando surgia a necessidade de completar o frete de cargas de retorno.

Em 1859, um comandante naval francês, após sua passagem por diferentes portos do litoral setentrional do Brasil, tecendo comentários sobre o movimento comercial desses portos, dizia a respeito de Fortaleza:

[...] os navios estrangeiros não vão em número suficiente para aprovisionar o mercado de produtos europeus, que são levados, em parte, por embarcações de cabotagem saídas de Pernambuco [...] e a produção local não tendo uma colocação fácil e vantajosa não se beneficia de todo o desenvolvimento de que ela é capaz [...] O número de navios do comércio francês a cada ano no porto de Fortaleza não ultrapassava jamais cinco, e além disso esses navios lá vão somente para completar sua carga, quando o escoamento dos produtos da província de Pernambuco torna os fretes raros e desvantajosos no porto de Recife. Nossas relações comerciais com o Ceará são quase nulas e, no entanto, todos os produtos franceses manufaturados e outros, aí, têm, como em todas as outras partes do Brasil, grande saída. Este mercado não é desprezado pelo pavilhão inglês que nós vemos, a cada ano, sobre 20 navios diferentes, chegando quase todos diretamente da Europa, ou da Terra Nova, com bacalhau. Os americanos o aprovisionam de farinhas e os portugueses de gêneros de toda espécie.

Se eu dou aqui a V. Exa. alguns detalhes sobre a província e o porto do Ceará, onde eu pude recolher informações estatísticas bastante numerosas, é porque este lugar é muito pouco conhecido na França e porque eu penso que nosso comércio poderia lá ter desenvolvimento. Eu acredito mesmo que no atual estado de coisas cinco ou seis navios com capacidade para 200 ou 250 toneladas e partindo a cada ano dos portos da França para lá levar um sortimento de diferentes produtos franceses, de acordo com as necessidades e os hábitos da população, teriam uma colocação rápida e vantajosa para o seu carregamento e um frete de retorno não lhes faltaria. Isto seria preparar o terreno para o comércio francês que tiraria naturalmente parte do desenvolvimento sempre crescente da produção agrícola da província.

Observamos, pois, que larga era a predominância britânica na navegação de longo curso no porto de Fortaleza. A presença francesa era bastante mais esporádica e o mercado cearense não constituía um objetivo de seu comércio direto.

Ao iniciar-se a segunda metade do século XIX e acompanhando o grande aumento das trocas internacionais nesse período, ao mesmo tempo que o estimulava, diferentes companhias estrangeiras de navegação de longo curso foram estabelecendo linhas regulares de navegação a vapor para o Brasil. Esse processo aprofundou a integração do mercado brasileiro, com todas as suas variantes regionais, à Divisão Internacional do Trabalho em constituição.⁴ O estabelecimento dessas linhas significou, para muitas províncias, um incremento do comércio direto com a Europa.⁵

Manchester (1973, p. 272), referindo-se à inauguração, em 1851, da “primeira linha a vapor de serviço postal para a Inglaterra”, a *Royal Mail Steam Packet Line*, considera que “a inauguração dessa linha de vapores foi um fator que muito contribuiu para o rápido crescimento das exportações britânicas, ocorrido após 1850”.

⁴ Em 1838, a Inglaterra havia dado início à utilização da energia a vapor na navegação transatlântica. Essa inovação somada a outras, ocorridas durante o século XIX, como a utilização da hélice e a substituição da madeira pelo metal na fabricação dos navios, foram de fundamental importância para o aceleração do comércio internacional porque significaram maior capacidade de carga e velocidade dos navios. Sobre isso, dizia Levasseur (1912, p. 710-712): “É necessário observar que uma tonelada de um navio a vapor rende aos transportes um serviço muito maior que uma tonelada em navio à vela, devido à rapidez e regularidade da marcha [...] Uma vantagem considerável da marinha a vapor a acrescentar às já mencionadas é que ela não está à mercê dos ventos. Ela parte e regressa, sem acidente, em dia fixo, o que é precioso para as operações comerciais. E ela chega rápido, o que também é uma vantagem muito apreciada pelos comerciantes. Além disso, os acidentes marítimos são bem menos frequentes para os vapores do que para os veleiros [...] Os navios a vapor podem ter dimensões muito maiores que os veleiros; ora, o número de homens de equipagem aumenta numa proporção menor que a tonelagem: de onde a economia de salários”. Para a relação dessas transformações com a América Latina, cf. Furtado (1970).

⁵ Segundo Costa (1985, p. 201): “A integração do Brasil nas correntes internacionais de comércio, eliminada a mediação portuguesa, numa fase em que o mercado internacional se achava em plena expansão graças ao crescimento da população, à maior distribuição de riqueza e à melhoria do sistema de transporte, daria novo incentivo às funções comerciais dos núcleos urbanos, estimulando o desenvolvimento dos portos”.

A França, apesar de uma convenção assinada com o Brasil em 1843 para o “estabelecimento de uma linha de paquetes a vapor” destinada ao serviço regular de correspondência e transporte de passageiros e, apesar ainda, de várias tentativas frustradas empreendidas por companhias privadas francesas com o mesmo intento, na década de 1850, só logrou estabelecer sua primeira linha regular transatlântica a vapor para o Brasil em 1860.⁶

A *Compagnie des Services Maritimes des Messageries Impériales*, Marselha, que atuava no Mediterrâneo desde 1852, tendo recebido a concessão do governo francês, foi a primeira companhia de navegação a vapor francesa a atravessar o oceano, inaugurando a linha Bordeaux-Rio de Janeiro em 1860, com escalas em Lisboa, Dakar, Bahia e Pernambuco e uma linha de extensão para Buenos Aires e Montevideú.⁷

Referindo-se a essa Companhia, dizia Gallès (1861, p. 7 e 19):

A Inglaterra envia [ao Brasil] anualmente 420 navios e a França somente 85. Mas se essa comparação tem qualquer coisa que enfraquece nossa fibra nacional, conservemos a esperança de que a instalação recente de nossos transatlânticos modificará, e em breve, nossa triste e lamentável inferioridade. [Porém, já é possível constatar que] a companhia concessionária é obrigada a recusar, a cada partida de Bordeaux, 200 a 300 toneladas de mercadorias, apesar da carestia do frete, e a anomalia abusiva da percepção desse frete, pagável adiantadamente na França. [...] Nós acreditamos, pois, que, o Congresso [francês] fará algo sábio, inteligente e patriótico assinalando a insuficiência do serviço de transatlânticos emitindo junto ao governo imperial o ponto de vista de que é necessário elevar seu número para oito navios a vapor, para poder praticar um serviço bimensal único capaz hoje de satisfazer as necessidades atuais da França.

⁶ Para um histórico detalhado sobre a instalação dessa linha, cf. Deveza (1976).

⁷ A mesma lei francesa promulgada em 1857 para o estabelecimento da navegação transatlântica a vapor na França, concedeu também duas outras linhas, para os Estados Unidos e para as Antilhas / Golfo do México / Caiena, à *Cie. Générale Maritime*, mais tarde denominada *Cie. Transatlantique*.

Podemos observar, na listagem abaixo, quais foram as principais companhias de navegação de longo curso, estrangeiras, a instalarem linhas regulares de vapores para o Brasil, na segunda metade do século XIX.⁸

– Na década de 1860:

Compagnie des Messageries Impériales (mais tarde Messageries Maritimes), porto de origem em Bordeaux.

The Liverpool, Brazil and River Plate Steamship Company (também conhecida como Lamport & Holt), em Liverpool.

Société Générale de Transports Maritimes de Marselha.

Hamburgo Südamerikanische – Dampfschiffahrts Gesellschaft, em Hamburgo.

– Na década de 1870:

Noerdddeutscher Lloyd, em Hamburgo.

A. Booth Company, em Liverpool.

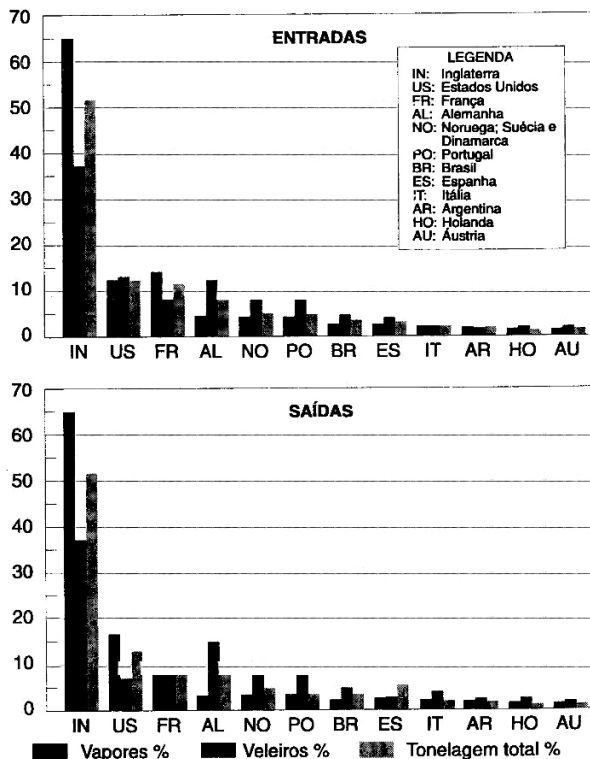
Red Cross Line of Mail Steamers, em Liverpool.

⁸ A expansão das linhas de vapores transoceânicas inseria-se num contexto mais amplo de avanço do capital industrial-financeiro, como bem demonstra Miège (1975, p. 5-6): “As transformações da navegação, importantes a partir de 1850-1865, foram decisivas nos anos 1880-1885, período em que a frota a vapor se impôs à dos veleiros. ‘O processo da navegação marítima é o principal fenômeno econômico dos tempos presentes’, afirmava P. Leroy-Beaulieu em 1889. [...] Os barcos, com maior capacidade, mais rápidos, obrigados a uma ocupação mais rigorosa, necessitavam um frete abundante e regular. Por outro lado, deviam prover-se de carvão e recorrer a portos regularmente abastecidos. Estes barcos, custosos, dedicados a um emprego preciso, apareceram cada vez mais ligados aos interesses industriais e financeiros [...] que desempenharam amiúde um papel decisivo na política de expansão colonial. As sociedades, poderosas por si mesmas, devido à crescente concentração, se achavam também no centro dos grupos de pressão, onde coincidem o mundo dos negócios e o da política. [...] A linha que acabava de criar-se devia ter um rendimento: a penetração comercial, a instalação política e o auge dos negócios que se esperava conseguir deviam fornecê-lo. Assim, pois, as companhias desempenharam um papel determinante no primeiro estabelecimento de uma estrutura econômica. [...] A ação das diferentes companhias – algumas das quais tinham um quase monopólio comercial – requer numerosos estudos. Este fato constituiu, como a conquista dos oceanos e das rotas marítimas, um elemento essencial da expansão europeia do último terço do século XIX”.

United States and Brazil Mail Steamship, em Nova York.
 Compagnie des Chargeurs Réunis, no Havre.
 G. B. Lavarollo, em Gênova.
 The Pacific Steam Navigation Company, em Liverpool.
 Liverpool and North Brazil Mail Steamers, de Liverpool.

No Gráfico 4, observamos o movimento, nos portos brasileiros, de vapores e veleiros de diferentes nacionalidades, em 1871-1872, em termos de porcentagens sobre o movimento total, com as perspectivas tonelagens.

Gráfico 4 – Tonelagem de carga dos navios em movimento nos portos brasileiros no exercício 1871-72, por porcentagem por países



Fonte: Ministère de l'Agriculture et du Commerce. *Annales du Commerce Extérieur. Brésil. Faits Commerciaux* n° 20, p. 99.

Janeiro e Santos – por onde se escoava o café.⁹ A *Transports Maritimes*, que havia inaugurado sua linha para o Brasil e o Prata em 1867, permaneceria até o final do século com esta opção e o cônsul de Pernambuco, em 1883, lamentava o descaso da companhia em relação à província.¹⁰

Nas Tabelas 5, 6 e 7, podemos observar o lugar ocupado pela França no movimento de importação / exportação pelos portos do Rio de Janeiro, Recife e Salvador, respectivamente, comparando-se anos da década de 1850 e da década de 1880. Embora a França tenha se mantido neste período como o segundo país em importância no comércio exterior brasileiro, no que diz respeito a esses três portos, verifica-se que ela foi, por um lado, muito mais atuante no porto do Rio de Janeiro e, por outro, de franca presença no porto de Salvador, situação essa que permaneceu de meados do século XIX até seu último quartel.

Tabela 5 – Porto do Rio de Janeiro: valor oficial das importações e exportações por principais países de origem/destino, em milhares de francos, nos anos de 1852 e 1882/1883, comparativamente

1852			1882-1883		
PAÍSES	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	PAÍSES	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Inglaterra	74.364	23.510	Grã-Bretanha	90.323	20.984
França	33.762	11.280	França	26.293	18.421
EUA	23.294	70.330	Uruguai	20.451	4.807
Portugal	14.453	5.870	Alemanha	19.853	18.224
V. Hanseáticas	10.933	13.670	EUA	17.713	118.582
Bélgica	5.771	7.860	Portugal	13.314	6.676
Espanha	3.645	200	Bélgica	8.847	4.466

⁹ No mapa, estão indicados os portos da África, América Central, América do Norte e Europa, que aparecem na documentação e bibliografia sistemática ou esporadicamente como escalas diversas de navios da cias. francesas saídos ou entrados no Brasil. Observe-se as escalas ao sul da América Latina, incluindo a passagem pelo estreito de Magalhães, em direção à costa chilena. Essas escalas, de acordo com as fontes pesquisadas, fariam parte da rota da *Messageries Maritimes*.

¹⁰ As paradas no porto de Recife, provavelmente não constituíam escalas regulares para carga e descarga de mercadorias, mas apenas a parada necessária antes ou após a longa travessia do Atlântico.

Argentina	2.867	2.450	Argentina	7.213	1.942
Uruguai	1.974	2.510	Itália*	1.905	1.438
Áustria	1 841	5.480	Espanha	518	6
Sardenha*	1.803	7.680	Holanda	260	1
Rússia	630	1.500	Rússia	124	141
Holanda	241	1.350	Áustria	30	1.545
Sicília/Nápoles*	216	2.390			

* O Reino da Sardenha compreendia o porto de Gênova e o Reino das Duas Sicílias, o porto de Nápoles. A partir da unificação italiana, ambos passaram a constar na rubrica "Itália" nos relatórios comerciais.

Fonte: AN, *série* F12, *carton* 2700, correspondência do Ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro da Agricultura, Comércio e Obras Públicas, de 4 de outubro de 1852, quadros anexos; *carton* 9218, correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro do Comércio, de 14 de janeiro de 1885 e 9 de março de 1885, quadros anexos.

Tabela 6 – Porto de Recife: valor oficial das importações e exportações por principais países de origem/destino, em milhares de francos nos anos de 1856-1857 e 1882-1883, comparativamente

1856-1857			1882-1883		
PAÍSES	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	PAÍSES	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Grã-Bretanha	36.305	11.580	Grã-Bretanha	28.560	13.570
França	12.604	3.749	França	11.153	967
Hamburgo	3.646		EUA	3.638	9.135
EUA	3.281	4.463	Portugal	2.773	2.409
Portugal	2.503	11.024	Argentina	2.028	239
Espanha	400	976	Uruguai	1.249	2.866
Sardenha	390	848	Alemanha	1.187	
Áustria	321		Áustria	806	
Argentina	230	*	Itália	15	
Holanda	218	178	Espanha		1.504
Uruguai	196	*	Holanda		

Fonte: AN, *série* F12, *carton* 2700, quadros elaborados pelo cônsul francês em Pernambuco, s.d.; *carton* 9218, correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro do Comércio de 13 de dezembro de 1884, quadros anexos.

Nota: Nos dados originais, para os anos de 1856-1857, encontramos "Rio da Prata", com um valor de 5.281 milhares de francos. Supomos que esse valor diz respeito à Argentina e Uruguai.

Tabela 7 – Porto de Salvador: valor oficial das importações e exportações, por principais países de origem/destino, em milhares de francos, nos anos de 1852 e 1882/1883, comparativamente

1852			1882-1883		
PAÍSES	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO	PAÍSES	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
Inglaterra	22.967	9.896	Grã-Bretanha	24.505	5.626
França	3.982	2.421	França	5.323	3.975
Portugal	3.395	2.231	Alemanha	4.934	10.118
V. Hanseáticas*	2.288	4.676	Portugal	3.981	561
EUA	2.202	653	EUA	2.861	4.274
Portos do Prata	1.027	557	Uruguai	1.512	47
Áustria	526	2.850	Áustria	462	21
Portos do Báltico**	178	1.907	África	338	297
Holanda	173	187	Bélgica	322	1.221
África		1.700	Argentina	244	137
Bélgica		1.103			

Fonte: AN, *série* F12, *carton* 2699, quadros elaborados pelo cônsul francês na Bahia, s. d.; *carton* 9218, correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro do Comércio, de 6 de março de 1884, quadros anexos.

** Representados, sobretudo, pelas cidades de Dantzig, Copenhagen e Estocolmo.

Nota: Compreendia principalmente as atuais cidades de Hamburgo, Bremen, Lübeck, Rostock, Colônia, Brunswick e Magdburgo.

Esse privilégio e suas consequências para o comércio francês, em termos de perda de mercados regionais, foi apontado por um contra-almirante francês que considerava que a *Chargeurs Réunis*, fundada em 1872, deveria estabelecer uma linha regular a vapor para o porto de Belém, com escala em São Luís, uma vez que “os artigos de exportação franceses não [chegavam] mais a esses dois portos a não ser sob pavilhão inglês e além disso as mercadorias inglesas eram introduzidas sob falsas etiquetas francesas”.

Em 1883, a *Chargeurs Réunis* ensaiou uma nova linha, “cuja melhor parte foi reservada do Havre ao Ceará”. Dois anos depois, entretanto, o cônsul de Pernambuco informava ao consulado sobre esta província:

O algodão é o principal produto da província. Ele aí representa mais da metade das exportações e sua produção, segundo o que me asseguraram, poderia ter sido quintuplicada no ano passado tendo em vista a criação de duas linhas novas: a da “*Société Française des Chargeurs Réunis*”, do Havre ao Pará e da “*Hamburg Süd-Américanische Dampfschiffahrts Gesellschaft*”, de Hamburgo ao Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco e Bahia. A primeira dessas linhas teve que cessar seu serviço infelizmente. A segunda suspendeu o seu neste verão e deve retomá-lo durante a próxima estação de colheita.¹¹

Que motivos teriam levado a *Chargeurs Réunis* a abandonar a única linha francesa ensaiada nos portos do litoral setentrional do Brasil? A resposta é dada pelo cônsul de Pernambuco em 1890:

Não se ignora no Havre que há um grande futuro comercial [nesse litoral] uma vez que em 1883 uma companhia francesa para lá havia enviado alguns navios; ela se retirou diante das proposições que lhe foram feitas pelas companhias inglesas que se comprometeram a deixar para os navios franceses o comércio do açúcar e do café, isto é, os portos de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos em troca de que nós não lhes fizéssemos nenhuma concorrência nas borrachas, isto é, em troca de que nós não fôssemos ao Pará e a Manaus. Os negociantes do Havre deveriam ter se apercebido que essas proposições não eram tão vantajosas como pareciam à primeira vista: de fato, a concorrência inglesa não poderia ser tão prejudicial à Cia. *Chargeurs Réunis* do Havre que desde muito tempo tem uma clientela séria de Pernambuco a Santos; enquanto que os ingleses não estavam ainda completamente instalados no Amazonas [...] O que resultou dessa convenção entre os de Havre e as companhias inglesas *Red Cross Line* e *Boot Line* é que nos será muito difícil, se nós esperamos mais tempo, suplantar os ingleses no Pará e em Manaus pois eles puseram uma grande parte dos comerciantes

¹¹ Como veremos, a casa *Boris Frères* foi agente de ambas as companhias, representando seus interesses no Ceará.

dessas duas cidades [*sic*] sob sua dependência ao fornecer-lhes mercadorias pagáveis a longo prazo [...] a fim de lhes obrigar a recorrer constantemente a eles, enquanto que nos outros portos do Brasil as companhias inglesas que não tinham nada a temer da *Chargeurs* se puseram a lhe fazer uma dura concorrência.

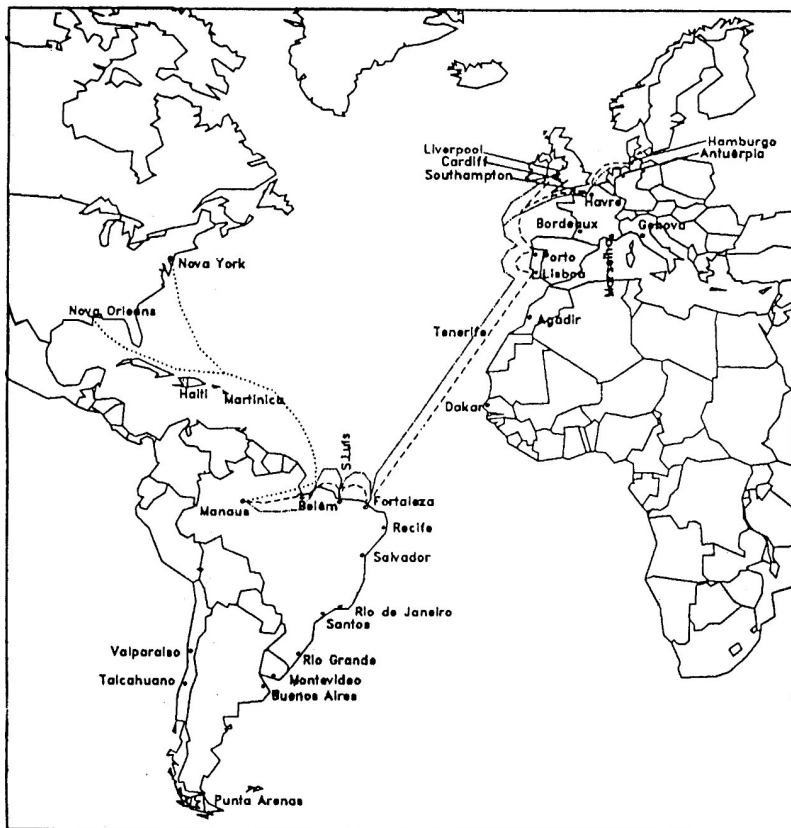
Embora debutando no Amazonas, a *Chargeurs Réunis* não tinha muito a se lamentar uma vez que partiam sempre do Havre e do Pará com carga completa. É verdade que, na volta, eles carregavam quase exclusivamente borracha com destino a Liverpool, mas os fretes muito elevados de Manaus ao Pará, que eles teriam podido conseguir evitar instalando 2 barcos que não saíssem do rio, lhes teria largamente indenizado do frete e das taxas de transbordo, (se houvesse necessidade) do Havre a Liverpool.¹²

A luta pelo controle dos mercados regionais brasileiros, entre as companhias de navegação estrangeiras, na segunda metade do século XIX – estando em curso o processo de estabelecimento de linhas regulares de vapores redundou, no que diz respeito ao litoral setentrional e ao Ceará em particular, na manutenção da situação preexistente nos primeiros cinquenta anos, ou seja, a predominância britânica e a existência de rotas de comércio que não punham em comunicação o litoral setentrional e o litoral ocidental do Brasil. O Mapa 2, sobre a província do Ceará nas rotas do comércio marítimo internacional, ao começar a década de 1880, nos dá uma ideia aproximada e esquematizada dessas rotas.¹³

¹² Na década de 1890 e no primeiro decênio de século XX, a *Chargeurs Réunis* manteve linhas com escalas nos portos de Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro e Santos e dentre as três companhias francesas foi a que mais transportou o café brasileiro em seus vapores. Observe-se que, nos anos 1880, atuava em Belém a casa comercial *Denis Crouan et Cie.*, de Nantes, – representada por *Denie Cullère & Cie.* – que se encontrava entre os doze principais exportadores de borracha e entre os oito principais exportadores de cacau da província. Os navios de sua propriedade eram os únicos a representar o pavilhão francês nas exportações de produtos amazônicos pelo porto de Belém. A segunda casa francesa, em importância, era a *Maison Mouraille*, que se ocupava, sobretudo, do trânsito [de mercadorias] para o Peru e cuja sede era em Iquitos.

¹³ Deve-se notar que os vapores ingleses se encarregaram de quase toda a exportação brasileira com destino aos Estados Unidos, até pelo menos os primeiros anos da República, operando um comércio triangular. Segundo Sérís (1881, p. 60), “os navios [ingleses] vindos ao Rio de Janeiro, carregados de carvão [da Grã-Bretanha], partiam

Mapa 2 – A província do Ceará nas rotas do comércio marítimo internacional em 1880



As linhas regulares de vapores, na sua ânsia de escoar da região amazônica o que esta lhes podia oferecer, reforçaram o “isolamento” da costa setentrional do país, no que diz respeito às linhas do comércio internacional. O acesso da economia cearense a essas linhas dava-se, pois, através do que podemos chamar “rota da borracha”.¹⁴ Pela Tabela 8,

carregados de café com destino a um dos portos da América do Norte, de onde eles retorna[vam] em seguida à Inglaterra, providos de algodão”.

¹⁴ Segundo Marc (1890, p. 41-42), “o verdadeiro despertar econômico e comercial da província [do Pará], como de toda a Amazônia, começou em 1867, quando o decreto

é possível observar a participação francesa nas exportações de produtos da Amazônia pelo porto de Belém em 1853 e 1883, comparativamente.¹⁵

Tabela 8 – Porto de Belém: valor oficial das exportações da Amazônia por principais países de destino, em milhares de francos, nos anos de 1853 e 1883 comparativamente

PAÍSES	1853	PAÍSES	1883
EUA	7.592	EUA	35.889
Inglaterra	2.610	Inglaterra	36.199
França	1.889	França	10.175
Portugal	1.270	Portugal	55
Hamburgo	256	Hamburgo	59

Fonte: AN. *série* F12, *carton* 9218, correspondência do ministro dos Negócios Estrangeiros ao ministro do Comércio, de 15 do dezembro de 1884, quadros anexos; *carton* 2698/B, quadros avulsos; MARC, A. *Op. cit.*, p. 25.

Em seus três relatórios para o cônsul de Pernambuco, sobre exportação, importação e navegação no “porto do Ceará”, o agente consular Boris informava em 1888:

[A marinha a vapor inglesa] é quase proprietária deste porto [Ceará] para a navegação a longo curso, como ela é dos portos do Maranhão, Pará e Manaus. [...] De diversos países expede-se para o Ceará via Liverpool, porto de matrícula dos vapores que põem o Ceará em comunicação com a Europa e a América [...]

de 7 de setembro tornou a navegação do Amazonas inteiramente livre a todos os pavilhões [...] de 1868 a 1882, o valor oficial da exportação acusou um crescimento de 700% em 15 anos”.

¹⁵ Dentre todos os produtos amazônicos, a borracha foi aquele que mais importante lugar ocupou na pauta das exportações brasileiras para o mercado externo. De acordo com Carone (1978, p. 62-64), “a extração do látex começa cedo nesta região, exportando o Brasil no seu primeiro ano, 1827, 31 toneladas; em 1851 passa a 1.395, e em 1887 a 8.642 [...] A borracha aumenta espetacularmente sua porcentagem no total de nossa exportação, de 0,1 em 1821-1830, para 2,3 na década de 1850, 8,0 em 1881-1890, atingindo seu clímax no período 1901-1910” com 28,2%. É notável o peso da presença americana na área, já em meados do século, e sua progressão. Segundo Reis (1990), os Estados Unidos “consumiam mais da metade da produção brasileira [de borracha]. Além disso, o 1 milhão de dólares de investimentos diretos americanos no Brasil em 1897 estava alocado exatamente em seringais”.

A Inglaterra continua a ser a principal compradora dos produtos cearenses, o que é devido: 1 – ao fato de que a navegação entre Ceará, Europa e América é quase exclusivamente feita por vapores da *Red Cross Line* e da *Both's Line*, ambas matriculadas no porto de Liverpool: os únicos concorrentes dos vapores ingleses são veleiros; 2 – o principal produto do Ceará, o algodão, tem 9/10 de sua produção comprada por Liverpool.

A ligação do litoral cearense com diferentes portos do país era efetivada pelas companhias de navegação costeira, as quais, a partir da década de 1850, tiveram um grande impulso no Brasil.¹⁶ A província do Ceará era servida, principalmente, pelos vapores da Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, na sua linha Rio de Janeiro-Manaus, da Companhia de Navegação a Vapor de Pernambuco, linha Recife-Fortaleza, e da Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, linha São Luís-Fortaleza, com viagens bimensais.

A “renacionalização” do comércio de cabotagem no Brasil, que teve início nos anos 1890, implicou em perdas para os interesses das companhias de navegação estrangeiras, atuantes nesse comércio. Tal processo, que não pode ser dissociado do próprio aumento do comércio interestadual e do crescimento do mercado interno no país a partir da década de 1880, trouxe consequências, no caso francês, sobretudo para a companhia *Chargeurs Réunis*.¹⁷

¹⁶ Segundo Prado Júnior (1984, p. 192, *grifo nosso*), “A segunda metade do século XIX assinala o momento de maior transformação econômica na história brasileira [...] isto já se começa a observar nitidamente logo depois de 1850 [...] A abolição do tráfico africano consumada [nesse ano] terá por efeito imediato desencadear as forças renovadoras em gestação. O país entra bruscamente num período de franca prosperidade e larga ativação de sua vida econômica. No decênio posterior a 1850, observam-se índices dos mais sintomáticos disto: fundam-se no curso dele 62 empresas industriais, 14 bancos, 3 caixas econômicas, 20 *companhias de navegação a vapor*; 23 de seguros, 4 de colonização, 8 de mineração, 3 de transporte urbano, 2 de gás, e, finalmente, 8 estradas de ferro”.

¹⁷ Para o tema da constituição de uma Divisão Intranacional do Trabalho no Brasil, no final do século XIX, cf. Singer (1977). O papel desempenhado pela economia algodoeira nordestina, mais especificamente norte-rio-grandense, nesse processo está analisando em Monteiro (1985).

Comentando esse processo de “renacionalização” e suas consequências, o cônsul de Pernambuco dizia em 1893:

A marinha mercante brasileira aumentou consideravelmente durante os últimos anos; o comércio geral do país cresceu em fortes proporções assim como a produção geral, mas sem dúvida a corrente comercial se deslocou. As exportações para os países da Europa e da América do Norte, longe de ter seguido a marcha ascendente da produção, ao contrário, diminuíram sensivelmente e o aumento do comércio geral do país tem sua principal causa na corrente das trocas que se estabeleceram entre os diversos estados do Brasil. [Este país] que há alguns anos ainda exportava para os mercados europeus 3/4 de sua produção e deles recebia todas as mercadorias manufaturadas, tornou-se hoje seu próprio melhor cliente para as matérias-primas e começa a fabricar ele mesmo para o consumo.

[O porto do Recife em 1892] expediu para os outros portos do Brasil 60% de sua exportação total, contra 33% enviada ao estrangeiro [...] Eu não duvido que o mesmo fenômeno tenha se produzido nas outras províncias do Brasil, à exceção, porém, da província de São Paulo e o estado do Amazonas que não podem encontrar a não ser na Europa mercados bastante importantes para o escoamento de seus cafés e borrachas.

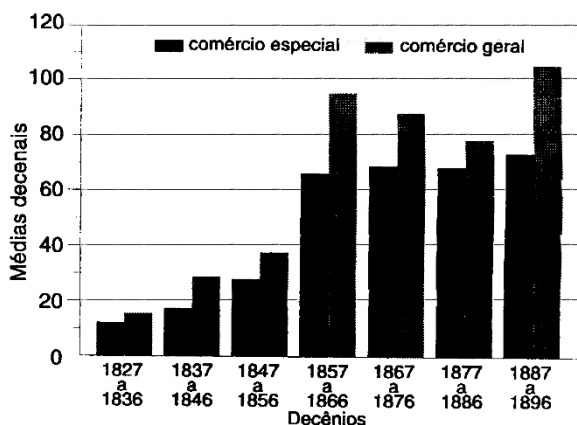
A Chargeurs Réunis, obrigada a abdicar das rotas marítimas interestaduais, viu-se privada de um recurso até então utilizado, pois

[seus] navios não [tinham] um frete suficiente para pagar as taxas de uma viagem direta entre a Europa e Pernambuco, Bahia, Rio de Janeiro ou Santos; eles [contavam] com os grandes carregamentos que [pegavam] durante a colheita em Pernambuco. Açúcar, algodão e cachaça para o Rio e Santos, [deste porto] carne seca e café para Bahia e Pernambuco. A *Chargeurs* [seria] forçada a abandonar uma grande parte dos portos do Brasil ou a naturalizar brasileiros alguns dos seus vapores. Em qualquer dos casos, as importações francesas no Brasil [sofriam] as consequências.

No decorrer do século XIX, o Brasil manteve-se como um dos quinze principais países com os quais a França desenvolveu relações comerciais.

Analisando-se a evolução do comércio franco-brasileiro em suas grandes linhas no decorrer do século citado, com a ajuda dos Gráficos 5 e 6, verifica-se que ele seguiu as tendências do comércio exterior francês como um todo. As exportações para o Brasil tiveram um grande salto nas décadas de 1850 e 1860. A partir daí declinaram, no que diz respeito ao comércio geral, e mantiveram-se estáveis no comércio especial, apresentando pequena recuperação na década de 1880, bastante distante dos índices de crescimento ocorridos em meados do século.¹⁸

Gráfico 5 – Valor das exportações francesas para o Brasil, no século XIX, por médias decenais em milhões de francos, no comércio geral e no comércio especial, comparativamente

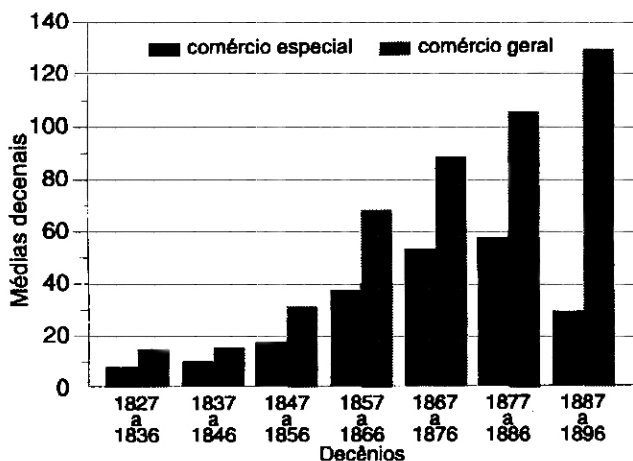


Fonte: *Tableau Decennal du Commerce de la France, 1887 a 1896*, 1º volume, p. CXXXIX a CXLIX.

¹⁸ Para as estatísticas alfandegárias francesas, o comércio geral compreendia o movimento de todas as mercadorias que entrassem ou saíssem da França, vindas do estrangeiro ou das colônias e possessões francesas, independentemente de sua origem primária ou destino final, compreendendo, portanto, as mercadorias em trânsito. Já o comércio especial compreendia as mercadorias produzidas no país, no caso da exportação, e aquelas a serem consumidas na França, no caso da importação. Nesse sentido, o comércio especial é mais representativo do que o comércio geral. Cf. Arnauné (1911, p. 301). Os dados que serviram de base para a elaboração dos gráficos encontram-se no Anexo I.

Quanto às importações de mercadorias brasileiras na França, observa-se que também cresceram notavelmente nas décadas de 1850 e 1860. Desse período em diante, continuaram a crescer ininterruptamente até o final do século no comércio geral, mas, no comércio especial, cresceram até a década de 1870-80, para daí em diante declinarem. Esse declínio esteve associado à volta progressiva do protecionismo a partir da Tarifa de 1881 na França e à crise dos anos 1880, que implicou em baixa dos preços e estagnação nas indústrias até 1896.

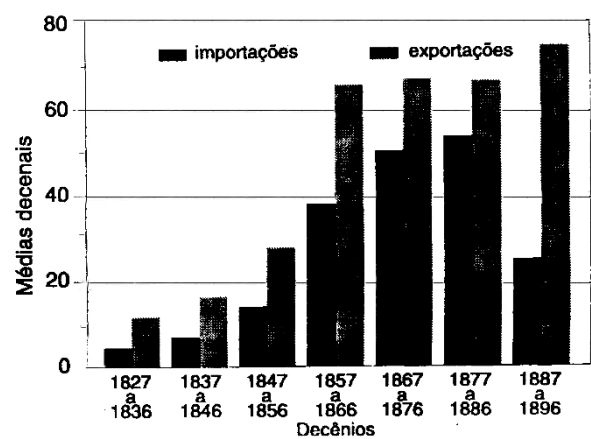
Gráfico 6 – Valor das importações brasileiras na França, no século XIX, por médias decenais em milhões de francos, no comércio geral e no comércio especial, comparativamente



Fonte: *Tableau Decennal du Commerce de la France, 1887 a 1896, 1º volume*, p. CXXXIX a CXLIX.

Pelo Gráfico 7, observa-se que houve certo paralelismo nas linhas de evolução das importações e das exportações no comércio entre a França e o Brasil (comércio especial) no século XIX. O que deve ser ressaltado é que os valores referentes às exportações francesas para o país foram sempre superiores aos valores das importações de produtos brasileiros na França. Com a volta do forte protecionismo na década de 1880, essa diferença a favor da balança comercial francesa tornou-se ainda maior.

Gráfico 7 – Comércio especial: valor das exportações francesas para o Brasil e das importações brasileiras na França no século XIX, por médias decenais em milhões de francos



Fonte: Tableau Decennal du Commerce de la France, 1887 a 1896, 1º volume, p. CXXXIX a CXLIX.

Os oito principais produtos brasileiros importados pela França, nos decênios de 1847 a 1856 e 1887 a 1896, em ordem de importância, são objeto comparativo da Tabela 9.

Tabela 9 – Principais mercadorias importadas pela França, provenientes do Brasil, em ordem de importância, nos decênios de 1847-1856 e 1887-1896, comparativamente

ORDEM	DECÊNIOS	
	1847-1856	1887-1896
1º	café	café
2º	açúcar	cacau
3º	couros	couros
4º	cacau	borracha
5º	algodão	fumo
6º	fumo	madeira
7º	madeira	chifres
8º	borracha	féculas

Fonte: Tableau Decennal du Commerce de la France, 1847 à 1856, première partie, p. 44 a 45; 1887 à 1896, premier volume, p. CXXXIX à CXLIX.

Enquanto o café manteve-se como nosso principal produto de exportação para a França em ambos os decênios e a borracha passou a ocupar o quarto lugar entre os anos 1880-1890, o açúcar e o algodão deixaram de constar entre as oito principais mercadorias brasileiras exportadas, acompanhando um movimento geral que atingiu nossa exportação desses dois produtos, os quais, incapazes de concorrer no mercado externo, passaram a dirigir-se preferencialmente para o mercado interno.¹⁹

Pelos dados apresentados, observa-se que o comércio francês com o Brasil teve um grande aumento nas décadas de 1850-1860. Esse aumento, que esteve ligado à aceleração da industrialização e da urbanização e inserido numa fase de menor protecionismo na política alfandegária francesa, fez-se sentir em toda a América Latina. Sobre ele, diz Donghi (1975, p. 134-135):

Durante o Segundo Império, que é também a época do desenvolvimento industrial que possibilita a esse país [França] entrar em concorrência com a Inglaterra para a venda de produtos acabados, há uma evolução urbanística na América Latina, que provoca um incremento no consumo dos produtos franceses tradicionais de exportação, desde os tecidos até os artigos domésticos de luxo e semiluxo e os vinhos. Entre 1848 e 1860, as exportações francesas para a América Latina passam de trinta a mais de cento e vinte milhões de pesos de prata (seiscentos milhões de francos).²⁰

¹⁹ Sobre esse processo de reorientação de mercado do açúcar e do algodão, cf. Singer (1977), especialmente cap. 6 (“Recife”) e Monteiro (1985), especialmente cap. 3 (“Algodão e Mercado Interno”).

²⁰ Diz ainda o autor, na página 133, referindo-se ao processo de inserção da América Latina nas correntes do comércio internacional, mais especificamente aos anos de 1880: “O incremento do comércio internacional, que fornece o método mais precioso para o ritmo de inserção da América Latina nas correntes econômicas mundiais na condição de fonte de matérias-primas, é também muito rápido; em 1880, a República Argentina decuplicou as exportações do antigo vice-reinado do Rio da Prata nos inícios do século, aumentando ainda em cinquenta vezes o valor das exportações do litoral, no qual se desenvolveu a pecuária, base do comércio de exportação: também o Chile multiplicou por cinquenta as suas exportações com relação ao início do século. Incremento menor ocorre no Brasil, onde o valor das exportações de-

A importância desse período, que é um marco na expansão comercial francesa do século XIX na América Latina, mais especificamente no Brasil, pode ser medida pelas informações contidas no *Annuaire-almanach Didot-Bottin*. No volume referente ao ano de 1850, o Brasil é contemplado com uma página, contendo notícias sobre Rio de Janeiro, Pará, Pernambuco, Maranhão, Bahia, Rio Grande do Sul, São Paulo e Santa Catarina. Sobre a província do Rio de Janeiro, por exemplo – a mais importante – existem informações sobre o corpo consular, advogados, cartórios, agências de seguros, agências bancárias, hotéis, negociantes por nacionalidade e ramo de comércio, enfim, tudo aquilo que era de interesse para os comerciantes que aqui vinham se estabelecer.

Na década de 1860, começa a aparecer o volume em separado para países estrangeiros. No volume correspondente ao ano de 1880, são dedicadas ao Brasil um total de dez páginas, com notícias que englobavam, então, além daquelas províncias citadas, as de Alagoas, Amazônia, Ceará, Goiás, Mato Grosso, Minas Gerais, Paraíba, Paraná, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe, cabendo às principais províncias notícias sobre municípios específicos, num detalhamento que se explica pelo aprofundamento da presença do capital comercial francês no Brasil.²¹

A esse acúmulo de informações dirigidas aos comerciantes, correspondeu uma etapa da expansão que seria lembrada mais tarde com nostalgia pelos franceses que se dedicaram a analisar a “crise” do comércio francês no final do século. Sobre ela, Parsy (1920, p. 139) lamentava-se, dizendo que “há sessenta anos, a porcentagem de franceses entre os viajantes-comerciantes percorrendo o mundo era 50%. Hoje não é mais que 5%”.

Acompanhando a expansão, ocorreu uma onda de emigração francesa para o Brasil que, embora não possa ser comparada à emigração

cuplicou com relação aos inícios do século XIX; a partir do início do século, Nova Granada aumentou sete vezes o valor de suas exportações, o mesmo ocorrendo com a Venezuela. O Peru aumentou cinco vezes; o Equador, três. Enquanto isso, a Bolívia aumentou suas exportações em apenas 75% e o México em 20%”.

²¹ Ao iniciar-se o século XX, ao Brasil, eram dedicadas 40 páginas do Almanaque. É importante observar que a província do Ceará começou a ser nele registrada no ano de 1851.

que se verificou mais tarde para a lavoura cafeeira, deve merecer registro.²² Segundo Anthouard (1911, p. 316-317), “o número anual de franceses ultrapassou um milhar em 1864, 1876, 1890 (com o máximo de 2844) e 1891” e eles assim se colocaram no quadro geral dos imigrantes entrados no Brasil entre 1820 e 1907:

Italianos.....	1.213.167
Portugueses.....	634 585
Espanhóis.....	288.646
Alemães.....	93.075
Austriacos.....	56.892
Russos.....	54.593
Franceses.....	19.269
Otomanos.....	1.1731
Ingleses.....	11.068
Suíços.....	9.086
Suecos.....	3.780
Belgas.....	3.716
Diversos.....	161.874

Esses imigrantes franceses, que se apresentaram em número superior aos ingleses, foram, além de comerciantes, artesãos dos mais variados ramos, profissionais liberais e técnicos.²³ São, porém, os comerciantes

²² Sobre ela, diz Glénisson (1961, p. 448-449): “Aventureiros, mercenários, comerciantes, ‘técnicos’, colonos: essa enumeração não é suficiente. Os arquivos dos consulados ingleses, suíços, franceses, alemães... poderiam oferecer, a quem os consultasse sistematicamente, informações mais precisas; permitiriam eventualmente levantar estatísticas e, por que não, fornecer os elementos de um estudo ‘sociológico’ sumário da emigração europeia do século XIX, pelo menos daquela anterior ao grande fluxo de mão de obra, provocado pela expansão da cultura cafeeira e abolição da escravidão. Talvez a emigração europeia para o Brasil de 1816 a 1900 tenha sido, antes de mais nada, uma emigração de ‘qualidade’ e não uma remessa, em massa, de mão de obra miserável”.

²³ Uma boa análise dos imigrantes franceses e suas ocupações está em Nogueira (1953, p. 317-342). Nos *Archives Nationales*, em Paris, encontra-se um interessante levantamento feito pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, a pedido do Ministério do Comércio, sobre casas de comércio francesas no estrangeiro, o qual contém, no que

que constituem o objeto de nosso interesse, mais exatamente as casas de comércio que, vendendo as mercadorias francesas no Brasil e comprando matérias-primas para exportação, viabilizaram essa expansão.

Que impulso esteve na origem primeira dessas casas comerciais francesas no Brasil e como elas podem ser caracterizadas?

Analisando o desenvolvimento do mercado nacional na França no século XIX e o papel nele desempenhado pelo incremento da atividade comercial na segunda metade desse século, Léon (1976b p. 286-287, *grifos nossos*) aponta para a importância crescente que desempenhou nesse processo a figura do *commissionaire* – o comissário. Diz ele:

De fato, as necessidades novas de uma atividade comercial muito mais acirrada e intensa exigem, a partir dos anos 1840-1850, a substituição dos antigos centros temporários por centros permanentes, associados a formas novas de concentração industrial, aos meios modernos de transporte; a esses centros está ligada a afirmação crescente de agentes mais eficazes e mais poderosos, os comissários.

Não que o comércio de comissão seja uma novidade, no período 1850- 1880; desde o século XVIII ele tendia a dominar a atividade comercial francesa. Mas o século XIX lhe dá um novo vigor à medida que os industriais, desejando aumentar o raio de ação de suas vendas, não têm mais nem o gosto nem o desejo de ir eles próprios em busca do comprador. O comissário é justamente chamado a desempenhar, em troca de uma honesta remuneração, esse papel indispensável de intermediário, que a conjuntura impõe, entre produtores e consumidores, afirmando-se como um regulador da atividade industrial. Assim, segundo um observador do tempo, “*o papel dos comissários, no que diz respeito à indústria têxtil, é dos mais importantes... O fabricante não pode sempre encontrar diretamente o consumidor*

diz respeito ao Brasil, alguns relatórios por cidade ou estados com informações mais globais sobre os franceses residentes. Os relatórios datam da década de 1890. Por eles, sabemos, por exemplo, que Minas Gerais, em 1895, contava com oito engenheiros franceses, dos quais três engenheiros de minas.

que tem necessidade de seus produtos. Ele se veria constantemente obrigado a cedê-los a preços muito baixos, se ele não encontrasse, diante dele, negociantes que, centralizando em suas mãos a produção de uma série de estabelecimentos industriais, encontram-se justamente na posição de oferecer aos compradores toda a variedade de artigos de seu uso, e que são frequentemente fabricados em várias usinas diferentes”. Assim, as relações que eram ocasionais e geralmente limitadas, entre o industrial e o consignatário, tornam-se praticamente permanentes.

O comissário se insinua em todos os ramos [...] Naturalmente é em Paris que se concentram as maiores casas de comissão, no famoso “*quartier du Santier*”.

Assim, as empresas de comissão, senhoras dos mercados de matérias-primas e da venda dos produtos fabricados, manifestação por excelência do grande capitalismo, constituem, além disso, uma potência financeira; fornecendo importantes créditos aos fabricantes, elas os controlam e orientam frequentemente o esforço de produção.

A importância do comissário na atividade comercial francesa a partir de 1850 é revelada pelo grande número de publicações que então são feitas, nas quais eles são presenças permanentes, e que visam sistematizar uma série de informações para os negociantes em geral, facilitando os contatos comerciais. São exemplos disso: os almanaques-anuários;²⁴ as publicações oriundas de “serviços de informação” criadas por gran-

²⁴ Cf., por exemplo, além do *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, as seguintes obras: GUIDE de l'acheteur en gros ou almanach et annuaire des fabricants et des comissionnaires en marchandises de Paris et du département de la Seine (1857); ANNUAIRE des notables commerçants de la ville de Paris, contenant leurs noms et adresses, les spécialités de leur commerce, la date de leurs établissements, les distinctions honorifiques qu'ils ont obtenus etc. Accompagné de la composition du tribunal de commerce et de renseignements sur les monnaies étrangères (1861); ANNUAIRE des commerçants et des entrepreneurs (1866); ANNUAIRE des commerçants. Indicateur des fabricants, marchands en gros et au détail, comissionnaires en marchandises etc. (Paris, départements, étranger) (1889-1911).

des companhias financeiras ou de transporte e as publicações de casas especializadas em fornecer informações sobre o crédito na praça e a confiabilidade de certos comerciantes.²⁵

É exemplo desse último caso *L'Office Commercial*, casa fundada em 1858 e que “se ocupava de informações exclusivamente comerciais sobre a solvabilidade de negociantes na França e no estrangeiro”. Oferecia serviço de tradução e podia indicar representantes de comércio no país ou no exterior para o comerciante ou industrial interessado em novos mercados. Seus serviços

eram o resultado de enquetes minuciosas, cuidadosamente controladas em fontes de informação diferentes e que permitiam completar, por um lado, o registro de todas as publicações legais desde 1848 – falências, concordatas, formação de sociedades – e por outro a apreciação dos próprios fornecedores dos clientes sobre os quais versa[vam] as informações (LAURENT-ROUX, 1905, p. 4-7.).

Surgida inicialmente como uma atividade típica do comércio interior na França, a atividade de “comissário” expandiu-se na vasta rede de contatos comerciais que se estabeleceu e extrapolou as fronteiras desse país. É ainda Léon (1976b, p. 280), analisando a importante e complexa relação entre comércio interior e comércio exterior da França no século XIX, quem diz:

O comércio de comissão assegurará, cada vez mais, a sua síntese [entre o comércio interior e o exterior]. Assim, os grandes comerciantes do Havre ou Dunquerque, que importam os algodões da América ou do Levante, as lãs da Argentina e da Austrália, os encaminham também para Mulhouse ou para Roubaix. O mesmo ocorre em Marselha ou Lyon, onde o comissário opera

²⁵ As informações colhidas pelo corpo consular francês eram passadas muitas vezes para agências como o “Contentieux Européen”, estabelecida à rue Peletier, em Paris, e que solicitou informações sobre a “honestidade e solvabilidade” dos negociantes João Dias Moreira e Cia. de Pernambuco, em 1893.

em todos os níveis, sobre todos os tipos de mercados (LAURENT-ROUX, 1905, p. 4-7).²⁶

Intermediário entre produtores e consumidores, como diz Léon, o comissário era peça importante para a colocação no mercado externo à França de seus produtos industrializados, assim como para o consumo nesse país das matérias-primas vindas de outros mercados.

No Brasil, o sistema de comissão e de vendas em consignação de mercadorias estrangeiras surgiu logo após a abertura dos portos. Ele é mencionado por Pantaleão (1976, p. 72-73), ao analisar a afluência de comerciantes ingleses para o país nesse período:

Numerosas casas [na Inglaterra] fizeram saber, por meio de circulares, que se preparavam para desenvolver negócios com o Brasil e ofereciam seus préstimos a outros interessados, encarregando-se do transporte e venda de mercadorias em comissão. [...] Alguns comunicavam, também por circulares que iam abrir filiais no Brasil. [...] Numerosos industriais também se interessavam, enviando suas mercadorias por intermédio de agentes em comissão ou dirigindo-se a casas estabelecidas no Brasil. [...] Muitos comerciantes saíram da Inglaterra e vieram estabelecer-se no Brasil. Vinham uns como representantes de firmas inglesas, abrindo aqui filiais. [...] Alguns desses representantes eram jovens que normalmente faziam seu aprendizado comercial nos Estados Unidos [...] Outros vinham por conta própria, na esperança de melhorar de vida e fazer sua independência econômica.

Na França, os anos 1850-60 denotam um grande crescimento do número de comerciantes – na qualidade de “comissários em mercadorias” – com negócios no mercado brasileiro.

²⁶ Sobre a relação comércio interior/exterior, diz o autor: “Sob outro ponto de vista, o movimento cada vez mais acentuado que anima o mercado interior, e que nós constatamos facilmente, é ele fundamentalmente determinado pela extensão do comércio exterior da França e seu apelo constante à produção? Ou é o mercado interior que, devido ao seu crescimento, exerce um papel motor?” (1976b, p. 279).

As informações contidas na publicação de Laurent-Roux, “Office Commercial”, sobre os principais negociantes comissários de Paris, em 1905, apontam um total de 1.005 desses agentes. Tais informações remontam a décadas anteriores e indicam que, desse total, 87 tinham negócios no Brasil, o que corresponde a 8.6%.²⁷

Esses negociantes, em sua ampla maioria, estabeleceram uma matriz da casa comercial em Paris, com uma filial no Brasil – o que não excluía filiais em outros países – e aqui atuaram como atacadistas.²⁸

Na condição de localizar-se na França e no Brasil, essa casa comercial agia nos dois polos do comércio importador-exportador. Sua posição privilegiada permitia-lhe auferir lucros da venda tanto dos produtos industrializados franceses, e europeus de modo geral, no Brasil, como das matérias-primas brasileiras no mercado francês e em outros mercados.

Tomando-se por base os dados existentes no “Office-Commercial”, verifica-se, com relação aos 87 negociantes-comissários com negócios no Brasil, que a fundação de suas casas comerciais em Paris ocorreu nas seguintes décadas em ordem de importância: 1880 (22); 1870 (18); 1850 (16) e 1860 (14), tendo sido fundadas 1 no século XVIII; 1 em 1815; 1 em 1820; 2 em 1840; 8 em 1890 e 3 já no século XX. Deve-se observar, contudo, que, em aproximadamente 17% dos casos, o estabelecimento ocorreu primeiramente no Brasil, para anos mais tarde instalar-se a casa em Paris.

Os números acima apresentados acima correspondem ao crescimento ocorrido no comércio franco-brasileiro a partir de 1850, observando-se que a década de 1880, em que ocorreu um novo impulso naquele comércio, foi aquela que registrou o maior número de fundação de casas comerciais francesas no Brasil.

Das 87 casas, 35 tinham filiais apenas no Brasil, ou seja, 40.2%. As demais possuíam também outras filiais nos seguintes países/regiões, em

²⁷ Veja-se, no Anexo II, a lista dos 87 negociantes-comissários referidos, elaborada com base nessa publicação, com a data de fundação de seus negócios, cidade de localização no Brasil, ramo de comércio e mudanças ocorridas na razão social.

²⁸ É interessante observar que, na documentação, esse tipo de comerciante atuando no Brasil aparece em geral denominado como “negociante-comissário”, diferentemente daquele que é denominado apenas como “comerciante” e que fazia o comércio varejista.

ordem de importância: Argentina-Uruguai; Antilhas; Inglaterra; Portugal; Espanha; América do Norte; Chile; México; Índia; Alemanha; China; Rússia; Colômbia; Peru; África; Venezuela; Escandinávia; Áustria-Hungria; Pérsia; e ainda nas Filipinas, Austrália, Turquia, Bélgica, Bolívia e Japão.

As filiais dessas casas francesas no Brasil foram estabelecidas, sobretudo, nas grandes cidades portuárias do Rio de Janeiro – capital do Império – Recife e Salvador.²⁹ Mas também em cidades de menor importância foram fundadas filiais, como em Porto Alegre, onde a casa Aaron estabeleceu-se no ramo da relojoaria em 1857, ou em áreas que ganharam atrativo por uma produção conjuntural e essencial para o mercado externo, como foi o caso de *Schill & Kahn*, estabelecidos primeiro em Manaus e que criaram posteriormente, em 1882, um escritório de compras em Paris e comercializavam com “todos os artigos”, ou ainda Alphonse Lévy, com casa em Belém, fazendo negócios com tecidos, bijuterias e artigos de Paris, cuja casa nessa cidade também foi fundada posteriormente à instalação de seus negócios no Pará, em 1885.

As principais mercadorias comercializadas por essas casas foram, em ordem de importância: tecidos; artigos de Paris; relojoaria / bijuteria / joalheria / ourivesaria; gêneros alimentícios; chapelaria / sapatos; couros / peles; livros; perfumes; móveis; drogas e instrumentos musicais.

Anúncios de casas comerciais francesas com filiais no Brasil permitem-nos ver que elas desempenhavam muitas vezes o papel de representantes de companhias de navegação do país. São exemplos desses casos os seguintes reclames no *Annuaire-almanach Didot-Bottin* do ano

²⁹ A importância da cidade do Rio de Janeiro, na expansão comercial francesa nesse período, pode ser medida pelos dados contidos em interessante relatório, não datado, intitulado *Rapport sur les établissements français d'agriculture, d'industrie et autres, à Rio de Janeiro et dans les localités environnantes, faisant suite aux rapports adressés au Département en 1828 et 1848* (AN). Segundo ele, os capitais franceses empregados no comércio da cidade citada, incluindo “negociantes” e “comerciantes”, era, em 1828, de 848 contos; em 1848, de 1600 contos; em 1865, de 4000. Por ocasião do incêndio que destruiu a alfândega do Rio de Janeiro em 1868, foram muitos os comerciantes franceses que, tendo ali depositadas suas mercadorias, fizeram um abaixo-assinado, dirigido ao cônsul, exigindo apuração de responsabilidade.

de 1887, o primeiro referente à Casa com filial no Rio de Janeiro e o segundo, na Bahia:

LEUBA (Aug.) et Cie., rua Alfândega 48, fundada em 1824, importação, exportação, comissão e consignação – agente da linha Chargeurs Réunis do Havre; casa em Paris, rua Bergère 9, casas em Santos.

KELLER, (C.F.) et Cie. Importação, exportação, comissão, negócios bancários, agentes da Société Générale des Transports Maritimes à Vapeur de Marselha. Casa em Paris, 146, rue Montmartre.³⁰

Com relação a São Paulo, Nogueira (1953, p. 322-323) observa que a “influência francesa [...] só foi adquirir importância [nessa cidade] na segunda metade do século XIX”, sendo um bom exemplo a fundação da casa Garraux em 1860, do ramo de livros, artigos de escritório, etc.³¹

Em 1896, em carta dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros, o encarregado de missão comercial Wiener, analisando o grupo de imigrantes franceses em São Paulo, suas origens e ocupações, dizia:

Quanto ao alto comércio (quase exclusivamente constituído [de emigrantes da Alsace-Lorraine] de 300 a 400 pessoas muito devotadas à causa francesa), ele constitui nossa força financeira em São Paulo.

³⁰ Keller et Cie. constam em Laurent-Roux (1905), como um dos principais comissários de Paris, estando entre os 87 que tinham negócios no Brasil. Com casa fundada na Bahia em 1820 e em Paris em 1880, comercializava com artigos de Paris, tecidos e gêneros alimentícios.

³¹ Segundo Laurent-Roux (1905), eram ainda importantes casas comerciais francesas na cidade: *Chahadi et Cie.*, estabelecida em São Paulo e criada em Paris posteriormente em 1902; *Myrtil Deutsch*, cuja criação, também posterior em Paris, data de 1880; *Joseph Dreyfus et Cie.*, fundada em São Paulo em 1885 e em Paris em 1889; deve-se registrar ainda a casa *Lévy, Weill et Cie.*, instalada em Campinas, cujo escritório de compras foi criado em 1875 em Paris. A casa *Garraux* teve sua correspondente instalada em Paris em 1876. Desde 1891, sua razão social era *Jablonsky, Vogt et Cie.*

Com algumas outras razões sociais, como as casas *Karl Vaiais et Cie.*, *Charles Hu*, *Thiollier et Cie.*, etc. podemos avaliar em aproximadamente 100 milhões o crédito representado por nossos grandes negociantes, somente em São Paulo, e em 35 ou 40 milhões de francos a cifra de suas transações anuais.³²

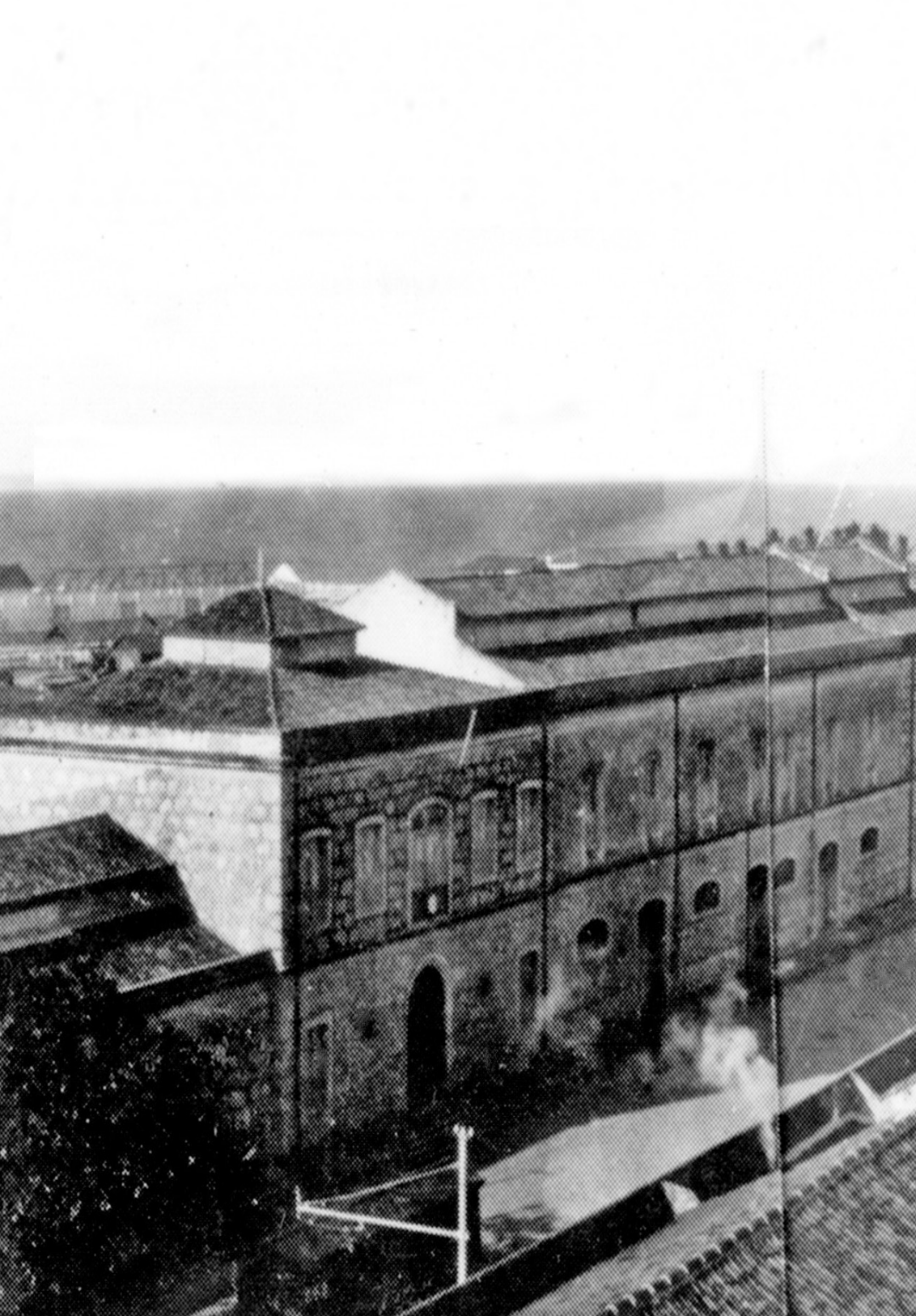
Observa-se, portanto, que, no estudo da casa comercial francesa, uma distinção essencial deve ser feita entre aquela que fazia o comércio de atacado e aquela que fazia o comércio de varejo. Essa distinção é fundamental porque, nos trabalhos existentes sobre a “presença francesa no Brasil”, as casas comerciais são identificadas, em geral, com o comércio varejista, sobressaindo-se aí a cidade do Rio de Janeiro e a sua “rua

³² Winner considerava, nesse alto comércio, 32 casas de atacado e semi-atacado, sendo 12 de tecidos e artigos de armarinho; 6 de bijuterias; 1 livreria – artigos de escritórios; 4 de bebidas; 4 de gêneros alimentícios; 2 de diversos artigos de consumo corrente e 3 bazares. Em outro relatório, elaborado por Winner quase que simultaneamente ao anterior e que constituía o resultado de uma enquete entre os “notáveis comerciantes franceses” de São Paulo, sobre as causas da diminuição de seu comércio, respondido por 60 “chefs de maisons” aparecem os seguintes nomes: H. Lévy (“grande negociante de tecidos”); Jules Martin; Mantred Meyer; Jacques Hoenel (“atacado de artigos de armarinho”); Bourdelot (“artigos de Paris”); Félix Bloch; Gaston Picard (“grande importador francês do estado de São Paulo – 7 milhões de transações”); Arthur Kahn; Charles Hu (“notável importador de vinhos franceses”); Moise e Chavasson (AN). A publicação de Laurent-Roux, Office Commercial, cujo objetivo primordial era fornecer informações sobre o crédito na praça dos principais negociantes-comissários de Paris, permite uma ideia aproximada da grandeza dos negócios dessas casas francesas no Brasil. Ela estabelece a seguinte classificação: 1 – Crédito ilimitado. Grande fortuna; 2 – Crédito muito bom. Fortuna em bens móveis e imóveis garantindo a cifra dos negócios; 3 – Excelente casa comercial. Honorabilidade e solvabilidade bem estabelecidas; 3/4 – Bom crédito ordinário. Sem grande fortuna. Casa bem colocada com pagamentos regulares; 4 – Boa casa comercial. Sem fortuna. Pagamentos geralmente feitos à prazo e crédito moderado; 4/5 – Casa de pequena importância, mas bastante boa. Crédito pequeno. Dos 1.005 comissários de Paris listados, a grande maioria foi enquadrada nas categorias 3/4 e 4. Já entre os 87 com filiais no Brasil, 1 foi considerado na categoria 2 (a casa *Vaillant, Nast et Cie.*, “antiga casa *Paulliac et Badoulleau-Levillain*, anterior a 1852, continuada por *Badoulleau-Levillain et Cie.*”, em 1878 por *Vaillant et Nast* e, em janeiro de 1904, por *Vaillant, Nast et Cie.*, que comercializava com “todos os artigos”). Na categoria 4/5, foram consideradas 5 casas; na 3, 19 casas; na 4, 29 casas e, finalmente, na categoria 3/4, 33 casas.

do Ouvidor”. Típico dessa tradição é Freyre (1977, p. 126-128), que, ao comparar ingleses e franceses, dizia sobre estes últimos:

Suas lojas e lojistas ornamentavam e alegravam as ruas. Principalmente – acrescenta-se a Mathison – a rua do Ouvidor, que pela sua tradição de rua outrora elegante foi logo a preferida pelos franceses menos opulentos que os ingleses, para o seu gênero antes feminino que masculino, antes retalhista que grossista, de comércio. [...] Pois os franceses já sabemos que cedo dominaram o comércio elegante de miudezas, deixando aos ingleses o comércio em grosso – o feio e forte – menos necessitado de vitrines ou de vidraças para amostras.

A casa comercial com matriz na França e filial no Brasil, atuando como atacadista, como aquelas que pertenciam aos principais “negociantes-comissários” de Paris, com atividade no Brasil, e entre as quais se situava a Casa Boris Frères, deve ser recuperada pelo seu papel fundamental no processo da expansão comercial francesa. É à análise de sua atuação num espaço específico – a economia cearense na segunda metade do século XIX – que está dedicada a segunda parte do trabalho.



Parte II

**Uma casa comercial
francesa no Nordeste**
A Boris Frères no Ceará (1872-1930)



*Tendo crescido o comércio, é aqui uma ciência comprar
gêneros de exportação, porque a demanda é grande e a quantidade pouca.*

Martiniano de Alencar, presidente da província do Ceará, em carta de 1836,
ao ministro da Fazenda, Castro e Silva, *apud* GIRÃO,
História Econômica do Ceará.

Produção e comércio no Ceará: a estruturação do espaço agroexportador na província

A chegada dos primeiros irmãos Boris, ao término do ano de 1860, à província do Ceará, onde iriam estabelecer sua casa comercial – processo que analisaremos no próximo capítulo se deu num contexto em que a principal atividade econômica da província era a agricultura para exportação. Esse contexto de predomínio da atividade agrícola, porém, foi resultante de um processo que se iniciou somente em fins do século XVIII e começo do XIX.

Com efeito, até então a pecuária absorvera capitais e braços, sustentáculo que fora do povoamento não só da capitania do Ceará, mas de todo o sertão da região Nordeste, sobre o que diz Prado Júnior (1984, p. 66-67):

[A] base econômica [da ocupação do interior nordestino] será sempre a pecuária, e os grandes focos de irradiação continuarão sendo Bahia e Pernambuco. Partindo do primeiro e alcançando em meados do século XVII o rio São Francisco, a disposição das fazendas de gado tomará daí por diante duas direções. Uma delas subirá pelo rio acompanhando seu curso. [...] A outra direção que toma a progressão das fazendas de gado, depois de

atingido o rio São Francisco, é para o Norte. O rio é transposto, em fins do século XVII começa a ser ocupado o interior do atual Estado do Piauí. [...] A progressão das fazendas não cessará no Piauí: elas transporão o rio Parnaíba, e irão confluír no Maranhão com aquelas que do litoral subiam pelo rio Itapicuru. Para leste também transbordarão no Ceará, onde o movimento confundir-se-á com o outro que em direção contrária vinha de Pernambuco acompanhando grosseiramente o contorno do litoral.

A capitania do Ceará compartilhou, assim, com outras capitanias da região, o povoamento assentado na pecuária. O que, entretanto, imprimiu um traço característico na atividade pastoril no Ceará, dando-lhe uma importância ímpar, foi a criação das chamadas “oficinas” ou “charqueadas”, nas quais a carne era salgada, de forma a poder conservar-se durante o longo percurso a ser transposto até os centros consumidores de Recife, Olinda e Salvador. Segundo Girão, R. (1984, p. 94),

não se sabe ao certo quando principiaram a funcionar as charqueadas do Ceará, mas é fora de dúvida que datam de época anterior a 1740 e surgiram primeiramente [na] hoje cidade do Aracati [...] Tamanho foi o êxito dessas fábricas [...] que pelo resto do século constituiu o principal e quase exclusivo comércio da capitania – a exportação da chamada “carne do Ceará”.¹

É importante lembrar, porém, que as charqueadas tiveram, ainda, indiretamente, outra função, além de expandir a produção e o comércio da carne: introduzir os couros e peles na pauta de exportações da capitania, transformando-os, pois, a partir daí, em mercadorias.²

¹ Estudo específico sobre o tema é “As oficinas ou charqueadas no Ceará”, de Valdelice Carneiro Girão.

² “A industrialização da carne, apesar de feita com aproveitamento parcial de matéria-prima, veio possibilitar a criação de um excedente maior do que aquele gerado na comercialização do gado vivo, e reforçado pela diversificação da produção, pois agora, afora a carne, poderiam ser comercializados couros e peles, que até à época da salga inexistiam como mercadorias, dado o insignificante volume de animais abatidos nos limites da capitania” (LEMENHE, 1983, p. 23).

O predomínio dessa atividade, que sofria os efeitos das secas periódicas na região, foi decisivamente abalado pela seca de 1790-1792 que

matando os rebanhos quase inteiramente, liquidou em definitivo o comércio das carnes, cujos mercados compradores passaram a ser abastecidos, algum tempo ainda, pelas fábricas do Parnaíba, e depois e até hoje pelo charque do Rio Grande do Sul [...] Com o correr dos anos a pecuária cearense se recompôs, mas as exportações das carnes conservadas duma vez por todas se extinguiram (GIRÃO, R., 1984, p. 96).

Foi quando se abriu o espaço para a agricultura de exportação.

Essa reorientação de atividade produtiva principal, na capitania do Ceará, coincidiu com uma retomada da produção agrícola na economia colonial como um todo, que foi chamada por Prado Júnior (1984, p. 79-93) de “o renascimento da agricultura”.

Tendo se estendido aproximadamente do último quartel do século XVIII a 1812/15, esse “renascimento” esteve articulado à Revolução Industrial inglesa, ao crescimento da população europeia no século XVIII, às Guerras Napoleônicas e às lutas coloniais, que desarticularam regiões produtoras. Assim, o cultivo tanto de matérias-primas tropicais importantes para a indústria têxtil em expansão na Europa – como o algodão –, quanto de produtos alimentícios – como o arroz e a cana-de-açúcar – teve no Brasil uma fase de prosperidade. A vinda da família real portuguesa e a consequente abertura dos portos brasileiros em 1808, decorrentes das agitações e das mudanças no cenário europeu, reforçaram esse incremento da atividade agrícola, na medida em que facilitaram o escoamento da produção, sobretudo da produção algodoeira para a Inglaterra.

A cotonicultura, estimulada, especialmente, pela interrupção da produção americana devido à Guerra de Independência dos Estados Unidos, expandiu-se por todo o Brasil – sendo o Maranhão o principal centro produtor – e o algodão passou a constituir um dos componentes da pauta de exportações brasileiras com destino à Europa.

Para a região Nordeste, isso significou uma diversificação de sua economia, na medida em que, pela primeira vez, surgiu a possibilidade de exportação de um produto agrícola que não fosse o açúcar. Porém, mais do que isso. Por suas peculiaridades de cultivo e beneficiamento, o algodão possibilitou o surgimento da pequena propriedade (sob diferentes formas de arrendamento), a utilização de mão de obra livre e a expansão da agricultura de subsistência. Além disso, promoveu a urbanização em áreas interioranas, uma vez que os beneficiadores eram, em geral, comerciantes que se estabeleciam nos núcleos populacionais com suas máquinas beneficiadoras.³

Para o Ceará, especificamente, a cotonicultura abriu a perspectiva agrícola, visto que a capitania estava incluída entre “as zonas que até aí só unham conhecido o pastoreio ou a mineração” (PRADO JÚNIOR, 1984, p. 83).⁴ Porém, mais do que isso: aquilo que podemos aí chamar, parafraseando Prado Júnior, o “nascimento da agricultura” – para o mercado externo, bem entendido, pôs em marcha mudanças que iriam definir o perfil da economia cearense no decorrer do século XIX.

Em primeiro lugar, deve ser observado que o surgimento e a expansão da agricultura ensejaram a autonomia administrativa da capitania do Ceará, antes subordinada à de Pernambuco, e o direito de comércio direto com a metrópole portuguesa, o que foi concedido em carta régia de 1799.

Segundo Lemenhe (1983, p. 49), “a concessão de liberdade de comércio resultou dos interesses da Metrópole em fazer prosperar a agricultura do Ceará, há tantos anos reclamada, e do efetivo início da comercialização do algodão”. Assim,

³ Para Andrade (1980, p. 132), “o algodão operou, após os meados do século XVIII, uma verdadeira revolução agrária no Agreste”.

⁴ Lemenhe (1983, p. 54) considera que “se se comparar o período [em questão] com o que o precedeu, é inegável a importância do desenvolvimento da agricultura para a vida econômica do Ceará. Ela abre possibilidades para ampliar a acumulação pela ocupação de áreas até então improdutivas, incorporação de maior contingente de mão de obra, e dinamização das trocas”.

desde o início das transações diretas com Lisboa, por volta de 1803, a administração da capitania dota a vila [Fortaleza] de infraestrutura para as transações mercantis: são feitos estudos do porto e construção de mole. Para controlar o movimento das mercadorias, instala-se alfândega e cuida-se do prédio da Tesouraria da Fazenda. No que se refere às transações internas, constroi-se mercado público e regula-se a realização de feiras semanais. Inaugura-se na vila uma repartição de correio, agregada à Tesouraria da Fazenda, possibilitando, com os limitados recursos da época, ligar a vila-capital com outras vilas e as unidades de produção (LEMENHE, 1983, p. 60).⁵

Dessa forma, o surgimento e expansão da cotonicultura, à medida que propiciou o comércio direto com a Europa – no caso, com a metrópole portuguesa – e ensejou o começo de um “aparelhamento” da capitania para renovadas trocas mercantis, lançou as bases da futura integração da economia cearense no comércio internacional, o que se concretizaria, progressivamente, a partir da abertura dos portos em 1808.⁶

A tendência ao crescimento das exportações de algodão, pelo porto de Fortaleza, nos primeiros anos que se seguiram a essa abertura, podem ser vistos no Quadro 1.

⁵ Girão (1947, p. 213) menciona ainda a criação de Casas de Inspeção do Algodão, em 1802, nas cidades de Fortaleza e Aracati. Essas repartições objetivavam melhorar a qualidade do algodão a ser exportado, garantindo colocação mais vantajosa nos mercados consumidores.

⁶ Referindo-se à abertura dos portos, diz Girão, R. (1984, p. 118): “Começam as transações com Londres, para onde seguiu, a 4 de fevereiro de 1809 a galera ‘Dous-Amigos’, cujo dono o português Antônio José Moreira Gomes, estabelecido desde 1777 em Fortaleza, fê-la carregar e mandou-a à Inglaterra [...] Além da ‘Dous-Amigos’, saíram do Ceará, no referido ano de 1809, a galera americana ‘Laura’, a polaca portuguesa ‘Ariosa’, o navio português ‘Paquete do Ceará’ [...] No ano seguinte, a escuna inglesa ‘Flor de Maio’, a americana ‘Paquete’ e as portuguesas ‘Ligeira’ e ‘Barba Alardo’ [...]”.

Quadro 1 – Exportação de algodão pelo porto de Fortaleza, em quilos, entre os anos de 1810 e 1819

ANO	QUILOS
1810	169.072
1811	172.071
1812	152.550
1813	312.675
1814	316.705
1815	245.895
1816	358.875
1817	181.440
1818	462.960
1819	636.360

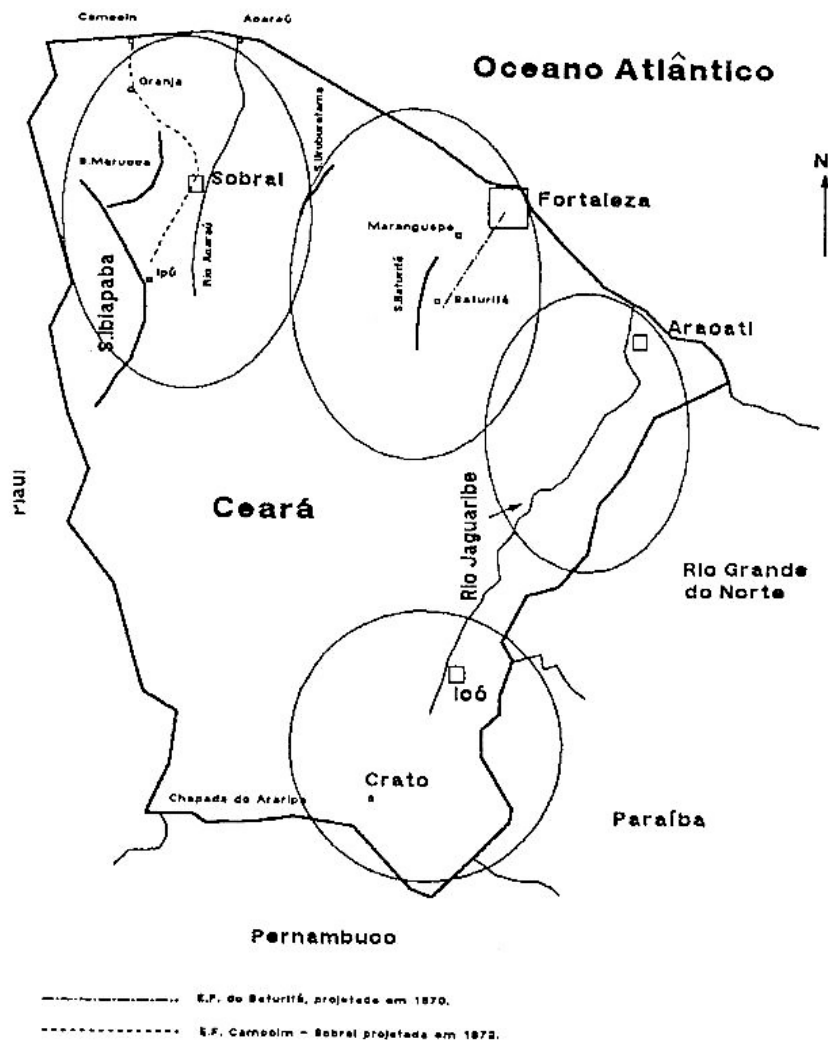
Fonte: GIRÃO (1947, p. 215).

A segunda mudança que se engendra no período e que viria a afirmar-se no decorrer do século XIX, como veremos adiante, é a importância que Fortaleza vai ganhando, gradativamente, no contexto da economia da província.

Até então, estando a província sob o domínio da pecuária e sob a dependência comercial de Pernambuco, a vila de Aracati desempenhara o papel de principal polo comercial. Situada próxima à foz do rio Jaguaribe, centro por excelência das charqueadas, a vila servia como intermediária nas trocas mercantis com a praça de Recife. A ela articulada, encontrava-se a vila de Icó, que, localizada no alto sertão, às margens do mesmo rio, drenava toda a produção da região do Jaguaribe.⁷ O Mapa 3 permite que se localizem as vilas citadas.

⁷ “Era, de fato, o Aracati o ponto obrigatório do comércio com Pernambuco; por ele saíam na maior parte os gêneros de exportação e entravam os artigos de importação com que se supriam as ribeiras do Jaguaribe, do Icó, o Crato e os Inhamuns, através do centro de distribuição que era a vila do Icó [...]. Mais tarde, fazendo intercâmbios diretos e por terra com Recife e Campina Grande, transformar-se-ia num empório comercial de primeira grandeza” (GIRÃO, 1947, p. 170).

Mapa 3 – A província do Ceará em 1872: principais vilas/cidades e áreas de influência



A concessão de autonomia administrativa e comercial à capitania, que implicou na dotação de uma infraestrutura mercantil básica para Fortaleza, constituiu o primeiro golpe na proeminência que Aracati até

então desfrutara. É bem verdade que, por um lado, a intermediação de Recife, nas trocas comerciais da província do Ceará, não desapareceria durante o século XIX, e que, por outro, o surgimento da lavoura algodoeira para exportação consolidaria Aracati e Icó, sobretudo a primeira, como centros comerciais importantes. Mas, as transações mercantis de Fortaleza tenderam a crescer, sobretudo considerando-se que “[seu] porto era o único vinculado diretamente com o mercado inglês” (LEME-NHE, 1983, p. 62), logo após a abertura dos portos.

Esse processo não se fez sem resistências. Girão, R. (1984) menciona o “conservantismo dos comerciantes [de Aracati] habituados às transações com Pernambuco por longos anos, auferindo lucros certos”. Diz ele:

[...] se a carestia dos preços prejudicava seriamente o consumidor, a eles pouco importava, visto que incluíam nas vendas os seus ganhos. Esses comerciantes, mancomunados com os de Recife, tudo envidavam para ver derrotada a medida régia, e não poucas vezes chegaram até mesmo a manifestações de caráter hostil. Insistiam na velha prática de mandar por terra os seus cavalos e bois às feiras pernambucanas, fazendo voltar por via marítima os artigos e panos para as suas lojas. Por mar enviavam os produtos armazenados do Aracati, esperando pacientemente as monções favoráveis (GIRÃO, R. 1984, p. 117).

Na interpretação de Lemenhe (1983, p. 49), tratava-se de uma “disputa pelo controle da comercialização do algodão”, visto que “para os (comerciantes) de Fortaleza o controle sobre a comercialização ensejaria o início de uma acumulação, até aquela época praticamente impossível, e, para os de Aracati e Icó, a possibilidade de recuperarem-se da retração da pecuária”.

Estruturada, a partir de então, numa produção agrícola para o mercado externo, a economia cearense passou a sofrer os efeitos dos ciclos de conjuntura internacional desfavorável, como tantas outras províncias brasileiras.

Assim, após o período favorável anteriormente visto, os anos que se estenderam entre 1812/15 e a década de 1830 foram marcados por uma

recessão econômica mundial e uma retração da economia brasileira, caracterizada pela baixa dos preços, devido a um acirramento da concorrência nos mercados internacionais. Para o algodão, especificamente, o restabelecimento da produção americana, no pós-guerra, representou um duro golpe. Mas, como observa Prado Júnior (1984, p. 83), se essa crise eliminou “regiões mais desfavorecidas”, permaneceram como áreas produtoras o Nordeste e o Maranhão, embora “em posição medíocre, internacionalmente falando”.⁸

Aos efeitos da concorrência da produção americana de algodão, vieram somar-se, no Ceará, nos anos de 1820, acontecimentos de ordem natural e de ordem política que a província compartilhou com outras províncias brasileiras, sobretudo da região Nordeste, os quais levaram a uma queda da produção. Referimo-nos aqui aos anos de seca de 1824-26, às epidemias de peste que a ela vieram associadas e aos movimentos armados que se espalharam pelo país no contexto da consolidação da independência e da monarquia.⁹

Esses anos de crise, no que diz respeito ao Ceará, são retratados, em certa medida, num relatório intitulado “Informações sobre o Brasil”, datado de 1823 e enviado à Direção do Comércio Exterior Francês. Seu autor diz, em relação às potencialidades daquela província: “Madeiras de construção, de marcenaria e tintura, plantas medicinais, os habitantes cultivam um pouco de algodão; sua principal ocupação e a criação de gado”.

Ainda que consideremos uma margem de imprecisão que tal relatório por certo contém, supondo-se que seu autor muito dificilmente

⁸ Observe-se que, em relação a outro grande produto colonial, o açúcar, a concorrência se fez sentir com a produção cubana e, a longo prazo, com a produção do açúcar de beterraba na Europa, que findou por praticamente excluir o Brasil do mercado internacional em fins do século XIX.

⁹ Cf. a propósito desse contexto no Ceará: Girão (1947), cap. X. O autor menciona ainda, com respeito aos fatores que levaram à queda da produção, a existência de pragas nos algodoads (1947, p. 216). Segundo Lemenhe (1983, p. 69), a referida obra de Girão é um dos poucos estudos que acordam a economia cearense no período 1820-1840. “Os estudos feitos sobre a economia geral, nesta época, como nas posteriores excluem o Ceará” e há insuficiência de dados. Para o tema dos acontecimentos políticos, cf. Mota (1972) e Souza (1989).

terá viajado por todas as 14 províncias brasileiras sobre as quais fornece notícias, é inegável que o relatório reflete uma certa “indefinição” da economia cearense no período.

A importância por ele atribuída à pecuária na província, por exemplo, não é destituída de fundamento, na medida em que a retração no mercado internacional para o algodão deve, provavelmente, ter “devolvido” algumas áreas de cultivo à atividade pastoril.

É importante observar que, em meio a essa crise econômica, cogitou-se, no Ceará, o estabelecimento de uma fábrica de fiação e tecelagem. O presidente da província, em ofício que dirigiu ao Ministério do Império em 1829, solicitando a permissão então necessária, assim argumentou:

O estabelecimento de uma ou mais fábricas poderia suavizar em parte a situação, principalmente esta da fiação e tecidos, não só pela decadência do mesmo algodão na Europa, como pelo consumo do país, e mesmo de importação para esta Corte, pois sendo o país benigno na sua produção, seria até de grande prejuízo aos direitos da Nação o seu total abandono.

A negativa do governo imperial ocorreu na vigência da preponderância inglesa no Brasil, que se estabeleceu, paulatinamente, a partir do tratado de 1810, garantindo o mercado brasileiro para os manufatureiros ingleses, sobretudo tecidos, nesse período.¹⁰ Nesse sentido, afirma Lemenhe (1983, p. 73):

¹⁰ “A expansão do comércio com a Europa Ocidental, particularmente com a Grã-Bretanha, favorecida por acordos preferenciais até 1843, prejudicou muito a indústria artesanal e manufatureira do Brasil. O desenvolvimento de algumas pequenas empresas prematuras nas três primeiras décadas do século XIX teve pouca importância. Elas foram, de início, favorecidas por certo apoio governamental e pela ausência momentânea da concorrência estrangeira após 1808. Por volta de 1830, a maioria sucumbira ao influxo de manufaturados importados. A produção artesanal desapareceu aos poucos, exceto em regiões remotas do Brasil, à medida que o desenvolvimento do sistema de transportes facilitava a distribuição de produtos importados. A fiação e a tecelagem manuais sobreviveram no interior do país até quase o final do século XIX” (STEIN, 1979, p. 22).

Mesmo argumentando-se que a instalação local de fábricas teria na época um limitado poder para expandir a economia e que a negativa do governo imperial seria fundamentada na percepção da real impossibilidade de desenvolver a manufatura, fica evidente o papel reservado ao Ceará, como a todas as áreas de exportação do País: produzir matérias-primas e consumir produtos industrializados, sobretudo ingleses, que, produzidos a custos relativamente baixos e chegando aos portos brasileiros com tarifas preferenciais, não deixavam nenhum espaço por menor que fosse, a uma possível produção local. Não é sem razão que, mesmo com um pequeno volume de exportação, as importações foram sempre maiores.

A agricultura para exportação, como sustentáculo da economia provincial, ganharia reforços nos anos de 1830. Nesse decênio, as iniciativas do governo provincial voltaram-se para a construção de estradas – de forma a drenar a produção interiorana em direção do litoral para a primeira tentativa de adoção de máquinas descaroçadoras de algodão e de introdução de trabalhadores agrícolas imigrantes, principalmente portugueses.

Em relação ao primeiro ponto, o mais importante a ressaltar é que as obras para construção de vias de transporte inseriram-se no contexto em que Fortaleza passou a deter a hegemonia como núcleo urbano-comercial e político-administrativo, na província do Ceará. As estradas, cujas obras foram então iniciadas, objetivavam ligar as vilas de Icó, Sobral e Aracati, principais áreas de produção da província, à capital.

No estudo sobre o processo, por meio do qual Fortaleza veio a tornar-se o núcleo hegemônico, Lemenhe considera que, embora a produção e exportação de algodão para o mercado tenha sido fundamental nesse processo, o privilegiamento das capitais de província pelo governo central foi decisivo, permitindo a Fortaleza dotar-se dos meios necessários para desempenhar seu papel de principal polo comercial. A esse propósito, diz a autora:

Encontram-se, nos estudos feitos sobre o Ceará, ontem e hoje, um conjunto de evidências esparsas, não sistematizadas, indica-

tivas de que a lenta expansão de Fortaleza e sua posterior definição como principal cidade do Ceará deveram-se à concentração nela da produção do algodão para o mercado externo [...]

Embora se aceite que o desenvolvimento da agricultura para exportação no Ceará forneceu as bases para a emergência e expansão de Fortaleza, defende-se a hipótese de que o sistema político-administrativo do Império criou os mecanismos políticos e institucionais favoráveis à hegemonia do núcleo [...]

Na instituição do regime centralizado de poder, que marca a rigor todo o período imperial, destacam-se duas ordens de questões, importantes para a compreensão do que consideramos “privilegiamento” das capitais- provinciais. Primeiro, enquanto não ocorrem a confluência de interesses entre as facções regionais e a dominante no centro e o acomodamento das facções “liberais” e “conservadoras” no controle político do Estado-Nação, surgem conflitos urbanos e rebeliões armadas em várias províncias. Para garantir a unidade ameaçada, reprimindo as rebeliões, emergem as capitais-provinciais, como nucleadoras do poder político e militar, reproduzindo ao nível das regiões o papel exercido pela capital imperial. Neste sentido, sua função é manter a ordem, à luz das imposições centralizadoras. No caso particular de Fortaleza, que apenas iniciava, como vimos, o processo de aglutinação da produção agrícola para exportação, a posição de centro intermediário de controle político-militar iria conferir ao núcleo poder sobre os demais, como sede da administração e do aparato militar. Segundo, a centralização instituída para organizar os interesses da classe dominante no centro, quer para conter o poder exercido pelos proprietários nos domínios-empresa, quer para barrar as intenções autonomistas das oligarquias regionais, foi viabilizada pelo esvaziamento econômico dos municípios interioranos e fortalecimento das capitais-provinciais como núcleos intermediários na captação dos produtos para o mercado externo e de tributos para o centro (LEMENHE, 1983, p. 2-3 e 80).¹¹

¹¹ Para o tema da “política de centralização, pacificação e conciliação do Império”, cf. Uricoechea (1978). Em relação ao quadro político cearense, daí decorrente, cf. Girão, R. (1984).

No que diz respeito à tentativa do governo provincial, de introduzir no Ceará trabalhadores agrícolas imigrantes, observe-se que ela estava, evidentemente, ligada ao problema da falta de braços para a lavoura. A crise dos anos de 1820 fizera rarear a população, uma vez que parte dela sucumbira à fome e às epidemias ou emigrara para outras províncias. O problema fizera-se ainda mais agudo, à medida que essa escassez, “sendo geral em todo o Brasil, mais notável se [fazia] no Ceará, onde a escravidão sempre foi pouca, não tendo havido muita introdução de africanos” (trecho da fala do Presidente da Província José Martiniano de Alencar *apud* GIRÃO, 1947, p. 297).¹²

Os esparsos e irregulares números existentes e disponíveis para pesquisa, com relação à população escrava, confirmam a afirmação acima. Para o ano de 1823, a população do Ceará foi calculada em, aproximadamente, 200.000 habitantes, dos quais 20.000 escravos, ou seja, apenas 10% do total. Meio século depois, o primeiro recenseamento geral do país, o de 1872, apontou, na província, 641.850 habitantes, sendo os escravos 25.727, o que correspondia a 4% do total.¹³

¹² A lavoura canavieira para exportação, que sempre foi na região Nordeste do país a principal consumidora do trabalho escravo africano, não teve um papel importante numa província – o Ceará – cujas condições naturais não permitiam sua expansão. Pinto (1984, p. 134), referindo-se ao contexto de “decadência da agricultura tradicional brasileira” – ou seja, aquela baseada principalmente na cana-de-açúcar e no algodão – na primeira metade do século XIX, aponta, além da situação internacional, a sua “impotência interna em reestruturar-se”, marcada pela “falta de capitais, ausência de renovação das técnicas, carência de mão de obra, etc.” que neutralizará, em grande parte, a região Norte e Nordeste do Brasil”. A extinção do tráfico negreiro e o desenvolvimento da lavoura cafeeira na região Sudeste, a partir de meados do século, estimulariam um tráfico, dessa vez interprovincial, que diminuiria ainda mais o número de escravos naquelas regiões citadas. Do Ceará, entre 1845 e 1862, teriam sido exportados 5.000 escravos (GIRÃO, R., 1984, p. 339). Assim é nesse contexto que, segundo Costa (1982, p. 403), “nas províncias em que a economia estava menos comprometida com o sistema escravista, a libertação é promovida rapidamente. No Ceará e Amazonas, a escravidão estará extinta em 1884”. Se, para a área cafeeira paulista em expansão, a questão do mercado de trabalho foi “resolvida” com a imigração estrangeira – principalmente do ano de 1870 em diante –, para as tradicionais áreas agrícolas do país emigratórias, sobretudo nas épocas de secas periódicas.

¹³ Embora, o primeiro recenseamento geral do país tenha sido feito em 1872, iniciativas esparsas e não sistemáticas, realizadas anteriormente a esse ano, permitem uma

Esses problemas, entretanto, não impediram a continuidade do processo de integração da província às correntes do comércio internacional, por meio da produção agrícola. A grande seca de 1845, ao devastar rebanhos, consolidaria em definitivo a cotonicultura. Mas os anos 1840 viam ainda o surgimento da lavoura cafeeira para exportação, no Ceará.

O café já estava presente, na então capitania, desde o fim do século XVIII, mas limitado ao uso doméstico. Foi somente a partir da década de 1840 que passou a fazer parte da pauta de exportações da província. Seu cultivo, juntamente com o do algodão, foi responsável pela ocupação e integração de novas áreas à atividade agrícola e à economia de mercado, que Lemenhe (1983, p. 123) chamou de “o novo ciclo da ocupação”, dos anos quarenta.¹⁴

A cafeicultura foi desenvolvida principalmente no Cariri, nas serras do Ibiapaba, do Uruburetama e do Baturité. Esta última tornou-se o mais importante centro produtor e deu origem, no dizer de Girão (1947, p. 371-372), a “uma pequena nobreza dos cafezais baturitenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente, os Linhares, os Caracas, os Holandas, os Ferreira Lima, os Queirós, os Sampaio, os Dutras”.

Essa expansão do cultivo do café, entretanto, não foi exclusiva do Ceará. Segundo Andrade (1980), tanto o agreste quanto o sertão nordestinos assistiram ao crescimento da cafeicultura a partir de meados do século, tendo ela sido mais presente, além do Ceará, nas províncias de Pernambuco (que viria a tornar-se o principal produtor regional), Paraíba, Alagoas e Bahia. A esse propósito diz o autor:

ideia, ainda que aproximativa, dos números da população. Cf. *Resumo histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil*, 1920. Os dados aqui apresentados foram extraídos das páginas 172 e 182. Para o ano de 1823, verifica-se que, na província de Pernambuco, os escravos constituíam aproximadamente 31% do total, enquanto que, no Maranhão, essa porcentagem chegava a 59%. Já em 1872, constituíam, respectivamente, 10% e 20%.

¹⁴ A cotonicultura expandiu-se nas serras da Meruoca e Uruburetama, área de influência de Sobral. Cf. Mapa 3.

[No Agreste], nos meados do século XIX, [...] aproveitando o baixo rendimento dado pela cultura da cana-de-açúcar, foi o café introduzido nas áreas de altitude, nos brejos agrestinos, e desenvolveu-se de forma considerável. Parou engenhocas, expulsou para as terras arenosas e mais pobres as pequenas e tradicionais lavouras de mandioca, milho e fumo, destruiu as matas existentes e enriqueceu grandes proprietários.

[No sertão, o café], sem roubar terras ao algodão, uma vez que era cultivado apenas nas manchas úmidas de altitude, tornou-se, até a segunda década do nosso século, um produto de grande importância, [assim como no agreste] (1980, p. 137 e 179).

Segundo Girão (1947, p. 370), “só após 1846 entra o café para as listas de exportação, cingindo-se o seu consumo até então ao território da Província”.¹⁵ Na Tabela 10, observa-se, porém, que existem registros sobre exportação para o mercado externo – mais especificamente para Portugal – referentes a uma data anterior àquela apontada pelo autor.

Tabela 10 – Porto de Fortaleza: valor oficial da exportação no ano de 1841-42, mercadorias por países de destino, em milhares de réis

Mercadorias	DESTINO			
	EUA	Grã-Bretanha	Portugal	Total
Algodão	-----	113.052	570	113.622
Couros	5.945	35.835	5.945	47.725
Madeiras	-----	3.241	211	3.452
Café	-----	-----	760	760
Chifres	90	276	96	462
Artigos diversos	186	2.744	9.209	12.139
Total	6.221	155.148	16.791	178.161

Fonte: AN. *série* F12, *carton* 2699, relatório do côsul francês na Bahia, datado de 1º de março de 1844.

¹⁵ De acordo com Lima (1989, p. 98), “a comercialização se fazia no interior da província, com outras províncias – Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Pernambuco e Bahia além da exportação para fora do país”.

Na mesma tabela, verifica-se que, além do algodão, produtos da pecuária eram também exportados, constituindo as principais mercadorias enviadas pela província aos Estados Unidos, nos anos referidos.¹⁶

No quadro do comércio exterior da província, era incontestável a supremacia britânica e assim a descrevia o cônsul francês na Bahia, em 1844, após sua viagem “às províncias setentrionais do Brasil”, entre elas o Ceará:

A importação é feita, na sua maior parte, diretamente [e] se efetua sempre, quase por inteiro e completamente em certos anos, da Inglaterra e sob pavilhão inglês; ela se compõe de tecidos de algodão e de linho, artigos de ferro, pólvora, quinquilharias, etc. Antigamente, Portugal entretinha com esta província relações bastante frequentes, mas elas diminuíram muito, sendo quase nulas hoje em dia, depois que os tecidos ingleses substituíram os tecidos grosseiros do Porto, e as ferragens inglesas ou alemãs, aquelas de Portugal. Os Estados Unidos tendem a estabelecer, através de remessas de farinha de trigo, boas relações no futuro.

Referindo-se à vila de Aracati e comparando-a à capital da província, nesse movimento comercial, complementava o cônsul:

Aracati recebe por trânsito [intermediação de outra província] o pouco de mercadorias estrangeiras que consome; seu valor anual é de aproximadamente 40.000 francos; suas exportações, que não atingem um quarto desta soma, são transportadas por um ou dois navios para a Inglaterra, ou para os Estados Unidos...

Sua alfândega é uma daquelas do Império, cuja supressão parece estar próxima, pois, como a de Natal, suas despesas de administração e de percepção são apenas cobertas pelas receitas; estas foram de fato, segundo a média dos últimos três anos, apenas um pouco menos de quarenta mil francos por ano, tanto para a entrada, como para a saída; a reunião das duas alfândegas

¹⁶ A mesma fonte utilizada para a elaboração da Tabela 10 informa que, pelo porto de Aracati, no mesmo período, foram exportadas, para os Estados Unidos, 2.000 unidades de couros salgados, assim como para a Grã-Bretanha, tendo esta última recebido, ainda 2.888 arrobas de algodão.

da província em um centro comum, tornando a vigilância dos agentes do fisco mais fáceis, teria, pela supressão de um pessoal inútil, a dupla vantagem de tornar, ao mesmo tempo, a percepção dos direitos menos custosa.¹⁷

No que se referia às exportações, dizia, o mesmo relator, que elas eram sempre inferiores às importações, “disso resultando um déficit contra a praça de Fortaleza que [tendia] a crescer, tanto mais quanto a exportação [diminuí] a cada ano na mesma proporção que a importação [aumentava]”.¹⁸ Esta condição da balança comercial da província coincidia com um movimento geral da balança de comércio do país, se considerada de forma global, que permaneceu deficitária por toda a primeira metade do século XIX.

A previsão do cônsul, entretanto, revelar-se-ia falha: na segunda metade do século, o comércio exterior do Ceará apresentaria um certo equilíbrio entre as exportações e as importações, acompanhando, aproximadamente e mais uma vez, o movimento da balança comercial brasileira, pensada como um todo, que a partir dos anos de 1860 passou a ter saldos positivos.¹⁹ É isso o que podemos verificar na Tabela 11. Observe-se que, no quinquênio 1862-1867, o valor referente às exportações é o dobro daquele das importações. Tais números devem ser atribuídos ao grande salto nas vendas de algodão, pela província, para o mercado internacional, devido à nova interrupção da produção americana, como veremos mais adiante.²⁰

¹⁷ A alfândega de Aracati foi suprimida, com efeito, em 1851, portanto, sete anos após as informações que o cônsul prestava ao Ministério francês.

¹⁸ Segundo seu autor, “a exportação [da província] se [compunha] principalmente de retomo à Inglaterra na forma de algodão, café, couros e madeiras [das importações feitas]”.

¹⁹ A expansão da cafeicultura na região sudeste do país e a liderança que este produto assumiu na pauta das exportações brasileiras, tornou possível a mudança na balança comercial a partir dos anos de 1860, até, pelo menos, a virada do século.

²⁰ De acordo com a fonte consultada para a elaboração da Tabela 11, observa-se que províncias como a Bahia e Pernambuco não apresentaram o mesmo equilíbrio na balança comercial, no mesmo período abrangido pela Tabela 11. Nessas províncias, os valores das importações foram sempre superiores aos das exportações.

Tabela 11 – Comércio exterior da província do Ceará: valores oficiais da importação e exportação, por médias quinquenais, em milhares de réis, entre 1852 e 1887

ANOS	IMPORTAÇÃO	EXPORTAÇÃO
1852/3 a 1856/7	798.623	577.378
1862/3 a 1866/7	1.670.172	2.749.423
1872/3 a 1876/7	3.083.470	3.545.990
1882/3 a 1886/7	3.528.907	3.988.378

Fonte: *Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*, p, 108.

Esse equilíbrio na balança comercial pode ser ainda constatado quando se observa a participação da província no movimento das importações e exportações brasileiras como um todo. Pela Tabela 12, comparando-se o Ceará com províncias de importância no litoral nordeste e norte do Brasil, especificamente Pernambuco, Bahia e Pará, verifica-se que ele não apresentou grandes alterações no lugar que ocupava no conjunto da economia do Império. O Pará, entre os anos de 1852 e 1887, graças à produção de borracha para o mercado externo, teve tanto a importação como a exportação duplicadas. A Bahia e Pernambuco, ao contrário, sofreram grandes decréscimos, no mesmo período, nas suas trocas comerciais com o exterior.

Tabela 12 – Província do Ceará: porcentagem sobre o total dos valores de importação e exportação brasileiras, entre 1852 e 1887, comparativamente a algumas províncias

ANOS	IMPORTAÇÃO				EXPORTAÇÃO			
	PE*	BA	PA	CE	PE	BA	PA	CE
1852/3 a 1856/7	16,27	15,34	3,90	0,84	12,10	14,13	4,31	0,64
1862/3 a 1866/7	16,39	13,38	3,79	1,30	13,96	11,43	4,65	1,95
1872/3 a 1876/7	13,83	11,85	4,48	1,88	8,94	7,76	6,40	1,77
1882/3 a 1886/7	12,09	11,29	4,23	1,63	6,97	6,75	7,01	1,67

Fonte: *Diretoria Geral de Estatística. Boletim Comemorativo da Exposição Nacional de 1908*, p. 109.

* PE (Pernambuco), BA (Bahia), PA (Pará), CE (Ceará).

Em meados do século, nas suas trocas mercantis marítimas, a província do Ceará mantinha muito mais relações com o mercado externo do que com o interno, ou seja, com outras províncias brasileiras. O cônsul dizia, em 1844, que mesmo o comércio de cabotagem na costa da província, entre suas vilas litorâneas, “era praticamente nulo, uma vez que cada uma das vilas [do interior] era autossuficiente e a maior parte das mercadorias exportadas para o estrangeiro chega[vam] nos entrepostos litorâneos vindas do interior e no dorso de bestas”.

É certo que a província comprava, por intermédio, sobretudo, de Pernambuco, “alguns gêneros do país que [ela] não produzia”, mas mesmo neste fluxo da navegação de cabotagem, parte correspondia a mercadorias estrangeiras chegadas à vila de Aracati pela intermediação pernambucana.

Pela Tabela 13, podemos constatar que, entre os anos de 1850 e 1870, os valores referentes ao comércio de Fortaleza com portos estrangeiros foi permanentemente superior àqueles relativos aos portos nacionais. Essa relação manter-se-ia inalterada até os anos de 1890, quando aumentariam as trocas interprovinciais/estaduais, impulsionadas pelo processo de industrialização e o crescimento do mercado interno, dele decorrente.

Tabela 13 – Porto de Fortaleza: valor oficial das importações/exportações, para portos estrangeiros/portos nacionais, em contos de réis, entre 1850-1870, comparativamente

EXERCÍCIOS	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	ESTRANGEIROS	NACIONAIS	ESTRANGEIROS	NACIONAIS
1850-55*	2.216	894	1.533	340
1855-60	4.804	2.620	5.281	1.168
1860-65	6.021	3.094	10.752	1.679
1865-70	13.173	4.359	21.651	585

Fonte: LEMENHE (1983, p. 114)²¹

* compreende apenas os anos de 1852 a 1854.

²¹ Lemenhe (1983) utilizou aqui os dados constantes da tabela original apresentada em *História da agricultura no Ceará 1850-1930* (1978, p. 166). Este estudo mimeografado será referido a partir daqui como *Ceará – A crise permanente do modelo exportador*, título sob o qual foi publicado por sua autora Guabiraba (1989).

As trocas de mercadorias com portos franceses, em particular, foram praticamente inexistentes até findarem os anos 1840, e a presença de navios franceses nos portos da província era muito esporádica. O cônsul afirmava em 1844:

Nosso pavilhão se mostra muito raramente; eu encontrei, entre-
tanto, quando de minha chegada [ao Ceará], um veleiro de três
mastros vindo de Caiena, que carregava bois para esta colônia;
o capitão os encontrou a bom preço e isso me faz supor que a
operação foi lucrativa.

[...] Pernambuco e Bahia enviavam antigamente, de tempos em
tempos, um navio francês para fazer um carregamento de algo-
dão, para nossos portos; se este fato não se verificou mais, na
verdade, não é tanto, talvez, às mudanças na direção de nosso
comércio que nós devemos atribuí-lo, mas à decadência pro-
gressiva desta vila [Aracati], ocasionada, de início, pelos tumult-
os na província, e que o progresso de Fortaleza tende todo o
dia a completar.

Esse quadro iria alterar-se completamente a partir do ano de 1850,
quando a chegada de mercadorias francesas à província e a expedição de
produtos do Ceará para a França passariam a ser regulares. Pela Tabela 14,
observa-se o “momento” dessa mudança, no que se refere às importações.

Tabela 14 – Porto de Fortaleza: valor oficial das importações de mercadorias
estrangeiras por principais países de origem, nos anos de 1846/47 a 1857/58,
em milhares de réis

ANOS	PAÍSES DE ORIGEM			
	INGLATERRA	EUA	FRANÇA	PORTUGAL
1846-47	190.327			
1847-48	171.520			5.270
1848-49	174.595	4.800		5.084
1849-50	141.258			8.849
1850-51	228.104		5.172	
1851-52	242.081			
1852-53	699.958			7.698

1853-54	409.491	38.941	21.496	17.271
1854-55	677.928	75.590	68.272	
1855-56	881.481	2.957	69.565	44.141
1856-57	876.891		24.101	460
1857-58			35.068	

Fonte: AN, *série*, F12, *carton* 2698-B, relatório do cônsul francês em Pernambuco, sobre a província do Ceará, datado de 12 de maio de 1859.

Devemos lembrar aqui, entretanto, que eram sobretudo as embarcações inglesas que garantiam o intercâmbio comercial Brasil-França. Mas, a partir dos anos de 1850, passaram a atracar, anualmente, no porto de Fortaleza, de 4 a 5 navios franceses, que se encarregavam de parte do transporte das mercadorias desse intercâmbio. Assim, por exemplo, no período que se estendeu de março de 1858 a março de 1859, frequentaram o porto 20 navios ingleses, carregados para Liverpool, 4 navios franceses para o Havre e 1 navio sardo, também para aquela cidade inglesa.²²

O incremento da atividade comercial no porto de Fortaleza na década de 1850, e, em particular, uma maior regularidade na presença de embarcações francesas, esteve relacionado a uma expansão econômica, entendida como expansão da atividade agroexportadora, verificada na província a partir desses anos.

Primeiramente, há que se mencionar uma mudança na pauta das exportações do Ceará, caracterizada por nova diversificação, além daquela representada pelo café e pelo crescimento de valores e/ou quantidades das mercadorias já anteriormente exportadas.

É assim que se observa o surgimento da borracha. Extraída de plantas nativas da região – a maniçoba e a mangabeira –, que se espalhavam por serras como a de Maranguape, Baturité, Uruburetama e certas áreas do sertão, a borracha passou a ser exportada nos anos de 1840, “mas não mais de alguns mil quilos anualmente”. Na safra de 1854-55, “a curva ascendeu vertiginosamente para 239.325 quilos, provocada pela exageração dos preços da borracha, já em pleno êxito o processo de vul-

²² Relatório do comandante naval Motet, de 16 de maio de 1859, e relatório do cônsul em Pernambuco, de 12 de maio do mesmo ano.

canizá-la, achado por Goodyear, na América do Norte, e Hancock, na Inglaterra [...]” (GIRÃO, 1947, p. 380-382). O produto se conservaria entre aqueles exportados pela província, até o ano de 1912, “início da depressão que levou à morte o comércio da borracha brasileira”, pela concorrência internacional. Pela Tabela 15, podemos ver seu lugar no conjunto das exportações do Ceará entre 1850 e 1885.²³

Um produto cuja exportação foi incrementada nos anos de 1850, apesar de “constar na pauta das exportações cearenses desde 1845”, foi a cera de carnaúba, nativa da “margem dos rios do Ceará, principalmente do Jaguaribe”. Esta era utilizada, sobretudo, para o fabrico de velas, “que eram consumidas na província e regiões vizinhas, onde eram muito procuradas” (GUABIRABA, 1989, p. 30). A exportação destinava-se, assim, preferencialmente, ao mercado interno e não consta da Tabela 15, que diz respeito àqueles produtos mais importantes. Segundo Girão (1947, p. 377), no ano de 1856-57, as exportações pelos portos de Fortaleza e Aracati somaram 564.680 quilos, subindo a 720.000 em 1862.²⁴ Para o ano de 1886-87, encontramos registros de que foi enviada à Inglaterra uma quantidade do produto valendo 7:947\$360 réis, para os Estados Unidos, no valor de 2:159\$040 réis, para a Alemanha, 2:016\$900 e, finalmente, para a França, 1:017\$3 80 réis.

A cana-de-açúcar foi introduzida na província pelos colonizadores. Até a seca de 1845, “servia apenas para a produção de aguardente e rapadura” (GUABIRABA, 1989, p. 26) – produção essa concentrada sobretudo no Cariri, consumida internamente e nas províncias vizinhas. Em 1844, um cônsul dizia que “o açúcar produzido na província não [era] suficiente para o seu consumo, e assim, em três anos, foi exportada para o estrangeiro apenas a pequena quantidade de seis arrobas, ou quase 80 quilos, com destino a Liverpool”. A partir desses anos, a cana passou a

²³ Em 1886-87, ano para o qual localizamos dados, a borracha foi exportada para a Inglaterra num valor de 106: 938\$089 réis; para os Estados Unidos, 71:398\$090 réis; e para a França, 1:625\$200 réis.

²⁴ Note-se que o autor não esclarece o destino dessas exportações, ou seja, se parte dela destinava-se ao mercado externo.

ser mais intensamente utilizada na fabricação de açúcar, principalmente nas serras do Baturité, Ibiapaba e Meruoca, além dos brejos do Cariri.

A ampliação de sua área de produção possibilitou a geração de um excedente maior, que se destinou também ao mercado externo. Assim, “na década de 1850, o açúcar já era exportado, [observando-se] um crescimento até 1862. A partir daí, com a febre do algodão, as atenções se voltaram para aquele outro gênero” (GUABIRABA, 1989, p. 26-27). As exportações para o estrangeiro, entretanto, permaneceram, ainda que em pequenas quantidades. Em 1886-87, o açúcar enviado para a Inglaterra e os Estados Unidos teve um valor, respectivamente, de 60:389\$920 e 4:763\$020.

A Tabela 15 permite ver a evolução do lugar que o produto ocupou na pauta das exportações da província, entre 1850-1885.

Tabela 15 – Exportação dos principais produtos do Ceará, em porcentagem sobre o valor oficial das exportações, entre 1850 e 1885

Anos Produto	1850 a 1855	1855 a 1860	1860 a 1865	1865 a 1870	1870 a 1875	1875 a 1880	1880 a 1885
Café	13,6	20,4	36,0	9,5	10,3	28,2	22,1
Algodão	59,1	40,3	38,6	72,6	67,1	33,1	63,3
Açúcar	5,2	21,2	9,5	5,3	4,6	5,6	7,4
Borracha	4,9	0,5	1,9	1,7	6,5	5,0	1,1
Couros	17,2	17,5	14,0	10,8	11,5	28,0	6,1

Fonte: Guabiraba (1989) *apud* Lemenhe (1983, p. 110).

Acompanhando esse crescimento da produção e do comércio, e a ele intimamente articulada, ocorreu uma série de medidas visando a uma ampliação dos meios e vias de transporte, de forma a dotar a província de caminhos para o escoamento das mercadorias em direção ao litoral.

Até então, “as estradas, ruins não permitiam comunicações favoráveis e rápidas e só nalgumas rodavam os carros de bois [...] a inexistência de pontes e os atoleiros obrigavam a que eles só trafegassem nos meses de verão [...] do Aracati a Icó e do Acaraú a Sobral, restringia-se o seu movimento, em vaivém incessante” (GIRÃO, 1947, p. 335).

O desenvolvimento da agricultura, que significou a incorporação de novas áreas, ensejou as primeiras medidas, ainda infrutíferas. Assim, em 1857, a província conseguiu autorização do governo imperial para a construção de uma estrada de ferro, que drenasse a produção da serra do Ibiapaba em direção ao pequeno porto de Camocim.²⁵

No ano seguinte, as iniciativas voltaram-se para o lado leste da província, especialmente para o grande eixo comercial constituído pelo vale do Jaguaribe. Cogitou-se a criação de “uma empresa de transportes de mercadorias e passageiros entre Fortaleza e Baturité e entre Aracati, Icó e Crato [...] que não chegou entretanto a incorporar-se” (GIRÃO, 1947, p. 347).²⁶ Observe-se que, segundo Lemenhe (1983, p. 135), “desde 1856, a administração provincial destinava recursos para ligar Fortaleza a Baturité”. Já com relação ao vale referido, Guabiraba (1989, p. 53-54) afirma que

neste período, Icó começa a tornar-se o mais importante centro distribuidor de mercadorias da região jaguaribana [e] desde 1850, cuidava o governo de ampliar as ligações de Icó com outras áreas da província, [assim] a lei n. 519, de 4 de dezembro daquele ano, tratava-se da construção de uma estrada, da cidade do Icó à vila do Crato.

É provavelmente a essas iniciativas que se referia o cônsul de Pernambuco, no relatório que escreveu em 1859, sobre o Ceará. Dizia ele:

Tudo leva a crer que, dentro de alguns anos, quando as grandes vias de comunicação estiverem concluídas, a exportação aumentará em uma proporção notável e com grandes benefícios, pois está provado que uma grande quantidade de açúcar é perdida devido à impossibilidade de transportá-la. Nós acrescentamos que esses trabalhos são encetados com vigor e que a província consagra um quarto de suas rendas para os trabalhos públicos.

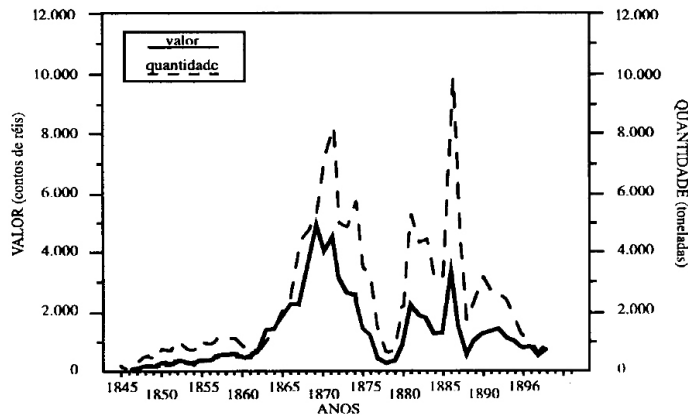
²⁵ Essa estrada, que não chegou a ser então construída, ligaria as vilas de Granja, Sobral e Ipu à vila de Camocim. O privilégio para sua construção foi concedido a Thomas Dixon Lowden, por um período de 50 anos.

²⁶ A estrada ligando Aracati ao Crato foi contratada com Pedro Théberge, “francês estabelecido no Ceará e residente em Icó” (GUABIRABA, 1989, p. 53).

A navegação de cabotagem no litoral cearense, responsável pelo comércio interprovincial, foi ampliada. Até 1858, a única companhia marítima nacional a vapor, que frequentava a província, era a Companhia Pernambucana, que enviava um único navio, regularmente, aos portos do Ceará.²⁷ A partir dessa data, o privilégio foi estendido à Companhia de Navegação a Vapor do Maranhão, aumentando a frequência e o número de navios disponíveis para o embarque de mercadorias.²⁸

A expansão agroexportadora foi decisivamente consolidada com o incremento que teve a produção e comercialização do algodão na província, assim como em todas as regiões produtoras no Brasil, devido à interrupção das exportações americanas, gerada pela Guerra de Secesão nos Estados Unidos, grande fornecedor para o mercado internacional. O Gráfico 8 mostra-nos, por meio de um gráfico, o salto ocorrido nas exportações desse produto pelo porto de Fortaleza, entre 1863-64 e 1876-77, tanto em quantidade quanto em valor.

Gráfico 8 – Exportação de algodão pelo porto de Fortaleza: valor oficial em contos de réis e quantidade em toneladas



Fonte: GIRÃO (1947, p. 218-219).

²⁷ Nesse ano, um contrato com o governo provincial estabeleceu que os portos servidos por essa companhia seriam Fortaleza, Aracati, Acaraú e Camocim.

²⁸ Essa companhia dividia, com a Cia. Pernambucana, os portos de Fortaleza, Acaraú e Camocim.

Referindo-se a esse período, diz Girão (1947, p. 224):

De um ano para outro, a província cobriu-se de algodoais; derribavam-se as matas seculares do litoral às serras, das serras ao sertão; o agricultor com o machado em uma das mãos e o facho n'outra deixava após si ruínas enegrecidas. Os homens descuidavam-se da mandioca e dos legumes, as próprias mulheres abandonavam os teares pelo plantio do precioso arbusto...

Em breve, porém, começaram as economias dos lavradores a enriquecer as províncias vizinhas, onde iam se prover de farinha e legumes: as sobras do ouro estrangeiro voltavam em troca de objetos de luxo, de fazendas finas.

Aqueles que assim não dissipavam seus lucros, os empregavam na edificação de casas. Próximo aos pontos mais produtores de algodão, levantaram-se arraiais, transformados logo depois em povoações...

Convém notar que este resultado era todo devido ao trabalho livre; o lavrador preferia pagar aos assalariados 1 \$280 diários, a empregar nas roças os seus poucos escravos.

Durante a safra, o comércio da capital apresentava uma animação extraordinária: ruas e praças cheias de animais que tinham transportado do interior os fardos de algodão; lojas apinhadas de comboieiros, de freteiros, de donos de mercadorias, cada qual com o seu rol de encomendas, a comprar o necessário e o supérfluo.²⁹

²⁹ Observe-se que o autor emprega os termos “agricultor” e “lavrador” sem considerar a distinção fundamental entre proprietários e não proprietários da terra. Para o tema da evolução da propriedade fundiária e das relações de trabalho na cotonicultura nordestina, cf. Andrade (1980).

Foi nesse contexto da província que companhias estrangeiras de navegação a vapor estabeleceram as primeiras linhas regulares, ligando diretamente o Ceará, através de Fortaleza, ao mercado europeu: a *Liverpool Northern Brazil Steamers*, mais tarde a *Booth Company*, e a *Red Cross Line of Mail Steamers*, ambas de Liverpool.³⁰ Registre-se ainda que, no tocante à navegação de cabotagem, em 1865, a Companhia Brasileira de Navegação a Vapor, do Rio de Janeiro, começou a fazer escalas nos portos do Ceará, na linha que estabeleceu ligando a capital do Império ao porto de Manaus.³¹

Fortaleza passou, assim, a ter, nos anos 1860, não só a primazia do comércio direto com a Europa – nas linhas de vapores ingleses –, mas também com as outras províncias, uma vez que seu porto foi incluído nas rotas que se estendiam para a região Sudeste, ligando-a ao mais importante porto do país.

Segundo Lemenhe (1983, p. 139), “a capital se diferencia aos poucos dos demais núcleos pelo adensamento de sua população e expansão das edificações privadas. Pelos dados de arrecadação do imposto predial (décima urbana) tem-se que, desde 1860, Fortaleza abrigava uma população consideravelmente maior”.

Discorrendo a respeito da função da capital da província como “núcleo centralizador dos bens para exportação” e “núcleo de abastecimento de produtos manufaturados às áreas de influência”, diz a mesma autora, com relação à constituição do mercado consumidor para os manufaturados estrangeiros, que começavam a afluir com mais vigor à província:

³⁰ Segundo Girão (1947, p. 349), o primeiro pacote da *Booth Company* chegou a Fortaleza em 1866, e o primeiro da *Red Cross Line*, em 1869. Considerando-se que estas companhias se instalaram definitivamente no Brasil na década de 1870, é provável que as viagens mencionadas pelo autor tenham sido ainda experimentais.

³¹ Segundo Lemenhe (1983, p. 134), “À Companhia Brasileira foi concedida a exclusividade do comércio da capital, [cujo] porto passa a receber em média oito navios por mês”, contando-se os vapores de todas as companhias.

Pode-se concluir que Fortaleza era o maior mercado para os produtos importados que chegavam ao Ceará, através do seu porto. A ampliação da capacidade de acumulação dos maiores comerciantes, associada à expansão do pequeno comércio e dos serviços públicos, gerais e provinciais, na capital, ampliaria a faixa de consumidores do núcleo. Além do mais, a migração para a capital de proprietários rurais e seus dependentes contribuiu para fortalecer o comércio interno. GIRÃO e MONTENEGRO oferecem indícios da afluência de indivíduos ou famílias abastadas, desde os anos quarenta...

Independentemente da inexistência de informações precisas, pode-se imaginar a insignificância do comércio de bens manufaturados importados fora da capital.

A população, incorporada às atividades produtivas das fazendas, mais do que hoje, deveria estar excluída da economia monetarizada. Conquanto se encontre referência à remuneração do trabalho em dinheiro, é pouco provável que fosse geral. Mesmo havendo o sistema de assalariamento, os baixos níveis de remuneração dificilmente dariam acesso ao consumo de produtos manufaturados do exterior. Na minuciosa descrição da vida cotidiana do Ceará, em torno dos anos 1859-1861, feita por Freire Alemão, observa-se que a produção artesanal e de subsistência eram exclusivas no provimento dos bens necessários à vida do homem do campo.

Fora de seus limites, restaria às casas importadoras de Fortaleza suprir as demandas dos proprietários mais ricos e de restrita parcela dos habitantes dos núcleos urbanos intermediários. E também Freire Alemão que dá notícia da nobreza do interior, orgulhosa em ostentar as quinquilharias da Europa (LEME-NHE, 1983, p. 138-139).³²

³² A autora refere-se aqui às seguintes obras: Girão (1975); Montenegro (1953) e Damasceno; Cunha (1964).

Correspondendo ao adensamento populacional da capital e às novas necessidades por ela criada, ocorreu também “a expansão das edificações públicas”. Datam desse período prédios como o da Santa Casa de Misericórdia (1861), o da Cadeia Pública (1866) e o da Assembleia Legislativa (1871). A iluminação pública foi criada em 1867 e, cinco anos depois, em 1872, teve início uma série de contratos para o estabelecimento de trilhos urbanos.³³

No ano de 1870, foi assinado o contrato que deu início à construção da primeira ferrovia da província – a Estrada de Ferro do Baturité – que, ligando a capital à vila do mesmo nome, “viria ampliar as facilidades do comércio de Fortaleza na captação de produtos para o mercado externo e distribuição dos bens importados” (LEMENHE, 1983, p. 135-136).³⁴

Intensificada a atividade comercial, a tendência foi aumentar o número de comerciantes na praça de Fortaleza, atraídos pelo lucro que prometiam os negócios da exportação-importação e as trocas mercantis em geral. No que diz respeito à importação, parte desses comerciantes abasteciam-se de produtos europeus, por meio de viagens periódicas ao porto de Recife. A esse propósito, afirma Girão (1947, p. 323):

De alguns anos para trás intensificara-se a mania das viagens dos comerciantes ao Recife, onde se abasteciam do indispensável ao sortimento de suas lojas. A viagenzinha ou peregrinação anual tornou-se uma obsessão, que a imprensa criticava como prurido de novos-ricos, e combatia veementemente como prejudicial aos interesses gerais, pela alta dos preços que trazia a compra dos efeitos europeus na praça intermediária de Pernam-

³³ A Companhia Ferro Carril de Fortaleza, entretanto, só viria a inaugurar os seus trilhos em 1880. A “principal fonte de renda provincial [era] a taxa sobre a exportação de gêneros agrícolas” (CEARÁ. Presidente de Província (José Fernandes da Costa Pereira Júnior). Relatório de 26 de abril de 1871, p. 26).

³⁴ A estrada foi concluída em 1882. A segunda ferrovia construída na província, ligando o porto de Camocim a Sobral, cuja primeira tentativa de construção data de 1857, teve um novo contrato em 1872. Só viria a ser inaugurada, porém, em 1882. Registre-se, ainda, que, em 1878, inaugurou-se o telégrafo, o qual, em 1881, alcançaria o Rio de Janeiro.

bucu, em vez de feitas diretamente da Europa, em condições melhores. O exemplo era os estabelecimentos de Singlehurst & Co., de Corlett & Cia., de José Smith de Vasconcelos, de Pacheco Mendes, de Rocha Júnior e outros, que negociavam dessa forma, podendo vender mais barato.

O estabelecimento de *Singlehurst & Co.* merece uma menção especial, por ter sido a mais antiga casa comercial estrangeira na província e por ter dado início, com certa regularidade, ao comércio cearense com a Europa. Sua origem remonta a 1811, portanto três anos após a abertura dos portos, quando o irlandês William Wara chegou ao Ceará, criando em 1835 uma filial da *R. Singlehurst & Co.*, de Liverpool. A filial ficou popularmente conhecida como Casa Inglesa e sobreviveria, por todo o século XIX, como a principal distribuidora das mercadorias vindas da Inglaterra, além de compradora dos produtos cearenses para o mercado europeu.³⁵

O monopólio inicial da Casa Inglesa foi quebrado pelo estabelecimento de outras casas comerciais não só estrangeiras, mas também nacionais. Entretanto, no ramo representado pelos chamados “escritórios de negociantes” e “armazéns”, que era justamente aquele dedicado aos negócios de importação-exportação e ao comércio de atacado, predominavam as firmas estrangeiras, como se pode verificar pela Tabela 16.³⁶

Souza (1968) cita, entre as casas estrangeiras que se estabeleceram nos anos sessenta, além da já existente *Singlehurst & Co.*, a *Kalkmann & Cia.*, *Brunn & Cia.*, *J. U. Graff & Cia.*, *Louis Sand & Cia.* e Ricardo

³⁵ A casa, entretanto, não completou o seu centenário como propriedade da mesma família que a estabeleceu na província. Em 1935, ela pertencia a Alfredo Salgado. Observe-se que essa empresa inglesa era proprietária da *Red Cross Line of Mail Steamers*. No *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, em volumes referentes à década de 1880, a *Singlehurst & Co.*, de Fortaleza, é apontada como pertencente a um dos principais negociantes importadores- exportadores do Ceará. Freyre (1977, p. 44) e Pantaleão (1976, p. 73) trazem menções a essa casa comercial.

³⁶ Os estrangeiros encontravam-se ainda entre os proprietários das poucas fábricas existentes e de oficinas. Guabiraba (1989, p. 54) menciona, em 1862, entre as fábricas de sabão, seleiros, charutos e chapéus, 2 brasileiras e 2 estrangeiras; entre as oficinas de alfaiate, sapateiro, ourives, relojoeiro e funileiro. 70 brasileiras e 6 estrangeiras.

Hughes (“a princípio sócio de José Smith de Vasconcelos”). Segundo esse autor, “ao findar a década de 1860, Fortaleza contava com nada menos de quinze casas estrangeiras, afora as de origem portuguesa com tendência à nacionalização e radicação à terra” (SOUZA, 1968, p. 14).³⁷ Considerando-se esse número apontado por Souza (1968) e aquele indicado por Guabiraba (1989) para o começo da mesma década, ou seja, 19 casas entre “escritórios de negociantes” e “armazéns” – conforme a Tabela 16 –, podemos deduzir que algumas das firmas estabelecidas vieram a desaparecer.

Tabela 16 – Fortaleza: estabelecimentos comerciais no ano de 1862

ESTABELECIMENTOS	NACIONALIDADE DOS PROPRIETÁRIOS		TOTAL
	ESTRANGEIROS	BRASILEIROS	
Escritórios de negociantes	7	5	12
Armazéns	12	4	16
Lojas de fazendas	15	38	53
Casas de roupas e calçados	5	6	11
Tabernas	24	49	73
Quitandas	6	87	93
Boticas	1	3	4
Açougues	6	9	15
Total	76	201	277

Fonte: Guabiraba (1989, p. 54).

³⁷ Segundo Girão (1947, p. 323-324), “Este Smith de Vasconcelos, posteriormente Barão de Vasconcelos, mantinha em suas casas comerciais o que havia de mais em moda no tocante a tecidos superiores, artigo de armarinho, objetos de luxo, porcelanas, cristais, tapetes, tudo importado diretamente e, por isso, vendido a preços cômodos”. É curioso notar que o comerciante J. U. Graff, nessa fase do surto do algodão dos anos sessenta, atuava também na província vizinha do Rio Grande do Norte, igualmente grande produtora da fibra (CASCUDO, 1980, p. 223). Anúncio da *Casa Graff (J.U.) et Cie.* apareceu no *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, pela primeira vez, no volume referente ao ano de 1865. Foi aí descrita como casa importadora-exportadora, com matriz em Paris e filiais no Rio Grande do Norte e Ceará.

O aumento do número de comerciantes na praça de Fortaleza, na década de 1860, levou à fundação da Associação Comercial do Ceará, em 1866. Nesse processo de fundação, podemos mais uma vez perceber a importância das casas estrangeiras estabelecidas na província: na sua primeira diretoria eleita, o presidente foi Henrique Kalkmann, constando, entre seus três diretores, o comerciante Ricardo Hughes, ambos mencionados acima. Como diz Souza (1968, p. 15), “em tudo, como se verifica, a participação direta do elemento estrangeiro, notadamente de origem britânica, quer através de sua presença pessoal, quer de seus capitais”.³⁸

Interessados em tudo aquilo que beneficiasse a atividade comercial de modo geral e favorecesse a expansão de seus negócios na província, os comerciantes estrangeiros estiveram envolvidos em iniciativas como a criação de bancos (para facilitar o desconto de títulos, as operações de câmbio, etc.), o estabelecimento de estradas de ferro (para o escoamento da produção para os portos litorâneos), e a fundação de companhias de seguros (para garantia das mercadorias transacionadas). É desta forma que se tentou criar o “Banco Comercial”, em 1869 – numa tentativa ainda frustrada –, que se concedeu autorização para formar-se a “Cia. de Seguros União Cearense”, no mesmo ano, com “capitais cearenses e ingleses” (SOUZA, 1968, p. 15), que foi assinado o contrato para a construção da primeira ferrovia da província, em 1870, e até mesmo se cuidou da iluminação pública da capital, efetuada em 1867.³⁹

A “prosperidade” da província, nesse período, que aliás coincide com uma “prosperidade geral do país”, ocorria, portanto, como resultado da maior articulação da economia cearense com o mercado externo, ao mesmo tempo que a promovia. Essa articulação foi garantida pela

³⁸ A Associação Comercial do Ceará funcionaria até o final da década de 1870, voltando a ser organizada somente em 1897. Do decênio de 1870 até 1930, representantes da Casa Boris Frères participaram de sua diretoria apenas duas vezes: nas gestões de 1898 e 1899.

³⁹ Note-se que, no caso específico da Estrada de Ferro do Baturité, entre seus contratantes estava Henrique Brocklehurst, sócio da *Singlehurst & Co.*

estruturação de uma economia primário-exportadora, que estabelecia o lugar ocupado pela atividade produtiva do Ceará no amplo contexto do mercado internacional. Era essa economia, em processo de aprofundamento de sua integração à Divisão Internacional do Trabalho, que os irmãos Boris encontrariam ao se instalar no Brasil.

*Vous savez tous que la nécessité est la mère de l'intelligence,
que l'idée invente et que l'intelligence exécute.
Je me suis fié à mes forces: dans un pays où les sciences
étaient encore dans l'enfance, j'étais certain des mes heureux succès.*

Jean Etienne Seraine, em carta de 1853, transcrita por Glénisson, J.
em *Um emigrante francês no Brasil: Jean Etienne Seraine (1827-1854)*

Paris-Fortaleza: a fundação e o estabelecimento da *Casa Boris Frères*

Estava ainda por findar a primeira metade do século XIX, e o cônsul francês na Bahia, no relatório de 1844, que descrevia as “províncias do norte”, já previa o crescimento do porto de Fortaleza. Argumentava que a posição privilegiada da província, no litoral setentrional do Brasil, a ela destinava um papel de entreposto comercial em relação às províncias vizinhas no comércio de cabotagem, semelhante àquele que o Rio de Janeiro, Salvador e Recife desempenhavam no litoral leste.

A partir de tal previsão e lamentando a ausência de embarcações francesas nesse porto, dizia:

Eu não duvido que se um pequeno carregamento bem sortido de vinhos, farinhas e manteiga, tecidos de bom preço como “indiennes” e “mousselines” suíças, couros trabalhados, “quin-cailleries” e algumas sedas, saísse de um de nossos portos com destino à Fortaleza, sua venda proporcionaria um benefício assegurado; eu apontaria, entretanto, a condição de que a embarcação retornasse diretamente à França, carregada de couros e de algodão, sem fazer escalas em outros portos cujas taxas absorveriam todos os benefícios comerciais conseguidos.

Em 1859, informações consulares que chegavam à França insistiam no mesmo ponto. Nesse ano, era o cônsul de Pernambuco que também chamava a atenção do Ministro das Relações Exteriores da França para o “futuro comercial promissor” da província do Ceará.

Segundo esse cônsul, havia então sete casas comerciais que recebiam mercadorias diretamente da Inglaterra, enquanto que apenas uma recebia diretamente as mercadorias francesas. Nesse sentido, ele considerava que “seria conveniente que se estabelecessem casas francesas [nessa província], sobretudo porque as mercadorias vindas das fábricas [da França] eram aí muito procuradas e podiam ser vendidas em média à razão de 1.000 réis por um franco (preço do varejo em Paris)”.

A inexistência de casas comerciais francesas no Ceará, portanto, não significava que as mercadorias vindas da França não chegavam à província. As mercadorias com essa origem passaram a chegar regularmente ao Ceará, a partir dos anos de 1850, e vieram a ocupar o segundo lugar na pauta das importações pelos portos da província, no decorrer do século. Da mesma forma, produtos cearenses com destino àquele país transitavam pelos mesmos portos.

Podemos falar em “presença francesa” no Ceará, na primeira metade do século XIX, efetivamente, com a vinda de alguns trabalhadores e “técnicos” contratados para serviços públicos. Sobre esses últimos, diz Glénisson (1961, p. 447-448):

A política de recrutamento de técnicos estrangeiros, cujo exemplo fora dado pela administração real, depois imperial, estendeu-se pouco a pouco por todo o país. E, à medida que tomam o poder as gerações educadas à maneira europeia – quando não o eram na própria Europa – tornam-se cada vez mais frequentes os apelos oficiais das administrações locais a estrangeiros, contratados graças à intervenção de agentes diplomáticos brasileiros na Europa ou recrutados aqui mesmo.

No Ceará, a primeira experiência nesse sentido parece ter ocorrido em 1834, quando Jean Etienne Seraine – o personagem ao qual Glénisson dedicou seu artigo – chegou à província para dirigir trabalhos

públicos, vindo do Rio de Janeiro, a convite do presidente da província, José Martiniano de Alencar, o mesmo que tentara trazer, para a província, trabalhadores portugueses para a lavoura.

Dois anos mais tarde, Alencar conseguiu autorização da Assembleia Provincial para “engajar em St. Cloud, na França, 50 trabalhadores adestrados no preparo de estradas, para serem empregados nas obras públicas da província” (GIRÃO, 1947, p. 295).¹

A sorte desses primeiros imigrantes franceses no Ceará, como trabalhadores assalariados dependentes de verbas oficiais, parece ter sido comprometida pelas rivalidades políticas existentes na província. Felizardo de Souza e Melo, que sucedeu Alencar, desfez a iniciativa de seu antecessor, alegando falta de matéria-prima e rendas públicas suficientes para pagar aos trabalhadores e encetar as obras. Dirigindo-se à Assembleia Provincial em 1838, disse ele:

[...] por isso tratei de, sem ferir a fé e crédito da Província, desfazer-me de tão inúteis artifícios, e consegui que os sete últimos consentissem na rescisão do contrato com a condição única de serem transportados até o Rio de Janeiro [...] Entre os que ficaram há um inteiramente inútil: para que poderá servir no Ceará um arquiteto de edifícios? A nossa província não abunda em capitais; a riqueza mais acumulada se acha nos sertões. Na capital o comércio é fraco e só pequenos capitalistas existem [...] Em vossa sabedoria deparareis maneira de, guardando-se o decoro que nos é devido, eliminar despesa tão desnecessária (*apud* GIRÃO, 1947, 296-297).

Como resultado dessas rivalidades, o próprio Jean Etienne Seraine, após dirigir por cinco anos as obras públicas no Ceará, foi obrigado a

¹ Segundo Girão (1947), chegaram a Fortaleza em 1838, com escala pelo Recife: 4 pedreiros; 2 carpinteiros de obras grossas; 1 de carros; 1 ferreiro; 1 arquiteto; 1 serralheiro; 2 marceneiros; 2 cavoqueiros e dois canteiros. “O engajamento seria por seis anos, vencendo cada engajado a remuneração marcada em tabela ou o que se ajustasse, descontada a décima parte para a despesa feita pelo governo com a sua passagem e a de sua família, se a tivesse”. Cf. ainda Studart (1918; 1919; 1920; 1922).

abandonar a província dirigindo-se a São Luís do Maranhão, onde chegou em 1845; desempenhou as mesmas funções e se radicou, chegando a receber a patente de Tenente-Coronel honorário do Exército Brasileiro.²

Com relação à emigração francesa para o Brasil, e aos poucos trabalhos a ela dedicados, é interessante observar que, dentre a documentação consultada, há menção a uma leva de 300 emigrantes que saíram da França com destino ao Brasil em 1876, via Estados Unidos. Desses, 200 foram expedidos de Nova York, por agentes consulares brasileiros, com destino à colônia “Benevides”, próxima a Belém do Pará.

O cônsul em Pernambuco, chamando a atenção para o fato de que nenhum desses emigrantes era agricultor, apontava a “profunda situação de miséria” em que se encontravam aqueles que não conseguiram ser enviados para o sul do Império ou repatriados, como exigiam.³ Para o cônsul, havia uma contradição entre “as belas promessas não cumpridas feitas no engajamento [desses emigrantes]” e o discurso dos promotores da imigração de “obter pela introdução do elemento estrangeiro uma transformação ou melhoramento da raça existente [*sic*]”. Na visão do cônsul, a imigração italiana e a alemã tinham sucesso porque ocorriam em regiões temperadas, de maior densidade populacional e onde já existiam núcleos de imigrantes. Apontava a necessidade urgente de proibir a emigração na França, com destino ao Brasil, nas condições em que vinha ocorrendo.⁴

² Cf. Glénisson (1961, p. 458-468). Em carta de 1853, transcrita pelo autor, Seraine assim descreve suas obras na província do Ceará: “Eu aí fiz grandes obras. Na cidade [de Fortaleza] faltava água: meus primeiros trabalhos foram várias fontes públicas, para uma das quais foi necessário fazer uma grande bacia, um aqueduto e ir buscar a água a uma légua de distância da cidade. Eu também abri muitas estradas através do mato; fiz 8 pontes; edifiquei uma construção de 130 *pieds carré* com um pátio central, para a Tesouraria provincial e para a inspeção do algodão; uma prisão em Maranguape e diversos outros trabalhos, durante os cinco anos de minha administração”.

³ O viajante francês Alfred Marc, em sua passagem pela província do Pará, no final da década de 1880, registrou a presença de remanescentes desse grupo de imigrantes franceses da Colônia Benevides.

⁴ O cônsul mencionava ainda a entrada de franceses no Rio Grande do Sul, por intermédio de um agente consular em Paris, os quais teriam subido a costa brasileira até Pernambuco, em busca de repatriamento. As descrições feitas pelo cônsul parecem

O que nos parece evidente é o fato de que os “movimentos” emigratórios franceses para o Brasil, no século XIX – se assim podemos chamá-los – tendiam a apresentar problemas específicos. Por outro lado, ao serem constituídos quase exclusivamente de trabalhadores não agrícolas, esses “movimentos” fugiam ao objetivo último da emigração, nesse período, que era o abastecimento de braços para a lavoura cafeeira. Por outro lado, e conforme vimos, a França não era um país “exportador de braços”.

Aqueles imigrantes franceses que vinham especificamente na condição de “técnicos”, contratados por governos provinciais, constituíam casos privilegiados.

Com relação à província do Ceará, observamos que eles voltaram a ser contratados. Encontramos menção ao “engenheiro” Bertrand Berthot, formado pela École Centrale des Arts et Manufactures, que assinou contrato com o governo provincial para a construção de estradas que “[pussem] em comunicação com Fortaleza os distritos mais produtivos” e para outras obras públicas, como o melhoramento do porto. No ano de 1859, é ele uma das fontes de informação do cônsul de Pernambuco para a elaboração de minucioso relatório sobre a província do Ceará, enviado ao Ministro.

Tratando-se da imigração francesa no Brasil, portanto, algumas distinções devem ser feitas. A primeira é entre os trabalhadores que aqui vieram tentar a sorte, sem garantias prévias de trabalho, e os que vieram com algum tipo de formação intelectual e requeridos para missão específica.

A segunda distinção refere-se aos comerciantes franceses, mas especialmente àqueles que conseguiram estabelecer no Brasil casas comerciais de importação-exportação, estreitamente ligadas a matrizes existentes na França. É aí que vamos encontrar a Casa Boris, assinalando em definitivo a “presença” francesa na província do Ceará.

Qual sua origem?

indicar que os casos por ele narrados enquadravam-se ainda numa primeira fase da imigração no Brasil, caracterizada pelas iniciativas privadas de contratação de trabalhadores estrangeiros. Cf., a respeito do tema da imigração, entre outros, Beiguelman (1978) e Costa (1985).

A procedência dos comerciantes Boris está ligada à cidade de Chambrey, na região da Alsácia-Lorena, na fronteira com a atual Alemanha. É lá que vamos encontrar Moyse Abraham, nascido em Cernay, em 1734, negociante, mercador de cavalos em Chambrey. Um de seus netos foi Isaac Boris, nascido nesta última cidade em 1789, nela tendo sido Conselheiro Municipal e também mercador de animais.⁵ De seus cinco filhos, foi Joseph Boris quem parece ter originado a prole mais numerosa, entre a qual estavam aqueles que emigraram para o Brasil e deram origem à *Boris Frères* do Ceará.⁶

Abordando o tema da emigração francesa, Armengaud considera que, embora as fontes para seu estudo sejam “incertas, incompletas, discordantes e dispersas” (ARMENGAUD, 1976, p. 207), alguns fatos não deixam dúvidas.⁷ Um deles é o de que a motivação mais frequente para a emigração no século XIX foi aquela de ordem econômica, ou seja, “miséria, más colheitas, falta de trabalho e impossibilidade de se estabelecer”. Considerando-se que os Boris estavam ligados ao comércio e não à agricultura, teria sido desta última ordem a motivação que os levou a emigrarem?

Foram os dois filhos mais velhos de Joseph Boris os primeiros a chegarem ao Brasil. Em 1865, então com 22 anos, Alphonse teria desembarcado em Fortaleza, vindo de navio do Rio de Janeiro. Em 1867, teria chegado Théodore – o primogênito, com 26 anos –, que, desem-

⁵ Observa-se que é por volta da Revolução Francesa que o nome BORIS aparece na árvore genealógica elaborada por Bertrand Boris. Os judeus não possuíam nome de família, anteriormente à citada revolução, uma vez que não eram considerados cidadãos. A possibilidade de cidadania permitiu-lhes a escolha de um nome, tendo, então, aí surgido, provavelmente, o nome BORIS.

⁶ Joseph Boris teve os seguintes filhos e filhas, todos nascidos em Chambrey, salvo uma: Théodore, nascido em 1841; Alphonse, em 1843; Julie, em 1845; Isaie, em 1846; Émile, gêmeo de Isaie; Clementine, em 1849; Achille, em 1852; Adrien, gêmeo de Achille; Emma, em 1854; Adeline, em 1861, nascida em Shalbach.

⁷ Segundo Armengaud (1976, p. 207-209): “[...] a emigração francesa seria não um fenômeno de massa, mas uma totalização de casos individuais, donde resulta a dificuldade de seu estudo [...] mas, quaisquer que sejam as incertezas, em todo o caso é certo que a emigração não tomou jamais uma importância comparável àquela da emigração”

barcando em Recife, fez o caminho por terra até a província do Ceará.⁸ A primitiva Casa Comercial – *Théodore Boris & Frères* – teria então sido fundada dois anos depois, em 1869. “Esta primeira firma, cujo arquivo infelizmente não foi conservado, parece ter comercializado unicamente com manufaturados comprados na praça ou nos estados [*sic*] vizinhos” (UMA CASA CHAMADA BORIS, [1969?], p. 1)⁹

Foto 1 – O comerciante Théodore Boris
(Chambre, 1841 Paris, 1933)



Fonte: *Uma casa chamada Boris*.

⁸ Nos *Archives Nationales*, série F12, carton 8527, nominado “Dossier Boris”, no documento intitulado “Theodore Boris”, consta que o mesmo nasceu em 1841 – o que é confirmado pela árvore genealógica – teria “partido com a idade de 17 anos para o Brasil, onde ele viajou primeiro por conta de terceiros e depois por sua própria conta”. Segundo esse documento, portanto, ele aqui teria chegado em 1858. Teria Théodore precedido a seu irmão Alphonse? Teria ele permanecido 9 anos em Recife, ou outras cidades? São questões para as quais não temos resposta definitiva. Segundo Denise Dreyfus, descendente de Moïse Marc Jacob, primo dos Boris e também comerciante no Brasil, Théodore teria sido enviado ao Brasil em 1860.

⁹ *Uma casa chamada Boris*, p. 1.

Foto 2 – O comerciante Alphonse Boris
(Chambrey, 1843/Paris, 1898)



Fonte: *Uma casa chamada Boris*.

Cabe aqui uma pequena observação ainda sobre a questão dos emigrantes da França. Encontramos em dois autores, dedicados ao problema do comércio e dos comerciantes, menção a uma certa “indisponibilidade” que os franceses teriam para tentar a sorte em outros países.

Para Levasseur (1912, p. 354-355), “não apenas a população não se [desenvolvia] na França, mas também ela se [deslocava] pouco para ir temporariamente ao estrangeiro fazer negócios ou lá se fixar e deitar raízes”. Ligado a esse problema, segundo o próprio autor, desenvolveram-se “as sociedades que se formaram para encorajar as viagens e as colocações [de franceses] no estrangeiro”. Na visão de Levasseur (1912, p. 354-355), a França

poderia e deveria ser representada, senão por grandes batalhões da classe operária, a qual [obtinha] o suficiente para viver no seu próprio solo, pelo menos por engenheiros, empresários, mercadores, sobretudo mercadores, ao invés de sê-lo por via-

jantes-comerciais que [passavam] sem imprimir no país [que os acolhia] um traço durável ou por representantes que [serviam] mal ou que mesmo [desserviam] aos interesses franceses.

Guyot (1909), apontando para a necessidade de que os jovens se dedicassem mais ao comércio e às viagens que pudessem desenvolvê-lo, afirmava, em 1909, que (não havia na França) os costumes de um tipo de família que Le Play chamava “*la famille souche*” [a família como um tronco original, enraizado]: aquela que ficava organizada em torno do filho mais velho, enquanto os filhos mais novos, com o apoio da família, emigravam através do mundo” (GUYOT, 1909, p. 429). Teriam os Boris constituído exceção a uma regra, talvez por contingências alheias a sua vontade?

Após a Guerra Franco-Prussiana – cujo término foi selado pelo Tratado de Francfort em 1871 –. Théodore e Alphonse Boris retornaram à França. Em Paris, a família iria fixar-se e dar origem à casa matriz – processo que analisaremos mais adiante. Dessa forma, na primeira e curta passagem dos Boris pelo Ceará, o objetivo primeiro era, provavelmente, não o estabelecimento de uma casa comercial, mas um conhecimento prévio da região, o que equivale a dizer, a observação de sua potencialidade para o comércio. Os negócios desenvolvidos no Ceará, nessa primeira etapa, não chegaram a implicar na montagem da estrutura de uma casa comercial. Isto é tanto mais verdadeiro quando se observa que a partida para a França parece ter levado ao desaparecimento da primeira atividade comercial na província.

Uma vez fundada a casa matriz em Paris, em 1872, Théodore voltou a Fortaleza, acompanhado de Adrien – o mais novo dos sete filhos homens de Joseph Boris –, tendo sido seguidos, meses depois, por Achille – o sexto na linha de sucessão masculina – e estabeleceram a casa filial, “na rua da Palma, no centro comercial desta cidade” (UMA CASA CHAMADA BORIS, [1969?], p. 1).

É bastante provável que a eclosão da Guerra Franco-Prussiana tenha determinado a partida da família Boris da região da Alsácia-Lorena em direção a Paris – ou confirmado uma escolha anteriormente feita – e de lá para a América. Segundo Armengaud, em meio a diferentes interpretações sobre as causas e as tendências do movimento emigratório

francês, em suas diferentes fases no decorrer do século XIX, é certo que essa guerra provocou um aumento no número de emigrantes da região citada, fulcro das rivalidades.¹⁰

É interessante observar que, de acordo com o depoimento de Daniel Lévy, Achille Boris teria partido da Alsácia-Lorena com destino ao Brasil devido à anexação daquela região pela Alemanha. Por seu turno, Barroso (1973, p. 18), que teve acesso ao diário de viagem de Achille, diz que este “ao deixar seu navio, o porto de Dieppe [...] mergulha em suas tristes meditações de francês que não se conforma em emigrar, e por isso não perdoa a Napoleão terceiro”.

Foto 3 – O comerciante Isaie Boris
(Chambrey, 1846/Versailles, 1918)



Fonte: *Uma casa chamada Boris*.

¹⁰ Armengaud (1976, p. 208): “Depois de 1870, a emigração será novamente acrescida, em razão das facilidades novas de transporte geradas pela navegação a vapor e também em seguida da guerra franco-alemã [...]”. Uma das consequências dessa guerra foi a anexação da Alsácia-Lorena pela Alemanha, firmada no Tratado de Francfort. Essa região voltaria ao domínio francês pelo Tratado de Versailles, ao final da Primeira Grande Guerra.

A relação entre a região francesa citada e a América é colocada por Armengaud (1976, p. 207) ao dizer:

É certo também que as diferentes regiões da França não forneceram proporções comparáveis de emigrantes. Existia, de fato, em tal região, ou mesmo em tal cantão ou tal localidade, tradições de emigração para uma ou várias destinações bem determinadas, e os diversos países de acolhida não recrutavam nas mesmas partes da França. Os emigrantes com destino ao Novo Mundo partiam sobretudo do país basco, dos Alpes, da Alsácia e da Lorena.

Com efeito, enquanto Théodore e Alphonse Boris dirigiram-se à América do Sul, os irmãos mais novos Emile e Raphael emigraram para os Estados Unidos e lá se radicaram.¹¹ Talvez tivessem estabelecido nesse país uma casa comercial. Deve-se observar que muitos negociantes-comissários de Paris criaram casas matrizes na França, com filiais em mais de um país. Além disso, Joseph Boris, um dos filhos de Emile, participou da direção da casa comercial de Fortaleza – com os primos – por algumas décadas, tendo chegado ao Ceará em 1910. Entretanto, e conforme veremos adiante, a casa matriz de Paris foi fundada tendo por filial apenas a casa Boris de Fortaleza.

O encarregado de missões comerciais no Brasil, Charles Wiener, em relatório de 1896, no qual analisava a situação do grupo de imigrantes franceses no estado de São Paulo, subdividia esses imigrantes em quatro subgrupos, de acordo com sua origem. Um deles era aquele constituído “pelos emigrados da Alsácia-Lorena, os quais dominavam o alto comércio francês no estado”.¹²

¹¹ Segundo os dados da árvore genealógica, Émile deixou 3 filhos ao falecerem Nova York: Adrien, Joseph e Alphonse, todos nascidos na mesma cidade. Seu irmão Raphael faleceu em Boston.

¹² Carta de Charles Wiener, datada de 11 de março de 1896, dirigida ao ministro dos Negócios Estrangeiros. Para Wiener, os outros subgrupos seriam: os estabelecidos há longos anos no Brasil (artesãos, capitalistas e proprietários que “se tornaram brasileiros”); os novos imigrantes que tentavam fazer fortuna como empregados,

Embora esse relatório diga respeito a uma situação diagnosticada no final do século XIX, portanto décadas depois da chegada dos Boris ao Brasil, e a um estado da região Sudeste, é provável que ele retrate uma especificidade daqueles imigrantes franceses no Brasil, oriundos da Alsácia-Lorena.

Essa região, situada no nordeste da França, constituiu, a partir dos decênios de 1860 e 1870, um dos polos do crescimento industrial francês, sendo, portanto, uma de suas regiões mais ricas. Provavelmente, aqueles que lá se dedicavam ao comércio, tendo nele acumulado algum capital, foram os mesmos que optaram pela emigração e vieram estabelecer casas comerciais no Novo Mundo, ligadas a matrizes parisienses. Essa disponibilidade de um capital para tal empreendimento e a experiência comercial devem ter constituído pelo menos uma das origens do estabelecimento das casas comerciais francesas que atuaram no Brasil como atacadistas, nos negócios da importação-exportação.¹³

Ainda que não possamos afirmar com segurança que famílias, como a Boris, possuísem previamente na França um capital acumulado a ser investido, é certo que as condições de uma província brasileira nordestina, por volta de meados do século, como o Ceará, acenavam-lhes com a possibilidade de progredir comercialmente e multiplicar um capital inicial. Lembremos aqui a expansão da agricultura para exportação, sobretudo da cotonicultura, na década 1860-1870, e seu efeito dinamizador sobre a economia. Assim, esse tipo de imigrante francês no Brasil, quando comparado aos “técnicos” que aqui vieram igualmente se estabelecer, denotaria uma vantagem dos primeiros sobre esses últimos: a aliança de certa formação intelectual com um pecúlio pessoal ou familiar.

artesãos e engenheiros e que “constituíam quase a metade da população francesa existente” e, finalmente, os “épaves” [marginalizados] de outras colônias francesas da América do Sul.

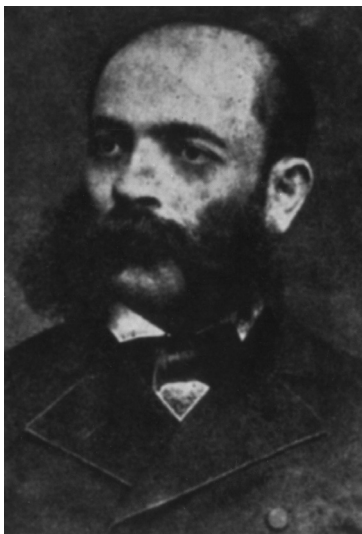
¹³ É interessante observar que, na província do Ceará, na segunda metade do século XIX, atuaram outras casas comerciais de importação-exportação paralelamente à Casa *Boris Frères*, cujos proprietários eram igualmente oriundos da região da Alsácia-Lorena.

Foto 4 – O comerciante Achille Boris (Chambrey, 1852 / Paris, 1923)



Fonte: *Uma casa chamada Boris.*

Foto 5 – O comerciante Adrien Boris (Chambrey, 1852/Fortaleza, 1889)



Fonte: *Uma casa chamada Boris.*

As observações feitas por agentes consulares apontavam para as possibilidades que se abriam para quem estabelecesse uma casa comercial francesa na província do Ceará. Não é de todo improvável que os Boris tenham tido acesso a algum tipo de informação a respeito das potencialidades do Brasil como mercado para os produtos franceses. Tais informações eram copiosamente produzidas por todo o corpo consular e divulgavam-se na França por diferentes canais.¹⁴

Um desses canais era, por exemplo, o *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, que constituía uma publicação de referência para os negociantes em geral. Nesse almanaque, a província do Ceará aparece pela primeira vez em 1851, com uma breve notícia, que volta a aparecer em 1858, cujo texto apontava “a colheita e o comércio de borracha [como sendo] a riqueza principal” (ANNUAIRE-ALMANACH DIDOT-BOTTIN, 1858, p. 2210).¹⁵

A origem legal da casa matriz *Boris Frères* encontra-se no ano de 1872, mais precisamente em 14 de fevereiro, quando os irmãos Isaie, Théodore e Alphonse Boris, então em Paris, elaboraram a ata de fundação da sociedade que se formava, para a criação da casa comercial.¹⁶ Pela sua importância para o nosso trabalho e pelos elementos que contém, transcrevemo-la abaixo na sua íntegra:

¹⁴ Na documentação e bibliografia consultadas, não há menções claras e seguras sobre o que teria, de fato, levado os Boris a escolherem, no Novo Mundo, o Brasil, para investirem comercialmente.

¹⁵ ANNUAIRE-ALMANACH DIDOT-BOTTIN, 1858. Nesse volume, na parte referente ao Brasil, constam ainda informações sobre as seguintes províncias e cidades: Rio de Janeiro; Alagoas; Bahia; Maranhão; Mato Grosso; Rio Grande do Norte; Nova-Friburgo; Ouro Preto; Piauí; Pará; Paraíba; Pernambuco; Porto Alegre; Rio Grande; São Paulo; Santa Catarina; Santos; Sergipe; Vitória e Goiás. As informações relativas ao Brasil passaram a ser cada vez mais detalhadas nesse Anuário. Embora, a princípio, essas informações tenham sido imprecisas, incorretas e confusas, foram paulatinamente sendo aprimoradas.

¹⁶ Esse documento foi feito Paris “sous seing-privé”, isto é, entre os irmãos e sem a presença de um notário. Seu registro final no Tribunal de Commerce data de 21 de fevereiro do mesmo ano, tendo Isaie Boris assinado esse registro em nome dos três irmãos (AOP). Deve ser observado que esse registro foi regido pela lei de 1867, no contexto da expansão da atividade industrial e comercial da França a partir dos anos 50-60.

Entre os abaixo-assinados

[O] Senhor Théodore Boris, negociante, residindo atualmente em Paris, rua d'Hauteville 55 e Senhor Alphonse Boris, seu irmão, residindo igualmente em Paris, rua d'Hauteville 55 e [O] Senhor Isaie Boris, irmão, igualmente representante do comércio e residindo também atualmente em Paris, rua d'Hauteville 55.

Foi estabelecido o que segue:

Artigo 1 – Os abaixo-assinados constituem uma sociedade em nome coletivo sob a razão social Boris Frères, tendo por objeto de exploração um comércio de comissão exportação-importação.

Artigo 2 – Os três sócios se reservam de comum acordo a possibilidade de, ocasionalmente, acrescentar à sociedade um comércio de qualquer outra espécie.

Artigo 3 – A dita sociedade é formada para uma duração de dez anos consecutivos que começaram em primeiro de janeiro de mil oitocentos e setenta e dois para terminar em trinta e um de dezembro de mil oitocentos e oitenta e um.

Artigo 4 – A sociedade terá sua sede social na rua d'Hauteville 55 e uma sucursal será estabelecida no Ceará, no nordeste do Brasil, a qual será gerida por um dos sócios.

Artigo 5 – A razão social será Théodore Boris, Alphonse Boris e Isaie Boris e todos os três terão a gerência e a assinatura social Boris Frères, mas nenhum deles poderá fazer uso disso a não ser para o benefício da sociedade, sob pena de nulidade, contra terceiros, e sob pena de pagamento do débito para aquele que contrariar esta estipulação, assim como de dissolução imediata da sociedade.

Artigo 6 – O capital social é fixado em trezentos mil francos dos quais cento e vinte e cinco mil francos foram depositados, sendo sessenta e dois mil e quinhentos francos por Théodore Boris e sessenta e dois mil e quinhentos francos por Alphonse Boris, e o restante será depositado por cada um dos três sócios à medi-

da das necessidades da sociedade, estando bem entendido que os sessenta e dois mil e quinhentos depositados por Théodore Boris e os sessenta e dois mil e quinhentos por Alphonse Boris continuam sendo sua propriedade pessoal e serão depositados em suas contas pessoais no registro da sociedade e que a dita soma de cento e vinte e cinco mil francos pertencente a Théodore Boris e a Alphonse Boris lhes produzirá cinco por cento de interesse ao ano.

Artigo 7 — Os abaixo-assinados terão cada um o direito de administrar e de gerir os negócios da sociedade e se comprometerão a empregar todos os seus zelos para a prosperidade da casa, ficando interditados, em consequência, de fazer qualquer outro comércio a não ser em prol da sociedade.

Artigo 8 — Cada um dos sócios terá o direito, para suas necessidades pessoais, de tirar antecipadamente dois mil francos por ano da caixa social, essa quantia poderá ser percebida em parcelas mensais até completar esta soma e será incluída nas despesas gerais da sociedade.

Artigo 9 — Será feito a cada ano um inventário exato e verdadeiro da situação comercial da sociedade, os benefícios e as perdas resultantes da consideração dos inventários serão levados, na proporção de um terço, à conta de cada um dos três sócios e nenhum deles poderá tirar mais de vinte e cinco por cento desses benefícios.

Artigo 10 — Os créditos tidos como desfavoráveis serão passados para a conta dos maus devedores e figurarão no inventário apenas por um franco, os benefícios líquidos, deduzidos os interesses pagos e todas as despesas gerais, pertencerão, na proporção de um terço, a cada um dos associados, e as perdas serão consideradas na mesma proporção.

Artigo 11 — Se um dos sócios vier a falecer antes do fim da duração da sociedade, exclusivamente os cálculos feitos quando do último inventário serão a lei comum para o pagamento dos direitos do sócio falecido, isto a título de “forfait” [quantia fixada antecipadamente] sem nenhuma repetição, seja ativamente, seja passivamente; com relação às operações feitas desde o último inventário até o dia do falecimento, [o pagamento dos direitos

do sócio falecido] será feito à razão das entradas que se efetuarem dos créditos desfavoráveis, ou seja, daquelas que consideradas como favoráveis tornaram-se ulteriormente desfavoráveis, em virtude do que todos os resultados ativos e passivos restarão para os lucros ou riscos da sociedade; os sócios sobreviventes reembolsarão como segue os direitos do falecido: a metade um ano depois do falecimento, a outra metade um ano mais tarde, sem que os sobreviventes sejam obrigados a dar caução e sem ter nenhuma taxa de interesse a pagar aos herdeiros.

Artigo 12 – Se o inventário apresentar uma perda de cinquenta mil francos, cada um dos sócios estará comprometido em reconstituir esta perda ou exigir a dissolução da sociedade.¹⁷

Foto 6 – O comerciante Adrien Seligman
(SAVERNE, 1877?)



Fonte: *Uma casa chamada Boris*.

¹⁷ A ata da fundação está assinada pelos três irmãos.

Foto 7 – O comerciante Joseph Boris
(Nova York, 1889/Fortaleza, 1956)



Fonte: *Uma casa chamada Boris*.

Foto 8 – *Boris Frères*-matriz. Ao alto, vista frontal do prédio onde se localizou o escritório da empresa, entre as décadas de 1880 e 1940. Embaixo, detalhe de uma das entradas do prédio – Rue de la Victoire, 65, Paris



Fonte: Arquivos da autora.

Em relação a essa ata de fundação, deve-se observar inicialmente que, tanto Théodore quanto Alphonse, apresentam-se como “negociantes” ou “representantes do comércio”, atividade essa cuja família devia dedicar-se há algumas gerações.

Apresentam-se, ainda, como residentes em Paris, não nos sendo possível determinar exatamente quando teria ocorrido a partida da região da Alsácia-Lorena em direção à capital francesa, nem seus reais motivos. Certo é, entretanto, que a ida para Paris inseriu-se no contexto de um aumento contínuo da população urbana, mas sobretudo da capital, a partir de meados do século.

Devemos lembrar aqui que a atividade comercial nos centros urbanos não somente crescia, mas passava ainda por transformações, entre as quais estava a importância crescente dos “comissionaires en marchandises”. Se, por um lado, não podemos determinar exatamente a que tipo de comércio os Boris se dedicavam antes da fundação da sociedade, por outro lado, não resta dúvida que passaram a atuar no “comércio de comissão exportação-importação” quando foi estabelecida a casa comercial em Paris.¹⁸

É interessante observar que esta foi estabelecida no mesmo “quartier du Santier” – à rue d’Hauteville – citado por Léon, ao examinar a figura dos comissários de mercadorias, que se concentraram sobretudo na capital francesa.

Guyot (1909, p. 226-232), em sua obra sobre a atividade comercial e os agentes do comércio na França, diz a respeito do “comissionaire”:

O código de comércio diz no seu artigo 49: o comissário é aquele que age em seu próprio nome ou sob um nome social, pela conta de um “commettant” [aquele que confia a outro o cuidado de seus interesses].

Os direitos e deveres do comissário que age em nome de um “commettant” são determinados pelo Código Civil.

Definiu-se o comissário como aquele que se encarrega do contrato de comissão. Toda pessoa que pode fazer um ato de comércio pode receber e dar uma comissão. Vale o mesmo para a sociedade anônima.

¹⁸ Essa atividade, tal como aparece na ata, embora englobasse tanto a exportação quanto a importação, priorizava a primeira em detrimento da segunda.

A comissão é um contrato pelo qual o comissário se compromete com o “commettant” a efetuar para este, seja em seu próprio nome ou em nome do “commettant”, um ou vários atos de comércio.

Uma das características que distinguem a comissão de outras relações análogas é que ela é sempre dada por atos especialmente determinados.

O comércio de exportação é também chamado de grande comércio. Ele compreende: 1º – os exportadores; 2º – os negociantes-exportadores; 3º – os industriais exportadores [...]

1º – Os exportadores têm casas de venda em diversos países. São bem informados sob o ponto de vista das vendas e das compras que eles podem fazer nesses países.

2º – Os negociantes-exportadores, estes são os comissários.

3º – Os industriais negociantes vendem diretamente ao comércio de países estrangeiros.

4º – Negociantes e fabricantes, que não são organizados para vender no estrangeiro, para lá expedem seus produtos por intermédio dos exportadores e dos negociantes-exportadores, ou diretamente aos estrangeiros que vão à França comprar diretamente. [...]

Os comissários se distinguem em comissários em tal ou tal artigo e em comissários de mercadorias. [...]

O comissário em mercadorias trata da venda e da compra, em comissão de todos os artigos, nacionais ou estrangeiros, sem nenhuma exceção.

Nesta categoria entram, na França, os negociantes-exportadores que fazem negócios de importação e exportação.

Habitualmente, o comissário trata em seu nome; ele é, nesse caso, o único credor e o único devedor com relação a terceiros. [...]

Ele pode receber mercadorias em depósito ou em consignação e fazer adiantamentos ao “commettant” ou autorizá-lo a emitir letras de câmbio, sobre ele. [...]

A especialidade do negociante-exportador é conhecer os recursos e as necessidades de diversos países e neles procurar as necessidades latentes.

Considerando-se a conceituação elaborada por Guyot (1909), da figura do “comissário” na atividade comercial francesa, sobretudo na segunda metade do século XIX, observa-se que este podia caracterizar-se especificamente como “comissário em mercadorias”. No caso da *Boris Frères*, a ata de fundação menciona, em seu artigo 1o, um “comércio de comissão exportação-importação”, reservando-se para o artigo 2o a observação de que os três sócios poderiam ocasionalmente fazer um “comércio de qualquer outra espécie”.

No *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, anúncios da casa aparecem pela primeira vez em 1873 e neles os Boris Frères são caracterizados como “comissários em mercadorias”, caracterização essa que se manteria, nessa obra, até a década de 1940. Já em documentação existente nos *Archives Nationales*, apresentam-se os Boris Frères como “comissários em artigos de Paris”. Sua atividade na província do Ceará, entretanto, iria revelá-los como comerciantes de diferentes artigos.

Observe-se que a sociedade tinha duração prefixada em dez anos consecutivos. Infelizmente, nos *Archives Départementales de Paris*, que guarda a documentação referente ao *Tribunal de Commerce*, não foi possível localizar qualquer documento posterior à ata de fundação, referente à sociedade. Sabemos, porém, que a mesma permaneceria ainda por muitas décadas, envolvendo os mesmos sócios e seus descendentes.

A ata de fundação revela algumas particularidades referentes a Théodore e Alphonse, na sociedade comercial então criada. Àqueles que empreenderam a primeira viagem ao Brasil, lançando as bases para o comércio que depois se estabeleceria, coube o fornecimento do capital inicial para o empreendimento, em partes iguais para os dois irmãos. Embora, lamentavelmente, não tenhamos dados que confirmem a hi-

pótese, é possível que esse capital tenha tido origem nos primitivos negócios feitos em Fortaleza, ainda no ano de 1860, ou pelo menos tenha contribuído para o aumento de outro capital preexistente.

A essa particularidade, juntou-se outra, dela decorrente: o direito de Théodore e Alphonse de perceber “cinco por cento de interesse ao ano” sobre o capital inicial, por eles fornecido.

Nota-se que, tanto os possíveis lucros como os possíveis prejuízos da sociedade que então se formava, seriam divididos em partes iguais entre Théodore, Alphonse e Isaie – o irmão que a eles se associava e que constituía o terceiro na linha de sucessão masculina do velho Joseph Boris. Com respeito, especificamente, à distribuição equitativa da responsabilidade pelas dívidas da sociedade, observe-se que ela caracterizava exatamente a chamada *société au nom collectif* forma adotada pela *Boris Frères*, quando de sua fundação, e bastante difundida na França, nessa época.¹⁹

Vimos, no capítulo 1, o grande impulso que tomou o comércio exterior francês nas décadas de 1850 e 1860. A viagem dos Boris em direção ao Novo Mundo, sua volta a Paris e a fundação de uma casa comercial, com filial no Brasil, ocorreu na etapa de uma grande efervescência comercial na França – sobretudo em Paris – e de um impulso para os mercados exteriores.

¹⁹ A propósito da criação e desenvolvimento de sociedades, na França do século XIX, dizem Beltran e Grisot (1988, p. 103): “A *société au nom collectif* agrupava um número de sócios que raramente ultrapassava uma dezena. Estes eram muito frequentemente pertencentes a uma mesma família; eles dirigiam conjuntamente a sociedade e eram responsáveis, de maneira ilimitada, pelas dívidas da empresa. Estas, em caso de falência, deviam ser pagas na sua totalidade, com a fortuna pessoal dos sócios se isso fosse necessário. [...] As *sociétés au nom collectif* representaram, ao longo de todo o século, a forma jurídica mais difundida de criação de sociedade. Elas diziam respeito, na maior parte dos casos, a estabelecimentos de pequeno porte. Entretanto, o exemplo de Lille mostra que, às vezes, o quadro da *société au nom collectif* se adaptava melhor a certas estratégias ambiciosas. Assim, foram criadas, em 1861, a companhia *Parent-Shacken-Caillet* com um capital de 4 milhões de francos e, em 1862, o grande banco regional *Joire et Compagnie*”.

Articulado ao crescimento do comércio Brasil-França, especificamente a partir de 1850, houve um aumento significativo do número de “comissários de mercadorias”, com negócios no mercado brasileiro, por meio da fundação de casas comerciais que eram filiais de matrizes francesas. Em sua grande maioria, a fundação da casa comercial-matriz, na França, precedeu ao estabelecimento de filiais no Brasil.

No caso da *Boris Frères*, embora uma primeira passagem de Théodore e Alphonse pela província do Ceará – passagem essa já marcada pela atividade comercial – tenha ocorrido ainda na década de 1860, podemos considerar que a casa filial em Fortaleza foi realmente estabelecida após a fundação da sociedade e o estabelecimento da matriz em Paris, colocando a *Boris Frères* naquela maioria mencionada acima. É só então que se estabelece a relação que iria caracterizar a atividade da casa e contextualizá-la no processo da expansão comercial francesa para o Brasil: a relação matriz-filial.

A atividade da *Boris Frères* na província do Ceará, ou seja, a atuação dessa casa comercial francesa vista sob o ângulo das relações que a filial estabeleceria com o mercado cearense, constitui o objeto do capítulo que se segue.

*Le commerce d'aujourd'hui n'étant plus qu'une « course au clocher »,
je crois qu'il est inutile que j'insiste sur l'urgence d'une pareille question.
Les premiers arrivés se créeront facilement les relations
qu'il leur serait impossible de trouver plus-tard.*

Os anos 1870: a primeira década de atuação da Casa no mercado cearense

Aos anos de 1860, correspondeu uma fase de expansão econômica alicerçada na agroexportação, como o Ceará até então não conhecera. Sobre essa expansão, foram produzidas notícias, pelos agentes consulares, dirigidas a comerciantes franceses, estimulando-os a estabelecerem casas comerciais na província.

O crescimento da economia cearense nesse período significava, para esses interesses, a possibilidade de atuarem não só no ramo da exportação de matérias-primas para a Europa, mas também no ramo da importação de manufaturados franceses. Com efeito, como decorrência do processo de integração da economia cearense à Divisão Internacional do Trabalho, a riqueza aí gerada potencializava uma parcela da população, ainda que restrita, como mercado consumidor dos artigos franceses, sobretudo aqueles de “luxo”, que tão especialmente os caracterizavam.

Dessa forma, deve ser entendida a opção dos irmãos Boris pela província do Ceará, ou seja, não apenas em termos de área escolhida para a atuação comercial, mas também em termos de “momento” dessa escolha.

Sua opção contrastava, é bom lembrar, com a da grande maioria dos comerciantes franceses que, nesse período, emigraram para o Brasil

com o objetivo de estabelecer casas comerciais. A capital do Império e as cidades de Recife e Salvador foram aquelas para as quais eles se dirigiram preferencialmente, sobretudo a partir dos anos 1850.

Assim, é bastante provável que essa opção feita pelos irmãos Boris, por uma província de menor importância no conjunto do Império – como era o caso do Ceará –, tenha sido determinada ainda pelo fato de que, naquelas províncias brasileiras onde era menor o número de comerciantes estrangeiros, as possibilidades de sucesso e lucro comercial se apresentassem maiores. A inexistência de numerosa concorrência poderia favorecer os recém-chegados ao mercado, numa época em que o Ceará estreitava sua articulação ao comércio internacional.

Pelos dados disponíveis para a pesquisa, torna-se difícil identificar com precisão todas as casas comerciais estrangeiras já existentes na província quando da primeira passagem dos Boris pela cidade de Fortaleza, entre 1865 e 1871. Algo semelhante ocorre com todas aquelas que tenham sido estabelecidas simultaneamente ou após a instalação definitiva da Casa Boris, em 1872. Entretanto, é possível ter-se uma ideia, ainda que aproximada, das principais casas atuantes no Ceará entre 1860 e 1880 e, especialmente no caso daquelas que vieram a ser as mais fortes do mercado – como a própria Boris – é possível acompanhar sua evolução em anos posteriores a 1880.

Entre algumas das mais importantes casas estrangeiras que se instalaram nos anos sessenta e, nesta condição, já comercializavam na província quando a casa Boris foi definitivamente instalada, encontravam-se a *Kalkmann & Cia.*, a *Brunn & Cia.* e a *J. U. Graff & Cia.* Em relação à primeira, estabelecida em Fortaleza, pelo menos desde 1867, comprava couros para exportação. Continuou atuando por toda a década de 1870, tendo mudado sua razão social para *J. Schaepffer & Cia.* em 1874, e manteve os negócios com couros, sendo ainda importadora de farinha de trigo. A *Brunn & Cia.*, também em Fortaleza, era representada no Havre por Theodore Kopp e continuou a existir durante a década de setenta, sendo, talvez, uma casa francesa. A *J. U. Graff & Cia.*, que tinha matriz em Paris e filiais no Rio Grande do Norte e Ceará, parece

ter abandonado seus negócios, nesta última província, ao iniciar-se o decênio de setenta.¹

Eram ainda, provavelmente, casas comerciais estrangeiras, instaladas na década de 1860 e atuantes ainda na de 1870: a *H. Saxer & Cia.*, em Fortaleza, a *Jeanvenand & Cia.*, também na capital e que vendeu “fazendas” ao comerciante F. R. Pimentel de Sobral, em 1875, e a *Scheliplay & Cia.*, que vendeu “espoletas” ao comerciante Cândido Monteiro, de Icó, em 1879.

A Casa Boris não foi a única a instalar-se na província no começo dos anos 1870. Com ela, quatro outras estabeleceram-se: a *Gradvohl Frères*, a *Lévy Frères*, a *Weill & Cia.* e a *Habisreutinger & Cia.* É interessante observar que eram todas pertencentes a comerciantes franceses, oriundos da região da Alsácia-Lorena. Enquadrar-se-iam todos naquela especificidade dos imigrantes franceses no Brasil, oriundos dessa região, conforme vimos anteriormente em relação aos irmãos Boris? Não podemos afirmar.

A *Gradvohl Frères* funcionava em Paris desde 1868, pelo menos no comércio de tecidos, artigos de armarinho e artigos de Paris. Sua única filial foi estabelecida na província do Ceará, inicialmente na cidade de Aracati e, em seguida, em Fortaleza. Em 1873, aparece pela primeira vez no *Annuaire-almanach Didot-Bottin* como casa de “commissionaires en marchandises” com filial naquela província brasileira. No mesmo ano, *Lazare Gradvohl & Cie.* foi mencionado, na correspondência da Casa Boris, como alguém que fazia “bons negócios” em Aracati.²

Se, em relação à *Gradvohl Frères*, não podemos afirmar com segurança se foi instalada antes ou depois da instalação da própria Boris em 1872, no caso das três outras casas comerciais, sabemos que foram

¹ É interessante notar que Graff era vice-cônsul da Alemanha em Natal e vice-cônsul da Suécia e Noruega em Macau, ambas cidades potiguaras. Em que cidade do Ceará estava estabelecida sua filial nesta província? Possivelmente em Aracati, cidade próxima e comercialmente muito ligada ao litoral do Rio Grande do Norte. Segundo Cascudo (1953, p. 205), a casa filial no Rio Grande do Norte foi fechada no contexto da seca de 1877-79.

² Observe-se que foi também no ano de 1873 que o anúncio da *Boris Frères* apareceu pela primeira vez no *Annuaire-almanach Didot-Bottin*.

estabelecidas, de fato, logo depois da Casa Boris: Benoit Lévy e seus irmãos comunicaram sua instalação, na cidade de Aracati, à *Boris Frères* ao final de 1872; Jacques Weill também na mesma cidade e ano; e, finalmente, George Jacob e Gustave Habisreutinger instalaram-se, também, em Aracati, em 1875.³

Uma quinta casa comercial francesa estabeleceu-se na província – igualmente em Aracati –, mas na segunda metade da década de 1870: a *Casa de Brurmschiveiberg*. Infelizmente, não pudemos determinar a data precisa de sua instalação.

Observa-se aí a atração que a cidade de Aracati exerceu sobre essas casas comerciais francesas que vieram estabelecer-se. Embora no século XIX estivesse em curso o processo de hegemonia de Fortaleza, aquela cidade continuou sendo um polo comercial importante, reforçado nos anos sessenta e parte dos setenta, quando drenou para o litoral a produção de algodão do vale do Jaguaribe. Além disso, Aracati manteve-se como um centro importante no comércio de couros da província e de cera e palha de carnaúba.⁴

A opção diferenciada da *Boris Frères* pela capital iria possibilitar-lhe, paulatinamente, a conquista de uma posição privilegiada frente às novas casas francesas que com ela se instalavam – com exceção da *Gradwohl Frères*, que também optou por Fortaleza. Essa opção colocou-os próximos aos círculos das decisões político-administrativas da província, o que se revelaria, mais tarde, numa decisão acertada e fecunda, em função de seus interesses no Ceará.

Dentre as cinco casas comerciais francesas que se estabeleceram na província, no começo da década de 1870, três mantiveram-se como casas importadoras-exportadoras estrangeiras de importância, no contexto da economia cearense, ao iniciar-se a década de 1880: a própria *Boris Frères*, a *Gradwohl Frères* e a *Lévy Frères*.

³ No final da década de 1870, a *Lévy Frères* já estava instalada também em Fortaleza.

⁴ Guabiraba (1989, p. 30): “A palha também era exportada, constando que algumas casas comerciais francesas negociavam com ela e com seus artefatos derivados, com destino ao Havre. A exportação da cera para a Europa também se fazia intensamente, sendo utilizada em várias indústrias”.

A *Boris Frères* e a *Singlehurst & Co.* – a chamada “Casa Inglesa” foram as únicas sobreviventes do período anterior, em que o crescimento dos negócios do algodão, nos anos sessenta e setenta, tantos comerciantes estrangeiros atraiu para o Ceará. Sua longevidade, entretanto, iria mostrar-se ainda maior: cinquenta anos depois, em 1930, Gradwohl era descrito como “banqueiro-negociante” e “negociante-exportador” do Ceará, Lévy como “negociante-importador” e Boris, diferentemente dos dois anteriores, descrito como um negociante que reunia as três atividades.⁵

O que teria distinguido, inicialmente, a Casa Boris, e as duas outras, das demais casas francesas, e, provavelmente, de todas as casas estrangeiras já então estabelecidas, com exceção da *Singlehurst & Co.*? E em que medida essa distinção esteve ligada à sua sobrevivência durante décadas?

Examinamos a caracterização de *Boris Frères* como “comissários em mercadorias” em Paris, que estabeleceram, na província do Ceará, uma casa comercial que era filial de casa matriz francesa. A *Gradwohl Frères* enquadrava-se nas mesmas características.

Na publicação, de 1905, intitulada “Adresses des principaux négociants commissionnaires”, do *L'Office Commercial*, cujo objetivo era fornecer informações sobre o crédito na praça dos principais negociantes-comissários de Paris, essas duas casas comerciais – *Gradwohl* e *Boris* – são as únicas estabelecidas no Ceará a aparecerem. São classificadas no “nível 3”, descritas como “excelente casa comercial / honorabilidade e solvabilidade bem estabelecidas”.

⁵ *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, volumes referentes aos anos de 1920 a 1930. A *Ha-bisreutinger & Cia.*, e a Casa de Brurmschiveiberg parecem ter desaparecido ao se iniciarem os anos 1880. Já a casa de Jacques Weill sobreviveria pelo menos até o final do século XIX, mas, aparentemente, com uma redução de seus negócios, pois apresentava-se, então, como uma “loja de modas” (*Almanach de Fortaleza*, 1895, p. 52 e *Almanach do Ceará*, 1896, p. 101 e 1900, p. 5). Referindo-se à polarização dos negócios na capital da província, diz Girão (1947, p. 414): “Pode-se afirmar que até 1920 [...] na capital se consolidavam as casas importadoras de maior importância, como *Singlehurst*, *Boris Frères*, *Gradwohl & Fils*, *Lévy Frères*, *Albano & Irmão*, *Frota & Gentil*, *Tomé Mota*, *Machado Coelho*, *J. Bruno & Cia.* Era pronunciada, agora, a influência dos comerciantes franceses, não somente na mercancia em grosso, como na dos artigos da moda e armazinhos. Os figurinos parisienses esplendem nos salões de sociedades elegantes, de alta expressão [...]. Assim, em Fortaleza, com em muitas cidades do interior, realça-se uma gente encartolada e de luvas, que sabe portar-se na rua em cavalheirismo impecável, e em casa se requinta num luxo refinado, imitando o europeu”.

Em ambos os casos, e no âmbito da província, sua posição de casa filial de matriz francesa permitiu que atuassem como atacadistas. Exerceram essa atividade em campos separados, não tendo efetuado compra e venda de mercadorias entre si. Neste sentido, a *Gradvohl Frères* foi a única casa também francesa a fazer, efetivamente, concorrência à Casa Boris, disputando o mercado consumidor de manufaturados. É assim que, em 1874, por exemplo, um comerciante de Sobral, reunindo todos os seus credores, colocou, lado a lado, *Gradvohl* e *Boris*. Ou, um outro comerciante, dessa vez de Aracati, dizia em 1875 que “não [achava] razoáveis os preços de tecidos propostos por Boris, mais caros que os ofertados por *Gradvohl Frères* e os que vinham de Pernambuco”.⁶

A casa *Lévy Frères* guardou especificidades frente às outras duas. Na província fazia, igualmente, negócios com importação e exportação de mercadorias, mas não nos foi possível determinar se também constituía filial de matriz francesa.⁷ No ramo da importação, recebia mercadorias em consignação tanto da *Casa Boris*, quanto de *Gradvohl Frères*. Sua intermediação na venda era disputada pelas duas casas.⁸

⁶ É mais do que provável que a *Gradvohl Frères* disputasse também o mercado fornecedor de matérias-primas. A concorrência exercida por comerciantes estabelecidos em Pernambuco esteve sempre presente: a intermediação de Recife nas trocas comerciais da província do Ceará manteve-se por todo o século XIX.

⁷ Note-se que várias casas francesas que se instalaram no Brasil, na segunda metade do século XIX, pertenciam às famílias com o sobrenome Lévy. Na publicação do *L'Office commercial*, constam seis casas de “commissionaires en marchandises” de Paris com filiais no Brasil e, simultaneamente, em outros países. Entre elas, uma tinha filial em São Paulo, uma na Bahia e outra no Pará, tendo sido as outras três, provavelmente, instaladas no Rio de Janeiro. Seriam os Lévy Frères de Fortaleza ligados àqueles estabelecidos em Belém do Pará? De acordo com o depoimento de Denise Dreyfus, Benoit Lévy, ao falecer sem deixar descendentes, legou seus negócios para Simon Dreyfus, que com ele trabalhava, mantendo-se o nome da casa como Lévy Frères. Simon Dreyfus, anteriormente – por volta de 1885 – teria estabelecido uma casa no ramo de relojoaria e bijuteria em Fortaleza, tendo ela desaparecido. Segundo o *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, eram muito numerosas as casas de “commissionaires en marchandises” de Paris, cujos proprietários eram “Lévy”.

⁸ Observe-se que, na mesma carta em que comunicou sua instalação em Aracati, em 1872, Benoit Lévy solicitou consignação de mercadorias à Casa Boris, o que nos dá uma ideia da importância desta Casa em relação à *Levy Frères*. Em outra carta, datada

No que diz respeito à exportação de matérias-primas locais, como os couros e o algodão, *Lévy Frères* manteve independência nos seus negócios. Exerceu acirrada concorrência à própria Casa Boris, sobretudo em relação aos couros, quando a província, devastada pela grande seca de 1877, teve seus rebanhos drasticamente diminuídos.⁹ Ofertando preços mais vantajosos para quem quisesse vendê-los, chegava mesmo a “enviar os seus corretores até a distância de 10 a 15 léguas para deste modo não escapar-lhe comboio algum”.¹⁰ Nessa fase de grandes lucros para aqueles que comercializavam com couros para o mercado externo, *Lévy Frères* igualou-se à *Casa Boris* ao fretar, frequentemente, navios que enviassem essa mercadoria para os portos do Havre e Hamburgo.¹¹

Se *Lévy Frères* chegou a representar algum obstáculo para os negócios da Casa Boris na província do Ceará, o mesmo não podemos dizer de *Habisreutinger & Cia.* Ao contrário, sua atuação nos anos 1870 foi pautada na completa dependência das grandes casas comerciais. A partir de seu estabelecimento em Aracati, em 1875, puseram-se à disposição da Casa Boris. Seus serviços, “para a compra de gêneros” foram oferecidos insistentemente. Assim, eles enviaram durante meses notíncias minuciosas sobre o preço destes, na praça de Aracati, “embora Bo-

de 3 de novembro de 1873, *Lévy* dizia à *Boris Frères* que estes lhe ofereciam mercadoria por 400 réis, quando Gradwohl ofertava-a de melhor qualidade pelo mesmo preço (ABF).

⁹ Segundo Girão (1947, p. 398), “a riqueza pastoril [do Ceará], que antes da seca se calculara em 24.000 contos de réis, não valia agora mais de 200 contos”. Guabiraba (1989, p. 105) afirma que a seca de 1877 teria dizimado 80% do rebanho cearense.

¹⁰ É interessante observar o interesse permanente pelos couros nordestinos no mercado internacional. Marc (1890, p. 204) afirma: “As duas mais fortes casas dos Estados Unidos que fazem o comércio de peles de cabra – *Keem Coats*, de Filadélfia e *Stain & Co.* de Nova York – tendo tido conhecimento por seu correspondente de Londres da aparição [*sic*] e da boa qualidade do artigo brasileiro, enviaram um representante ao Brasil em 1882, o qual estabeleceu duas casas, no Ceará e em Mossoró [Rio Grande do Norte], comprando em massa, pagando melhor o artigo, desenvolvendo assim as transações e fortalecendo o mercado em benefício do país”.

¹¹ Em relação ao algodão, especificamente, em 1878, o comerciante Cândido Monteiro, de Icó, escrevia a Boris que sua oferta de algodão para este estava cancelada, “por já ter sido vendido no Aracati aos Srs. *Lévy Frères* a 6:500 a arroba de 15 kilos” (ABF).

ris Frères não [tivesse] respondido as cartas até então enviadas”, como a dispensar tantas ofertas. Com o tempo, não só se encarregariam de compras de mercadorias para aquela casa, como também receberiam produtos em consignação. Sua intermediação foi igualmente disputada.

Quanto a Jacques Weill, era um comerciante de menor importância frente aos outros franceses na província do Ceará. Barroso (1973, p. 27-30) refere-se a ele como tendo sido um “colaborador” da *Boris Frères*, atuando na qualidade de seu preposto em “múltiplas tarefas” comerciais pela província.

Observamos, assim, que somente aqueles comerciantes franceses cuja atividade caracterizou-se pelo grande comércio de atacado, ou na venda dos manufaturados importados, ou na compra de matérias-primas para a exportação, ou em ambas, consolidaram-se e expandiram sua atividade comercial. Esses atacadistas, apoiados, preferencialmente, na estrutura matriz-filial, auferiram as vantagens de atuarem, simultaneamente, em dois mercados-polos: o de Paris e o de Fortaleza. A existência dessa estrutura garantia-lhes uma posição privilegiada frente aos outros comerciantes também franceses, mas sobretudo aos nacionais: ela possibilitava o conhecimento – intercambiado entre matriz e filial – de um mercado externo bipolar, em termos de consumo, preços, transportes, etc. Somente a *Singlehurst & Co.*, apoiada na mesma estrutura, contando ainda com uma companhia de navegação a vapor, constituiu a grande concorrência inglesa à presença comercial francesa na província.¹²

É bastante provável que, em sua primeira estadia no Ceará, Alphonse e Théodore Boris, tendo percebido as vantagens dessa estrutura e contando com um capital disponível na França, tenham se decidido pelo estabelecimento de uma casa que fosse filial de matriz francesa. Como vimos no capítulo anterior, foi somente depois de fundada a casa matriz que a *Boris Frères* se instalou em definitivo na província.

¹² Em 1875, por exemplo, o comerciante José Clementino do Monte, de Sobral, reclamava aos Boris que o preço de tecidos por eles cobrado era abusivo, frente aos da *Singlehurst & Co.*, que eram, inclusive, de melhor qualidade. Quatro anos depois, seu sucessor, Miguel Francisco do Monte, estendia a mesma reclamação à farinha de trigo, a ser por ele adquirida (ABF).

As cartas enviadas por comerciantes “nacionais”, isto é, cearenses, além daquelas remetidas por outros comerciantes franceses, à Casa Boris, nos permitem traçar, em grandes linhas, a teia de relações que entre eles se estabeleceu. Em outras palavras, podemos perceber, ainda que de forma aproximada, a cadeia de distribuição de mercadorias e seus agentes, tanto no que diz respeito à importação quanto à exportação.

É importante ressaltar, de início, que, do ponto de vista geográfico, essa cadeia estendeu-se progressivamente durante a década de 1870, tanto dentro dos limites da província, quanto fora deles. Ao iniciarem-se os anos 1880, a *Boris Frères* mantinha negócios com comerciantes de diversas cidades e vilas do Ceará, que incluíam tanto cidades/vilas litorâneas – como Acaraú –, quanto aquelas localizadas no alto sertão – como Iguatu –, cidades da importância de Aracati, ou pequenas vilas como Ibiapina, próxima à divisa com o Piauí. Da mesma forma, estabeleceu comércio com outras casas comerciais, nacionais e estrangeiras, localizadas, sobretudo, nas regiões norte e nordeste do país.¹³ Segundo a publicação *Uma casa chamada Boris*, “em poucos anos [após seu estabelecimento] estendia as suas relações às principais praças da Europa e da América do Norte bem como à totalidade [do Ceará] e [das províncias] vizinhas, disputando vitoriosamente estes mercados às antigas e sólidas casas de Recife e São Luís do Maranhão”.

Na província do Ceará, no que diz respeito à importação de mercadorias, a cadeia de distribuição mencionada tinha vários elos, através dos quais os produtos transitavam até o consumidor final. Esses produtos oriundos do mercado externo eram distribuídos, por intermédio da Casa Boris, tanto para outros comerciantes franceses como para comerciantes cearenses. É sobre estes últimos, porém, que centralizamos nossa atenção.

Analisando o contraste entre os núcleos urbanos litorâneos do Brasil e as cidades do interior, na primeira metade do século XIX, Costa (1985, p. 203) afirma:

¹³ Referimo-nos aqui às províncias do Amazonas, Pará, Maranhão, Piauí, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Bahia.

Para os artigos mais elaborados, os fazendeiros recorriam às grandes cidades portuárias, onde os comissários incumbidos da comercialização dos produtos responsabilizavam-se pela compra do que lhes fosse necessário, remetendo as mercadorias diretamente para as fazendas. Dessa forma, o artesanato e o comércio dos núcleos urbanos locais continuavam reduzidos.

Quando observamos a primeira década de atuação da *Boris Frères* no Ceará, na segunda metade do século XIX, constatamos que o comércio da província já se distanciara da estrutura descrita por Costa.

As mercadorias eram adquiridas na Casa Boris sobretudo pelos comerciantes estabelecidos nos núcleos urbanos mais importantes que, atuando também como atacadistas, repassavam-nas a comerciantes de menor porte, que comercializavam com produtos importados, em cidades e vilas do Ceará. Esses comerciantes atacadistas, negociando diretamente com a Casa Boris e mantendo também transações comerciais com praça de Recife, pertenciam ao grupo mais abastado do ramo comercial nativo da província.¹⁴

Mas havia também aqueles comerciantes menores, cujos estabelecimentos localizavam-se em remotas vilas interioranas e faziam um comércio de varejo, que, igualmente, supriam-se de “gêneros” na Casa Boris, sem intermediários.

O cônsul francês em Pernambuco, analisando a situação do comércio francês frente à concorrência inglesa, no tocante a tecidos, dizia em 1883:

Eu me ocupei de preferência, desta vez, dos tecidos de algodão [“cotons écrus, madrapolans, indiennes, coutils, draps”] que têm uma grande venda nesta província porque estes artigos são usados pela população do campo e são de proveniência inglesa.

Todo pequeno negociante do interior possui na sua loja algumas centenas de peças de “indiennes” ou “madrapolans” e

¹⁴ Por ocasião dos anos de seca da década de 1870, comerciantes da própria capital, como de Aracati e Sobral, queixavam-se da dificuldade em saldar suas dívidas com a Casa Boris visto que também não recebiam de seus devedores do “sertão” (ABF).

todo pequeno fazendeiro que vem vender seu açúcar ou seu algodão leva algumas peças de algodão cru, de “madrapolans” e de “indiennes”.

No caso da *Boris Frères*, a partir de sua instalação definitiva em 1872, observa-se que se foi engendrando uma hierarquia na cadeia de distribuição das mercadorias importadas, tendo, em uma de suas extremidades, a casa matriz de Paris, e na outra, o pequeno comerciante do interior da província.

A exportação de produtos locais para o mercado externo alicerçava-se nos mesmos agentes e hierarquia. As matérias-primas dirigidas ao comércio exportador chegavam à Casa Boris, de Fortaleza, por meio dos comerciantes com que negociavam na importação, oriundas de fornecedores interioranos. Em alguns casos, a relação comercial com aquela Casa iniciou-se a partir da oferta de um comerciante nativo para a compra de “gêneros do país”, a serem enviados à *Boris Frères*, desdobrando-se depois na aquisição de produtos importados para revenda. Em outros, o comerciante cearense, que já adquiria esses produtos, passava a “coletar” aqueles gêneros dirigindo-os à Casa Boris, muitas vezes quase que “especializando-se” em algum deles.¹⁵

Sendo estes os agentes da distribuição, quais as formas pelas quais as mercadorias eram transacionadas?

Uma delas foi o sistema de consignação ou comissão pelo qual aquele que atuava como intermediário recebia uma porcentagem (a comissão) sobre o lucro auferido na compra ou venda de mercadorias. O Código Comercial de 1850, vigente no Império brasileiro, estabelecia a esse respeito:

Artigo 165 – A comissão mercantil é o contrato do mandato relativo a negócios mercantis, quando pelo menos o comissário é comerciante, sem que nesta gestão seja necessário declarar ou mencionar o nome do cometente.

¹⁵ O comerciante João Evangelista Frota, de Sobral, fazia, frequentemente, remessas de “penas de ema” (ABF).

Artigo 168 – O comissário que aceitar o mandato expressa ou tacitamente é obrigado a cumpri-lo na forma das ordens e instruções do cometente: na falta destas, e na impossibilidade de as receber em tempo oportuno, ou ocorrendo sucesso imprevisto, poderá exequir o mandato, obrando como faria em negócio próprio, e conformando-se com o uso do comércio em casos semelhantes.

Artigo 186 – Todo o comissário tem direito de exigir do cometente uma comissão pelo seu trabalho, a qual, quando não tiver sido expressamente convencionada, será regulada pelo uso comercial do lugar onde se tiver executado o mandato.¹⁶

A consignação/comissão parece ter predominado nas relações da Casa Boris com outros comerciantes igualmente franceses. Este foi o caso de *Habisreutinger & Cia.*, de *Brurmschiveiberg* e de *Lévy Frères*, este último para o ramo da importação.

Brurmschiveiberg apresentou “as condições razoáveis” sobre as quais se baseariam sua intermediação, em carta à *Casa Boris*, explicitando:

Por cada volume de alimentícios durante 3 meses, recebimento e entrega no trapiche 160 réis, couros salgados e espichados 80 réis por cada saca. Compra de gêneros no país, tais como algodão, couros, solas, cera de carnaúba [...] 3%. Venda de gêneros alimentícios efetuada por V.S., recolhidos ao trapiche e entregues neste ponto por mim, 1%. Vendas efetuadas por minha intervenção, entrega de gêneros e arrecadação dos documentos precisos 2%. Quanto à nossa conversação relativa a couros espichados e farinha de trigo, toda a minha atenção empregarei a respeito.

Na carta seguinte, o mesmo comerciante acrescentou que “aguardava notícias de *Boris Frères* sobre a compra de sola, couros, cera. etc. para

¹⁶ O “Código Comercial do império do Brasil” foi promulgado pela Lei nº 556, de 25 de junho de 1850 e continua em vigor no país, embora com inúmeras alterações. O emprego do termo “comissão” era usualmente aplicado quando se tratava da compra de mercadorias destinadas à exportação, enquanto que o termo “consignação” era utilizado quanto se tratava da venda de mercadorias que entravam numa praça comercial.

então de acordo com suas instruções entrar no mercado por conta de sua respeitável firma”.

Mas havia também aqueles comerciantes nativos que, de igual forma, transacionavam com consignação/comissão, como a casa *Motta Vieira & Cia.*, de Fortaleza, que, em 1879, participava seu estabelecimento à Casa Boris, informando que “teria por fim receber consignação de mercadorias, gêneros, navios, comprar por comissão mercadorias nacionais e estrangeiras e comerciar igualmente por conta própria”. Solicitava à *Boris Frères* “que se dignasse a honrar-lhes com suas ordens ou remessas”.

A segunda forma pela qual estabeleceram-se as transações comerciais foi a compra e a venda diretas de mercadorias, isto é, quando eram adquiridas sem a existência de comissão/consignação. Essa forma parece ter prevalecido nas relações da Casa Boris com os comerciantes cearenses. Exemplo disso foi Ernesto Deocleciano Albuquerque, estabelecido em Sobral, que, durante os anos 1870, comprou produtos manufaturados à *Boris Frères* vendendo-lhes, por seu turno, matérias-primas.¹⁷

As principais mercadorias importadas pela Casa, que, consignadas ou vendidas a outros comerciantes, destinavam-se ao consumo na província, seguiram, de modo geral, o padrão das exportações francesas para o Brasil na segunda metade do século XIX – e das casas comerciais com essa origem. Entretanto, a *Boris Frères* diversificou nesse aspecto, provendo-se de mercadorias estrangeiras não necessariamente de proveniência francesa e também de algumas de fabricação brasileira.

Os tecidos vinham em primeiro lugar por ordem de importância. Eram constituídos tanto por aqueles de melhor qualidade, mais finos, como por aqueles mais baratos, destinados a um consumo mais popular. Estes últimos, que, no Brasil, foram de origem sobretudo inglesa, predominaram nas vendas da Casa.¹⁸ Dessa forma, a *Boris Frères* soube

¹⁷ Note-se que é bastante frequente, na correspondência dos comerciantes cearenses com a Casa Boris, o envio de informações sobre entradas e preços de matérias-primas nas praças comerciais onde estavam estabelecidos.

¹⁸ Um comerciante de Aracati, por exemplo, escrevia: “Sirvam-se enviar-nos as amostras das popelines e umas lãs [*sic*] escocesas que V. S. têm, bem assim os seus últimos preços” (ABF). Analisando as primeiras fábricas têxteis brasileiras, diz Stein

esquivar-se de um dos problemas enfrentados pelo comércio francês, especialmente no caso dos tecidos, ou seja, a dificuldade de consumo para os artigos de luxo, que o caracterizavam.

Logo após os tecidos, as demais mercadorias estrangeiras importadas e comercializadas, estas sim tipicamente francesas, foram peças de vestuário (camisas, lenços, chapéus, “botinas francesas”, leques, luvas, etc.), perfumaria, objetos de decoração (sobretudo vidrarias), vinhos, conservas, manteiga, drogas, artigos de armarinho e papelaria, cujas encomendas eram feitas à casa-matriz.¹⁹ Note-se, porém, que havia um produto bastante comercializado pela Casa Boris, cuja origem era americana e constituía um dos principais itens das exportações dos Estados Unidos para o Brasil: a farinha de trigo, para a confecção de pães e bolachas.²⁰

A “flexibilidade” dos negócios da Casa, porém, é mais patente quando se observa que comercializou também com mercadorias de produ-

(1979, p. 77-80), a respeito do tipo de tecidos que eram comercializados no Brasil e sua origem:

“[...] até a década de oitenta, os fabricantes [brasileiros] limitaram-se a produzir panos crus, aniagens e panos para vestir negros.

[...] algumas fábricas começaram a aperfeiçoar e a diversificar a sua produção, a partir de 1885. De regiões as mais distantes umas das outras, como o Rio de Janeiro e o Maranhão, surgiram indícios de que a produção têxtil brasileira atravessava uma fase de transição. No período 1879-1885, o aumento dos direitos de importação, decorrente da baixa do câmbio, e os “suprimentos dos fabricantes nacionais”, provocaram a queda das importações de tecidos ingleses: as cambraias, as granadinas, as alpacas, os morins brancos e os panos domésticos entre outros. Com relação aos panos domésticos, brancos e coloridos – “mercadoria ordinária usada pelos nativos das classes mais pobres” –, registrou-se um declínio acentuado das importações. [...] O mercado que as fábricas brasileiras tentavam, e tentam ainda ocupar consistia naquela parcela da população rural e, em menor escala, urbana que vestia “calças de algodão azul ou de cores claras [...] camisa de merinco fino e, ocasionalmente, de pano branco ou morim”, no caso dos homens, e no caso das mulheres panos para a confecção de lenços e vestidos. As classes mais abastadas da sociedade brasileira continuaram a se vestir com os tecidos importados de algodão, linho, seda e lã.

¹⁹ Em carta de 7 de outubro de 1879, por exemplo, o farmacêutico João da Rocha Miranda, de Fortaleza, aceitando o convite de Boris Frères para que comprasse drogas na Europa, por intermédio da Boris-matriz, enviou uma relação desses produtos (ABF).

²⁰ O comerciante Brurmschiveiberg, em carta de 25 de novembro de 1879, confirmava à *Boris Frères* o recebimento de 4.000 sacas de farinha, à sua consignação, transportadas por uma embarcação alemã. (ABF).

ção local, como velas de cera de carnaúba, charque ou ainda aguardente, que eram enviadas de uma área à outra dentro da própria província.²¹

Mas as mercadorias vinham também de outras províncias brasileiras, como era o caso dos cigarros. Um comerciante de Sobral solicitou “1 barrica [deles] da fábrica *Marques da Silva & Cia.*, amarelos e bem frescos, de papel claro”, e um outro queria-os “de palha de milho, em lata, bem acondicionados para não molhar no caminho”.²²

O comércio com gêneros alimentícios de primeira necessidade, importados do exterior ou de outras províncias brasileiras, ocorreu durante a seca de 1877, que se estendeu até 1879. Guabiraba (1989, p. 68 e 108), discorrendo sobre o crescimento da praça de Fortaleza, afirma:

Dentre as casas comerciais que se estabeleceram no período, destacam-se a firma Boris Frères, criada em 1869 e Singlehurst e Cia. que iria desempenhar papel valioso no suprimento de gêneros de primeira necessidade durante os anos da seca...

O longo intervalo entre a seca de 1845 e a de 1877 habituara o cearense a confiar numa colheita razoável. Quando as chuvas desapareceram em 1877, todos foram tomados de surpresa. Procurou então o Governo o auxílio do comércio, considerado na época, “um corpo respeitável”. Convocou-se uma conferência a que assistiram os mais destacados comerciantes, os quais fizeram um acordo com o fim de abastecer o mercado com gêneros. Destinavam-se estes ao Governo e à população. Caso se fizesse necessário, seriam vendidos a preços razoáveis.

²¹ Em 1874, um comerciante de Aracati solicitou o envio de 2 “quartolas” [um quarto de tonel] de aguardente. Em 1879, outro, de Sobral, remeteu velas de cera, por 1 réis a dúzia e ainda um outro, de Aracati, enviou “pelo palhabote Adolfo, 205 fardos de charque” que em janeiro desse ano estavam custando 5\$000 réis por arroba (ABF).

²² Observe-se que, em relatório de 1872, o presidente da província discorrendo a respeito da “indústria fabril e manufatureira”, não fazia menção à fábricas de cigarros (CEARÁ. Presidente de província (Barão de Taquary). Relatório de 8 de janeiro de 1872, p. 25). Da mesma forma, a bibliografia consultada, que diz respeito à evolução industrial do Ceará, não traz nenhuma indicação dessas fábricas nessa década.

O Governo Imperial remeteu auxílios em gêneros alimentícios e as províncias do Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, entre outras, atenderam às necessidades do Ceará, através da remessa de viveres que eram vendidos em Fortaleza e Aracati...

Nesse contexto, a *Boris Frères*, tendo recebido inúmeras solicitações de comerciantes que queriam dela receber – mediante consignação ou compra – o arroz, o feijão, o milho, o café e a farinha, exerceu intenso comércio na província. Esses gêneros chegavam ao Ceará vindos de Pernambuco e da Bahia, mas grandes carregamentos aportavam na província, oriundos também do mercado externo, como o milho da Hungria, todos intermediados pela Casa. Em relação ao café, especificamente, deve-se notar que continuava a ser produzido nas áreas menos atingidas pela seca, sobretudo a serra do Baturité. Um comerciante de Sobral, ao solicitar à *Boris Frères* o envio dessa mercadoria, no ano da seca de 1877, pedia: “O café mande de boa qualidade, miúdo, e cor de chumbo e não ganhem nele, pois é para vender aqui a retalho por preço barato”.

Os produtos típicos da pauta de exportações da província constituíram, ao lado das importações, uma das bases da atividade comercial da Casa Boris. Vimos, no capítulo 4, como evoluiu a pauta das exportações brasileiras para a França, como um todo, comparativamente, nos decênios de 1847-1856 e 1887-1896. Podemos então colocar a questão: em que medida a atividade exportadora da *Boris Frères* acompanhou aquela evolução?

Em relação ao algodão, base da atividade agroexportadora da província, a Inglaterra constituiu o grande comprador não só da produção cearense, mas de toda a cotonicultura brasileira, no decorrer do século XIX. Entretanto, a França, especificamente, também esteve entre aqueles países de destino dessa exportação, pelo menos até os anos oitenta, quando a produção nacional passou a se destinar, preferencialmente, ao mercado interno.

Considerando-se a atividade exportadora da Casa Boris, em particular, constata-se que o algodão constituiu o principal gênero comercializado pela Casa. Ora, na medida em que os tecidos foram as mercadorias

de maior peso nas importações, verifica-se que ocorria um intercâmbio comercial no qual se importavam manufaturas feitas com a matéria-prima que se exportava. Vários foram os comerciantes cearenses cuja relação com a *Boris Frères* esteve assentada, sobretudo, na venda do algodão e na sua contrapartida: a compra dos tecidos, fabricados com aquela matéria-prima.²³

Os couros estiveram em segundo lugar, em ordem de importância. Por um lado, esse artigo manteve-se, na segunda metade do século XIX, como um dos principais itens da pauta das exportações brasileiras para a França; por outro, os objetos trabalhados com essa matéria-prima constituíram uma das oito mais importantes mercadorias importadas daquele país pelo Brasil, no período citado.

Em terceiro lugar, vinham as penas de ema, utilizadas na França, provavelmente na indústria de objetos de decoração e vestuário. Era artigo bastante disputado no mercado cearense, e dele a Casa Boris fazia constantemente encomendas aos comerciantes, principalmente da cidade de Sobral.²⁴

A cera de carnaúba e a borracha também foram comercializadas, embora em bem menor grau do que os três artigos anteriormente citados. Deles, a *Boris Frères* fazia, igualmente, encomendas e oferecia preço aos fornecedores.²⁵

²³ Alguns exemplos desse caso foram Afonso Luís Pereira da Silva, de Aracati, Ernesto Deocleciano Albuquerque, João Antônio Cavalcanti, Domingos Bessa Guimarães e Mendes & Primo, todos os quatro de Sobral (ABF).

²⁴ O comerciante Brurmschiveiberg, trabalhando por comissão para aquela Casa, informava, em carta de 1879, que havia encontrado cerca de 20 quilos desse artigo, mas que o dono havia rejeitado a oferta feita pela *Boris Frères* de 7\$000 réis por quilo, exigindo 8\$000 réis. O comerciante aconselhava-os a rever sua oferta. O conselho foi acatado e a compra efetuada por 7\$500 réis (ABF).

²⁵ Veja-se, por exemplo, para o caso da cera de carnaúba, a carta da *Lévy Frères* de 28 de fevereiro de 1876 em que este comerciante diz que, apesar da insistência de Boris para que ele comprasse em seu nome, este artigo faltava na praça de Aracati, e para o caso da borracha, a carta de Cândido Monteiro, de 30 de outubro de 1874, agradece a cotação fornecida por aquela Casa (ABF).

A borracha cearense começou a ser efetivamente exportada para o mercado externo a partir da década de cinquenta e para os anos de 1886-87, existem registros de sua

Afora esses produtos típicos do Ceará, alguns outros despertaram o interesse da Casa Boris, provavelmente pela possibilidade de lucro comercial que ofereceriam no mercado europeu. Este foi o caso do “jaborandi” e de “resinas”, empregados na fabricação de algumas drogas. Note-se que, num relatório de 1823, – já citado – havia menção às “plantas medicinais” como uma das potencialidades econômicas da província para os interesses franceses.²⁶

Observamos, assim, que a Casa Boris – filial, comercializou, na exportação, com gêneros que seguiam a pauta das exportações brasileiras para a França (o caso do algodão e dos couros), que, portanto, não faziam concorrência aos produtos coloniais franceses e que eram, em alguns casos, gêneros particulares, e mesmo “exóticos”, porque típicos da região, como as penas de ema, a cera de carnaúba e a borracha extraída da maniçoba e da mangabeira.²⁷

exportação para a França, assim como para a Inglaterra e os Estados Unidos. Quanto à cera de carnaúba, sabemos que, embora tenha sido dirigida mais para o mercado interno, existem também registros de exportação para aqueles países, além da Alemanha, nos anos citados.

²⁶ O jaborandi – arbusto da família das rutáceas (*Pilocarpus Jaborandi* e outras espécies) é planta nativa do Ceará, de cujas folhas se extrai a pilocarpina, alcaloide de poder anestésico. Veja-se: Nobre (1984, p. 256). A *Singlehurst & Co.* também comercializava com jaborandi, segundo a carta do comerciante João Evangelista Frota, de Sobral, de 14 de outubro de 1875 (ABF). Este mesmo comerciante era um fornecedor habitual desse artigo à Casa Boris. Com relação à resina, é o mesmo Frota quem diz, em carta à *Boris Frères* de 18 de setembro de 1875 (ABF): “A resina de sua encomenda já contratei a uma pessoa para tirá-la e logo que o fizer avisar-lhes-ei, o mesmo com penas de ema”

²⁷ Não encontramos nenhuma menção ao comércio de açúcar pela Casa, produto que, embora tivesse uma produção restrita na província, chegou a ser exportado para o mercado externo. O café, por ter constituído sempre o principal produto de exportação brasileira para a França, merece menção especial. Era produzido em algumas serras do Ceará e passou a ser exportado para o mercado externo por volta de meados do século XIX. Infelizmente, não encontramos dados que nos permitissem acompanhar o destino dessa exportação, em termos de países, no decorrer da segunda metade do século XIX. De qualquer forma, e no que diz respeito aos negócios da *Boris Frères*, segundo a documentação por nós consultada, o café não esteve entre as mercadorias enviadas pela Casa, ao mercado externo, na década de 1870.

A duplicidade dos negócios das casas comerciais, que se traduziu na coexistência das atividades importadora e exportadora, foi mencionada por Graham, ao analisar o comércio inglês no Brasil, no século XIX. Segundo esse autor, “as relações entre estes dois comércios não era apenas o fato por demais conhecido de que a exportação não pode ser incrementada, a não ser que haja um aumento correspondente na importação. Ainda mais, os exportadores eram também importadores, e assim seus lucros eram diretamente transferidos de um setor para o outro” (GRAHAM, 1973, p. 87).

No caso da *Boris Frères*, houve essa duplicidade nos negócios e a não existência de uma predominância da importação sobre a exportação ou vice-versa. Ao contrário, observa-se o quanto as duas atividades estiveram permanentemente articuladas, sobretudo no binômio “matéria-prima/manufaturado”, constituído pelo intercâmbio entre algodão e tecidos.

Um outro aspecto das casas comerciais, o da heterogeneidade das mercadorias por elas transacionadas, é abordado por Castro (1979, p. 46), segundo o qual, “dado que o negócio de importação-exportação era arriscado, ficando à deriva das oscilações cambiais e do volume exportado, tende por isso a uma extrema diversificação, e não à concentração, típica em outros países, da casa exportadora especializada com monopólio do comércio interno”.

Mesmo considerando-se a heterogeneidade, tal qual mencionada acima, como uma estratégia comercial de sobrevivência, ela, por si só, não era garantia de sucesso nos negócios, uma vez que a concorrência entre comerciantes impunha-lhes dificuldades.

Pantaleão (1976, p. 78-79) aponta para esse problema, ao referir-se às condições do comércio inglês no Brasil, nos primeiros anos após a abertura dos portos. Diz ela:

[...] a continuação dos negócios foi mostrando outras dificuldades. A primeira delas era escolher a quantidade e a qualidade dos artigos próprios para o mercado.

Havendo falta de um produto na praça, faziam-se encomendas dele à Inglaterra: acontecia, porém, que vários comerciantes pediam a mesma coisa. Quando chegavam os produtos, o mercado não podia absorver tudo...

Também o fator sorte influía na possibilidade de bom comércio: por exemplo, ter as mercadorias em navios que chegassem antes dos que traziam encomendas para os rivais e tê-las desembarcadas em primeiro lugar, pois quem recebia primeiro as mercadorias colocava-as logo, antes da competição iniciada.

Embora essas colocações da autora refiram-se a anos muito anteriores ao decênio de 1870, é possível afirmar que essa descrição das condições de comércio a ele ainda se aplica.

A *Casa Boris* não era a única casa comercial estrangeira existente na província e, nesse sentido, esses tipos de problemas foram também por ela enfrentados. Foi assim que um comerciante de Aracati, em 1876, recusou a oferta da Casa de “chapéus para homens e botinas para meninas”, alegando que esses artigos não estavam tendo saída, e um outro, de Sobral, dizia, três anos depois, que “quando [tivesse] que comprar fazendas levaria em consideração o pedido de Boris para que [comprasse] dele”. Na conjuntura da seca de 1877, o comerciante Melquíades da Costa Barros negou por várias vezes o insistente pedido da *Boris Frères* para que comprasse deles a farinha de trigo, argumentando sempre com a saturação dessa mercadoria na praça de Aracati.

A correspondência relativa a esse período da seca nos permite, aliás, perceber que a concorrência comercial pelo aprovisionamento do mercado dava-se também com aqueles artigos não manufaturados e não oriundos do mercado externo, como foi o caso do café. O comerciante francês Brurmschiveiberg, que recebia mercadorias da Casa Boris em consignação, comunicou-lhes que “(havia começado) a vender o café a preço de 9\$500 réis por saca de 15 quilos, [mas que] ainda não [havia vendido] tudo porque o Sr. Benoit [Levy] recebeu na mesma ocasião e [estava] vendendo a 9\$000/9\$200 réis e ele não queria vender a este

preço”, acrescentando que “[era] necessário esperar que Benoit [terminasse] de vender todo o seu estoque”.

As mercadorias oriundas do mercado externo, ou a ele dirigidas, dependiam para seu transporte da navegação marítima transoceânica e, portanto, estavam sujeitas às suas vicissitudes.

Os vapores desenvolveram-se no século XIX, mas só passaram a ser predominantes sobre os veleiros, no comércio internacional, a partir de 1880-85. Dessa forma, o comércio marítimo externo brasileiro se fazia ainda, e em grande parte, por meio dos veleiros.²⁸

A província do Ceará, em particular, embora contasse a partir da década de 1870 com duas companhias estrangeiras de navegação a vapor, dependia, ainda mais, dos veleiros. Podemos supor que o porto de Fortaleza, e sobretudo o de Aracati, por não terem a mesma importância comercial que os do Rio de Janeiro ou Salvador, no conjunto do Império, eram menos servidos por vapores do que estes últimos. Assim, as mercadorias comercializadas pela *Boris Frères* foram transportadas, principalmente, por veleiros de diferentes dimensões e capacidade de carga. Eram eles denominados “patachos” – também chamados, simplesmente, “pachos” –, “mates”, “brigues”, “dugres”, “palhabotes” e “iates”.²⁹

Quanto à nacionalidade, essas embarcações e ainda os navios a vapor – os chamados “paquetes” – eram, sobretudo, ingleses. Mas também frequentaram os portos do Ceará os de outras nacionalidades, como a alemã, de grande frequência, americana, russa e norueguesa. A presença de embarcações francesas era bem mais rara, comparativamente às outras, e o comércio Brasil-França fazia-se, sobretudo, pelos navios ingleses.

²⁸ No caso específico da marinha francesa, aquela predominância dos vapores só foi ocorrer na virada do século,

²⁹ Foram duas companhias inglesas que estabeleceram linhas regulares de vapores para a província, no contexto do crescimento das exportações de algodão da década de 1860. Esses vapores faziam apenas uma viagem mensal ao Ceará, conforme Marc (1890, p. 19-20). Observe-se que os “palhabotes” e “iates” eram veleiros pequenos e alguns deles eram utilizados, exclusivamente, no comércio de cabotagem, nas costas da província. Alguns comerciantes tinham seus próprios “iates” para o transporte de mercadorias nessas pequenas distâncias, como Clemente Bussoms, de Aracati, que os utilizava no comércio com a praça de Fortaleza (ABF).

A disponibilidade do transporte marítimo transoceânico que era, ainda e essencialmente, baseado nos veleiros, era bastante irregular.³⁰ Nesse sentido, a presença de embarcações estrangeiras nos portos do Ceará era seguida de perto pelos grandes comerciantes. A Casa Boris recebia, continuamente, informações detalhadas dessa presença no porto de Aracati, por meio de cartas – ou telegramas, a partir de 1878 – do comerciante Brurmschiveiberg, que tinha relações de comissão e consignação com a Casa. Assim, por exemplo, informava ele, em 1879:

Minna Helene: esta barca alemã de 380 toneladas de 1ª classe [...] seguiu no dia 3 deste mês, carregada pelos Srs. Levy Frères, com 12 1/2 pés de calado, para o Havre à consignação de I. M. Currie. O capitão deseja muito voltar para o Ceará ou para o Aracati [*sic*] carregado e, caso V. S. queiram utilizar-se da vontade do capitão M. Lindeneau, escreverão ao mencionado consignatário.³¹

Além da inconstância na disponibilidade de navios para o transporte, havia dois outros problemas para o comércio da época: a longa duração e a insegurança das viagens, que implicavam em estragos nas mercadorias, quando não, perda total por naufrágios.³²

São frequentes, na correspondência dos comerciantes com a Casa Boris, as reclamações referentes a mercadorias a ela adquiridas, com “avarias de mar”. Assim, por exemplo, um comerciante de Aracati escrevia:

³⁰ Segundo Levasseur (1912, p. 710-712), “uma vantagem considerável da marinha a vapor [...] é que ela não está à mercê dos ventos. Ela parte e regressa, sem acidente, em dia fixo, o que é precioso para as operações comerciais”.

³¹ Para os aspectos legais do fretamento de embarcações por comerciantes, consulte-se o Código Comercial de 1850.

³² “Havia a considerar também os estragos sofridos pelas mercadorias por quebra, no transporte e desembarque, por mofo, por ferrugem, devidos ao clima” (PANTALEÃO, 1976, p. 79). Brurmschiveiberg comunicou à *Boris Frères*, em carta de 8 de setembro de 1879, o naufrágio de um navio americano que trazia cargas para a Casa, sugerindo-lhe as medidas legais a serem tomadas (ABF). Observe-se que o Código Comercial, em sua Parte II, é bastante detalhado no que se refere às avarias, danos, naufrágios e seguros marítimos.

Recebemos a fatura, conhecimento e letra pelas mercadorias de nosso pedido, que nos remeteram na importância de 514\$000 réis, tudo conforme, menos as 3 dúzias de botinas brancas que estão com fivelas enferrujadas [...] queiram dizer-nos se querem que façamos compras, pois, no estado em que elas se acham, só vendendo com grande abatimento.

Na carta seguinte, de 18 de abril, o comerciante dizia que o abatimento sugerido por Boris era muito pouco e que ele queria no mínimo 20%, “pois gastaria dinheiro limpando as botinas”. A *Boris Frères*, porém, acabou impondo o valor do abatimento, arcando o comerciante com parte do prejuízo.

A esses estragos, somavam-se ainda aqueles produzidos já no espaço da província. Havia primeiro que enfrentar as condições do porto de Fortaleza para o embarque e desembarque das mercadorias. Essas condições, que não se alterariam até os anos finais do século, foram bem descritas pelo capitão francês Motet, em 1859. Disse ele:

Um navio ancorado diante de Fortaleza, seja na baía, seja no porto, está sempre em segurança, desde que ele tenha uma boa ancoragem, mas o mar estando sempre agitado no porto, como na baía, não se pode jamais estar tranquilo. No porto, apesar da existência de um molhe em madeira no qual as embarcações não podem encostar a não ser na maré alta, o desembarque e o embarque de pessoas e de mercadorias são sempre muito difíceis, as comunicações com a terra se fazem somente com a ajuda de jangadas que vão dar na praia, onde o mar quebra a todo momento.

Este estado de coisas, cujos inconvenientes são, sem dúvida, ainda maiores devido às grandes distâncias, diminui o número de navios estrangeiros que lá não vão em número suficiente para aprovisionar o mercado de produtos europeus.³³

³³ Segundo Graham (1973, p. 98), “Em 1874, o governo brasileiro pediu a Sir John Hawkshaw, um dos principais engenheiros britânicos, para fazer estudos sobre os principais portos do império, particularmente nas Províncias do Maranhão, Cea-

Desembarcadas as mercadorias, e fiscalizadas na Alfândega, eram guardadas em seus armazéns, à espera dos proprietários. Segundo o relato do presidente da província, no ano de 1872, esses armazéns estavam em “péssimo estado, deteriorando-se as mercadorias com as goteiras no período de chuvas”.

Podemos supor que somente os comerciantes mais importantes podiam dispensar esses armazéns, contando, para tanto, com seus próprios depósitos nas proximidades do porto.³⁴ No caso da *Boris Frères*-filial, desconhecemos as condições dos seus armazéns originais, na década de 1870. Certo é, entretanto, que o prédio, onde ainda hoje funciona a empresa, construído nos anos 1890, constitui um imponente e extenso conjunto de armazéns, anexos ao escritório. Instalado, originalmente, em frente ao prédio da Alfândega de Fortaleza, ele possui uma pequena torre, de onde era possível acompanhar o movimento de entrada e saída dos navios do porto. Veja-se a Foto 9.

Após sua chegada a Fortaleza, parte das mercadorias comercializadas pela Casa eram dirigidas ao porto de Aracati, a leste, ou ao porto de Acaraú, a oeste, para daí interiorizarem-se na província. Para esse transporte, eram utilizados, principalmente, os vapores das três companhias nacionais que faziam escalas bimensais no Ceará – a Cia. Pernambucana, a Cia. de Navegação a Vapor do Maranhão e a Cia. Brasileira de Navegação a Vapor.

rá, Pernambuco, Rio de Janeiro (Campos) e Rio Grande do Sul. Seus planos para o porto de Fortaleza constituíram as bases dos usados em 1884 pela *Ceará Harbor Corporation*, uma firma que era, em sua maior parte, britânica, e conseguiu grandes empréstimos de dinheiro na Inglaterra. Estas obras foram construídas e o governo brasileiro comprou-as da companhia, em 1900”.

³⁴ Em relatório de 1871, portanto anterior ao estabelecimento definitivo da Casa Boris, o presidente da província mencionava o “grande incêndio” [ocorrido] num depósito da rua da Prinha que consumiu mais 700 sacas de algodão, das mais ou menos 5.000 pertencentes aos negociantes, [da] praça de Fortaleza, *Luís Ribeiro da Cunha & Sobrinhos*. (CEARÁ). Presidente de província (Cel. Joaquim da Cunha Freire). *Relatório de 20 de janeiro de 1871*, p. 4).

Após todos os percalços do transporte marítimo, havia que se enfrentar aqueles do transporte terrestre.³⁵ A partir da década de 1850, em função da expansão da atividade agroexportadora na província, ocorreu uma série de iniciativas governamentais, visando melhorar as condições das vias e dos meios de transporte para o escoamento das mercadorias. Assim, abriram-se novas estradas, melhoraram-se as já existentes e deu-se início à construção de estradas de ferro.

Essas iniciativas, entretanto, não alterariam em essência as condições do transporte de mercadorias, à época: os carros de boi continuaram a ser o principal meio utilizado, trilhando as mesmas vias preexistentes. Assim Marc (1890, p. 167), descrevendo esse quadro, dizia ainda em 1889 que “[no Ceará] um terço apenas da exportação é transportada por estrada de ferro: o resto é ainda o lote [de mercadorias] dos condutores de mulas e dos carreteiros”.³⁶

As viagens demandavam, então, um longo tempo, como aquela que fez o comerciante João Evangelista Frota, entre Fortaleza e Sobral, tendo dispendido 8 dias nesse trajeto.

O tempo necessário para cruzar os percursos mais extensos, entre o litoral e aquelas vilas/cidades interioranas, era ainda maior na época das chuvas e implicava, frequentemente, em estragos nas cargas transportadas. Mas na época de seca, como a de 1877, quando povoavam as estradas levas de famintos, as condições das viagens dos comboios também se alteravam. Um comerciante de Icó, escrevendo em 1877, dizia à Casa

³⁵ Em sua Parte I, o Código Comercial de 1850 contém disposições específicas sobre o transporte terrestre das mercadorias.

³⁶ Referindo-se especificamente à E. F. Camocim-Sobral, o autor aponta para o alto custo dos fretes como a causa da predominância do transporte tradicional. Diz ele: “Os tropeiros fazem-lhe uma concorrência cuja persistência só pode ser explicada por uma anomalia absolutamente brasileira [*sic*]. A estrada de ferro cobra mais que o velho sistema de tropeiros; vai mais rápido, transporta infinitamente mais [mercadorias], mas suas tarifas insensatas fazem com que o tráfico fique com os antigos comboios, que são tanto mais condescendentes quanto pegam no litoral os gêneros de importação, sua principal fonte de renda, e para lá levam os produtos de exportação, como um lucro complementar”.

Boris que “agradecia as ofertas de mercadorias, [mas que] os caminhos do Aracati para Icó [estavam] intransitáveis e por esta razão não [pedia] algumas mercadorias, que aliás [faltavam] no mercado”.

As longas distâncias, a precariedade dos meios para transpô-las e a consequente lentidão das comunicações dificultavam ainda o comércio, na medida em que a essas dificuldades do transporte terrestre somavam-se muitas vezes o problema da disponibilidade ou não do transporte marítimo, que a ele se articulava. Esse era o caso da relação comercial entre Fortaleza e Sobral. Os comerciantes dessa última cidade faziam o seu pedido de mercadorias à Casa Boris, em geral, por intermédio do correio terrestre. O recebimento destas, que, como vimos, fazia-se em grande parte pelo porto do Acaraú, dependia, não raro, para a sua rápida efetivação, de uma imbricação entre o tempo necessário ao correio para executar sua tarefa e a presença de embarcações disponíveis no porto da capital, que levariam as mercadorias solicitadas até o porto do Acaraú.³⁷

Inúmeras eram as reclamações de atraso na entrega das mercadorias, tanto mais frequentes quanto mais distantes se encontravam os comerciantes da *Boris Frères*, na capital. Cândido Monteiro, de Icó, queixava-se, em 1878, que “as fazendas que [a Casa Boris] remeteu em outubro ainda não [havam chegado]”, o que equivale a dizer que eram necessários três meses para que os tropeiros, ou carreteiros, entregassem-nas ao seu destinatário.

Esses atrasos nas entregas de mercadorias geravam protestos por parte dos comerciantes nativos, principalmente quando contrastados aos prazos existentes para a quitação dos pagamentos devidos. Foi o mesmo comerciante citado acima quem bem resumiu esse problema, comum a tantos deles, ao escrever à *Boris Frères*:

³⁷ O comerciante Ernesto Deocleciano de Albuquerque dizia, em carta de 15 de novembro de 1877: “Se esta ainda alcançar aí o vapor de Jaguaribe para o Acaraú me mande nele as mercadorias abaixo notadas. Se porém tiver seguido, mande na primeira via” (ABF).

V. S. não ignora a distância que há dessa praça para Fortaleza e a grande demora que há em receber as mercadorias, pela grande demora que há nos condutores, portanto ainda com 13 meses não se paga com as próprias mercadorias e as vendas que se fazem de 12 meses.

Para entendermos a natureza dessa queixa, é necessário compreender o próprio mecanismo pelo qual funcionava o sistema de venda, pela Casa Boris, dos artigos manufaturados, e outros mais, com os quais comercializava.

A *Boris Frères* enviava listas de preços e amostras aos comerciantes. Aceita por estes a oferta, e feitas as encomendas, a Casa emitia a fatura e a letra correspondente, enviando-as aos comerciantes, contando a partir daí o prazo para vencimento da letra. As mercadorias, entretanto, devido aos problemas de transporte vistos acima, chegavam com grande atraso, o que dificultava o acúmulo de um saldo com o qual se pudesse pagar a dívida.

Foto 9 – *Boris Frères*-filial, 1921. Vista fronto-lateral do prédio em Fortaleza, no qual ainda hoje funciona a empresa (rua Boris nº 90), (foto cedida por Pierre Seligman).



As vendas eram efetuadas tendo por base um prazo de dez a doze meses para a quitação da dívida, havendo, em relação geral, um desconto de 12% para os pagamentos à vista. Os comerciantes Cunha & Irmãos, de Aracati, por exemplo, escreveram, em 1876:

Acusamos o recebimento de fatura e duas letras no valor de 3:558\$720 réis, referentes a 7 volumes de fazendas. Aceitamos e devolvemos assinadas as 2 letras a vencer em 30 de dezembro de 1877, conforme o tratado com Adriano Boris. Por intermédio de Levy Frères, será entregue a quantia de 62\$060, referente às despesas com embarque de fazendas.³⁸

O pagamento das letras era feito em dinheiro vivo ou, o que era mais comum, por meio de outras letras, isto é, ordens de saque contra comerciantes da província, mas também do exterior.³⁹

³⁸ A inexistência de uma documentação mais completa sobre a Casa Boris impede um conhecimento mais exato do mecanismo de seu próprio crédito com as praças estrangeiras. A *Boris Frères* provia-se de mercadorias em outros mercados que não o exclusivamente francês. Isto aponta para a possibilidade de que seu crédito tivesse prazos, pelo menos no caso de algumas compras, também de 12 meses ou mais. Em 1875, em relatório ao Ministério sobre os entraves ao desenvolvimento do comércio francês no Brasil, o cônsul francês no Rio de Janeiro dizia: “Os fabricantes franceses não oferecem à sua clientela as vantagens do crédito que os ingleses e os alemães fazem a seus compradores. O crédito geralmente acordado [pelos franceses] de 3 meses, é muito curto, já que esse tempo não é suficiente para despachar/entregar a mercadoria. Os ingleses contratam um crédito de longo termo (1 ano ou 18 meses). Todos os negociantes que me escreveram pedindo para pô-los em contato de negócios com as casas do Rio de Janeiro queriam vender à vista, [e foram] raros os que me comunicaram a intenção de se contentar com faturas de três meses” (AN). Poidevin (1969, p. 154) diz a esse propósito que “as casas alemãs [contratavam] facilidades de crédito de até nove e mesmo doze meses. O comércio francês se [defendia] muito mal contra esta ofensiva alemã. Ele [esperava] demasiadamente o cliente, [propunha] mercadorias muito caras, [procurava] impor seus gostos, só [oferecia] créditos limitados a três ou seis meses”.

³⁹ Em carta de 9 de janeiro de 1875, o comerciante Cândido Monteiro comunicava que “enviava a Aprígio um saque contra Luís Ribeiro da Cunha e Sobrinho, de Fortaleza, para receber e descontar com Boris uma letra de 1:000\$000 réis vencível em

Além das letras, os compradores da *Boris Frères* deviam pagar as despesas com transporte – como observamos, por exemplo, pela carta de Cunha & Irmãos –, correndo ainda por sua conta o pagamento do seguro das mercadorias.⁴⁰

A estratégia comercial da Casa Boris, de enviar, com as mercadorias solicitadas, novas ofertas, com amostras e preços, surtia efeito: os comerciantes compravam seguidamente e havia sempre novas letras a serem resgatadas. Alguns, entretanto, sabiam resistir a essa sedução, como Cândido Monteiro, que em 1874 “[agradecia] o oferecimento de fazendas, mas não [queria], [pois iria] primeiro pagar as que já havia comprado”.

As dívidas com a Casa iam, assim, se acumulando. Muitos comerciantes dependiam do pagamento de outros – considerada a cadeia de distribuição de mercadorias que vimos anteriormente – para saldar suas próprias dívidas. São inúmeros os pedidos de “paciência” a *Boris Frères* e alargamento dos prazos de pagamento, pela impossibilidade de efetuarlos. O comerciante Manuel Caminha, de Icó, comunicava em 1876 que “ainda não [podia] saldar sua dívida porque a crise que [atravessavam tinha posto aqueles] sertões em tais apuros que os recebimentos quase que só [tinham sido] em bens (animais e terras) para não perderem totalmente”.

setembro do corrente ano, restando só uma de 1:000\$000 réis de junho, quando ele [pretendia] ir à Fortaleza” (ABF). Clemente Bussoms, de Aracati, escreveu em carta de 9 de fevereiro do mesmo ano: “Remetemos uma ordem a favor de V. S. a 90 dias de vista de 200 libras contra o Sr. Duarte Platter, de Liverpool, que se dignarão ficar com ela pelo câmbio mais favorável a bem de nossos interesses, prestando-nos logo a conta de vencimento. Do líquido produto se servirão deduzir nosso aceite de 844\$400 réis vencido no fim do mês passado e o restante farão o favor de entregar aos amigos Irmão B. Plácido de Carvalho, comerciante desta praça, exigindo do mesmo recibo” (ABF).

⁴⁰ Considerando-se as condições das vias e meios de transporte então existentes, é possível compreender a carestia desses fretes. O comerciante Cândido Monteiro informava à Casa Boris, em 4 de setembro de 1876: “O algodão [em Icó] vende-se a 3\$800 a 3\$900 de primeira sorte por 15 quilos, frete para o Aracati 2\$600 por saca” [sic] (ABF). Em 1874, o seguro terrestre das mercadorias da Casa Boris estava contratado com a “Cia. Aliança”, cujos agentes na província eram Joaquim da Cunha Freire & Irmãos.

Foi nesse contexto, de crescente dependência dos comerciantes nativos à Casa Boris, que ocorreu um mecanismo muito frequente de pagamento de dívidas: aquele que se fazia com matérias-primas. Esse tipo de pagamento era tanto mais usual quanto mais descapitalizada era a economia e o próprio Código Comercial de 1850, em seu artigo 354, dispunha que a letra de câmbio podia ser paga em mercadorias.

No caso do Ceará, e segundo o seu presidente, em relatório de 1872, inexistiam bancos de crédito, o que entravava a produção e o comércio na província. Dizia, então, ele:

É fácil de calcular-se os grandes embaraços com que lutam os agricultores, tendo-se também em linha de conta a carestia de dinheiro.

A falta de um estabelecimento bancário é sensível. A praça desta capital ressen-te-se da ausência de capitais para o seu movimento. Desde que não tem o primeiro instrumento de permuta não pode funcionar com a segurança e liberdade tão desejadas. Seus movimentos são acanhados e duvidosos...

A província sofre grandemente em seus vitais interesses com este estado de coisas. A renda pública ressen-te-se do mesmo desânimo do comércio.

Um banco de desconto com o capital de mil contos de réis seria um dos maiores benefícios que se poderia fazer ao comércio e ao lavrador.

A transação mercantil, em que se pagavam dívidas com matéria-prima, era comum a outras regiões do Brasil. Marc (1890), descrevendo o comércio em Manaus e Belém, dizia:

[Em Belém] vê-se que os estrangeiros ocupam um lugar importante, seja por seu número, seja por sua posição nos negócios. Dois terços das transações estão em suas mãos (1890, p. 27).

[Em Manaus] Todos, estrangeiros ou nativos, comerciavam da mesma forma; eles expedem seus artigos misturados, verdadeiras pacotilhas, para os diversos afluentes do grande rio, para a Venezuela, o Peru, a Bolívia e recebem em troca a borracha, o cacau e os diversos produtos da região (1890, p. 63).⁴¹

Em suas transações comerciais com a Casa Boris, os comerciantes do Ceará pagaram dívidas com algodão, cera de carnaúba, penas de ema, couros, borracha e jaborandi. Representativa destas transações é a carta do comerciante João Antonio Cavalcanti, de Sobral, escrita em 1876, na qual ele comunicava que “remetia 23 sacos de algodão em pluma para pagamento de uma letra a vencer em 31 de dezembro”, acrescentando que “[esperava] a generosidade [de Boris Frères] que os [receberia] pelo melhor preço que eles [lá tivessem], visto ser em pagamento e antes do vencimento da letra”.

Essa esperada “generosidade”, entretanto, revelou-se falha: Afonso Luís Pereira da Silva, com casa comercial em Aracati, protestou, em cartas à *Boris Frères*, entre os anos de 1875 e 1876, contra a avaliação do algodão em pagamento de dívidas, numa atitude bastante comum entre os comerciantes. Enviou, segundo ele, algodão “de excelente qualidade”, “escolhido pessoalmente”, e para ele pôs seu preço. A Casa Boris, porém, deu outra classificação ao produto recebido, acusou outro peso, que não aquele discriminado pelo comerciante em sua remessa, e rebaixou seu valor. Apesar dos protestos, uma vez que “seu prejuízo seria grande”,

⁴¹ Descrevendo o comércio em Manaus, diz o autor: “Nós temos lá alguns compatriotas franceses cujos magazines revelam o gosto parisiense, ou pelo menos natês ou bordelês, por exemplo, os senhores Potthey V. Robert & Cie., comissão e banco, dirigida pelo sr. H. de la Baume; Bard & Cie., idem; Kahn, Polack & Cie, comissão e varejo; Charréard & Kahn; Isidore Norat, Léon Gaggi, E. Levy, Louis Schill Frères, bijuterias; G. Debustgne, relojoeiro. O senhor Jacquot d’Anthouay tem o Hotel da França, onde se desfruta de conforto, próximo à cidade. O senhor Berger possui um estabelecimento rural. As fachadas de inúmeros magazines são em francês, sobretudo na rua Municipal e na rua Boa Vista: ‘Au printemps’, ‘Au Louvre’, ‘À Notre-Dame-de-Paris’, ‘Café Chic’, etc. Fala-se francês por todo canto, muito inglês e, às vezes, também alemão” (p. 62-63).

esse comerciante aceitou as condições impostas e continuou pagando os artigos manufaturados que comprava com matérias-primas até que a seca de 1877 abalasse em definitivo seus negócios.⁴²

Os protestos e reclamações de comerciantes, porém, não se limitaram a essa questão. Além daquelas já citadas sobre estragos por acidentes no transporte, foram frequentes também as que se fizeram com relação aos preços e à qualidade das mercadorias que adquiriam à Casa. Diziam eles que “em Pernambuco [encontravam] preços mais baixos para todas as mercadorias e mais atenção aos fregueses”, enquanto que na *Boris Frères* “os preços eram exorbitantes”, principalmente se comparados à sua qualidade.⁴³

Essa questão da qualidade das mercadorias comercializadas por franceses já havia sido apontada por Gallès (1861, p. 12), ao analisar as condições do comércio francês no Brasil. Referindo-se especificamente aos vinhos, dizia ele:

Nossos vinhos de Champagne [encontrariam no Brasil] uma saída bastante considerável se os expedidores deste artigo soubessem se restringir a um comércio honesto, leal, ao invés de inundar os portos do Brasil com suas composições farmacêuticas, nas quais entra um pouco de tudo (exceto vinho); esta falta de honestidade comercial, que felizmente só ocorre com este artigo, produz, contudo, um efeito muito prejudicial sobre a generalidade de nosso comércio.

Freyre (1977, p. 132-133), abordando esta presença sob o ponto de vista comercial e comparando-a a dos franceses, observa:

⁴² É interessante observar que esse comerciante também tinha dívida com *Gradwohl Frères e Lévy Frères*, como se lê em sua carta de 18 de outubro de 1877, na qual comunica a liquidação de sua casa.

⁴³ Havia queixas de que os preços da *Singlehurst & Co.* eram melhores, assim como a qualidade de suas mercadorias. O Código Comercial estabelecia, no seu artigo 201, que “Sendo a venda feita à vista de amostras, ou designando-se no contrato qualidade de mercadorias conhecida nos usos do comércio, não é lícito ao comprador recusar o recebimento, se os gêneros corresponderem perfeitamente às amostras ou à qualidade designada; oferecendo-se dúvidas será decidida por arbitradores”.

São os próprios viajantes franceses do século XIX – os mais independentes e os mais objetivos dentre eles – que reconhecem a superioridade dos ingleses sobre os franceses em técnica e mesmo em ética comercial. Que contrastam os métodos ingleses com os métodos franceses. D'Assier lembra que ‘negócio francês’ chegou a tornar-se no Brasil expressão semelhante a ‘negócio púnico’. [...] qualquer artigo europeu [na época], mesmo arcaico ou gasto, era anunciado pelos importadores como perfeito e novo; e vendido aos brasileiros mais incautos por muitas vezes, não digo o valor, mas o justo preço.

Uma outra estratégia comercial bastante usada pela Casa Boris, além daquela que mencionamos mais acima, era a remessa de mercadorias extras – e não apenas amostras –, com aquelas que haviam sido solicitadas. Se considerarmos as dificuldades de comunicação existentes na província, devido às grandes distâncias e ao tempo necessário para percorrê-las, podemos entender a razão dessa estratégia: em geral os comerciantes acabavam ficando com essas mercadorias e, evidentemente, pagando-as.⁴⁴ Havia, porém, quem também nesse caso resistisse: Frederico Roiz Pimentel disse, em carta de 1876, que na caixa em que haviam chegado as fazendas que ele pedira, havia também “toalhas tão velhas, feias e ordinárias e [era] tal o seu estado que só [lhe] parecia que elas vieram em falta de papel sujo para encher a caixa”. Acrescentou ele que não as comprara e que não as queria “por preço algum”.

Os comerciantes da província reclamavam ainda do habitual procedimento da *Boris Frères* de cobrar as letras anteriormente ao prazo que havia sido contratado para saldá-las, ou seja, antes de seu vencimento. É bom lembrar aqui que atraso no pagamento das mercadorias implicava

⁴⁴ Miguel Francisco do Monte, em carta de outubro de 1877, lembrava à Casa Boris que, em agosto, havia solicitado 30 peças de chita, prevenindo-a de que mandasse somente o que ele pedia, e que, no entanto, havia sido enviado o dobro. Apesar disso, o comerciante aceitou a letra referente a esse excesso (ABF). É possível supor que, pela mesma razão, os comerciantes acabavam se contentando com mercadorias que não correspondiam às amostras antes enviadas.

na cobrança de uma taxa de juros, que era arbitrada, provavelmente, pelos grandes comerciantes, uma vez que inexistiam bancos oficiais.⁴⁵

Dispondo de capital e tendo estabelecido uma extensa rede de contatos, alicerçada na distribuição de mercadorias, fosse na importação ou na exportação, a *Boris Frères* passou a atuar também como casa comercial com função bancária.

Representativa dessa atuação é a carta do comerciante, de Fortaleza, Joaquim Francisco dos Santos, na qual ele solicita um empréstimo em dinheiro, por quarenta dias, no valor de 150\$000 réis, “pagando-se os juros que [tratarem]”.

Discorrendo sobre as tentativas infrutíferas de criação de bancos de crédito na província, Girão (1947, p. 277) afirma que “a riqueza [do Ceará] ainda por muito tempo, longas décadas, havia de correr apenas escorada ao amparo de casas comerciais que acanhadamente supriam os seus benéficos efeitos”.

Esse “acanhamento”, porém, parece não se ter feito presente no valor da taxa de juros cobrada para empréstimo em dinheiro. Foi a própria Associação Comercial do Ceará, em relatório de 1872, que protestou dizendo que “[o crédito na província estava] à mercê da agiotagem que a prêmios onerosos [sugava] os proventos de um comércio sem nenhum auxílio. Os descontos [na] praça [regulavam] desde muitos anos de 12 a 18% ao ano e assim o comerciante não [conseguiu] expandir seus negócios”.⁴⁶

⁴⁵ Antônio Regino do Amaral, comerciante de Sobral, dizia, em carta de 28 de março de 1877, que “[a Casa Boris] reclamava os juros de dias do pagamento das faturas”, mas como as fazendas e camisas por ela remetidas estavam avariadas, ele julgou que não cobraria os juros e, por isso inclusive, havia feito novas compras à Casa, “julgando estar quites com [a *Boris Frères*]” [...] (ABF). Infelizmente, não encontramos menção, na correspondência examinada, à taxa de juros cobrada por atraso no pagamento das letras. Girão (1947, p. 325), traz uma referência a essa taxa como sendo de 1 1/2 por cento ao mês. Essa referência, entretanto, diz respeito ao ano de 1850.

⁴⁶ RELATÓRIO da Associação Comercial, de 1872. In: CEARÁ. Presidente de Província (João Wilkens de Mattos). Relatório à Assembleia Provincial no dia 20 de outubro de 1872, apenso G, p. 6.

É interessante observar que há uma discordância, nessa fonte consultada, a respeito da taxa de juros. O presidente de província em seu próprio relatório, à página 43,

As casas bancárias supriam ainda de capital os proprietários de terra carentes de crédito para a produção, e continuaram a fazê-lo mesmo quando já havia bancos instalados no estado. É o que demonstra Girão (1947, p. 413), ao dizer:

O crédito do agricultor é praticamente nulo. Pode possuir léguas e léguas de terras e não conseguirá levantar empréstimo algum com a garantia de suas propriedades.

Os bancos e casas bancárias não fazem adiantamento sob penhor de animais ou de safras pendentes. O único recurso de que o lavrador pode tirar o preciso para as suas necessidades de urgência é o produto de pronta venda que entregará ao comprador, embora a sua cotação lhe deixe prejuízo.

[...] Para o agricultor o máximo de crédito consiste na venda antecipada das colheitas, por um preço mínimo.

Na documentação de que pudemos dispor para a pesquisa, não encontramos menção a empréstimos em dinheiro a proprietários rurais. Devemos lembrar, porém, que a correspondência por nós examinada é relativa exclusivamente às relações da Casa Boris com comerciantes. Dessa forma, não devemos excluir a possibilidade de que esse tipo de empréstimo tenha existido e mesmo constituído uma das formas de absorção, pela *Boris Frères*, de matérias-primas produzidas na província e destinadas à exportação. Lemenhe (1983, p. 137-138) bem resume esse quadro ao dizer:

afirmava que “os descontos [regulavam] de 12 a 24% ao ano, e ainda assim nem sempre [havia] quem [descontasse]”. Dessa forma, há uma diferença de 6%, entre os dois relatórios, quanto à taxa máxima cobrada ao ano. Guabiraba, M. C. de Araújo, em “Ceará – A crise permanente do modelo exportador”, p. 55, referindo-se às décadas de 1950 e 1960, considera que “cabia às firmas comerciais estabelecidas no Ceará a concessão de empréstimos; no entanto, os juros cobrados, na faixa de 2 a 2,5%, eram considerados extorsivos, provocando protestos”. Não há referência na documentação examinada ao valor da taxa de juros cobrada pela *Boris Frères* sobre empréstimos em dinheiro.

Num tempo em que o dinheiro era escasso e inexistiam agências bancárias, apesar das tentativas da administração provincial nesse sentido, [as firmas comerciais] deveriam prover os produtores com recursos, sob a forma de empréstimos ou da compra antecipada da produção. Garantia-se, assim, a ampliação do capital nas mãos dos comerciantes da praça de Fortaleza e a remessa para ela da produção.⁴⁷

As dívidas, especificamente de comerciantes da província com a *Boris Frères*, tenderam a agravar-se à medida que os preços do algodão começaram a declinar, ainda na década de 1870.⁴⁸ Assim, foram muitos os comerciantes, sobretudo da capital, que entraram em processos de concordata e falência. Nesses processos, a *Boris Frères* esteve presente como casa comercial credora.

A seca de 1877 somou-se a esse quadro, agravando a situação financeira de várias casas comerciais. Bastante expressiva da condição dessas

⁴⁷ O primeiro banco de crédito a funcionar na província foi o Banco do Ceará, em 1893, cuja falência, entretanto, foi decretada em 1916, “requerida judicialmente pelo The Nacional City Bank of New York” (GIRÃO, 1947, p. 283). Ainda segundo esse autor, a partir de 1910, tem início para o Ceará “uma fase de maior interesse pelas coisas do crédito, com a instalação [...] da filial do *London and Brazilian Bank Limited*” (GIRÃO, 1947, p. 283). Marc (1890), porém, dizia que Fortaleza já tinha, em 1890, duas agências: uma do *London and Brazilian Bank* e outra do *English Bank of Rio de Janeiro* (P-174). É provável que a instalação de agências desses bancos ingleses tenha sido realmente em período anterior àquele apontado por Girão (1947), uma vez que ambos foram autorizados a funcionar no Brasil no começo da década de 1870. Segundo o *Annuaire-almanach Didot-Bottin*, no volume II, referente ao ano de 1874, essas duas agências já funcionavam na cidade de Recife. A primeira agência do Banco do Brasil, no Ceará, foi aberta em Fortaleza, em 1913.

⁴⁸ A produção e exportação de algodão pelo Ceará tiveram grande incremento em consequência da Guerra de Secessão nos Estados Unidos, grande fornecedor para o mercado mundial. Em termos de valores de exportação desse produto pela província, o ano fiscal de 1871-72 registrou o mais alto índice (4:503:356\$000) de todo esse período de crescimento. A partir daí, porém, a cotonicultura decaiu, tanto em valores como em quantidade exportada. No ano de 1875-76, os valores de exportação voltaram a restringir-se a menos de 1.500 contos de réis, marca que havia sido ascendentemente ultrapassada de 1865-66 em diante. A seca de 1877 baixaria esse valor para menos de 500 contos de réis, até o reerguimento nos anos 1880.

casas, frente à *Boris Frères*, é a carta de João Antônio Cavalcanti, de Sobral. Escreveu ele em 1877:

A seca que tem este ano flagelado esta província, como a ninguém é estranho, há poderosamente influído em todos os ramos da indústria e comércio, de maneira que grandes e incalculáveis prejuízos temos sofrido e continuaremos a sofrer.

A lavoura fonte produtiva para as diversas transações comerciais não nos pode auxiliar porque, como não ignoram V. S., desapareceu quase em sua totalidade.

Assim, pois, por estas causas tenho sofrido com grande falta de pagamento por parte dos nossos devedores, a quem, por sua vez, o mal tem atingido ficando-lhes a esperança com alguns recursos para no futuro melhorarem de sorte a poderem liquidar os seus débitos.

Nas condições deles acho-me para com V. S. e os outros meus credores com a diferença de que disponho de mais prompts e melhores recursos, para com algum prazo saldar todas as minhas contas, o que na crise atual não me é possível, mas com um prazo razoável, que me dê tempo a liquidar com meus devedores as suas contas, cuja importância por si só excede o duplo do passivo da minha casa, satisfarei a todos os meus compromissos. Não peço aos meus credores abatimento algum, desejo é que atendendo às circunstâncias do tempo me ajudem e concedam-me um prazo a fim de poder pagar-lhes integralmente, e isto se tem feito a outros em melhores tempos.

Estou encarecido no comércio, procurando sempre sustentar o meu crédito e, sendo pontual com meus pagamentos, se deve ao menos atender a isto.

Esperando que o meu pedido será bem acolhido por V. S., desde já lhes sou eternamente agradecido.

É importante observar, em relação a essa carta, e a tantas outras, que ela é redigida justamente por aquele tipo de comerciante que, na hierarquia da cadeia de distribuição de mercadorias, ocupava o lugar imediatamente posterior aos das grandes casas comerciais estrangeiras. Isto equivale a dizer que os maiores comerciantes nativos, que atuavam como atacadistas, sofreram o impacto da crise, tanto maior quanto se acumulavam suas dívidas com casas como a *Boris Frères*, não recebiam de seus próprios devedores e amargavam estoques de mercadorias sem saída.

Outro exemplo, bastante elucidativo desta situação, foi a Santos & Filhos, também de Sobral, que, em processo de concordata, pagou 300\$000 réis à Casa Boris, como parte de suas dívidas, e pediu um prazo de cinco meses para saldar o restante. Não tendo conseguido restabelecer-se, entrou em falência. O procurador da *Boris Frères* informou-lhe, em carta de 13 de agosto de 1878, que, depois de feito o balanço, apareceu “um capital em fazendas e mercadorias” de mais de 5:000\$000 réis e acrescentou: “a bem da confiança, tenho a dizer-lhe que em sua casa, além do capital verificado no balanço, dispõe mais de 2 ou 3 escravos e um sobrado que é considerado o primeiro edifício de Sobral, valendo mesmo na época que atravessamos de 8 a 10 contos de réis, para o qual existem compradores. Podem, portanto, satisfazer suas contas”.

Se comerciantes importantes na província se viram em tais apuros, bem diversa, com certeza, foi a vivência da crise da seca de 77 pelas casas estrangeiras.

Em primeiro lugar, se a falência de casas comerciais, por um lado, alterou o sistema de distribuição de mercadorias, na medida em que desapareciam intermediários até então atuantes, por outro lado, não implicou, necessariamente, em prejuízos financeiros para casas como a *Boris Frères*. Afinal, eram eles os credores e, como tal, estiveram presentes nos processos de concordatas e falências. É o que pode ser observado com relação ao pedido de concordata da casa comercial de Clemente Bussoms, em Aracati. Tinha, entre seus credores e comerciantes de Pernambuco e mesmo de Liverpool, ao lado da Casa Boris. Foi a esta últi-

ma, entretanto, que coube a propriedade da Casa de Bussoms, que já lhe estava hipotecada.⁴⁹

É importante observar, aliás, que, nos registros do 1º Cartório de Fortaleza, nos livros de número 1 a 32, que cobrem o período de março de 1847 a julho de 1910, existem 68 escrituras nas quais a *Boris Frères* consta como credora ou compradora. Dessas, 42 são escrituras de hipotecas, sendo 2 na década de 1870, 11 na de 1880 e 13 na de 1890. Nos livros 9 a 21, do 2º Cartório da capital, referentes ao período de 1880 a 1902, ela aparece registrada nas mesmas condições, isto é, como credora ou compradora, em 22 escrituras, das quais 10 são de hipotecas e referentes à década de 1890, com exceção de uma delas, no ano de 1884.

Em segundo lugar, durante a seca de 77, a *Boris Frères* participou de um ativo comércio de importação de gêneros de primeira necessidade. Isso significa que, dada a sua condição de grande casa importadora-exportadora, ela pode contar com um comércio alternativo, em época de crise da produção cearense das matérias-primas tradicionais de exportação, consequentemente, de crise de consumo dos artigos manufaturados importados. Para as suas relações com clientes falidos, surgiu um sucedâneo: o próprio governo provincial. Mais do que isso, porém, a especulação com esses gêneros, então ocorrida, permitiu-lhe, provavelmente, um acréscimo nos lucros que já lhe estavam assegurados.

Durante a seca, que se estendeu até 1879, o governo provincial agiu no sentido de acordar, com os maiores comerciantes, o abastecimento da província. Foram então instaladas “Comissões de Socorros Públicos” e “Juntas de Compras”, articuladas às Mesas de Rendas – organismos que cuidavam da cobrança de impostos – em diferentes cidades.

Foi nesse contexto que a *Boris Frères* efetuou lucrativos negócios, por intermédio do comerciante Brurmschiveiberg. Estabelecido em Aracati – importante núcleo de distribuição de gêneros na seca –, ele recebia mercadorias em consignação daquela Casa.

⁴⁹ A escritura de hipoteca da Casa foi registrada em dezembro de 1877, no Livro nº 8, folha 57, do 1º Cartório de Fortaleza, referente à escritura de hipotecas, que se encontra no Arquivo Público do Ceará.

Nessa posição, Brurmschiveiberg os manteve permanentemente informados das necessidades do mercado nesse período, deles recebendo os gêneros a serem vendidos à Junta de Compras de Aracati.⁵⁰ Por três cartas suas de novembro e dezembro de 1879, verifica-se que a *Boris Frères* tinha a receber então na Tesouraria da Fazenda 16:981\$900 réis, referentes a centenas de sacas de feijão e arroz vendidas por seu intermédio.

Os lucros a serem aí auferidos dependeram, em parte, da concorrência de Levy Frères – estabelecido em Aracati – e, em parte, do governo imperial, que remeteu produtos alimentícios para a província nesse período crítico.

Quanto à “concorrência” do próprio governo no auxílio à província, Brurmschiveiberg dizia, em carta de 1878, que havia conversado com um dos Boris e que este lhe havia dito que “o mercado [teria] de efetuar, uma vez que o governo suspendeu suas remessas de víveres, grandes vendas destes”. Essa “esperança” manteve-se sempre acesa, pois, em outra carta, datada de um ano depois, ele escrevia que “os alimentícios ficam um pouco desanimados, mas este estado terá de desaparecer logo que os suprimentos do governo não sejam feitos a tempo oportuno”.

A casa comercial *Lévy Frères* disputou palmo a palmo esse mercado carente e faminto com a Casa Boris, trabalhando, provavelmente, em consignação para a *Gradvohl Frères*. Nessa disputa, não era incomum que enviassem telegramas ao presidente da província ofertando gêneros, como fez Brurmschiveiberg, em nome da Boris. Informou ele que dispunha de “1000 fardos de charque”, a José Júlio de Albuquerque e Barros, que governou o Ceará de 1878 a 1880.⁵¹ Mas os acordos, eventualmente feitos com o governo, eram, por vezes, desfeitos em função da concorrência mencionada. Assim, o presidente da província, que havia

⁵⁰ Em carta de 27 de setembro de 1879, Brurmschiveiberg informava que, atendendo ao pedido da Comissão, o presidente da província iria novamente mandar a Junta de Aracati efetuar compras e acrescentava “além disto, tem havido outra vez alguns transportes de gêneros para uma ou outra Comissão no sertão” (ABF).

⁵¹ Nesta mesma carta, Brurmschiveiberg comunicava a Boris que o presidente ainda não havia respondido à sua oferta. (ABF).

tratado a compra de arroz com a Casa Boris a 3\$200 réis a arroba, ofereceu depois 3\$000 réis, o que, segundo Brurmschiveiberg, deveu-se ao fato de que a *Lévy Frères* vendera ao governo a mesma mercadoria por este último valor.

Nessa concorrência pela venda de gêneros de primeira necessidade, de que a população da província carecia e que eram pagos com a renda pública, as amizades pessoais, com membros da Comissão de Socorros Públicos e da Junta de Compras, parecem ter sido senão decisivas, pelo menos importantes, na conquista de uma posição privilegiada, por parte dos grandes comerciantes atacadistas. É o que se depreende do conteúdo de algumas cartas enviadas por Brurmschiveiberg à *Boris Frères*, no segundo semestre de 1879.

Em agosto desse ano, esse comerciante comunicava satisfeito que “[esperava-se que o Coriolano [entrasse] em exercício [naqueles] dias, e [falava-se] que [entrariam] para a Comissão [seus] amigos Adelario e Dr. Tavares”. Dias depois, ele concluía em outra carta: “certamente agora também chegou a minha vez de poder fazer grandes vendas de gêneros: felizmente já passou o tempo calamitoso dos Mirandas, José Maria”.⁵²

A certeza de Brurmschiveiberg de que, a partir daí, poderia fazer bons negócios públicos, graças às relações privadas de que usufruía, confirmou-se nos meses seguintes. Em outubro, ele escrevia aos Boris:

A Comissão de Socorros desta cidade acaba de pedir à sua Exc. a reunião da Junta para se efetuar novas compras de gêneros para socorros, quando isto tiver lugar lhes comunicarei pelo fio. Este pedido da Comissão ainda não foi publicado e, por consequência, anda em segredo e só o comunico aos amigos para conhecerem a boa posição em que estou colocado, com relação à venda de gêneros.

Em novembro, esse comerciante conseguiu vender 600 sacas de feijão a 195\$000 réis o quilo e “não mais do que isso”, porque a Junta de

⁵² Tratava-se aqui de Coriolano Francisco Ramos, que assumiu o cargo como administrador da Mesa de Rendas de Aracati, nesse período.

Compras comprou o mesmo gênero também de Levy Frères. Mas, como ele explicou à Casa Boris, “o Coriolano, sendo a primeira compra que fez, quis admiti-lo, a fim de guardar as conveniências devidas”.⁵³

Em meio a esse quadro, a estocagem de gêneros alimentícios, visando a uma subida forçada dos preços no mercado, foi prática frequente. Na mesma carta acima, e em várias outras referentes a esses anos, o autor aconselhava a *Boris Frères* a enviar as mercadorias para serem estocadas. Esse procedimento era tanto mais garantidor de lucros quanto a carência de gêneros permitia, por vezes, um monopólio e a imposição de preços, dele decorrente. Foi ainda Brurmschiveiberg quem comunicou à Casa Boris que, como somente eles tinham estoque de feijão e arroz, faziam vendas “por bom preço, visto [serem] os únicos possuidores de tais gêneros”. Essa mesma condição permitiu que, tendo esse comerciante “emprestado” 100 sacas de arroz à Comissão de Socorros Públicos, para “completar a distribuição aos indigentes”, acatasse as ordens de *Boris Frères* para não vender por menos de 195\$000 réis a saca.

Especulava-se também, em meio à fome na província, com a qualidade desses gêneros. A venda para o governo, de 205 fardos de charque “em mau estado”, foi por este “duas vezes recusada” no começo do ano de 1879. Mas, ao final do mesmo ano, Brurmschiveiberg comunicava, com satisfação, à Casa Boris que tinha conseguido vender 300 sacas de arroz mais caras do que a do concorrente “porque o médico Manuel Francisco [da Comissão de Socorros Públicos] achou de melhor qualidade”.

Sem dúvida alguma, esse contexto de carência dos alimentos de primeira necessidade na província do Ceará favoreceu àquelas grandes casas atacadistas, como a *Boris Frères*. Afinal, foi seu próprio agente em

⁵³ É interessante observar que, em carta datada de um dia depois, Brurmschiveiberg enviou anexo o “título de administrador de Mesa de Rendas de Aracati”, de Coriolano Francisco Ramos, para que Boris “o fizesse registrar” em Fortaleza. (ABF).

consignação, estabelecendo em Aracati, que lhe comunicou em carta de 1878: “Sem cessar, continuam as entradas de retirantes e é para presumir que brevemente voltem as boas quadras para vendas de alimentícios”.⁵⁴

Dessa forma, a *Boris Frères*-filial pôde estabelecer, nos anos 1870, as bases seguras de sua presença comercial na província. Suas lucrativas relações com o mercado cearense, que não foram abaladas pelos anos de seca – muito ao contrário – se desdobrariam, a partir dos 1880, em novas atividades, colocando-a em posição cada vez mais importante no Ceará. Esse desdobramento, em suas linhas mais gerais, constitui o tema do capítulo final.

⁵⁴ Diz Girão (1947, p. 390), em relação ao número de retirantes em Fortaleza e Aracati: “Cedo Fortaleza converteu-se na metrópole da fome [...]. Em dezembro já estavam aí, a mais, 85.000 pessoas que, em março de 1878, eram 100.000 e em setembro 114.000 [...]. Aracati, cidade de 5.000 habitantes, estava comportando mais de 60.000”.

O mar do Ceará é o açude dos Boris e a justiça, a sua mãe.

(dito popular cearense na República Velha)

Tempos de consolidação e expansão (1880-1930): um mercado conquistado

A atividade da *Boris Frères*, nos anos 1880, apresentou, ao mesmo tempo, sinais de consolidação e indicativos de uma expansão constante.

Primeiramente há a considerar que, nesses anos, a Casa passou a atuar como agente de companhias de seguro e navegação. A relação entre casas comerciais e essas companhias era comum na época e sua importância residia no fato de que significava uma garantia de transporte regular de mercadorias, além de, podermos supor, um acréscimo nos lucros dessas casas. No caso específico da *Singlehurst & Co.*, no Ceará, a atividade marítima confundia-se com a comercial, na medida em que essa empresa era também proprietária da *Red Cross Line of Mail Steamers*. Souza (1968, p. 14) afirma, com relação às casas estrangeiras presentes na província no século XIX, que, entre elas,

[...] figuravam as maiores firmas da praça, não só pelo vulto dos negócios, como também porque, funcionando igualmente como agentes de vapores e de seguros, gozavam de preferências e vantagens nos embarques, inclusive nos seguros de mercadorias.¹

¹ Marc (1890, p. 174) diz que, no Ceará, “uma das casas [comerciais] mais ativas é a dos senhores Boris Frères, agentes do comitê de seguros marítimos de Paris”.

A *Boris Frères* foi, assim, agente da companhia de navegação francesa *Chargeurs Réunis*, do Havre, que em 1883 ensaiou uma linha ao Pará, com escalas que incluíam o porto de Fortaleza. Essa linha teve curta duração, tendo sido suprimida, aproximadamente, dois anos depois. Foi, provavelmente, por esse motivo que ela passou a ser agente da alemã *Hamburg Süd-Amerikanische – Dampfschiffahrts-Gesellschaft*, de Hamburgo, que igualmente estabeleceu linha para o Pará, com escalas que incluíam portos do litoral setentrional do Brasil.²

A incorporação dessa nova atividade revigorou os elos com o mercado internacional e, provavelmente, diversificou-os. Vimos que, no tocante às mercadorias estrangeiras importadas, a *Boris Frères* não se restringiu apenas àquelas de origem exclusivamente francesa. Podemos supor que a ligação com a companhia de navegação alemã teve, como contrapartida, uma importação crescente pela Casa de artigos com essa origem, assim como uma exportação dos produtos do Ceará com destino à Alemanha. Já mencionamos a concorrência imposta por esse país à preponderância inglesa e à presença francesa, no mercado brasileiro como um todo, a partir da década de 1870. No caso específico da província do Ceará, podemos observar, pela Tabela 17, a participação da Alemanha no movimento de importação e exportação pelo porto de Fortaleza, nos anos de 1885-86 e 1886-87. Deve ser notado que, no tocante à exportação, os valores relativos a esse país são superiores àqueles referentes à França, embora bastante inferiores aos da Inglaterra e, ainda, aos dos Estados Unidos.³

² A *Boris Frères* foi ainda agente de uma companhia de navegação brasileira, a “Cia. Pereira & Carneiro”. É importante notar que esse elo com companhias de navegação manter-se-ia por muitas décadas e, ainda hoje, a empresa opera com navegação.

³ No questionário, aplicado entre os comerciantes franceses de São Paulo pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros, ao final da década de 1890 – sobre as causas da diminuição do comércio francês no Brasil, foram colocadas as seguintes questões: “o comércio francês aumentou ou diminuiu em São Paulo, nos últimos dez anos? Seguiu ele o movimento geral de crescimento neste estado? Manteve-se nos seus antigos índices?”. Um dos questionados, o comerciante Manfred Meyer respondeu de forma objetiva: “Os alemães ocupam o primeiro lugar. Encontramos seus artigos nas casas de nossos compatriotas. Isto explica a diminuição efetiva de nossas transações, sob uma aparência de aumento”.

Tabela 17 – Porto de Fortaleza: valor oficial das importações/exportações, por principais países de origem/destino, nos anos de 1885-86 c 1886-87, em contos de réis.

PAÍSES	IMPORTAÇÃO		EXPORTAÇÃO	
	1885-86	1886-87	1885-86	1886-87
Inglaterra	1.805	2.517	1.805	2.788
França	218	280	62	132
Alemanha	154	231	324	252
EUA	102	198	969	599

Fonte: AN, *série* F12, *carton* 9218, relatórios sobre as importações e exportações do Ceará, respectivamente, de 1º de julho de 1886 a 30 de junho de 1887 e 1º de julho de 1886 a 1º de julho de 1887.

Paralelamente a essa atividade da Casa junto a companhias de navegação, a família Boris passou a representar os interesses consulares franceses na província. Vimos que, por um lado, foram os comerciantes franceses mais importantes que exerceram, em geral, a função de agentes consulares no Brasil e que, por outro lado, no Ceará, essa representação existiu, pelo menos, desde a década de 1850, mas a cargo de comerciantes locais. Em 1883, o cônsul em Pernambuco escrevia ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, comunicando que o posto naquela província estava vago, em virtude da morte de seu ocupante, e sugeria os nomes de Boris ou de Picard, acrescentando que “todos os dois franceses ofereciam as melhores garantias de honorabilidade e de capacidade”.

Foi Isaie Boris, chegado ao Ceará em 1878, o primeiro dos membros da família a exercer a representação consular francesa na província. Essa representação permaneceria com os Boris de 1884 até 1925. A partir daí, por dois anos, ficaria vaga, sendo assumida em 1928 por Adrien Seligman, que era membro da família Boris e dividiu a direção da Casa com Achille Boris no final do século XIX e começo do XX. Na década de 1940, o cargo voltaria para as mãos de um dos Boris – Bertrand, filho de Achille e aí permaneceria até 1977, quando membros da família passaram a exercer o cargo de “cônsules honorários”.

A condição de agentes consulares, ao mesmo tempo em que colocou os irmãos Boris em situação privilegiada entre os comerciantes da

província, exprimia a posição de que já então desfrutavam. O acesso às poucas estatísticas oficiais existentes na época sobre produção e comércio e uma visão bastante global da economia cearense, tendo por foco, sobretudo, o comércio exterior, são patentes nos relatórios que elaboraram e enviaram ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, por intermédio do cônsul de Pernambuco, a quem estavam subordinados na hierarquia consular.

Pudemos localizar apenas três desses relatórios, que fazem parte do acervo do *Archives Nationales* na França. Talvez eles sejam, de fato, os únicos existentes, pois a prática mais comum então era a elaboração de relatórios pelo cônsul da jurisdição – no caso, Pernambuco –, a partir das informações fornecidas pelos agentes consulares espalhados pelas províncias a ela concernentes.⁴

Esses relatórios, que datam de 1888, são referentes ao período 1886-1887. Dizem respeito às “importações diretas de mercadorias estrangeiras no Ceará”, às “exportações para o estrangeiro pelo porto do Ceará” e “ao movimento marítimo”. Neles, o agente consular Isaie Boris indica as principais mercadorias comercializadas, em termos de valores, e preocupa-se em descrever a progressão ou diminuição da participação francesa nesse comércio, frente a seus concorrentes, apontando suas causas.

Sobre as importações, elaborando um diagnóstico que se alinhava com as análises consulares comuns na época, sobre as dificuldades francesas para enfrentar a concorrência no mercado brasileiro, escreveu ele:

Nós [franceses] conservamos, é verdade, nosso terreno para [...] os artigos de luxo e de Paris, mas estamos atrás no que se refere aos artigos de grande consumo. [...] Parece, portanto, que os fabricantes franceses poderiam, estando melhor a par do que se

⁴ Em carta de 18 de maio de 1888, o próprio Ministro dos Negócios Estrangeiros da França dirigiu-se ao cônsul em Pernambuco, Renucoly, solicitando a este que agradescesse, em seu nome, a elaboração dos relatórios a Isaie Boris e comunicando que já havia enviado os mesmos ao Ministério do Comércio e da Indústria.

passa fora de seu círculo, fazer mais do que fazem pela exportação [francesa].⁵

É quando se refere às exportações que Isaie Boris nos revela a importância de sua própria casa comercial na província do Ceará. Comparando os valores dos artigos exportados, em exercícios diferentes, diz ele, autoqualificando a *Boris Frères*:

[...] Eu conto que as cifras para o exercício de 1887/1888 serão sensivelmente mais elevadas porque a principal Casa da praça, dos senhores Boris Frères, expede algumas centenas de contos de réis para o Havre em café, algodão e outros produtos e eles tiveram a satisfação de saber que as fábricas de fiação francesas estariam mais dispostas a empregar os algodões do Ceará.⁶

Essa postura “crítica” e “patriótica” de Isaie Boris, que se depreende através da leitura de seus relatórios, cabia-lhe assumir no desempenho do papel de agente consular. Evidentemente, não encontrava correspon-

⁵ Segundo seu autor, a província do Ceará importava da Alemanha: artigos de decoração, trutas secas e sementes, bebidas, perfumes, móveis, tecidos, papelaria, cimento, cristais e porcelanas, cobre e latão em folha e trabalhados, instrumentos de música, etc. Dos Estados Unidos provinham também, além da farinha de trigo, máquinas para costurar peles, para descaroçar algodão e petróleo.

⁶ Observe-se que temos aqui, com relação aos anos 1880, uma menção à exportação de café pela Casa Boris, diferentemente da década anterior, para a qual não encontramos nenhuma referência. O cônsul de Pernambuco, num relatório sobre a província do Ceará, datado de 1885, portanto anterior aos relatórios de Isaie Boris, dizia: “[O café cearense] era antes expedido quase que exclusivamente para o Havre e parecia aí ter obtido, ultimamente, a volta de um favorecimento; mas, nesse meio tempo, ele já havia tomado o caminho de Hamburgo e de Liverpool, de onde será difícil tirá-lo”. Com relação à questão de disposição de fábricas de fiação francesas a trabalharem com o algodão do Ceará, mencionamos no capítulo 4 a argumentação de um Cônsul, segundo o qual a França tinha pouco interesse no algodão da província do Maranhão pelo fato de que seriam necessárias certas adaptações técnicas em suas fábricas de fiação, visto ser esse algodão de fibra mais fina do que os de Pernambuco e Paraíba. Supomos, pois, a partir da observação de Isaie Boris, que o mesmo problema ocorria com o algodão cearense.

dência na sua prática de comerciante, na qual os lucros da Casa, que estavam em primeiro lugar, poderiam aumentar na relação comercial com a Alemanha.

Era aos irmãos Boris, na condição de agentes consulares da França, gozando de prestígio pela importância comercial de sua própria Casa, que se dirigia o Ministério dos Negócios Estrangeiros, por intermédio do cônsul de Pernambuco, quando se tratava de obter informações sobre a “solvabilidade” e a “honorabilidade” de outros comerciantes na província. Por esta via, por exemplo, chegaram ao Ministério do Comércio, Indústria e Colônias, em 1889, informes sobre a casa *Jacques Weill & Cie.*, a pedido de um negociante francês.⁷ Assim, detinham eles certo poder de caráter “institucional”, na medida em que constituíam o canal oficial por onde corriam tanto as informações chegadas aos Ministérios franceses sobre a província, como deles oriundas.

Dessa forma, os Boris, enquanto agentes consulares, parecem ter correspondido às expectativas existentes na França – e possíveis no contexto da concorrência alemã – sobre certo “padrão ideal” desses agentes. Comerciantes de grande importância na província, argutos conhecedores de todas as suas potencialidades, com uma casa matriz em Paris, por meio da qual poderiam estar em contato com negociantes e industriais, estabilizar-se-iam como representantes consulares daquele país, à medida que consolidavam sua própria casa comercial.

A partir dos anos 1880, sua atividade exportadora foi diversificada, uma vez que novos produtos passaram a ser comercializados, aí incluindo-se o cacau, a laranja, as sementes de mamona e oiticica, madeiras e seda bruta, “embora com sucesso variável”.⁸ Em relação especificamente à laranja, é interessante observar que, segundo Marc (1890, p. 172-173), sua exportação pela província

⁷ Note-se que esse Jacques Weill colaborou com a *Boris Frères* no seu processo de implantação na província do Ceará.

⁸ *Uma casa chamada Boris*. Observe-se que, entre esses produtos citados, as sementes de mamona e oiticica, das quais se extraem óleos com empregos diferentes, foram aquelas que viriam a ter alguma importância na pauta de exportações do Ceará, no século XX.

começou em 1876, pelo envio, a título de experiência, de algumas caixas à Inglaterra feita por um cultivador da Serra de Maranguape; o negócio deu resultados magníficos e desde então, as expedições foram multiplicadas e generalizadas [e desta forma] viu-se, em dezembro de 1888, nas ruas de Paris, vender estas belas e grandes laranjas pelos comerciantes em pequenos carros e isto ao preço de dez ‘centimes’ [fração do franco].

É provável que esse comércio de laranjas tenha sido iniciado pela *Singlehurst & Co.* na década de 1870 e que, à medida que se mostrou lucrativo, a Casa Boris tenha nele ingressado. Girão (1947, p. 371), discorrendo sobre o cultivo do café no Ceará, observa que esta “quase desapareceu [da serra do Maranguape] substituído pela exploração rendosa da laranja, da banana e outras frutas”.

A base, entretanto, dos negócios de exportação da Casa continuariam sendo os produtos “tradicionais” da província, entre eles o algodão – exportado desde o estabelecimento da *Boris Frères* – e o café, a partir dos anos 1880. A necessidade de obter para o primeiro desses dois produtos melhor colocação e, portanto, melhores preços, num mercado internacional competitivo – o que era de seu interesse enquanto exportadora – levou-a a promover a “distribuição de sementes selecionadas de algodão [...] distribuindo-as aos seus *fregueses*, acompanhadas de convincente circular de oferta e de instrução” (BARROSO, 1973, p. 35-36, *grifo nosso*).⁹

⁹ Discorrendo sobre a cotonicultura brasileira no mercado internacional, após o período favorável que se havia aberto com a Guerra de Secessão americana, diz Singer (1975, p. 360): “Pode parecer, à primeira vista, que nosso fracasso se deve unicamente à volta do algodão americano ao mercado. Mas há outros fatores mais significativos. É que as potências europeias trataram de se liberar o mais depressa possível da dependência do algodão americano, sobretudo após a vitória do Norte na Guerra Civil, a qual permitia prever que os Estados Unidos se tornariam rapidamente poderosa nação industrial, que poderia aproveitar seu monopólio da matéria-prima para dominar também os mercados do produto final industrializado. A Alemanha promoveu o plantio de algodão, em suas colônias do Camerum e do Togo. A Inglaterra

A exportação de algodão pela Casa Boris para o mercado interno é bastante provável – assim como uma importação crescente de tecidos de fabricação nacional –, sobretudo se considerarmos a comercialização de mercadorias de produção local e de outras províncias, já nos anos 1870.

Devemos lembrar aqui que “no final da década de oitenta, as fábricas têxteis do centro-sul do Brasil estavam começando a se transformar no principal ponto de apoio dos lavradores de algodão do norte [...]” (STEIN, 1979, p 61).¹⁰ Foi o próprio Isaie Boris, em seu relatório sobre as exportações, de 1888, quem afirmou, com respeito aos produtos do Ceará exportados para outras províncias brasileiras, que “estava em progresso constante” e que “Rio de Janeiro e Bahia” compravam, sobretudo, algodão. A contrapartida foi uma importação ascendente, pelo Ceará, de tecidos de fabricação nacional. O mesmo relator dizia que “o sul da província importou menos mercadorias estrangeiras por via de Pernambuco, e o norte da província menos por via do Maranhão, mas a

conquistou o Egito e o Sudão, tendo em vista desenvolver ali a cotonicultura. [...] Deste modo, a Grã-Bretanha (e em menor grau a Alemanha e a França) conseguiram se livrar da dependência do algodão americano, promovendo seu plantio ‘dentro’ do Império”. Observe-se que, em 1884-85, na chamada “Conferência do Congo”, em Berlim, Camerum [hoje Camarões] e Togo foram reconhecidos como protetorados alemães; o Egito foi ocupado pelos ingleses em 1882 e no Sudão eles estiveram militarmente presentes a partir da década de 1880.

¹⁰ Monteiro (1985, p. 53), em trabalho em que analisa a relação entre a expansão da cotonicultura no Rio Grande do Norte e o desenvolvimento da indústria têxtil no Sudeste do país, afirma: “A qualidade da fibra brasileira, entretanto, impedia que o país respondesse positivamente ao aumento da procura internacional do algodão. [...] Desta forma, mantinha-se a exportação brasileira para o exterior em índices significantes. Por seu turno, havia uma indústria têxtil nacional que no seu processo de evolução técnica começara produzindo, basicamente, tecidos de qualidade inferior. A esse tipo de tecidos, adequava-se um algodão também de baixa qualidade. Dessa forma, se por um lado havia um mercado externo carente de matéria-prima de boa qualidade, por outro, havia um mercado interno também carente, mas, além disso, em crescimento e apto a consumir um algodão cujas técnicas de cultivo e beneficiamento faziam-no de baixa qualidade. A esse estímulo respondeu a cotonicultura nordestina”.

importação de mercadorias fabricadas no Rio de Janeiro e Bahia [estava] em progresso permanente”.¹¹

No tocante ao mercado internacional, a tentativa de retomada de uma posição mais vantajosa do algodão brasileiro dependia não só de uma melhoria nas técnicas de cultivo, mas também de beneficiamento. Este envolvia, sobretudo, o processo de descaroçamento, mas também de enfardamento. É ainda Girão (1947, p. 222) que nos informa:

[foi] João Cordeiro, ajudado por Boris Frères, [quem] fundou em 1885, em Baturité e com o nome de *Fábrica Proença*, um estabelecimento em que montou uma máquina de 50 serras para descaroçamento de algodão e uma prensa de enfardamento, assim como outra para a extração de óleo de algodão e outras sementes oleaginosas e fabricação de resíduo, que foi no gênero a primeira a funcionar no Ceará. Para aproveitamento desses óleos, instalou uma saboaria. Antes de sua chegada a Baturité, o caroço de algodão era queimado, pois nem o gado se alimentava dele.¹²

¹¹ Em relatório datado de 1º de fevereiro de 1891, sobre o Ceará, o cônsul de Pernambuco dizia que “mais de 4% das importações do estrangeiro se [compunham] de tecidos de algodão, dos quais 9/10 [eram] enviados pela Inglaterra; entretanto, os tecidos importados desse país, longe de progredir [tendiam] a declinar cada vez mais, em consequência do desenvolvimento da indústria algodoeira no Brasil” (AN). No Ceará, a primeira indústria têxtil foi fundada em 1883, em Fortaleza, “a primeira, aliás, do norte do Brasil montada com maquinismos ingleses pelos irmãos Thomaz e Antônio Pompeu de Souza Brasil e o cunhado Antônio Pinto Nogueira Acioli, produzindo anualmente 1.900.000 metros de fazenda de algodão e 150.000 quilos de fios para redes”. Seguiram-se, ainda, mais uma em Fortaleza, na mesma década, e duas, em Sobral e Aracati, na década seguinte (GIRÃO, 1947, p. 357). Cf. sobre o tema, Amora (1989, p. 117-124).

¹² O “coronel” João Cordeiro era comerciante em Fortaleza. Entre 1873 e 1874, foi secretário da Associação Comercial do Ceará. Em janeiro de 1876, estabeleceu, em sociedade com Domingos Bento Abreu, a casa João Cordeiro & Cia. – sucedendo à Nunes Cardoso & Cia. – e manteve comércio com a *Boris Frères*. Em 1879, vamos encontrá-lo firmando um contrato com o governo da província, desta vez em sociedade com João da Rocha Moreira, para a construção de uma fábrica têxtil no Ceará, que não foi concretizada. Foi um dos líderes do movimento republicano no Ceará, encarregado dos Negócios da Fazenda no Governo Provisório, de breve existência no estado.

A participação da Casa Boris se deu, provavelmente, em termos do financiamento necessário para a concretização do empreendimento, considerando-se que ela atuava também como casa bancária. Observa-se que esse financiamento, envolvendo a instalação de uma unidade fabril – a saboaria –, não entrava em contradição com os interesses da Casa no mercado cearense: sua comercialização do algodão restringia-se à sua pluma.

Grande exportadora desse produto que era, a *Boris Frères* não descurou de instalar, ela própria, maquinismos mais avançados para o seu beneficiamento. Em geral, as casas exportadoras recebiam o algodão já descaroçado e acondicionavam-no para a exportação. Stein (1979, p. 61) assim descreve o caminho e os agentes entre o produtor e a casa exportadora:

O advento das máquinas de descaroçar, que requeriam dispêndios de capital para a sua aquisição, instalação e manutenção, transformou o seu proprietário em uma figura de grande importância. Como intermediário entre o cultivador e o exportador das cidades portuárias, o comerciante de algodão local era a pessoa mais indicada para instalar as descaroçadoras. Na apreciável diferença de preços entre o algodão bruto e o descaroçado, ele encontrava um grande incentivo para investir capital na instalação de descaroçadoras de serra.

Alguns comerciantes locais vendiam o algodão descaroçado para os exportadores de Pernambuco e Fortaleza através de corretores que agiam como seus agentes comissários. Outros vendiam diretamente para os representantes no interior dos exportadores que, por sua vez, lhes forneciam outros produtos. Havia ainda os que iam direto aos exportadores.¹³

¹³ Para uma compreensão mais detalhada dos agentes no processo de comercialização do algodão nordestino, nesse período, cf. Monteiro (1985), especialmente o item 4.3 (O comércio e o financiamento da produção).

Restringindo-se apenas ao enfardamento do algodão, a casa exportadora perdia, assim, parte dos lucros, que ficava nas mãos dos “maquinistas” – os “comerciantes de algodão locais” e proprietários das máquinas descaroçadoras.

Mas havia, ainda, problema de outra ordem, a justificar o interesse da casa-exportadora em instalar mecanismos mais avançados de beneficiamento:

O exportador comprava algodão em pluma, já descaroçado, para vender. Entretanto, a mercadoria adquirida apresentava limites a uma operação estritamente comercial de compra e venda. Ao comprar a mercadoria, o exportador não podia colocá-la imediatamente no mercado, porque a forma de adensamento e distribuição do produto na embalagem não atendia os requisitos de exportação e especificação exigida pelos compradores potenciais. Como o exportador não tinha o controle do processo de beneficiamento, havia mistura de fibras (tipo e tamanho) em um só fardo, além da restrição a seu tamanho, que se determinava em função do volume que o lombo de burro podia suportar (dada a precariedade das condições de transporte).

Cabia, pois, à casa exportadora, a tarefa de tornar a mercadoria apta às exigências do comprador e de reduzir o custo do seu transporte. Para isso ela teria de ‘complementar’ a prensagem e enfardamento procedido anteriormente quando o algodão passou pelo processo de benefício. Fazia então a “reprensagem da pluma”, dando-lhe uniformidade e adensando-lhe o fardo.

Ao capital mercantil (necessário à realização de seus negócios), o exportador teria de somar o capital para investimento em máquinas e equipamentos próprios à prensagem e enfardamento do algodão e de manter trabalhadores treinados a essa operação. Deveriam dispor de prensas de enfardamento hidráulicas e de alta densidade e esse equipamento a ser importado requeria um bom volume de capital (CLEMENTINO, 1986, p. 65-66).

Nesse contexto, a *Boris Frères* instalou “duas prensas de algodão de média densidade, e em seguida uma terceira, de alta densidade, a primeira e por longo tempo a única do estado”.¹⁴ Segundo Guabiraba (1989, p. 174), em 1926, havia onze prensas de algodão no Ceará, sendo duas pertencentes à *Boris Frères* – a prensa “Boris” e a “Chambrey” – e uma de propriedade da *Gradvohl & Fils* – a prensa “Gradvohl”.¹⁵

No setor de beneficiamento mais avançado do algodão, a presença da *Boris Frères* não se restringiu, porém, ao Ceará: entre as duas primeiras “usinas” instaladas no Rio Grande do Norte, uma pertenceu a essa Casa e foi erguida em 1912, em Natal. Sobre ela, diz Gianattasio (p. 274):

A Casa Boris, do Ceará, instalou nesta capital, há mais de um ano, um conjunto de máquinas para sua indústria, que satisfaz quase por completo as exigências dos mercados algodoeiros. Possui uma prensa de ferro, alimentada por uma bomba hidráulica [...], uma limpadeira movida à eletricidade [...], uma descascadeira de cinquenta serras e uma limpadeira de caroços...¹⁶

Comprando algodão produzido no Rio Grande do Norte, “a firma *Boris Frères & Cia.* [...] tinha as seguintes marcas de embarque na Casa

¹⁴ *Uma casa chamada Boris.* Não há menção, nessa publicação, às datas exatas em que foram instaladas essas duas primeiras prensas pela Casa. Em relação à terceira e mais potente delas, diz Mota (1982, p. 13-14): “[...] fabricada em Liverpool, nas oficinas de *Fawcett, Preston & Co.*, sua produção diária poderia atingir a compressão de até 250 fardos de algodão e custou, incluindo a montagem e construção do prédio, cerca de mil contos de réis. Sua inauguração foi efetivada em 29.01.1924, contando entre outras presenças, com a diretoria da Casa Boris, o presidente *[sic]* do Estado Dr. Ildefonso Albano, Senador João Thomé de Saboya, Prefeito Municipal, etc.”

¹⁵ Deve ser observado que, entre essas onze então existentes, não constava mais aquela do “coronel” João Cordeiro, financiado pela Casa Boris.

¹⁶ A primeira usina pertenceu à firma *M. F. do Monte & Cia.* e também foi instalada em 1912, mas na cidade de Mossoró, grande centro do comércio algodoeiro. É interessante observar que essa firma foi uma das maiores e mais importantes que atuaram nessa cidade, entre 1901 e 1914, no comércio importador-exportador e na extração e comercialização do sal.

de Natal: BF-Seridó, BF-Sertão e BF-Mata, geralmente encaminhadas para Liverpool” (CLEMENTINO, 1986, p. 72).¹⁷

A preocupação em melhorar a qualidade daqueles produtos que exportava levou ainda a *Boris Frères* a instalar uma máquina para crepagem da borracha e a favorecer a adoção de novas sementes de café. Sobre esse último ponto, diz Girão (1947, p. 372) que o “coronel” Alfredo Dutra, proprietário rural em Baturité e cafeicultor, foi o “introdutor, por intermédio da Casa *Boris Frères*, de Fortaleza, de novas espécies de café, inclusive da Libéria, e bem assim da utilização do bucare, como árvore apropriada ao ensombramento dos cafezais”.¹⁸

Foi, provavelmente, esse interesse pela melhoria da qualidade dos produtos agrícolas que exportava e pela diversificação da pauta de exportações, num contexto de dificuldades para o algodão brasileiro no mercado internacional, que levou a casa comercial *Boris Frères* a investir na atividade agrícola. Segundo Barroso, “as atividades básicas” da Casa se estruturaram, nessa etapa, em “três planos”: “exportação”, “importação”, e “produção rural”. O autor afirma que a *Boris Frères* passou a ser proprietária de “sítios [na] Serra do Baturité [que] eram conjugados à sua fazenda Pedra Aguda, no vale do Aracoiaba” (BARROSO, 1973, p. 36-37).¹⁹

¹⁷ As marcas citadas identificam tipos de algodão que, por serem cultivados em três áreas diferentes do estado, apresentavam características diversas, sendo o algodão do Seridó – também chamado “moco” – o de melhor qualidade, devido às peculiaridades de sua fibra.

¹⁸ A máquina para crepagem da borracha parece ter sido instalada nos armazéns da Casa. Não podemos afirmar com segurança, por inexistência de informações mais precisas. Pelo mesmo motivo, não nos foi possível determinar a data dessa instalação. O “bucare”, árvore da família das leguminosas, é também conhecido como “açacurana” (*Erythrina glauca*)

¹⁹ Embora o autor não informe exatamente a partir de quando os irmãos Boris se tornaram proprietários rurais, podemos inferir que isto ocorreu por volta do final dos anos 1880 e começo dos 1890. A Serra do Baturité se localiza próxima à Fortaleza e constituiu um centro de produção agrícola importante, devido às suas condições climáticas. O vale do Aracoiaba situa-se ao pé da Serra do Baturité. No “Dossier Boris”, nos *Archives Nationales*, consta que a Casa possuía e explorava “algumas plantações”, além de atuar comercialmente e como casa bancária.

Nessas propriedades, teve início um cultivo de agave e de fruteiras diversas, e foi instalado “um desfibrador Duchemin, movido com a força hidráulica do rio Pacoti” (UMA CASA CHAMADA BORIS [1969?], para “o desfibramento do agave e da bananeira” (BARROSO, 1973, p. 36).²⁰

Devido à existência dessas suas propriedades, na região da serra do Baturité, os Boris apresentaram ao governo, em 1890, um projeto para a construção de uma estrada de ferro, que visaria, em última instância, ao escoamento da produção agrícola para o principal porto do estado. O projeto consistia, em essência, num estudo sobre um ramal da ferrovia já existente – ligando Fortaleza a Baturité que se estenderia desta última cidade até a vila de Guaramiranga, naquela serra.

Mas este não foi o único projeto apresentado, pois propuseram, também, a construção de uma outra ferrovia entre Granja e Viçosa, esta última localizada na serra do Ibiapaba. Esse projeto igualmente implicava no estabelecimento de ramal de uma estrada de ferro já existente, aquela que ligava o porto de Camocim a Sobral. É muito interessante observar que esse porto estava relacionado “ao minério de cobre da mina de Viçosa, cuja exploração era objetivada pelos Irmãos Boris”.²¹

A atividade da Casa nas décadas posteriores àquela de seu estabelecimento na província se caracterizou, assim, em primeiro lugar, pela sua manutenção como casa comercial, reforçada por novas “conquistas”, como a da estável posição de agentes consulares e de companhias de

²⁰ Segundo a primeira dessas publicações, em 1887, os Boris já haviam começado um “estudo de máquinas” para extração dessas fibras, seguido da “importação de pequenas instalações manuais e portáteis destinadas ao mesmo fim”. É de se notar que, em um dos relatórios elaborados por Isaie Boris, datado, como vimos, de 1888, ele menciona a importação, pela Casa, de máquinas a vapor francesas. O agave, ou sisal, é uma planta de cujas folhas se extraem fibras para a fabricação de diferentes objetos. Foi somente no século XX que veio a ter importância econômica no Nordeste, adaptável que é ao seu clima.

²¹ *Uma casa chamada Boris*; Mota (1982, p. 14-15); Barroso (1973, p. 51). Esses projetos de ramais de ferrovias, entretanto, não foram concretizados. Referindo-se ao projeto do ramal Camocim-Viçosa, Guabiraba (1989, p. 92), afirma que “em 1893, foi prorrogado o prazo concedido pelo Governo a [Boris Frères], que alegou as péssimas condições no país e no exterior para levantamento de capitais e compra de materiais”.

seguro e navegação; em segundo lugar, por um desdobramento em novas atividades no setor da agroindústria, que se traduziram em investimentos diretos na agricultura e no processo de beneficiamento dos produtos daí oriundos. Esse desdobramento, ao mesmo tempo em que constituiu uma expansão da atividade da *Boris Frères*, consolidou-a como casa comercial, pois objetivava, em última instância, um aprimoramento de sua função exportadora.²²

Uma expressão da importância crescente da Casa está contida no “Dossiê Boris”, existente nos *Archives Nationales*, em Paris. Ela é aí descrita como “a mais importante do estado do Ceará, e o senhor Dubief, no seu relatório do Ministério dos Negócios Estrangeiros de 1903, cita-a como sendo, juntamente com uma outra, a *única casa francesa importante do Norte do Brasil*” [grifo nosso].

Esse dossiê foi constituído para instruir o processo da concessão da Cruz de Cavaleiro da Legião de Honra da República Francesa a membros da família Boris. É formado de oito documentos – infelizmente nem todos completos e datados – trocados entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros e o Ministério do Comércio, da Indústria e das Colônias. Por meio dele, podemos observar que Théodore, Isaie e Adrien foram cogitados para receber essa concessão. Embora o processo tenha se iniciado em 1889, foi somente décadas depois que Bertrand Boris – filho de um dos fundadores – receberia o título.²³

Outra expressão da importância da Casa foi sua participação em exposições internacionais e nacionais, como a de Paris em 1889, a de Chi-

²² Deve ser observado que, em duas publicações – *Uma casa chamada Boris* e Mota (1982) –, há menção ao estabelecimento, pela Casa, de uma “fábrica de móveis utilizando madeiras locais”, não havendo, entretanto, referência a datas tampouco à evolução dessa “fábrica”. Essa única iniciativa da *Boris Frères*, no que poderíamos considerar setor fabril da economia cearense, entretanto, não invalida a caracterização de sua atividade, nas décadas posteriores a 1880, como tendo permanecido, essencialmente, no setor agroexportador.

²³ É importante observar que Isaie Boris foi recomendado pelo próprio Stéphen Pichon, senador que ocupou várias vezes o cargo de Ministro dos Negócios Estrangeiros. Segundo Barroso (1973, p. 53), Achille Boris, irmão de Isaie, teria, a seu tempo, recebido a “Comenda da Ordem de Cristo”, do governo de Portugal.

cago em 1892 e a do Rio de Janeiro em 1922. Na primeira delas, o Brasil esteve presente com um pavilhão e, como únicos delegados oficiais do Ceará, encontramos Alphonse e Théodore Boris. Embora, como expositora, sua Casa tenha dividido a participação com mais nove representantes cearenses, ela foi, numericamente, a mais importante representação do estado: esteve presente em 11 das 82 “classes” em que se distribuíram as mercadorias expostas, enquanto que os demais participaram, em média, de apenas 2 classes. Foi a única casa comercial estrangeira do Ceará a participar e, como grande casa que era, expôs tudo aquilo que, produzido nessa província, constituía objeto de sua comercialização.²⁴

No “Dossiê Boris”, para a concessão da Legião de Honra, muitas são as referências à participação da *Boris Frères* na Exposição Universal de Paris de 1889. Entre elas, encontra-se uma carta do presidente do Conselho de Comércio Exterior da França e Comissário Geral da Exposição, dirigida a Isaie Boris, na qual lhe é comunicado que “através de [sua] apresentação e por decreto datado [daquele] dia, o senhor Presidente da República nomeou-[o] Membro Titular do Júri de Recompensas da Exposição...”.²⁵

²⁴ Entre os membros da comissão organizadora da participação cearense, estava ainda a *Singlehurst & Co.* – casa comercial inglesa de grande importância na província –, o “coronel” João Cordeiro e o “coronel” Alfredo Dutra – ambos com relações comerciais e financeiras com a *Boris Frères* – e ainda João Brígido dos Santos. Este último merece uma referência especial por suas estreitas relações com a *Boris Frères*. João Brígido “era jornalista renomado e escritor conceituado. De família tradicional na política cearense, foi deputado provincial [...] Fazia parte da reserva da Guarda Nacional do Crato, como coronel” (SILVA, 1982, p. 81). Tendo sido advogado da *Singlehurst & Co.*, na década de 1870, passou a exercer essa função para a Casa Boris a partir dos anos 1880. Teve intensa participação, sobretudo como jornalista, nas disputas oligárquicas no Ceará, na República Velha. Na Exposição de Chicago, de 1892, “Isaie Boris, por solicitação do Presidente José Freire Bezerril Fontenele, foi quem presidiu, juntamente com o Dr. Antonio Pinto Nogueira Acioly e William H. Mardock, a comissão organizadora da participação cearense. [...]” (MOTA, 1982, p. 15).

²⁵ Essa carta não está, entretanto, datada. Na publicação intitulada “Liste des Membres du Jury”, editada pelo Ministério do Comércio, da Indústria e das Colônias, por ocasião da Exposição de 1889, há menção ao nome Boris.

Se não podemos aferir com precisão o prestígio dos irmãos Boris na Paris onde se localizava a matriz de sua Casa, é possível rastreá-lo nas alianças que estabeleceram no Ceará. Essas alianças, sem dúvida, reforçaram seu poder econômico e abriram espaço para o exercício da influência política dele decorrente. Seus antecedentes encontravam-se ainda na década de 1870, quando as relações de caráter pessoal foram importantes, senão decisivas, no contexto da seca de 77-79, para o crescimento comercial da *Boris Frères*, então ocorrido.

Antes de avançarmos nesse ponto, lembremos alguns autores que abordaram o tema da figura do comerciante na sociedade brasileira e/ou latino-americana do século XIX e de suas relações com as elites dirigentes.

Stein (1977, p. 118), analisando o comércio na América Latina, diz a propósito do prestígio do comerciante:

Ao longo do século XIX, o comerciante latino-americano assegurou para si um status superior àquele desfrutado na época colonial. Parcialmente em decorrência de sua riqueza, seus frequentes empréstimos aos governos insolventes, sua influência política e sua íntima associação à elite fundiária, o comerciante emergiu como figura altamente prestigiada na sociedade pós-independência. Os comerciantes estrangeiros gozavam de prestígio ainda maior na medida em que os governos de seus países de origem protestavam violentamente sempre que seus interesses fossem afetados por quaisquer políticas governamentais. Essa observação cabe especialmente aos comerciantes ingleses residentes nas principais cidades da América Latina.

Costa (1985, p. 209) chama a atenção para a conciliação de interesses entre os comerciantes e as oligarquias rurais no Brasil, no mesmo século, ao dizer:

Nos centros mais importantes do litoral [os fazendeiros] teriam que se defrontar com outros grupos: importadores, exportadores, comerciantes representantes das profissões liberais com os quais, aliás, não lhes seria difícil conciliar, tendo em vista a complementaridade de seus interesses.

Essa ideia de “complementaridade” nos parece bastante clara no caso da atuação da Casa Boris no mercado cearense. Em primeiro lugar, deve ser lembrado, entre aquela pequena parcela da população consumidora das manufaturas tipicamente francesas, importadas pela Casa, estavam os proprietários rurais, que para ela vendiam a produção agrícola e pastoril comercializada no mercado internacional. Observemos aqui, por exemplo, como se conjugam a referência de Girão (1947, p. 371) (a “uma pequena nobreza dos cafezais baturitenses, de famílias ricas com hábitos e costumes mais apurados e projeção social mais saliente, os Linhares, os Caracas, os Holandas, os Ferreira Lima, os Queirós, os Sampaio e os Dutras”) e a referência, citada por Lemenhe (1983, p. 139), de que essa “nobreza do interior [orgulhava-se] em ostentar as quinquilharias da Europa”.

Em segundo lugar, a esses proprietários interessavam todas as medidas – fossem referentes ao cultivo ou ao beneficiamento – que, visando a uma melhoria na qualidade dos produtos exportados para o mercado externo e interno, poderiam trazer acréscimos aos seus rendimentos, devido à expansão da própria produção. Ora, a que parcela da população cearense pertencia, por exemplo, o “coronel” Alfredo Dutra, senão àquela “pequena nobreza dos cafezais baturiteenses”, cuja riqueza estava alicerçada na produção cafeeira e que contou com os serviços da *Boris Frères* para a adoção de novas espécies e técnicas de cultivo de café?²⁶

Considerando-se que era, sobretudo, dessa classe de proprietários rurais que saíam as elites políticas do Ceará, fácil é compreender a estreita relação entre elas e a casa comercial *Boris Frères* e, conseqüentemente, a possível participação desta última nas decisões de poder, pelo menos no que se referia aos seus interesses no estado.²⁷

²⁶ Esse mesmo “coronel” dividiu com a *Boris Frères*, entre outros, a participação na comissão organizadora do Ceará na Exposição Universal de Paris de 1889.

²⁷ Observe-se aqui, entretanto, que essas relações da Casa Boris, em que a esfera econômica e a política se confundiam, não ocorreram de forma exclusiva via complementaridade de interesses com a elite fundiária: o “coronel” João Cordeiro, que teve papel de destaque no movimento republicano no Ceará, era comerciante com iniciativas no setor fabril, financiado pela *Boris Frères*.

Podemos deduzir o grau dessa intimidade com o poder também sob a ótica das relações interpessoais, que os Boris souberam desenvolver nessa sociedade cearense da segunda metade do século XIX. É Barroso quem nos dá as pistas nessa direção, ao traçar elogios a Adrien Boris. Diz ele:

Não estaria completa a evocação de Adriano se não o considerasse o mais humano e liberal dos irmãos, porque nenhum o sobreleva no atendimento a uma enorme e constante freguesia – a dos favores pessoais sem sentido mercantil que sempre caracteriza os meios pauperizantes, estreitamente competitivos, como o do Ceará.

Levantei uma estatística dessas solicitações particulares a Adriano, para verificar que muito o procuravam, abusando de sua generosidade, nela preponderando os pedidos de emprego, de empréstimo e de compra de artigos especializados para uso pessoal, sem garantia de pagamento.

Tomava a si o encargo de receber *os filhos dos fregueses que vinham estudar em Fortaleza*, entregues aos seus diligentes cuidados, para os encaminhar na vida, ao tempo em que nossa capital era tão atrasada e sem perspectivas, que nessas cartas ainda é mencionada com o nome Ceará (BARROSO, 1973, p. 26-27, *grifo nosso*).

A importância cada vez maior da *Boris Frères* no contexto da economia cearense e o aprofundamento da imbricação de seus interesses com a elite política local tiveram sua expressão mais acabada na sua atuação como credora do próprio governo provincial/estadual. Na qualidade de casa comercial com função bancária, “durante longos anos a firma financiou [...] o estado do Ceará, na forma de adiantamento sobre os direitos de exportação”, tornando viável a execução de diferentes serviços públicos.²⁸

²⁸ *Uma casa chamada Boris*, sem paginação, e ainda Mota (1982, p. 15), Marc (1890, p. 192), Barroso (1973, p. 37 e 55) e AN (Dossier Boris).

Mas, no campo dos empréstimos externos de capital, vamos também encontrá-la em atividade, agenciando o empréstimo que o governo do Ceará contraiu em 1910, na França. Esse empréstimo, emitido pelo “Banque Louis Dreyfus et Compagnie”, tinha por garantia as rendas do estado e os impostos sobre a exportação e visava à execução do serviço de águas e esgotos de Fortaleza.²⁹

Não é, dessa forma, estranho que a *Boris Frères* tenha se envolvido nas disputas oligárquicas no Ceará, tendo evidentemente o cuidado de alinhar-se sempre do lado daqueles que favoreciam seus interesses no estado.

É isso o que podemos observar sobre a situação da Casa no decorrer da República Velha, mais especificamente durante a chamada “oligarquia Acciolina”, que “dominou a política do Ceará de 1896 a 1912, sob o comando de Antônio Pinto Nogueira Accioly, filho do coronel José Pinto Nogueira, do Icó” (ANDRADE, 1989, p. 207). Tendo sido a mais longa oligarquia a exercer o poder neste estado, é considerada

uma das mais fechadas, em comparação com as do Nordeste: a de Pedro Velho, no Rio Grande do Norte; a de Rosa e Silva, em Pernambuco; as dos Malta, em Alagoas; o grupo do Padre Olímpio de Campos e do General Valadão, em Sergipe; Luís Viana e

²⁹ O empréstimo em questão, no valor de 15 milhões de francos e com juros de 5%, seria amortizável em 37 anos a partir de 1911. Segundo Guabiraba (1989, p. 144), um empréstimo tomado aos Estados Unidos pelo Ceará, em 1922, “[destinou-se], em parte, ao resgate do empréstimo feito pelo estado do Ceará à França em 1910”. É curioso observar que, no mesmo ano de 1910, o estado vizinho do Rio Grande do Norte igualmente contraiu um empréstimo na França, “o primeiro empréstimo externo [do estado], com os banqueiros Perles Frères, Eugène Vasseur e o Banco Sindical Francês, em Paris [...] constante de 350.000 libras esterlinas ou 8.750.000 francos, juros de 5%, amortização em 37 anos, a razão de 1,5 por semestre” (CAS-CUDO, 1980, p. 422). Segundo Quinn (1977, p. 82), esse empréstimo destinava-se “a dotar a cidade de Natal, capital do estado, de uma rede de esgotos e de canalização e a melhorar a navegação fluvial. Foi garantido pelos impostos sobre a exportação do sal e as taxas a serem criadas sobre os serviços públicos que seriam efetuados”. Considerando-se a presença da *Boris Frères* no Rio Grande do Norte, com a instalação de uma usina de beneficiamento dois anos depois – em 1912 é provável que também nesse empréstimo ela tenha participado como agente intermediário.

Segundo Silva (1982, p. 136), “ao que se sabe, os Accioly mantinham íntimas relações com os maiores empresários de Fortaleza, os Boris”.³⁰ Qual a origem dessas relações? Esta pergunta é, sem dúvida, de difícil resposta. Elas, provavelmente, já existiam quando, nos conflitos entre partidários do Marechal Deodoro da Fonseca e do Marechal Floriano Peixoto – em meio às disputas republicanas no Ceará –, os Accioly e os Boris estiveram aliados no apoio à facção “florianista”.³¹

Vitoriosa essa última, José Freire Bezerril Fontenele assumiu o governo do estado no quadriênio 1892-1896, tendo como vice-presidente Antônio Pinto Nogueira Accioly. Foi nesse contexto que Isaie Boris participou, com o próprio Accioly, da presidência da comissão organizadora da participação cearense à Exposição de Chicago, por solicitação de Fontenele.

A estreita relação entre Accioly e os Boris, ou, em outras palavras, o uso do poder para favorecimentos pessoais, naturalmente mostrou-se mais profícua a partir do momento em que o próprio Accioly passou a exercer diretamente o cargo de governador.³² Do seu primeiro quadri-

³⁰ Note-se que Antônio Pinto Nogueira Accioly era proprietário, com Thomaz e Antônio Pompeu de Sousa Brasil, daquela que foi a primeira fábrica têxtil do Ceará. A esse respeito, Porto (1988, p. 81) observa: “O fato de Nogueira Accioly possuir uma fábrica de tecido não torna seus interesses incompatíveis com os do comércio de exportação ou importação. Segundo Oliveira (Elegia para uma re(li)gião), o surgimento de fábricas de tecidos no Nordeste da Primeira República deve-se à estratégia de produtores e exportadores para aproveitamento do excedente da produção algodoeira. Além disto, esse tipo de produto industrial não competia com o parque inglês e francês por restringir-se ao fabrico de tecidos grosseiros e sacos para embalar os produtos de exportação”.

³¹ Para maiores detalhes sobre a estruturação do sistema republicano no Ceará, cf. os estudos de Porto (1988), Silva (1982) e Andrade (1989), além da obra de Girão, R. (1984).

³² Antônio Pinto Nogueira Accioly foi governador do Ceará nos quadriênios 1896-1900, 1904-1908 e 1908-1912. Observe-se que, entre 1900 e 1904, embora ocupasse o cargo Pedro Augusto Borges, era Accioly quem, de fato, governava.

ênio no cargo, de 1896 a 1900, data, por exemplo, o rumoroso caso, na época, das “pontes metálicas”, que a oposição à oligarquia Accioly denunciou insistentemente na imprensa cearense. Andrade (1989, p. 213) diz, a esse propósito:

Outra obra básica de sua administração seria a construção de pontes metálicas sobre o rio Pacoti, em número de cinco, todas encomendadas na França por intermédio da Casa Boris Frères. Como tais pontes apareceram nas dívidas do Estado, mas não foram montadas, começaram a surgir desconfiças quanto à honestidade do “collendíssimo” Senador Accioly.

Apareceram as primeiras manifestações de setores da sociedade contra o governo e a política acciolinos. Accioly terá sérias restrições à sua administração por parte do próprio Ministro da Fazenda de Campos Sales – Joaquim Murtinho.³³

Foi sob a vigência dessa oligarquia que a Casa Boris intermediou o empréstimo contraído na França, além de continuar financiando o próprio governo estadual. Antônio Pinto Nogueira Accioly parece ter sabido retribuir: segundo Porto (1988, p. 32), “[sua] política fiscal privilegiava o comércio de exportação e importação com impostos mais leves”.³⁴

Esse privilégio esteve na raiz da oposição que a Associação Comercial do Ceará, representando o capital comercial local, passou a fazer a

³³ Segundo o autor, outra “obra” característica dessa primeira fase da oligarquia acciolina foi “a construção de linhas telegráficas ligando a capital às principais cidades do interior, [o que] facilitava a [administração] estadual, e, principalmente, à política oligárquica que Accioly procurava consolidar”. Note-se que a expansão telegráfica também era de interesse da própria atividade comercial.

³⁴ A esse propósito, diz Silva (1982, p. 135): “Tudo indica que o imposto tornava-se mais pesado para o comércio estadual e interestadual, fabricação de consumo interno e profissões liberais. Studart (1918) também chama a atenção para os impostos de indústrias e profissões nos municípios, que sufocavam as indústrias agrícolas. Existem assim indicações de que ‘o alto comércio’ (de importação e exportação estrangeira) não sofria o mesmo problema”.

Accioly. Nesse sentido, Silva (1982) afirma que “a contribuição de uma parte do setor comercial da capital marcou fortemente o movimento que provocou o declínio da oligarquia acciolina”. Assim, nos últimos meses de seu governo, “enquanto [a Associação Comercial] se dirigia ao presidente [da República] informando que o governo não conseguia manter a ‘ordem’ na capital, outro grupo de comerciantes acciolinos telegrafava desmentindo a Associação” (SILVA, 1982, p. 136-137 e 226). Entre os vários assinantes desse telegrama, estavam a *Boris Frères*, *Gradwohl Frères*, *Levy Frères* e o *London and Brazilian Bank Limited*.³⁵

Na interpretação de Porto, a origem dessa tomada de posição pela Associação Comercial do Ceará, na crise da oligarquia Accioly, deve ser buscada no processo de estabelecimento das casas francesas na província – a *Boris Frères* e a *Gradwohl Frères*. Estas, ao se instalarem, conseguiram estabelecer o monopólio do comércio de exportação, prejudicando os negócios das casas comerciais locais preexistentes. Com efeito, a atuação da Casa Boris, sob o ângulo das relações que estabeleceu com o mercado cearense e das diferentes estratégias utilizadas, gerou uma crescente dependência dos comerciantes nativos em relação a si e, consequentemente, inúmeras razões a justificar um conflito de interesses.

A ligação entre a oligarquia Accioly e a *Boris Frères* levou estes últimos a “manterem-se neutros durante a mobilização que [a] depôs em janeiro de 1912” (PORTO, 1988, p. 32). Se, por um lado, a neutralidade foi a “saída” possível num processo que se mostrava irreversível, por outro, abria o caminho para as novas alianças a serem feitas, daí para a frente, com os grupos de poder no Ceará.

O desdobramento das atividades da Casa Boris, a partir dos anos 1880, caracterizou-se por uma série de iniciativas e investimentos que disseram respeito, essencialmente, ao comércio exportador. Essa tendência à primazia da exportação se consolidaria em 1910, quando a *Boris Frères* encerrou o comércio de importação, como parte de seus negócios no estado do Ceará.

³⁵ Observe-se que esse movimento para a deposição de Antônio Pinto Nogueira Accioly implicou em luta armada pelas ruas da capital.

Mota (1982, p. 10) menciona as “crises regionais como as secas de 1888, 1891, 1898 e 1900”, ao referir-se a essa interrupção das importações. Se, por um lado, inegavelmente, esse quadro local não deve ser desprezado, pelas consequências que as secas tinham – e têm – sobre o mercado cearense, por outro lado, é, sobretudo, na evolução da própria expansão comercial francesa como um todo que reside, essencialmente, a explicação para a interrupção das importações. Vimos como e por que a França perdeu progressivamente sua posição no mercado mundial para outros competidores, ao aproximar-se o final do século, e, particularmente, como esse processo se deu em suas relações comerciais com o Brasil.

Os negócios da exportação continuaram até “os fins da década de vinte, [quando] dificuldades econômicas, como a grande depressão de 1929, provocaram a diminuição do fluxo dos produtos cearenses para o exterior, forçando um ano depois (1930) que a Casa Boris suspendesse as suas exportações” (MOTA, 1982, p. 18). Nesse movimento, a economia cearense, e dentro dela a atividade exportadora da *Boris Frères*, acompanharam um quadro geral no Brasil, nesse período de crise do capitalismo mundial.³⁶

A evolução paralela da *Boris Frères*-matriz, na França, constitui uma incógnita, devido à inexistência de dados. Temos, entretanto, algumas indicações dessa evolução. Segundo os depoimentos colhidos, a Casa

³⁶ Segundo Abreu (1984, p. 17), “o comércio externo brasileiro sofreu dramaticamente com a depressão. Em 1931-32 as importações caíram a um terço de seu valor (em libras esterlinas) de 1928, enquanto as exportações correspondiam quase que à metade do seu valor no mesmo ano. Em termos de ‘quantum’ as importações declinaram apenas 17%. Os preços de importação em mil-réis cresceram 6%, enquanto os preços de cerca de 30% e a capacidade de importar declinou 40% no período”. Note-se que, a partir de então, a *Boris Frères* passaria a “concentrar seus esforços” no “incremento das agências de vapores e estivagem, em aplicações de recursos na Imobiliária *Boris Frères S/A* e na exploração agrícola da Fazenda Serra Verde, situada no hinterland cearense” (MOTA, 1982, p. 18).

matriz teria constituído o elo mais importante e forte dos negócios da *Boris Frères* até a eclosão da Primeira Guerra Mundial, passando a sê-lo, a partir de então, a Casa filial. Estaria este fato ligado à suspensão das importações, e indiretamente à perda de posição da França no mercado mundial, ou a questões ligadas à linha de sucessão na direção dos negócios? Ou, ainda, a ambas as coisas? São perguntas de difícil resposta.

Nessa linha de sucessão, teve grande importância a figura de Achille Boris, um dos fundadores, que chegou ao Ceará em 1872, mas que só assumiu a direção da Casa, no Brasil, em 1893.³⁷ Da primeira geração da família atuando no Brasil, foi Achille o que permaneceu mais tempo no país e, conseqüentemente, na chefia dos negócios da filial. Tendo voltado à França em 1918, completou um total de 47 anos no Ceará. Sua volta à Europa esteve ligada ao que Mota (1982, p. 17) denominou como um “imperativo de reformulação interna”, que levou a Casa a mudar sua razão social para *Boris Frères & Cia*, ainda em 1917.³⁸

Ao que tudo indica, essa longa e, dentro da família, inusitada estadia de Achille no Brasil teria justificado o fato de que seu único filho homem, Bertrand Boris, chegando ao Ceará em 1921, assumisse a direção da Casa a partir de 1927. Nesse mesmo ano, os herdeiros de Isaie saíram da sociedade, cuja razão social, no Ceará, passou para *Boris Frères & Cia. Ltda.*, mantendo-se como tal pelas décadas seguintes. A partir desse ano de 1927, desaparecia a Casa Boris como uma empresa constituída de matriz e filial.

³⁷ Os primeiros a dirigirem a Casa, em Fortaleza, foram Théodore e Alphonse, que exerciam também a direção da Casa matriz e, por isso, alternavam-se em suas estadias no Brasil. Em 1878, chegou ao Ceará, Isaie, um dos três fundadores, e assumiu a direção até 1893 – secundado por Achille e Adrien, irmãos mais jovens quando então retornou à França.

³⁸ Na fase em que Achille dirigiu a casa filial em Fortaleza, com ele estiveram três sobrinhos: Adrien Seligman, que permaneceu no Brasil de 1893 a 1926; George Boris, que permaneceu durante alguns meses do ano de 1906, e Joseph Boris, que ficaria algumas décadas participando da direção da Casa no Ceará. Segundo Barroso (1973, p. 20-21), George Boris, filho de Théodore, faleceu em 1960 como Conselheiro de Estado na França.

Assim, a *Boris Frères* permaneceu nas mãos da mesma família desde a sua fundação em Paris, em 1872 – e o seu estabelecimento definitivo em Fortaleza, no mesmo ano –, até o seu desaparecimento enquanto casa comercial atacadista com filial no Brasil e matriz na França.

Esse fato, provavelmente, constitui uma das razões de sua longevidade e importância no mercado cearense. Anthouard, referindo-se aos problemas do comércio francês no Brasil, em obra publicada em 1911, diz:

O comércio atacadista decapitado, chegou a vez daquele de varejo que pereceu em consequência do nefasto hábito de nossos compatriotas de negligenciar no preparo de um pessoal francês capaz de os suceder. Seus empregados, portugueses de preferência, sem dúvida devido à falta de franceses, se elevaram pouco a pouco aos cargos importantes, gerenciavam os negócios na ausência do patrão e, quando este se retirava, lhe sucediam. Pouco a pouco, as principais casas de varejo, os hotéis e restaurantes franceses desapareceram, substituídos que foram por estabelecimentos portugueses ou, como corretamente se pensa, as contrafações alemã e portuguesa foram favorecidas (ANTHOUARD, 1911, p. 354).³⁹

³⁹ É interessante observar que Marc (1890, p. 28), discorrendo sobre o comércio estrangeiro na província do Pará, diz: “[Os portugueses comerciantes] estão por todo lado, possuem tudo e se ocupam de tudo, principalmente do comércio de varejo. É aí que a importação de outros países estrangeiros passa por sua intermediação”. Stein (1977, p. 118) também mencionam essa participação lusitana no contexto do comércio latino-americano do século XIX, dimensionando-a. Dizem eles: “Os comerciantes ingleses, franceses e norte-americanos não lograram dominar as economias nacionais latino-americanas até o nível do comércio varejista. Ao nível do comércio atacadista, verificou-se uma divisão ou especialização desenvolvida de acordo com as origens dos artigos importados, permitindo, destarte, que os ibéricos compartilhassem o comércio exterior com os recém-chegados. Nessa partilha, aos ibéricos coube o comércio de produtos tradicionais (vinhos e gêneros alimentícios); os comerciantes franceses concentraram-se nos produtos destinados ao consumo dos grupos de altas rendas [...]. Os ingleses, por seu turno, ficaram com a ‘parte do leão’ [...]. Na metade do século, o círculo de grandes importadores havia-se ampliado, mas – de forma semelhante ao que ocorrera ao longo do passado colonial – os estrangeiros efetivamente dominavam a oferta e os preços das importações e exportações, bem como os fluxos de intercâmbio comercial”.

Essa interpretação de Anthouard, embora diga respeito ao comércio varejista, pode ser aplicada também ao comércio atacadista. No caso específico da *Boris Frères*, a estratégia que foi utilizada, durante décadas, para definir a chefia dos negócios, sempre dentro da mesma família, em sucessões apoiadas, essencialmente, na substituição de irmãos mais velhos por irmãos mais novos, permitiu um preparo cuidadoso dos que assumiam a direção da Casa.

Podemos pensar, ainda, no sucesso dessa estratégia tendo em vista a comparação estabelecida entre franceses e alemães por Georges Ritt, encarregado de missões comerciais em países da América Latina. Em relatório de 1895, disse ele:

[Os alemães] que fundam casas comerciais [são pessoas que] antes foram representantes de comércio, bem preparados por uma educação inicial, falam a língua espanhola, perseveraram para aí chegar e [isso só ocorre] depois de terem tido, nos estabelecimentos que os empregaram, uma influência útil ao seu país.

Foto 10 – Fortaleza, em 1921, feitas do alto da pequena torre existente no prédio da *Boris Frères*-filial. Acima: vista oeste; e abaixo: vista leste.



Fonte: Arquivo pessoal de Pierre Seligman.

O destino da *Boris Frères*, como uma sociedade entre irmãos, fundada em Paris em 1872, para atuar no Brasil como típica casa comercial atacadista, estava, entretanto, selado. O processo das rivalidades interimperialistas, pela conquista de mercados, não seria responsável

apenas pelo golpe definitivo na expansão comercial francesa, atingindo, indiretamente, as atividades da Casa no Ceará. Ele determinaria, ainda, a eliminação física da *Boris Frères* na França, quando entrou em cena um elemento ideológico nesse processo – o antissemitismo. Segundo os depoimentos colhidos em Paris, a empresa desapareceu no contexto do sequestro dos bens dos judeus – ao iniciar-se a década de 1940 – e, com ela, todo o seu arquivo.

Conclusão

No decorrer do século XIX, sobretudo de 1850 até o seu final, a França ocupou uma posição privilegiada nas relações comerciais externas brasileiras: o segundo país no movimento de importação e exportação de mercadorias no Brasil, logo em seguida à Inglaterra.

Ao analisarmos a evolução dessas relações, uma referência impõe-se, necessariamente, à análise: a expansão da própria economia francesa, mais exatamente no chamado “2º Império”, período em que ocorreu um grande crescimento econômico nesse país, em especial um impulso da industrialização. Tal impulso constituiu um elemento chave para que a França, expandindo seu comércio exterior, se integrasse na rede do comércio internacional e entrasse na luta, entre as potências que se industrializavam, pela conquista de mercados.

Esses últimos desempenhariam um papel fundamental, porque específico. Constituindo, simultaneamente, a possibilidade de fornecimento de matérias-primas e de consumo de artigos manufaturados, a eles caberia ocupar “o outro lado” da Divisão Internacional do Trabalho que se estruturava. Foi nesse contexto que o comércio franco-brasileiro apresentou um grande salto quantitativo nas décadas de 1850 e 1860,

reforçando a posição do Brasil como um dos quinze principais países no conjunto do comércio exterior francês, até o final do século.

Nesse cenário das disputas travadas por mercados, ocorreu a montagem de verdadeiras redes de informações sobre as possibilidades que se ofereciam àqueles países em processo de industrialização, tendo por base fundamental a representação consular. No Brasil, à medida que aumentaram as relações comerciais com a França, estendeu-se, paralelamente, essa rede, numa busca contínua de consolidação e de aperfeiçoamento da função coletora e transmissora dessas informações. Composta, num de seus pontos extremos, pelos agentes consulares – muitas vezes estabelecidos nos confins de longínquas províncias brasileiras –, tal rede era intermediada pelo Ministério dos Negócios Estrangeiros e pelo Ministério do Comércio Francês e tinha, como destinatários últimos das informações, os industriais, comerciantes e negociantes, em geral, na França.

Produziu-se, assim, um conhecimento sobre o Brasil, enquanto mercado, que se aprofundou no decorrer do século XIX, caracterizado pelos diagnósticos sobre as possibilidades e os limites para o comércio francês, dentro do marco das especificidades das mercadorias francesas, do próprio mercado brasileiro e da competição entre as potências imperialistas.

Todo esse processo constituiu a expansão comercial francesa para o Brasil, sobretudo na segunda metade do século XIX, expansão essa que foi muito mais do que um simples aumento quantitativo do movimento de importação e exportação de mercadorias entre os dois países. O impulso gerador dessa expansão, sua inserção nas novas relações que se engendravam no mercado mundial nesse século e, finalmente, suas formas de concretização no Brasil indicam-nos a insuficiência da expressão “comércio franco-brasileiro” para a compreensão do amplo processo que estava em curso.

Na bibliografia existente sobre a “presença francesa” no país, sob o ponto de vista do “comércio franco-brasileiro”, esta tem sido caracterizada quase que exclusivamente pelo comércio de varejo, principalmente aquele de “miudezas”. Essa tipificação, entretanto, não resiste a uma análise mais minuciosa da atuação comercial da França no Brasil no século

XIX. Ao lado desse comércio varejista, estabeleceram-se as casas comerciais que, de fato, viabilizaram a expansão comercial francesa, materializando-a. Essas casas atuaram no comércio atacadista, responsável pela exportação de matérias-primas e pela importação de manufaturados, pertenceram a “comissários em mercadorias” na França e estiveram apoiadas numa estrutura que implicava na existência de uma matriz francesa e uma filial no Brasil.

Nas grandes cidades portuárias – Rio de Janeiro, Recife e Salvador, que constituíam mercados mais fortemente disputados por comerciantes estrangeiros, a presença do comércio varejista francês foi, com certeza, mais notável. Entretanto, em outras cidades-polo de mercados regionais, o grande comércio atacadista francês foi mais presente do que aquele de varejo.

Existe, portanto, uma especificidade regional, na expansão comercial francesa para o Brasil no século XIX, que precisa ser recuperada nas pesquisas sobre o tema. Essa especificidade é tanto mais importante quanto observamos que, em províncias distantes da capital do Império, a atuação comercial francesa teve um peso muito maior do que aquele que lhe costuma ser atribuído nos estudos sobre o comércio estrangeiro no Brasil, no século XIX.

Esses estudos têm dado primazia quase absoluta à “presença inglesa” no país. Se, por um lado, esta é inquestionável em sua importância, por outro, é preciso relativizar a ideia do pouco peso do comércio francês, comparativamente ao inglês. Esse relativismo faz-se necessário, sobretudo, quando consideramos as dificuldades em falarmos de um único “mercado brasileiro” nessa etapa de nossa evolução econômica, uma vez que muitas províncias mantinham mais elos comerciais com o mercado externo do que entre si, especialmente aquelas localizadas no litoral setentrional do Brasil. Assim, sendo, somente pesquisas pontuais, sobre a atuação do capital mercantil estrangeiro em diferentes províncias brasileiras no século XIX, poderiam trazer novas luzes para esta questão.

A província do Ceará é, nesse sentido, um caso exemplar. A integração de seu mercado às correntes do comércio internacional, que se afirmou com a expansão agroexportadora dos anos 1860-70, apoiada

principalmente na produção algodoeira, determinou o estabelecimento das primeiras linhas regulares de companhias de navegação a vapor estrangeiras e atraiu comerciantes, sobretudo europeus.

Dentre estes, os franceses tiveram um papel fundamental e, de todas as casas comerciais com essa origem, que se estabeleceram na província, uma se destacou pela sua importância crescente no mercado cearense, até pelo menos 1930: a casa *Boris Frères*.

Seu processo de fundação e estabelecimento – em Paris e Fortaleza – correspondeu ao processo de articulação de dois mercados. Num polo, aquele francês que, alicerçado na industrialização, impulsionou a expansão comercial. Noutro, o cearense que, apoiado na agroexportação, integrou-se ao mercado mundial, não só como fornecedor de matérias-primas, mas também como consumidor nas manufaturas francesas, devido à riqueza gerada, por essa integração, para uma parcela da população cearense. Foi, dessa forma, que nos anos 1870 – primeira década de atividade da *Boris Frères* no Ceará – os negócios de importação e exportação estiveram permanentemente articulados, encontrando sua expressão mais acabada no intercâmbio entre tecidos e algodão.

Como típica representante da casa comercial que materializou a expansão comercial francesa para o Brasil, a *Boris Frères* pôde desfrutar de uma posição privilegiada no mercado cearense, frente a outros comerciantes também franceses, mas, especialmente, frente aos nacionais. A análise da teia de relações que se estabeleceu, das estratégias comerciais adotadas e dos protestos dos comerciantes nativos, daí decorrentes, indica o grau de dependência destes em relação à Casa. Essa dependência foi tanto maior quanto se tratava de uma economia descapitalizada, na qual *Boris Frères* pôde atuar também como casa comercial com função bancária.

Nesse quadro, aquilo que constitui uma especificidade desse mercado regional – as secas periódicas – longe de abalar seus negócios na província, fortaleceu-os, na medida em que, no contexto da seca de 77-79, encontravam-se em posição de poder especular com as mercadorias e impor preços, estabelecendo, assim, as bases seguras de sua presença comercial no Ceará.

Em seu processo de consolidação e expansão nas décadas seguintes, a Casa se caracterizou por atividades que a reforçaram, sobretudo, como casa exportadora, refletindo, porém, as próprias vicissitudes da França na tentativa de manter sua posição num mercado mundial disputado pelas potências industrializadas. Dessa forma, sua sobrevivência, que se mostrou longa, dependeu de sua capacidade de diversificação, em outras palavras, de sua capacidade de adaptar-se a esse contexto de disputas.

No Ceará, a complementaridade de seus interesses com as oligarquias rurais fortaleceu seu poder econômico na província. Em decorrência, foi-lhe possível exercer a influência política, participando daquelas decisões de poder que iriam, em última instância, solidificar sua forte presença no contexto da economia cearense.

A atuação da casa comercial *Boris Frères* indica, pois, que ela, ao materializar a expansão comercial francesa para uma província específica do Brasil, desempenhou um papel fundamental no processo de integração do mercado dessa província à Divisão Internacional do Trabalho. Nesse processo, a construção de um mercado “livre” no Ceará, no século XIX – após o fim do sistema colonial –, revelou-se como a construção de um mercado conquistado.

Fontes

1. Manuscritas

Archives Départementales de Paris

Série D.U3 (Tribunal de Commerce)

Sous-série D.31.U3 (Actes de sociétés, dissolutions de sociétés, permission de faire commerce, etc. – 1800-1880) – cote 0314.

Sous-série D.32.U3 (Enregistrement des dépôts d'actes de sociétés, dissolutions, cautions, permission de faire commerce, etc. – 1740-1881) – cote 0082.

Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris)

Correspondance Consulaire et Commerciale. Fond Pernambouc.

Volumes: 8 (1863-1877)

9 (1878-1886)

10 (1887-1895)

Archives Nationales (Paris)

Série F12 – Commerce et Industrie

Cartons:

- 7714: Casas comerciais francesas no estrangeiro e Missões Comerciais. Período coberto pela documentação: 1893-1895.
- 8527: Dossier Boris, relativo à concessão da Legião de Honra. Período: 1889-1909.
- 4999: Correspondência entre o *Ministère du Commerce et d'Industrie*, o *Ministère des Affaires Étrangères* e particulares, sobre as diversas exposições realizadas em Paris. Período: datas diversas.
- 9917: Representação comercial e a Missão Blanchard de Fages para a extensão do comércio exterior francês. Período: 1886-1911.
- 7426: Correspondência entre o *Ministère des Affaires Étrangères* e o *Ministère du Commerce et d'Industrie*, sobre problemas do comércio exterior e documentos relativos à figura do representante comercial. Período: 1845-1848.
- 7427: Sociedades comerciais francesas no estrangeiro. Período: datas diversas.
- 7051: Relatórios consulares, boletins comerciais e relatórios diversos, dirigidos ao *Ministère des Affaires Étrangères*, referentes às províncias da Bahia, Pará, Amazonas e Pernambuco. Período: 1880-1893.
- 7052: Idem, províncias do Rio de Janeiro e São Paulo. Período: 1879-1906.
- 9218: Idem, províncias do Rio de Janeiro. Bahia, Pernambuco, Rio Grande do Sul, Pará, Maranhão, Ceará e São Paulo. Período: 1868-1891.
- 2698-B: Idem, províncias de Pernambuco, Rio Grande do Sul, Ceará, Bahia, Pará e Maranhão. Período: 1841-1869.
- 2700: Idem, províncias do Rio de Janeiro e Pernambuco: Período: 1849-1869.

2699: Idem, províncias da Bahia, Pernambuco, Maranhão, São Paulo e Rio Grande do Sul. Período: 1823-1873.

Arquivo Público do Ceará

Arquivo *Boris Frères*: Correspondência comercial recebida pela *Boris Frères* de comerciantes das cidades de Fortaleza, Aracati, Sobral e Icó – período: 1872 a 1879 – e de outras províncias – período: 1872 a 1884.

Pastas:

CE-Aracati-1/1872-1879/CCR
CE-Aracati-1 /1872-1879/CCR
CE-Aracati-1/1876-1879/CCR
CE-Aracati-1/1879/CCR
CE-Fortaleza-1 /1872-1879/CCR
CE-Icó-2/1874-1879/CCR
CE-Sobral-3/1875-1879/CCR
CE-Sobral-3/1875-1879/CCR
CE-Sobral-3/1874-1878/CCR
CE-Sobral-3/1874-1878/CCR
CE-Sobral-3/1874-1878/CCR
CE-Sobral-3/1878-1879/CCR
CE-Sobral-3/1875-1879/CCR
CE-Sobral-3/1875-1879/CCR
CCR – outros estados.

Documentação cartorial: escrituras diversas referentes ao período de 1872 a 1910, do 1º e 2º cartórios de Fortaleza, relativas à família Boris.

Livros de Notas:

1º Cartório de Fortaleza – Feijó e Ponte. Março de 1847 a maio de 1895. Livros nº 1 a 14.

1º Cartório de Fortaleza – Feijó e Ponte. Janeiro de 1889 a agosto de 1889. Livros nº 11 a 21.

1º Cartório de Fortaleza – Feijó e Ponte. Julho de 1899 a julho de 1910. Livros nº 22, 23, 24, 25, 26, 27, 28, 29, 30, 31 e 32.

2º Cartório de Fortaleza – Martins e Diógenes. 1838 a 1880. Livros nº 1 a 8.

2º Cartório de Fortaleza – Martins e Diógenes. 1880 a 1902. Livros nº 9 a 21.

2. Impressas

Bibliothèque Historique de la Ville de Paris

ANNUAIRE-ALMANACH du commerce, de l'industrie, de la magistrature et de l'administration, de Paris, des départements et des pays étrangers (Almanach Didot-Bottin). Paris: Didot Frères, fils et Cie. – volumes referentes aos anos de 1858 a 1955.

GUIDE de l'acheteur en gros ou almanach et annuaire des fabricants et des comissionaires en marchandises de Paris et du Département de la Seine, par H. Agnus, Paris, 1857.

ANNUAIRE des notables commerçants de la ville de Paris, contenant leurs noms et adresses, les spécialités de leur commerce, la date de leurs établissements, les distinctions honorifiques qu'ils ont obtenus etc. Accompagné de la composition du tribunal de commerce et de renseignements sur les monnaies étrangères. Paris: J. Techener, 1861.

ANNUAIRE des commerçants et des entrepreneurs. Paris: Jules Méreau, 1865- 1866.

ANNUAIRE des commerçants. Indicateur des fabricants, marchands en gros et au détail, commissionaires en marchandises etc. (Paris, départements, étranger). Paris: A. Lahure, 1889-1911.

Bibliothèque Nationale (Paris)

TABLEAU décennal du commerce de la France avec ses colonies et les puissances étrangères. Direction Générale des Douanes. Paris: Im-

primerie Impériale. Volumes referentes aos anos de 1847-1856, 1857-1866, 1867-1876, 1877-1886, 1887-1896.

ANNALES du commerce extérieur. Ministère de l'Agriculture et du Commerce. Brésil, Faits Commerciaux. Paris: Paul Dupont, 1879.

Exposition Universelle de Paris, 1889. Empire du Brésil. CATALOGUE OFFICIEL. Paris: Imprimerie Chaix, 1889.

Archives du Ministère des Affaires Étrangères (Paris)

ANNUAIRE diplomatique et consulaire de la république française. Paris: Berger-Levrault et Cie. Volumes referentes aos anos de 1871/72 a 1986/87.

Arquivo Público do Estado de São Paulo

BOLETIM comemorativo da exposição nacional de 1908. Diretoria Geral de Estatística. Rio de Janeiro: Typographia da Estatística, 1908.

Biblioteca Nacional (Rio de Janeiro)

RELATÓRIO da Capitania dos Portos. *In*: CEARÁ. Presidente de província (João Antônio de Araújo Freitas Henriques). Falha à Assembleia Provincial em 1º de setembro de 1870. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1870 (Anexo).

CEARÁ. Presidente de província (José Fernandes da Costa Pereira Júnior). Relatório passando a administração ao 2º vice-presidente Cel. Joaquim da Cunha Freire, no dia 26 de abril de 1871. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1871.

CEARÁ. Presidente de província (Barão de Taquary). Relatório passando a administração ao 2º vice-presidente Comendador Joaquim da Cunha Freire, no dia 8 de janeiro de 1872. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1871.

CEARÁ. Presidente de província (Cel. Joaquim da Cunha Freire). Relatório passando a administração a José Fernandes da Costa Pereira Júnior, no dia 20 de janeiro de 1871. Fortaleza: Typographia Cearense, 1871.

RELATÓRIO do Inspetor da Alfândega. *In*: CEARÁ. Presidente de província (Barão de Taquary). Relatório apresentado à Assembleia Provincial do Ceará, no dia 4 de julho de 1871. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1871 (Anexo).

CEARÁ. Presidente de província (João Wilkens de Mattos). Relatório na abertura da 1ª sessão da 21ª legislatura da Assembleia Provincial do Ceará, no dia 20 de outubro de 1872. Fortaleza: Typographia Constitucional, 1873.

Biblioteca Pública do Ceará

ALMANACH de Fortaleza, 1895.

ALMANACH do Ceará, 1896 e 1900.

3. Fontes de natureza não impressa ou manuscrita

Depoimentos de membros da família Boris coletados em Paris, em dezembro de 1990 (Denis Lévy, Pierre Seligman e Denise Dreyfus).

Árvore genealógica da família Boris, elaborada por Bertrand Boris. Cópia cedida em Paris, em dezembro de 1990, por Pierre Seligman.

Referências

ABREU, M. P. O Brasil e a economia mundial (1929-1945). In: FAUSTO, Boris. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1984. v. 4, t. 3, cap. I, p. 9-49.

ALVES, G. L. Mato Grosso e a História, 1870-1929: ensaio sobre a transição do domínio da casa comercial para a hegemonia do capital financeiro. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, n. 61, p. 5-82, jul./dez. 1984. p. 5-81.

AMORA, Z. B. Aspectos históricos da industrialização no Ceará. In: SOUZA, S. (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC e Fundação Demócrito Rocha, 1989. p. 117-124.

ANDRADE, J. M. de. A oligarquia acciolina e a política dos governadores. In: SOUZA, S. (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFC e Fundação Demócrito Rocha, 1989. p. 207-226.

ANDRADE, M. C. de. *A terra e o homem no Nordeste*. São Paulo: Ciências Humanas, 1980.

ANDRADE, M. C. de. *Imperialismo e fragmentação do espaço*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1991.

ANTHOUARD, Le Baron D. *Le progrès brésilien: la participation de la France*. 2. ed. Paris: Plon-Nourrit et Cie., 1911.

ARMENGAUD, A. Le rôle de la démographie. In: BRAUDEL, F. ; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. v. I, t. 3, p. 161-238.

ARNAUNÉ, A. *Le commerce extérieur et les tarifs de douane*. Paris: Librairie Félix Alcan, 1911.

BAIROCH, P. Colônias. In: ROMANO, R. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986a. v. 7, p. 304-325.

BAIROCH, P. Comércio. In: ROMANO, R. *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1986b. v. 7, p. 277-303.

BAIROCH, P. *Commerce extérieur et développement économique de l'Europe au XIX siècle*. Paris: Mouton/École des Hautes Études en Sciences Sociales, 1976.

BAIROCH, P. *Révolution industrielle et sous-développement*. Paris: Société d'Édition d'Enseignement Supérieur, 1963. 360 p.

BANDEIRA, M. *A presença dos Estados Unidos no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

BARRETO, A. E. M. *Relações econômicas e o novo alinhamento internacional do Brasil, 1870-1930*. São Paulo: FEA/USP, 1977.

BARROSO, P. *Um francês cearense: em comemoração ao centenário de fundação de Boris Frères & Cia. Ltda., 1869-1969*. Fortaleza: [s.n.], 1973.

BEIGUELMAN, P. *A crise do escravismo e a grande imigração*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

BEIGUELMAN, P. *A formação do povo no complexo cafeeiro*. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1978.

BELTRAN, A.; GRISET, P. *La croissance économique de la France, 1815-1914*. Paris: Armand Collin, 1988.

- BERNAL, J. D. *Ciência na História*. Lisboa: Livros Horizonte, 1976.
- BLONDEL, G. *La France et le marché du monde*. Paris: Librairie de la Société de Recueil General des Lois et des Arrêts, 1901.
- BONIN, H. France de la fin du 19e. siècle a 1939. In: *Dictionnaire d'histoire économique de 1800 à nos jours*. 10. ed. Paris: Hatier, 1987. p. 286-300.
- BRANCO, C. *Energia elétrica e capital estrangeiro no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.
- BRASIL. Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio. Sociedades Mercantis autorizadas a funcionar no Brasil (1808-1946). [S.l.]: Departamento Nacional de Indústria e Comércio, 1947.
- BRODER, A. Le commerce extérieur: l'échec de la conquête d'une position internationale. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. v. 1, t. 3, p. 305-345.
- CAMERON, R. E. L'exportation des capitaux français, 1850-1880. *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, Paris, v. 33, n. 3, p. 347-353, 1955.
- CAMPOS, P. M. de. Brasil-Alemanha. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. v. 4, t. 2, cap. 5, p. 216- 232.
- CAMPOS, P. M. de. O reconhecimento por outros países. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 4.e d. São Paulo: Difel, 1976. v. 1, t. 2, cap. 1, 2, p. 365-378.
- CANABRAVA, A. A grande lavoura. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. v. 4, t. 2, cap. 5, p. 85-137.
- CARONE, E. *A república velha I: instituições e classes sociais (1889-1930)*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1978.
- CASCUDO, L. da C. *História da cidade do Natal*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; Brasília: INL; Natal: UFRN, 1980.

CASCUDO, L. da C. *Notas e documentos sobre a história de Mossoró*. Natal: Fundação José Augusto, [1953]. (Coleção Mossoroense, 2. Série C).

CASTRO, A. C. *As empresas estrangeiras no Brasil, 1860-1913*. Rio de Janeiro: Zahar, 1979.

CHIARIZIA, M. M. de Azevedo. *Itabira Iron Ore Company*. Rio de Janeiro: UFF, 1979.

CLEMENTINO, M. do L. M. *O maquinista de algodão e o capital comercial*. Natal: UFRN/Editora Universitária, 1986.

CÓDIGO comercial de 1850. In: CALMON, F. M. de G. *Vida econômico-financeira da Bahia: elementos para a história de 1808 a 1899*. Salvador: Fundação de Pesquisa, 1978.

COHN, G. Problemas da industrialização no século XX. In: MOTTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo: Difel, 1984.

CONFERÊNCIA ALGODOEIRA, 1915, São Paulo. *Annaes...* São Paulo: Seção de Obras d'O Estado de São Paulo, [1915], v. 2.

COSTA, E. V. da. *Da monarquia à República: momentos decisivos*. 3. ed. São Paulo: Brasiliense, 1985.

COSTA, E. V. da. *Da senzala à colônia*. 2. ed. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

DAMASCENO, D.; CUNHA, W. da. Os manuscritos do botânico Freire Alemão; catálogo e transcrição. In: Biblioteca Nacional, 1961, Rio de Janeiro. *Annaes...* Rio de Janeiro: Divisão de Publicação e Divulgação, 1964. v. 81.

DAUMARD, A. Les placements à l'étranger dans les patrimoines des français au XIX siècle (1815-1914). In: *Revue d'Histoire Économique et Sociale, Paris*, v. 52, n. 4, p. 526-546, 1974.

DEVEZA, G. Brasil-França. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974a. v. 4, t. 2, cap. 2, p. 153-170.

DEVEZA, G. Política tributária no período imperial. In: HOLANDA, S. Buarque de. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974b. v. 4, t. 2, cap. 4, p. 60-84.

DEVEZA, G. *Um precursor do comércio francês no Brasil*. São Paulo: Nacional, 1976.

DINIZ, C. C. *Estado e capital estrangeiro na industrialização mineira*. Belo Horizonte: UFMG/PROED, 1981.

DONGHI, T. A. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.

DOWBOR, L. *A formação do capitalismo dependente no Brasil*. Lisboa: Prelo, 1977.

DUROSELLE J. B. *A Europa de 1815 aos nossos dias: vida política e relações internacionais*. São Paulo: Pioneira, 1976.

EISENBERG, P. *Modernização sem mudança: a indústria açucareira em Pernambuco 1840-1910*. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Campinas: UNICAMP, 1977.

ENCYCLOPÉDIE économique. Paris: Economica, 1984.

FAORO, R. *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro*. 5. ed. Porto Alegre: Globo, 1979.

FRAGINALS, M. M. La brecha informativa: información y desinformación como herramientas de dominio neocolonial en el siglo XIX. In: ENCUENTRO DE HISTORIADORES LATINO AMERICANOS Y DEL CARIBE, 2., 1977. Caracas. Los estudios históricos en América Latina, ponencias, acuerdos y resoluciones. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 1977. v. I. t. 2. p. 625-652.

FREYRE, G. *Ingleses no Brasil: aspectos da influência britânica sobre a vida, a paisagem e a cultura do Brasil*. 2. ed. Rio de Janeiro: J. Olympio, 1977.

FURTADO, C. *Formação econômica da América Latina*. 2. ed. Rio de Janeiro: Lia, 1970.

GALLÈS, M. E. *Considérations générales sur le commerce de la France avec l'Empire du Brésil, les états de la Plata et la République d'Haiti présentées au Congrès Scientifique de France*. Bordeaux: Gounouilhou, 1861.

GEO, R. H. *Les intérêts franco-brésiliens: nos milliards au Brésil. L'illusion et réalités, conquête des marchés Sud-Américains, conditions du succès commercial*. Paris: Chronique Latine pour la défense des intérêts français en Amérique du Sud, 1919.

GÉRAULT, G. *Les expositions universelles au point de vue économique*. Dijon: Sirodot Carré, 1901.

GIANATTASIO, N. "Cultivo do algodão no Rio Grande do Norte". In: *Conferência Algodoeira*, ANAES.

GIRÃO, R. *Famílias do Ceará: apontamentos genealógicos*. Fortaleza: Imprensa Universitária, 1975.

GIRÃO, R. *História econômica do Ceará*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1947.

GIRÃO, R. *Pequena história do Ceará*. 4. ed. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará, 1984.

GIRÃO, V. C. *As oficinas ou charqueadas do Ceará*. Fortaleza: Imprensa Oficial do Ceará, 1984.

GIRAULT, R. Place et rôle des échanges extérieurs. In: BRAUDEL, F. ; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. v. I, t. 4, p. 199-239.

GLÉNISSON, J. Um emigrante francês no Brasil: Jean Etienne Seraine (1827-1854). *Revista de História*, São Paulo, n. 46, p. 445-474, 1961.

GRAHAM, R. Brasil-Inglaterra, 1831-1889. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1974. v. 4, t. 2, cap. I, p. 141-152.

GRAHAM, R. *Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil 1850-1914*. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUABIRABA, M. C. de A. *Ceará, a crise permanente do modelo exportador*. Fortaleza: Instituto da memória do Povo Cearense, 1989.

GUYOT, Y. *Le commerce et les commerçants*. Paris: Octave Doint et Fils, 1909.

HANICOTTE, R.; HANICOTTE, G. *Sociétés françaises et étrangères au Brésil*. Paris: L'Encyclopédie Nationale, 1909.

HARDMAN, F. F. *Trem fantasma: a ferrovia Madeira-Mamoré e a modernidade na selva*. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

HOLANDA, S. B. de; CAMPOS, P. M. (org.). *História Geral da Civilização Brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1972, v. 2, t. 2.

IGLESIAS, F. Minas Gerais. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1972. v. 2. t. 2, cap. 3, p. 364-412.

LABROUSSE, E. A livre ouvert sur les élans et les vicissitudes des croissances. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976. v. 2, t. 3, p. 961-1023.

LAURENT-ROUX, L'Office Commercial. "Adresses des principaux négociants commissionnaires". 1905.

LEMENHE, M. A. *Expansão e hegemonia urbana: o caso de Fortaleza*. Fortaleza: UFC, 1983.

LÉON, P. Le dynamisme industriel. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976a. v. 2, t. 3, p. 581-618.

LÉON, P. L'épanouissement d'un marché nationale. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976b. v. 1, t. 3, p. 275-304.

LÉON, P. L'impulsion technique. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976c. v. 2, t. 3, p. 475-504.

LÉON, P. Le moteur de l'industrialisation: l'entreprise industriel. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976d. v. 2, t. 3, p. 503-542.

LÉON, P. Les nouvelles répartitions. In: BRAUDEL, F.; LABROUSSE, E. *Histoire économique et sociale de la France*. Paris: Presses Universitaires de France, 1976e. v. 2, t. 3, p. 543-580.

LEVASSEUR, E. *Histoire du commerce de la France*: deuxième partie de 1789 à nos jours, 1912. Paris: Arthur Rousseau, 1912.

LÉVY-LEBOYER, H.; BOURGUIGNON, F. *L'économie française au XIX siècle*: analyse macro-économique. Paris: Economica, 1985.

LIMA, C. A. F. *Les entreprises multinationales et l'État brésilien*. Paris: Université de Paris I, 1980.

LIMA, P. A. Q. O café na província do Ceará. In: SOUZA, S. (coord.). *História do Ceará*. Fortaleza: UFCE, 1989, p. 91-101.

LUZ, N. V. *A luta pela industrialização no Brasil: 1808 a 1930*. 2. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1975.

LYON, M. *Notes sur le Brésil*: budget des dépenses et des recettes de l'État, commerce extérieur, chemins de fer et de navigation, banques d'émission, valeurs brésiliennes placées en Europe. Paris: Imprimerie Nouvelle, 1890.

MAGALHÃES, B. R. de. *Les flux des capitaux anglais au Brésil à la fin du XIX siècle*. Paris: Université de Paris I, 1977.

MANCHESTER, A. K. *Preeminência inglesa no Brasil*. São Paulo: Brasileira, 1973.

MARC, A. *Le Brésil, excursion à travers ses 20 provinces*. Paris: Charaire et fils, 1890.

- MARX, K. *O 18 brumário de Luís Bonaparte*. São Paulo: Escriba, 1968.
- MATTOSO, K. M. de Q. *Bahia, século XIX, uma província do império*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1992.
- MAURO, F. Las inversiones francesas en Brasil, siglos XIX y XX. In: ACTAS de la 61. reunión de historiadores latino-americanos. 25 a 28 mai. 1981, Estocolmo. Estocolmo: Universidad de Estocolmo: Instituto de Estudios Latino-Americanos, 1983. p. 673-693.
- MAURO, F. Les investissements français en Amérique des origines a 1973. *Revue d'Histoire Économique et Sociale*, Paris, v. 55, n. 1/2, p. 234-262, 1977.
- MELO, J. C. de. *A lavoura canavieira em Pernambuco e a expansão do capitalismo britânico (1870-1890)*. Recife: UFPE. 1978.
- MELLO, J. M. C. de. *O capitalismo tardio*. São Paulo: Brasiliense, 1983.
- MIÈGE, J. L. *Expansión europea y descolonización de 1870 a nuestros días*. Barcelona: Labor, 1975.
- MONTEIRO, D. M. *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*. Fortaleza: BNB/ETENE, 1985.
- MONTENEGRO, A. *Ceará: tentativas de interpretação*. Fortaleza: Typ. Royal, 1953.
- MORAES, A. C. R. *A gênese da geografia moderna*. São Paulo: Hucitec/Edusp, 1989.
- MORAES, M. L. de P. M. A atuação da firma Theodor Wille & Cia. no mercado cafeeiro do Brasil, 1844-1918. 1988. Tese (Doutorado em História Econômica) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1988.
- MOTA, C. G. (org.). *1822, dimensões*. São Paulo: Perspectiva, 1972.
- MOTA, F. A. S. *A secular casa Boris e a importância de seu arquivo*. Fortaleza: Secretaria de Cultura e Desporto, 1982.

- MOURA, A. *Capitais estrangeiros no Brasil*. São Paulo: Brasiliense. 1960.
- MÜLLER, H. L. *Le commerce du globe: comptes de revient de marchandises échangées entre toutes les principales places du commerce du monde*. Havre: Alphonse Lemale, 1865.
- NOBRE, G. *Estudo sobre a coleção descritiva das plantas da capitania do Ceará* (com o original inédito do naturalista Feijó). Fortaleza: Gráfica Editorial Cearense, 1984. (Coleção Estudos Cearenses, 12).
- NOGUEIRA, E. Alguns aspectos da influência francesa em São Paulo na segunda metade do século XIX. *Revista de História*, São Paulo, n. 16, p. 317-342, out./dez. 1953.
- OLIVEIRA, F. de. A emergência do modo de produção de mercadorias: uma interpretação teórica da economia da república velha no Brasil. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975. v. I, t. 3, cap. 6, p. 391-414.
- PANIKKAR, K. M. *A dominação ocidental na Ásia do século XV aos nossos dias*. 2. ed. Rio de Janeiro: Saga, 1969.
- PANTALEÃO, O. A presença inglesa. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 4. ed. São Paulo: Difel, 1976. v. I, t. 2, cap. 3, p. 64- 99.
- PARSY, P. *Le développement des exportations: l'information commerciale et le crédit à l'exportation en France et à l'étranger*. Lille: Vandroth-Fauconnière. 1920.
- PERRUCCI, G. *A república das usinas: um estudo de história social e econômica do Nordeste: 1889-1930*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.
- PETRATTI, P. *A instituição da The São Paulo Brazilian Railway Limited*. São Paulo: USP, 1979.
- PETRONE, P. Geografia Humana. In: FERRI, M. G., MOTOYAMA, S. (coord.). *História das ciências no Brasil*. São Paulo: EPU, 1979. p. 303-330.

PINHO, W. A Bahia, 1808-1856. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1972, v. 2, t. 2, cap. 2, p. 242- 314.

PINTO, V. N. Balanço das transformações econômicas no século XIX. In: MOTA, C. G. (org.). *Brasil em perspectiva*. 14. ed. São Paulo: Difel, 1984. p. 126-145.

POIDEVIN, R. *Les relations économiques et financières entre la France et l'Allemagne, 1898-1914*. Paris: Armand Collin, 1969.

PORTO, A. E. C. *Uma cidade contra seus coronéis*. São Paulo: Unicamp, 1988.

PRADO JÚNIOR, C. *Capitais estrangeiros*. Revista Brasiliense, São Paulo, 1945.

PRADO JÚNIOR, C. *Formação do Brasil contemporâneo*. 16. ed. São Paulo: Brasiliense, 1979.

PRADO JÚNIOR, C. *História econômica do Brasil*. 30. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984.

PRETECEILLE, S. *Les intérêts français en Argentine, au Brésil et au Mexique de 1870 à 1914*. Paris: IHEAL, 1963.

QUINN, M. Les investissements français au Brésil (1890-1930). *Cahiers de l'Amérique Latine*, Paris, n. 16, p. 105-124, 1977.

RAVAGNI, L. A. C. de. Les investissements français au Brésil (1890-1930). *Cahiers de l'Amérique Latine*, Paris, n. 16, p. 105-124, 1977.

RÊGO, J. L. do. *Usina*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1936.

REIS, A. C. F. A província do Rio de Janeiro e o município neutro. In: HOLANDA, S. B. de. *História geral da civilização brasileira*. 3. ed. São Paulo: Difel, 1972. v. 2, t. 2, cap. 1, p. 315-352.

REIS, J. J. Os Estados Unidos na disputa pelo mercado brasileiro nos primeiros anos da República. *Clio-Revista de Pesquisa Histórica*, Recife, v. 1, n. 13, p. 7-45, 1990.

RESUMO histórico dos inquéritos censitários realizados no Brasil: recenseamento do Brasil, 1920. Rio de Janeiro: Diretoria Geral de Estatística, 1920. Edição fac-similada. São Paulo: IPEA/USP, 1986.

RIBEIRO, M. E. de B. L'Amérique méridionale et le commerce français, quelques remarques, 1800-1840. In: MAURO, F.; ALEMANY, S. *Transport et Commerce en Amérique Latine*, 1800-1970. Paris: L'Harmattan, 1990. p. 145-162.

SAES, F. A. M. de. *Crédito e bancos no desenvolvimento da economia paulista, 1850-1930*. São Paulo: IPE/USP, 1986a.

SAES, F. A. M. de. *As ferrovias de São Paulo, 1870-1940*. São Paulo: Hucitec, 1981.

SAES, F. A. M. de. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira*. São Paulo: Hucitec, 1986b.

SAES, F. A. M. de. Os investimentos franceses no Brasil: o caso da Brasil Railway Company (1900-1930). In: MAURO, F.; ALEMANY, S. *Transport et commerce en Amérique Latine*, 1800-1970. Paris: L'Harmattan, 1990. p. 91-108.

SAES, F. A. M. de; SZMRECSÁNYI, T. O capital estrangeiro no Brasil, 1880-1930. *Revista de Estudos Econômicos*, São Paulo, v. 15, n. 2, p. 191-219, maio/ago. 1985.

SAES, F. A. M. de; SZMRECSÁNYI, T. O capital estrangeiro na industrialização de São Paulo (Brasil): 1870-1930. In: VIII SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA ECONÔMICA – CLACSO, 26 a 29 out. 1987, Buenos Aires.

SCHNEIDER, J. “Le commerce de la France avec le Brésil et spécialement la position du commerce français sur les divers marchés du Brésil entre 1815 et 1848: essai d’une analyse de la structure économique”. Colloques internationaux du Centre National de la Recherche Scientifique. 543). In: *L'Histoire Quantitative du Brésil de 1800 a 1930*; Paris: 11-15 octobre 1971. Paris: Éditions du Centre National de la Recherche Scientifique, 1973. p. 231-245

SERIS, M. L. À travers les provinces du Brésil. Limoges: M. Barbon, 1881.

SILVA, S. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 1981.

SILVA, V. M. T. da. *O declínio dos Accioly no Ceará (1912-1914)*. São Paulo: FFLCH/USP, 1982.

SIMONSEN, R. C. *Evolução industrial do Brasil e outros estudos*. São Paulo: Nacional/USP, 1973.

SINGER, P. O Brasil no contexto do capitalismo internacional. 1889-1930. In: FAUSTO, B. *História geral da civilização brasileira*. São Paulo: Difel, 1975. v. I, t. 3, cap. 5, p. 345-390.

SINGER, P. *Curso de introdução à economia política*. 4. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1978.

SINGER, P. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana*. 2. ed. São Paulo: Nacional, 1977.

SOMOGYI, F. Un exemple de la présence économique française au Brésil: L'Empire Bailloux-Lafont. In: MAURO, F.; ALEMANY, S. *Transport et commerce en Amérique Latine, 1800-1970*. Paris: L'Harmattan, 1990. p. 109-124.

SOUZA, J. B. de. *Associação Comercial do Ceará: memória histórica – 1868-1968*. Fortaleza: Instituto do Ceará, 1968.

SOUZA, S. (org.). *História do Ceará*. Fortaleza: Universidade Federal do Ceará; Fundação Demócrito Rocha, 1989.

STEIN, S. *Origens e evolução da indústria têxtil no Brasil, 1850/1950*. Rio de Janeiro: Campus, 1979.

STEIN, S. J.; STEIN, B. H. *A herança colonial da América Latina: ensaios de dependência econômica*. 2. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

STUDART, Barão de. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 32, p. 197-199, 1918.

STUDART, Barão de. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 33, p. 239-248, 1919.

STUDART, Barão de. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 34, p. 251-358, 1920.

STUDART, Barão de. Estrangeiros e Ceará. *Revista do Instituto do Ceará*, Fortaleza, v. 36, p. 381-389, 1922.

SZMRECSÁNYI, T. A era dos trustes e cartéis. In: *História e energia: a chegada da Light*. São Paulo: Patrimônio Histórico/Eletropaulo, 1986. p. 6-20.

TEXIER, R. *Des obligations et de la responsabilité du commissionaire en marchandises*. Bordeaux: Y. Cadoret, 1911.

UMA casa chamada Boris, 1869-1969. [s.l.; s.n.], [1969?].

URICOCHEA, F. *O minotauro imperial: a burocratização do estado patrimonial brasileiro no século XIX*. São Paulo: Difel, 1978.

VALLA, V. *A penetração norte-americana na economia brasileira, 1898-1923*. Rio de Janeiro: Ao Livro Técnico, 1978.

VIDAL, J. *Capital étranger et industrialization: le cas des investissements français au Brésil*. Paris: Université de Paris I, 1980.

WALLE, P. *Au Brésil, de l'Uruguay au Rio São Francisco*. Paris: E. Guilmoto, 1910.

WALLE, P. *Au pays de l'or noir*. Paris: E. Guilmoto, 1909.

WALLE, P. *Au pays de l'or rouge*. Paris: Challanel, 1921.

Anexo I

Comércio franco-brasileiro no século XIX

Valor das exportações francesas para o Brasil, por médias decenais, em milhões de francos, no comércio especial e no comércio geral, comparativamente:

DECÊNIOS	COM. ESPECIAL	COM. GERAL
1827/ 1836	12.2	15.2
1837/ 1846	16.2	27.3
1847/ 1856	27.9	39.6
1857/ 1866	65.9	94.7
1867/ 1876	67.6	86.1
1877/ 1886	67.1	82.1
1887/ 1896	74.8	102.4

Fonte: TABLEAU DÉCENNAL DU COMMERCE DE LA FRANCE, 1887 à 1896. Premier volume, p. CXXXIX à CXLIX.

Valor das importações brasileiras na França, por médias decenais, em milhões de francos, no comércio especial e no comércio geral, comparativamente:

DECÊNIOS	COM. ESPECIAL	COM. GERAL
1827/1836	7.1	10.2
1837/ 1846	7.5	12.3
1847/ 1856	14.2	26.2
1857/ 1866	39.7	69.8
1867/1876	51.0	85.1
1877/ 1886	53.7	102.3
1887/ 1896	24.2	127.6

Fonte: TABLEAU DÉCENNAL DU COMMERCE DE LA FRANCE, 1887 à 1896. Premier volume, p. CXXXIX à CXLIX.

Anexo II

Lista de 87 negociantes-comissários franceses com atividade no Brasil, em 1905, constando em ordem: razão social / ano de fundação da casa em Paris / cidade de localização da casa no Brasil / ramo do comércio / mudanças ocorridas na razão social. A inexistência de dados está indicada por três traços (---).

FONTE: AN, série F12, carton 7427. LAURENT-ROUX, L'Office Commercial, Adresses des principaux négociants-commissionnaires. Paris, Oberthur, 1905.

AARON, Em.et. Ed. / 1857 / Porto Alegre / relojoaria / ---.

AILLAUD et Cie. / 1815 / --- / livraria / J. P. Aillaud – Guillard, Aillaud et Cie. – Aillaud et Cie.

ALBANEL, Paul / --- / --- / artigos de Paris, tecidos, etc. / Albanel et Ch. Lazary- N. Albanel et Cie. – N. Albanel Fils et Cie. – P. Albanel Fils.

ALLAIN, Maurice. / 1851 / --- / tecidos, etc. / ---.

ALVARADO et Cie. / anterior a 1856 / --- / diamantes e outros artigos / ---.

ANEZIN, E. / 1889 / --- / relojoaria, bijuteria / ---.

ARON, Paul et Cie. / --- / fundada no Rio de Janeiro em 1860 / tecidos e artigos de Paris / Heymann et Aron – Alphonse Aron et Cie. – Arthur Aron et Cie. – Paul Aron et Cie.

AVENIER, A. et Cie. / 1882 / Rio de Janeiro / gêneros alimentícios / Cerf, Dale et Cie. – Avenier, Dale et Cie – A. Avenier et Cie.

AZÉMARD et LÉONARD / anterior a 1858 / --- / tecidos, artigos de Paris, chapelaria, sapatos, bijuteria / Hayet Frères et Azémard – Azémard et Léonard.

BAZIN (Ch.) et Cie. / 1877 / fundada no Rio de Janeiro em 1857 / perfumes, artigos de Paris / ---.

BLAD, Arthur. / anterior a 1865 / --- / artigos de Paris, tecidos / Manoel, Martins da Silva Viana – Arthur Blad.

BLOCH (J. et F.) / 1902 / --- / artigos para homens / ---.

BONNIARD et Cie. / 1869 / fundada no Rio de Janeiro em 1865 / tecidos, artigos de Paris / Bonniard Frères – A. Bonniard et Cie.

BORIS FRÈRES / 1872 / fundada em Fortaleza em 1869/ artigos de Paris, sapatos, gêneros alimentícios / ---.

BREISSAN (J. B.), viúva / 1859 / --- / couros e material para sapatos / ---.

BRUN (Lucien) fils / 1784 / --- artigos de Paris, etc. / Lucien Brun et Fils – viúva J. P. Brun et Fils.

CAHEN et GUILLERME / 1884^a --- / todos os artigos/ ---.

CARETTE (Armand) / 1872 / --- / bijuteria, ouro, etc. / Vicaire – Ozenne – Carette, A.

CHAHADI (D.) et Cie. / 1902 / fundada anteriormente em São Paulo / artigos de armarinho e artigos de Paris / ---.

CRESTÉ (Léon) / 1890 / --- / tecidos, artigos de Paris / Ruas et Chatrier – Chatrier – M. Léon Cresté.

CRETENIER (Paul) et Cie. / 1846 / --- / todos os artigos / Philippe Schloss – Philippe Schloss et Fils – Schloss, Cretenier et Cie.

DANNECKER, Caroli et Cie. / 1881 / --- / tecidos, sapatos, material para sapatos / Jacobson, Sauder et Cie. – Dannecker, Caroli et Cie.

DAUVERGNE (J.) et Cie. / 1889 / --- / móveis / J. D. Martins et Cie. – Dativergne et Cie.

DELAUNAY (Paul) et frères / 1858 / --- / tecidos, artigos de Paris / Pech et Delaunay – Ernest Delaunay – Paul Delaunay et Frères.

DESVERNINE (Clément) / 1860 / Casa Luís Resende e Cia. do Rio de Janeiro / bijuteria, ouro / ---.

DEUTSCH (Myrtil) / 1880 / casa fundada anteriormente em São Paulo / bijuteria, joalheria / ---.

DIDOT Fils et FERREIRA / 1856 / --- / tecidos, novidades, artigos de armarinho, modas Destas – Didot – Didot et Leite – Didot Fils et Ferreira.

DIECKMANN (O.) et Cie. / 1858 / --- / artigos de Paris, tecidos, peles e couros / J. Michel et Cie. – L. Lartigue – L. Lartigue et Cie. – O. Dieckmann et Cie.

DOS SANTOS et Cie. / 1871 / --- / tecidos, lingerie, sapatos, perfumes, artigos de Paris / ---.

DREYFUS (Joseph) et Cie. / 1899 / fundada em São Paulo em 1885 / gêneros alimentícios / ---.

DUHART Frères / 1874 / --- / todos os artigos / ---.

DUJARDIN (E.) / 1853 / --- / ferramentas e metais para bijuterias / Thuret – Dujardin.

DUSSIEUX (Tony) / 1874 / --- / todos os artigos/ Delaplagne et Dussieux – Dussieux.

DUTRAIN, VILLAN et FALQUE / 1888 / --- / tecidos, vestuário, perfumes, artigos de Paris / ---.

FAUCONNIER Frères / 1850 / --- / tecidos, artigos de Paris / ---.

FAVRE (J.) / 1875 / --- / todos os artigos / ---.

FERRINI (F.-B.) / 1895 / Rio de Janeiro / todos os artigos / ---.

FRÉGEAC (Ed.) / 1855 / --- / todos os artigos/Tarbouriech – Nadal – Beligard et Frégeac – Frégeac, E.

GALINDEZ (viúva) / 1889 / --- / todos os artigos / ---.

GERSON (Armand) et Cie. / 1896 / Rio de Janeiro / relojoaria, bijuteria e ouriversaria / ---.

GILLETTE (G.) et Cie. / 1868 / --- / todos os artigos / J. Verchère – J. Verchère et Cie. G. Gillette et Cie.

GOETSCHEL (Eugène) / 1889 / fundada em Pernambuco em 1874 / bijuteria, relojoaria, ótica, ornamentos de igreja, etc. / ---.

GRADVOHL Frères / 1868 / Ceará / tecidos, artigos de armarinho, etc. / ---.

GRUINTGENS (P.) / 1855 / --- / tecidos, artigos de Paris / Ernest Roquet – Gruintgens. P.

GRUMBACHER (H.) / 1879 / --- / todos os artigos / Seidner et Grumbacher – Grumbacher.

HENNER (Jules) / 1888 / --- / chapelaria, tecidos e decoração / ---.

HERMANN (Ernest) / 1872 / --- / tecidos, artigos de Paris, couros, gêneros alimentícios / Senn – Hermann.

JABLONSKY, VOGT et Cie. / 1876 / antiga casa L. Garraux de São Paulo / livreria, artigos de escritório, artigos de Paris / L. Garraux – Jablonsky, Vogt et Cie.

KAHN et POLACK / 1880 / Manaus / artigos de Paris, bijuteria, gêneros alimentícios / ---.

KELLER (C.-F.) et Cie. / 1880 / fundada na Bahia em 1820 / artigos de Paris, tecidos, gêneros alimentícios / ---.

LABROUSSE (Lionel) / 1840 / --- / tecidos, artigos de Paris/ Baudistel et Schneider – Labrousse et Coulaud – Labrousse, L.

LAMBERT (C.) / 1865 / --- / bijuteria, artigos de Paris / Lambert, Lévy et Cie. – Lambert et Lévy – Lambert, C.

LAVALETTE (Jules) / 1897 / --- / todos os artigos / ---.

LEHMANN Frères / 1865 / --- / bijuteria, joalheria, diamantes / ---.

LÈVY (Irmãos) et Cie. / 1885 / --- / bijuteria e pedras preciosas / ---.

LÉVY (Jules-Michel) et FRIEDMANN / 1881 / --- / todos os artigos / ---.

LÉVY (B.) et BAUMANN / 1883 / Bahia / tecidos e modas / Nathan et Lévy – Bernard Lévy – Bernard Lévy et Ch. Baumann – Ch. Baumann et Cie. – B. Lévy et Baumann.

LÉVY, WEILL et Cie. / 1875 / Campinas / artigos de Paris, bijuteria, móveis / Weill Frères – Weill et Cie. – Lévy, Weill et Cie.

LÉVY (Alphonse) / 1885 / Pará / tecidos, bijuterias, artigos de Paris / Lévy Frères et Cie. – Alfred Lévy – Alphonse Lévy.

LÉVY (M. et V.) Frères et Cie. / 1887 / --- / tecidos, artigos de Paris / ---.

LUCKHAUS (Hermann) / 1855 / --- / artigos de Paris, artigos de escritório / ---.

MAIBAUM et JARASSE / 1898 / --- / todos os artigos / ---.

MARIUS et LÉVY / 1890 / Pará, Manaus / todos os artigos / ---.

MARTIN (E.), AUGENDRE et Cie. / 1867 / --- / tecidos, artigos de Paris / E. Martin et Cie. – Édouard Martin – É. Martin, Augendre et Cie.

MIRAPEIX (J.) et Cie. / 1871 / --- / produtos alimentícios e demais artigos / Bénédicte, Grumbach et Cie. – Bénédicte, Rigolet et Cie. – Rigolet, Koller et Hedding – Hedding et Mirapeix – J. Mirapeix et Cie.

MORÉ DE PORTO (Louis) / 1854 / --- / tecidos, artigos de Paris, drogaria / ---.

NÉVIERE (A.) / 1892 / --- / todos os artigos / Néviere et Picard – Achille Néviere.

NOÉ, REVEL et Cie. / 1874 / fundada no Rio de Janeiro em 1869 / todos os artigos / Noé Frères – Noé Frères et Cie – Noé, Revel et Cie.

NOGUEIRA (Raoul da Silva) / 1878 / --- / tecidos.

NOIRIEL et Cie. / 1876 / --- / artigos de Paris / B. Cape – Lamirelle Noiriel et Robert – Noiriel et Cie.

PARODI (Louis-Philippe) / 1860 / --- / todos os artigos / Fiorita et Tavorala – Castagnoli et Parodi – Louis-Philippe Parodi.

PERKINS, VAN BERGEN et Cie. / 1871 / --- / todos os artigos / A. Van Bergen et Cie. – Perkins, Van Bergen et Cie.

PREU (William) / 1892 / --- / todos os artigos / ---.

REY et BRAGA-CROSS / 1867 / --- / todos os artigos / Almeida, Santos et Braga – Pinto et Braga – Pinto, Braga et Cie. – Rey et Braga-Cross.

RUAS (K.) / 1894 / --- / todos os artigos / ---.

SCHILL et KAHN / 1882 / Manaus / todos os artigos / ---.

TILLEMONT et Cie. / anterior a 1860 / --- / tecidos, modas, lingerie, decoração / Dufour et Trilha – Trilha et Aubry – Paul Aubry – Aubry et Trouillet – Tillemont et Trouillet – Tillemont et Cie.

ULMANN (Ch. et J.) / 1881 / --- / todos os artigos / ---.

ULMANN (M.) et Cie. / 1892 / fundada na Bahia em 1879 / todos os artigos / C. Kahn et Cie. – M. Ulmann et Cie.

URRUELLA (F.) et Cie. / 1884 / --- / tecidos, confecções / Urruela, Urioste et Cie. – Urruela et Cie. – F. Urruela et Cie.

VAILLANT, NAST et Cie. / anterior a 1852 / --- / todos os artigos / Paulliac et Badoulleau-Levillain – Badoulleau-Levillain et Cie. – Vaillant et Nast – Vaillant, Nast et Cie.

WALLER (Paul) et Cie. / 1885 / --- / tecidos, bijuterias / ---.

WEILL (Félix) / 1877 / --- / todos os artigos / E. Legros – Legros et Weill – Félix Weill.

WELLISCH et Cie. / 1900 / casa principal no Rio de Janeiro, com filiais em São Paulo e Vitória / todos os artigos / ---.

WOLFFENBUTTEL (L.) / 1874 / --- / bijuteria / Wolffenbuttel et Bautz – L. Wolffenbuttel.

YANSOUNI (J.) / 1883 / --- / artigos de Paris, bijuterias, tecidos, etc. / Crewel et Hersent – Hersent Frères – J. Yansouni.

Sobre a autora

Denise Mattos Monteiro é Doutora em História pela Universidade de São Paulo, onde também se graduou, e Mestre pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Foi professora da Universidade Federal do Rio Grande do Norte entre 1979 e 2007, tendo lecionado diferentes disciplinas. Sua atividade de pesquisa é voltada para a História Econômica e Social do Nordeste, atividade essa em grande parte apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do qual já foi por três vezes Bolsista de Produtividade em Pesquisa.

Além de artigos em periódicos nacionais e estrangeiros e capítulo em coletâneas da área de História, publicou os seguintes livros: *Um outro Nordeste: o algodão na economia do Rio Grande do Norte (1880-1915)*, BNB, 1985; *História política-administrativa da agricultura do RN, 1892-1930* (em coautoria com Hermano Machado Ferreira Lima), EDUFRN, 1987; *Europa, França e Ceará: origens do capital estrangeiro no Brasil*, EDUFRN-HUCITEC, 1995 (1ª edição); *Introdução à história do Rio Grande do Norte*, EDUFRN, 2000 (1ª edição); *Rio Grande do Norte: a economia no tempo* (com o fotógrafo Giovanni Sérgio Rego), FIERN, 2003, e *Terra e trabalho na história: estudos sobre o Rio Grande do Norte*, EDUFRN, 2008.

Visite nosso site:
www.imprensa.ufc.br



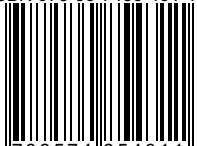
Versão Digital

Editora Imprensa Universitária da UFC
Av. da Universidade, 2932 – Benfica
Fone: (85) 3366.7485 / 7486
CEP.: 60020-181 – Fortaleza – Ceará – Brasil
imprensa@proplad.ufc.br

Europa, França e Ceará – origens do capital estrangeiro no Brasil, de Denise Mattos Monteiro, discute os efeitos do capital oriundo de nações financeiramente mais poderosas sobre a economia cearense da segunda metade do século XIX. O livro avalia especialmente a atuação e a influência de um estabelecimento comercial francês, *Boris Frères*, numa economia de base agrária, no Nordeste, sem perder de vista o contexto mais amplo da época.

Resultado de minuciosa pesquisa no Brasil e no exterior, o livro conta com fontes de pesquisa de inestimável valor histórico: depoimentos e material proveniente de arquivos pessoais de membros da família Boris.

ISBN 978-85-7485-431-1



9 788574 854311

